

História da Historiografia

número 6 • março • 2011
revista eletrônica semestral



História da Historiografia

número 6 • março • 2011

issn 1983-9928 • qualis b2

revista eletrônica semestral

Conselho Executivo (2009-2011)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Editorial

Claudia Beltrão (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Durval Muniz de Albuquerque (UFRN . Natal . RN . Brasil)
Estevão de Rezende Martins (UnB . Brasília . DF . Brasil)
Helena Mollo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Raquel Glezer (USP . São Paulo . SP . Brasil)
Ricardo Salles (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Sérgio da Mata (UFOP . Mariana . MG . Brasil)
Temístocles Cezar (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP . Mariana . MG . Brasil)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF . Passo Fundo . RS . Brasil)
Carlos Oiti (UFG . Goiás . GO . Brasil)
Cássio Fernandes (UFJF . Juiz de Fora . MG . Brasil)
Denis Bernardes (UFPE . Recife . PE . Brasil)
Edgar De Decca (UNICAMP . Campinas . SP . Brasil)
Eliana Dutra (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Fabio Wasserman (UBA . Buenos Aires . Argentina)
Francisco Murari Pires (USP . São Paulo . SP . Brasil)
François Hartog (EHESS . Paris . França)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio del México . Cidade do México . México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University . Stanford . Estados Unidos)
Iris Kantor (USP . São Paulo . SP . Brasil)
José Carlos Reis (UFMG . Belo Horizonte . MG . Brasil)
Jörn Rüsen (KI/ UWH . Witten . Alemanha)
Keila Grinberg (UNIRIO . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Manoel Salgado Guimarães - *in memoriam* (UFRJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Marco Morel (UERJ . Rio de Janeiro . RJ . Brasil)
Silvia Petersen (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Secretaria e diagramação

Flávia Florentino Varella (UFRGS . Porto Alegre . RS . Brasil)

Revisão

Cliño Amaral & Ana Carolina Lima Almeida

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG)
Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Promoção

Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia (SBTHH)

Contato

Rua do Seminário, s/n - Centro • Mariana - MG • 35420-000 • Brasil
www.ichs.ufop.br/rhh • historiografia@ufop.br • (31) 3557-9400

Missão

História da Historiografia publica artigos, resenhas, entrevistas, textos e documentos historiográficos de interesse para os campos da história da historiografia, teoria da história e áreas afins. Tem por missões divulgar textos de teoria da história e história da historiografia, e promover o intercâmbio de ideias e resultados de pesquisas entre investigadores dessas duas áreas correlatas. Num momento em que, no cenário brasileiro, o crescimento do número de periódicos científicos apenas espelha (se bem que de forma algo distorcida) a ampliação dos programas de pós-graduação, é consenso que o próximo passo a ser dado é o da verticalização e especialização do perfil das publicações. *HH* foi fundada em 2008 exatamente a partir desse diagnóstico, e pretende estabelecer-se como uma referência para os estudiosos das áreas de teoria da história e história da historiografia no mundo de língua portuguesa. O periódico é uma publicação da *Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia*.

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2011, número 6, março 2011, 264 p.

Semestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL
EDITORIAL

10

DOSSIÊ
DOSSIER

Historiografia alemã: abordagens e desenvolvimentos
German historiography: approaches and developments

Apresentação
Presentation

Arthur Assis & Pedro Spinola Pereira Caldas

12

Limites e perspectivas da ciência social histórica
Historical social science: limits and prospects

Thomas Welskopp

14

O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX
The problem of historicism and the human sciences in the 20th Century

Gunter Scholtz

42

Anos de aprendizagem de um jurista formado “numa perspectiva histórica”:
Max Weber e o historicismo

Apprenticeship from a jurist with a historical education: Max Weber and historicism

Sérgio da Mata

64

A *Historische Zeitschrift* e a historiografia alemã do Séc. XIX

The Historische Zeitschrift and the 19th century German historiography

Julio Bentivoglio

81

ARTIGOS
ARTICLES

A construção da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos:
fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?

*The constitution of history as science in the nineteenth century and their older models:
end of an illusion or a future inheritance?*

Pascal Payen

103

Proceso de configuración del campo historiográfico uruguayo
Configuration process of the Uruguayan historiographical field

Tomás Sansón Corbo

123

Uma história moral, apologética e... moderna? a escrita católica do século XVIII ao início do XIX
A moral apologetic and modern history: the catholic writing from the mid 18th Century to the early 19th Century
Virgínia Albuquerque de Castro Buarque 142

Da progressão dos costumes à história natural da humanidade: reflexões escocesas sobre a temporalidade histórica
From progression of manners to natural history of mankind: Scottish thinking on historical temporality
A. P. Leme Lopes 158

Detratores do homoerotismo grego: uma historiografia essencialista
Detractors of the Greek homoeroticism: an essentialist historiography
Daniel Barbo 171

RESENHAS REVIEW ESSAYS

Algumas reflexões sobre história e cinema
Some reflections on history and cinema
ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. Tradução Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010, 262 p.
Fernando Nicolazzi 190

Biografia e Historiografia Brasileira
Biography and Brazilian historiography
GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009. 348 p.
Thiago Lenine Tito Tolentino 199

Teorizar a mimesis contemporaneamente
Theorizing mimesis contemporaneously
COSTA LIMA, Luiz (org.). *Mimesis e a reflexão contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. 260 p.
Nabil Araújo 204

O sublime, a narrativa e a história
The sublime, the narrative and history
MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Vozes, 2009, 271 p.
Sander Cruz Castelo 213

História como entretenimento: o prazer que pode ser proporcionado por uma obra do conhecimento histórico
History as entertainment: the pleasure that can be provided by a work of historical knowledge
FRUGONI, Chiara. *Invenções da Idade Média: óculos, livros, bancos, botões e outras invenções geniais*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, 184 p.
Felipe Cabral Cavalcante 218

Permanência e mudança: em torno de Sérgio Buarque de Holanda
Permanence and change: on Sérgio Buarque de Holanda
NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: EdUSP, 2008, 248 p.
Pedro Meira Monteiro 221

O Nordeste: algumas narrativas de lugares, gentes e modos de vida
Northeast: some narratives about places, people and ways of life
ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional. Recife: Bagaço, 2008, 514 p.
Candice Vidal e Souza 228

A ascensão do romance na história europeia
The rise of the novel in European history
LIMA, Luiz C. O controle do imaginário e a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. 398 p.
Diogo Roiz 234

A emancipação do Brasil entre histórias e historiografias
The emancipation of Brazil between histories and historiographies
GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). O Brasil Imperial. Volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 434 p.
Adriana Barreto de Souza 240

TEXTO E DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO *HISTORIOGRAPHICAL TEXT AND DOCUMENT*

Ranke reloaded: entre história da historiografia e história universal
Ranke reloaded: between history of historiography and universal history
Sérgio da Mata 247

Heródoto e Tucídides
Herodotus and Thucydides
Leopold von Ranke 252

PARECERISTAS DESTE NÚMERO *REVIEWERS OF THIS ISSUE*

 261

NORMAS DE PUBLICAÇÃO *EDITORIAL GUIDELINES*

 263

Editorial

editorial

Criada com o propósito de reunir pesquisadores da área de teoria da história e história da historiografia, esta revista é simultaneamente testemunha e protagonista dos avanços recentes em nossa área de pesquisa. Indício das transformações recentes da universidade brasileira, nas quais vários jovens professores passaram a ocupar cargos que os habilitaram, entre outras tarefas, a organizar o primeiro periódico nacional especializado no tema, tornando, inclusive, possível o financiamento público de algumas de suas atividades. A revista não seria possível sem seus leitores, professores e, sobretudo, alunos interessados em compreender e acompanhar discussões avançadas. Também seria impensável sem eventos, dentre os quais se destaca o *Seminário Nacional de História da Historiografia*, onde os encontros permitem a troca de idéias para além dos e-mails.

Foi, aliás, na última edição do SNHH que se procedeu à escolha dos novos editores executivos da revista. Justamente por traduzir um esforço bem mais do que individual, a RHH, desde o seu primeiro número, estava destinada a trocar de mãos para tocar suas principais tarefas. E consideramos auspicioso que os três novos editores – Rebeca Gontijo, Arthur Assis e Julio Bentivoglio – além de extremamente competentes, atuem em três universidades diferentes (UFRRJ, UnB e UFES), localizadas em três Estados distintos, onde atuam em áreas complementares e diretamente relacionadas ao escopo desta publicação.

Neste número, mantemos o nosso esforço de sempre: organizar dossiês, traduzir, manter atualizado, mediante resenhas, o conhecimento sobre publicações na área. Na verdade, ficamos felizes em verificar que aprendemos desde o primeiro número, e, lentamente, acrescentamos à revista tudo o que poderíamos fazer para que ela se tornasse um fórum de discussões de alto nível. Tudo isso não teria sido possível sem a ajuda de Flávia Varella, secretária da revista, a quem agradecemos sinceramente pela competência, e, claro, paciência com que tem lidado com nossas agendas tumultuadas desde o número de estréia.

Prosseguindo o esforço de aperfeiçoamento tecnológico e conceitual da revista, a partir deste número, o usuário que submeter qualquer contribuição para análise terá uma caixa de seleção na qual deverá escolher itens que constam do banco de palavras-chaves do periódico, o que melhora nosso sistema de indexação. Aperfeiçoamos a versão para a língua inglesa do site e, agora, ao selecionar a opção desse idioma, o leitor terá acesso às versões inglesas do título, sumário e palavras-chaves das contribuições. Todo material institucional passou também a receber uma versão em espanhol. Por fim, foi ativado um sistema anti-spam em nosso cadastro de usuários.

*Pedro Caldas
Sérgio da Mata
Valdei Araujo*

10

Dossiê

dossier

Historiografia alemã: abordagens e desenvolvimentos
German historiography: approaches and developments

Apresentação

Entre nós, e, arriscaríamos dizê-lo, mesmo em outros países, o estudo da historiografia alemã precisa superar o mesmo obstáculo do estudo da história da Alemanha: ser refém de clichês e imagens fortes. De um lado, a imagem de Adolf Hitler simplifica e divide a compreensão de um acidentado processo. Na formação básica do estudante, a palavra Alemanha só é mencionada ao se falar de fascismo e, quando muito, de formação (tardia) de Estado nacional. Liga-se, portanto, a uma visão ainda por demais presa à história política. Do outro lado, temos Leopold von Ranke, sério candidato a historiador mais ofendido e menos compreendido da era moderna. Felizmente, aqueles que optam por ir além da superfície da discussão historiográfica já sabem do óbvio: faz mais sentido falar em Ranke como “historicista” do que como um “positivista”.

O propósito deste dossiê, oferecido ao leitor de “História da Historiografia”, é aprofundar a discussão sobre a historiografia alemã dos séculos XIX e XX. Aprofundar significa torná-la mais complexa, mesmo que isto implique em torná-la também mais lacunar, episódica e menos redutível a um sentido consagrado.

Portanto, não pretendemos fausticamente abranger-lhe todos períodos e correntes, mas apenas, a partir de quatro contribuições, indicar pontos importantes de reflexão em uma trajetória que, além de tudo, se rebela ao ser circunscrito como “nacional”: afinal, o que é “alemão”? Pergunta constrangedora. Vamos respeitá-la, portanto, sem oferecer uma resposta imediata. Sem que isso traia uma intenção classificadora, os textos do dossiê visitam, mas sem protocolo e medidas, temas que nunca podem ser considerados como já sabidos e dominados.

A historiografia alemã será, aqui, abordada em quatro textos: o de Julio Bentivoglio oferece ao leitor uma rara abordagem do período clássico do historicismo. Colocando em segundo plano as exegeses de obras e autores, Bentivoglio trata da *Historische Zeitschrift* (Revista Histórica), trilhando um caminho de investigação no qual o periódico é, ele mesmo, abordado na condição de sujeito histórico. Afinal, se a historiografia do século XX passa necessariamente pela revista dos *Annales*, é bom lembrar que a do oitocentos alemão tem na *Historische Zeitschrift* seu principal endereço.

Sérgio da Mata apresenta-nos um estudo de história intelectual, centrado na figura de Max Weber e no tema da relação deste com a tradição historicista. Enfocando, sobretudo, os “anos de aprendizagem” – os *Lehrjahre* – desse que se tornaria um dos mais importantes acadêmicos alemães do começo do século XX, Mata percorre a correspondência de Weber, documentando a influência de diversos historiadores sobre a sua formação. Revela, assim, como, a despeito de se ter graduado jurista e de ter ficado posteriormente conhecido como economista e sociólogo, Weber foi profundamente marcado por um modo histórico de olhar para a realidade social, o que em última análise permite associá-lo à tradição do historicismo.

O historicismo ainda é tema, e de maneira bastante provocadora, do texto de Gunter Scholtz, que apresenta uma tese ousada: sim, o historicismo tem problemas e aporias, mas eles ainda permanecem em nossos dias, e, mais do que isso, ele ainda pode ser tanto uma fonte de incômodo como uma produção. É um trabalho instigante: afinal, a preocupação de autores como Febvre e Le Goff pela Europa não é inédita. Já o velho Ranke nunca se cansou de compreender as “grandes potências”. E o ceticismo quanto ao progresso também não é invenção do século XX: quantas vezes precisaremos lembrar que este é um *Leitmotiv* historicista? Mais uma vez, a abordagem é ampla, temática, conceitual. Autores aparecem, mas os problemas importam mais. E, por isso, demonstram não só o vigor do historicismo, mas, sobretudo, suas lacunas.

O texto de Thomas Welskopp trata, por sua vez, de uma tradição metódica que, surgida na década de 1970, amiúde se apresentou como adversária do historicismo, a saber, a ciência social histórica (*historische Sozialwissenschaft*). Welskopp apresenta diferenças fundamentais existentes entre essas duas tradições, além de procurar repensar os pressupostos teórico-metodológicos da história social. À luz de críticas provenientes de outras correntes historiográficas – tais como a história cultural, a micro-história e a história do cotidiano –, busca aprofundar a capacidade de autocrítica da tradição da ciência social histórica. Oferece-nos, com isso, uma excelente reflexão sobre os limites e potencialidades da história social, cuja validade transcende, em muito, o caso alemão.

Aproveitamos a oportunidade para agradecermos aos dois primeiros autores pela presteza com que aceitaram o convite para colaborar com o dossiê. Agradecemos, também, aos dois últimos, pela gentileza de nos cederem os seus textos para a tradução.

Arthur Assis (UnB)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)

Limites e perspectivas da ciência social histórica*

Historical social science: limits and prospects

Thomas Welskopp

Professor
Universidade de Bielefeld
thomas.welskopp@uni-bielefeld.de
Universität Bielefeld, Postfach 10 01 31
33501 Bielefeld
Alemanha

Resumo

Este artigo apresenta um balanço de uma das mais conhecidas correntes historiográficas alemãs contemporâneas, a saber, a *ciência social histórica*. À luz da crítica lançada à história social por parte de autores que se filiam a outras tradições historiográficas, tais como a nova história cultural, a micro-história e a história do cotidiano, o autor procura aprofundar a capacidade de autocrítica da tradição da *ciência social histórica* por meio de uma reflexão sobre os seus limites e as suas potencialidades. A sua proposta consiste em uma reformulação dos pressupostos básicos da história social, sendo sintetizada pelo rótulo *ciência histórica da sociedade*.

Palavras-chave

Historiografia alemã; Historiografia do século XX; Teoria da história.

14

Abstract

This article analyzes the history and the theoretical underpinnings of one of the most well-known German contemporary historiographical traditions, namely, the *historical social science*. Departing from the criticism leveled at social history from historians hailing from new cultural history, micro-history and the history of everyday-life, the author attempts to deepen the capacity of historical social science for self-reflection by means of a survey of its limits and future perspectives. His proposed reconstruction of many of social history's theoretical and methodological presuppositions is synthesized by the term *historical science of society*.

Keywords

German historiography; 20th Century historiography; Historical theory.

Enviado em: 18/03/2011

Autor convidado

* Título original: "Die Sozialgeschichte der Väter. Grenzen und Perspektiven der Historischen Sozialwissenschaft". *Geschichte und Gesellschaft*, 24, 1998, p. 173-198. Tradução: Arthur Assis.

Escrever a história da moderna história social alemã seria, com certeza, um projeto altamente empolgante. Mesmo uma leitura superficial dos argumentos em favor de uma reorientação metodológica da história na direção de uma *ciência social histórica* (*historische Sozialwissenschaft*) já transmite uma boa impressão do élan vibrante, da avultada autoconsciência e do inspirador otimismo com o progresso que caracterizaram aquele tempo de mudanças do começo dos anos 1970 em diante. Em face do cinismo pós-moderno, hoje largamente cultivado, que apenas reconhece como válidos os critérios da estetização e da experiência individual, pode-se ter até um assomo de inveja intelectual. Em todo caso, hoje não vivenciamos, nem perto nem de longe, tantas transformações quanto as que foram vivenciadas naquela época (cf. WEHLER 1979; KOCKA 1975).

As gerações posteriores de historiadores, entretanto, não quererão cair abaixo dos padrões então desenvolvidos. Foi, por exemplo, a moderna história social que primeiro importou, para o campo da história, o procedimento da autodescrição social. Desmoronou, com isso, a doutrina, até então inquestionada, de que a política seria regida por uma lógica própria e de que, por isso, predominaria em relação aos demais âmbitos da vida social. Desde então, processos sociais podem ser explicados à luz de condições econômicas, e constelações e transformações políticas podem ser relacionadas com interesses formados na esfera social (cf. MERGEL; WELSKOPP 1997, p. 12 et seq.). O olhar para os conflitos fundamentais da sociedade e para as suas consequências políticas possibilitou a emergência da crítica. A função da história tendeu então a se deslocar da tarefa legitimadora da fixação de identidades para a da produção de um diagnóstico crítico e histórico da sociedade, ao qual se liga uma pretensão político-pedagógica (WEHLER 1980, pp. 12-13).

Uma vez que, no plano do discurso, a crítica histórica da sociedade pressupõe a existência de normas que sejam intercomunicáveis, tal reorientação resultou em uma abertura para certos sistemas teóricos de proposições (cf. MOOSER 1990). A *ciência social histórica* insiste em trazer para o debate modelos explicativos provenientes da teoria social. O seu ponto de fuga foi e é antes a generalização do que a concentração no que é particular. Pois apenas quando se colocam os fenômenos históricos dentro de quadros de referências generalizáveis é que se os pode identificar como exemplares característicos de um padrão mais geral ou como anomalias deste. Fenômenos históricos apenas são *explicáveis* mediante um recorte teórico, isto é, quando colocados no contexto de um conhecimento sistemático acerca das regras sociais, conhecimento que ajuda a sondar e a medir o impacto da contingência. Tais *sondas teóricas* permitem determinar a posição de um fenômeno histórico em um campo em cujos polos se encontram contingência e determinação absolutas. Estabelecer tal posição conduz a um imenso progresso em relação a uma tradição historiográfica alemã que ainda hoje está profundamente enraizada e que se caracteriza menos pelo historicismo do que pela sua aversão irracional a teorias. O procedimento genético-individualizante, que lhe é caro, é incapaz de diferenciar

entre a necessidade e o acaso. Ou explica o processo histórico como algo completamente aberto, ou o apresenta retrospectivamente como uma completa inevitabilidade do destino (cf. HAUSSMANN 1991, p. 301 et seq.).

A abertura da moderna história social para o uso de teorias preparou o terreno para o recurso a comparações elaboradas. Os procedimentos comparativos tencionam fornecer uma orientação teórica mais precisa do que aquela que se obtém dos estudos de caso. Eles contribuem assim para a formação dos conceitos, uma vez que remetem estes a diferentes realidades históricas. A comparação orientada teoricamente é um ato construtivo, que se relaciona, diretamente, com procedimentos de seleção, de diferenciação e com associações de ideias apenas realizáveis no nível conceitual (WELSKOPP 1995). Por isso, os historiadores da cultura, quando enfatizam o caráter construtivista de toda história, apoiando-se em argumentos da virada línguística, nada dizem de novo aos historiadores sociais. Do ponto de vista do aparato teórico, a relação entre a interpretação teoricamente orientada e aquilo que se designa de *realidade histórica* teria que ser determinada de maneira ainda mais precisa e plausível no caso da história social do que no contexto típico da história cultural. A história social dispõe de conceitos para designar o intervalo entre a interpretação e a *realidade histórica*. Com isso, ela movimenta-se dentro do horizonte de experiências que marca a ação de todo ser humano. A relação entre o enunciado e a *realidade histórica* é muito mais complicada do que os historiadores sociais tendem a admitir, mas, ainda assim, o próprio reconhecimento de que existe uma tal realidade já proporciona base para que se possa determinar as possibilidades e os limites da exploração interpretativa dessa mesma realidade.¹ A pesquisa histórica constrói ficções do factual precisamente porque se ocupa de realidades que são acessíveis apenas mediante construções retrospectivas.

A história cultural abdica de tal determinação, uma vez que reduz teoria e realidade a linguagem. Tal situação leva-a a absolutizar o *discurso*, a colocá-lo no lugar da *realidade* social, enfim, a reificá-lo e a lançá-lo contra a percepção dos sujeitos do passado. Mas os discursos não se originam nem se modificam sem o contexto social dos atores que o mantêm. A história social possui um interesse completamente justificado na *vivência* (*Lebendigkeit*) dos sujeitos históricos, na sua integridade como atores sociais capazes de agir.

O debate teórico estimulou uma clara elevação do nível da autorreflexão metódica. Desde os anos 1970, a maioria dos debates teórico-metodológicos na ciência histórica alemã ocorreu no contexto da moderna história social ou acabaram por envolvê-la. Acredito que essa prontidão da história social para tomar parte na discussão metodológica representa um considerável avanço.

¹ A pressuposição de que existe uma realidade e de que ela pode, em princípio, ser explorada interpretativamente não implica a suposição de que atingir cognitivamente tal realidade seja algo pouco problemático. Quanto a esse ponto, aliás, verifica-se uma convergência entre a história social e a história do cotidiano (*Alltagsgeschichte*). Há algum tempo, esta vem desenvolvendo interessantes autorreflexões que têm resultado em uma crescente capacidade de autocrítica. Cf., por exemplo, SIEDER 1991, p. 112; SARASIN 1996.

Lendo-se os manifestos dos anos 1970, percebe-se que a *ciência social histórica* era apresentada como algo que guardava um enorme potencial de desenvolvimento e um grande ímpeto para a mudança. Tratava-se de promessas que, entretanto, foram cupridas apenas parcialmente. No âmbito da empiria, ocorreu, nas últimas duas décadas, uma certa concentração em determinados gêneros: análises quantitativas de estratificação e de mobilidade sociais; estudos de movimentos de trabalhadores em localidades particulares; estudos sobre associações; história geral dos trabalhadores no sentido do *paradigma da formação da classe*; e, por fim, estudos sistêmicos, sobretudo, sobre o império alemão, realizados no contexto da discussão acerca da *trajetória especial* da Alemanha (*deutscher Sonderweg*). Parece-me que, de maneira geral, tais gêneros perfazem o núcleo empírico da *ciência social histórica*, tal como tinha sido inicialmente estabelecida na Alemanha. Desde a década de 1980, entretanto, tal núcleo tem sido dinamitado, ironicamente, pelas pesquisas sobre a história da burguesia. Obviamente, a capacidade de elaboração interna da *ciência social histórica* não conseguia compensar a sua própria força centrífuga. Por conseguinte, a ampliação metódica e temática acabou por representar, antes de tudo, uma mera adição ou coleção de novas abordagens, as quais, muitas vezes, se encontravam em concorrência e, frequentemente, não se comunicavam entre si. A *ciência social histórica* e a *história da sociedade* (*Gesellschaftsgeschichte*) desenvolveram-se como um vasto telhado, em cuja sombra tudo parecia possível, mas que não conseguia mais realizar a integração das práticas historiográficas que sob ele se abrigavam. (cf. HETTLING 1991).

Essa parece ser a causa da imagem paradoxal que é atualmente evocada por tais termos no contexto da discussão especializada. Por um lado, insinuava-se que a história social teria a intenção de colonizar outras áreas de pesquisa. Michael Jeismann ilustrou e reclamou acintosamente de tal imagem imperialista ao empregar a metáfora da "lagartinha faminta" (JEISMANN 1995, p. N5; cf. também VIERHAUS 1995, p. 7).² Por outro lado, acusa-se a história social de abrigar um reducionismo socioeconômico e estruturalista. Essa acusação é típica daqueles críticos que, sob a etiqueta da história cultural, têm em vista excluir a história social da zona principal da disciplina histórica, em vez de integrá-la na direção dos fenômenos culturais (cf. DANIEL 1993; DANIEL 1994; VIERHAUS 1995, pp. 8-9). O resultado de tais críticas é que, hoje em dia, não é mais tão frequente pensar na história social como um modo particularmente abrangente e brilhante de se acessar a história das sociedades modernas. Percebe-se, antes, a história social como uma abordagem limitada, determinista e marcada pelo uso de estatísticas (cf. VIERHAUS 1995, p. 8 et seq.). Apesar de atacarem aspectos distintos, ambas posições acima sumariadas apontam para problemas, realmente, atacarem aspectos distintos, ambas as posições acima sumariadas apontam para problemas realmente existentes na *ciência social*

² NT: o termo *lagartinha faminta* remete ao livro infantil *The very hungry caterpillar*, publicado por Eric Carle, em 1969.

histórica: a redução da sua força de integração teórica e a diminuição da luminosidade da sua perspectiva. No futuro, a atratividade do campo dependerá da sua disposição para reconquistar ativamente tal força de integração e da sua habilidade para formular boas respostas aos questionamentos históricos do presente e do futuro.

É fato que, já há um bom tempo, regrediu na história social a tendência para a autorreflexão teórico-metodológica, outrora, tão positivamente enfatizada. A história social nunca mais voltou a ser tão combativa, tão imaginativa e tão aberta para o diálogo interdisciplinar, quanto o fora na sua fase de *underdog*, quando lutava para se estabelecer contra o *mainstream* ateuórico da história política. Já nos anos 1980, podia-se falar do monopólio interpretativo da história social em relação a determinados setores da história alemã. A história social tentava defender-se da ameaça da *história do cotidiano*, mas falhava pelo menos no que diz respeito a um aspecto. Ela evitava refletir sobre os problemas metodológicos realmente existentes por detrás das posições ocasionalmente mal formuladas e teoricamente discutíveis de muitos dos seus adeptos. Em vez disso, os historiadores sociais contentaram-se em declararem-se vencedores da discussão, simplesmente alegando serem pobres os argumentos dos opositores e procurando desviar a outra posição para um pequeno nicho disciplinar (cf. KOCKA 1994).

Descontada essa fragilidade, entretanto, a história social transformou-se, talvez irreversivelmente, em um paradigma dominante e hegemônico no contexto das subáreas da história. Tornou-se, entretanto, clara a forma como ela marginaliza certos temas e determinadas abordagens metódicas. Por mais que se afirme que sob o teto da história social tudo é possível, é patente que os seus padrões teóricos e as suas *meta-narrativas* pouco se alteraram (cf. KOCKA 1996; KAELBLE 1999). Até agora, a expansão, de dentro para fora, da *ciência social histórica* tem-se revelado, portanto, difícil. Talvez isso também ajude a entender a veemência com que a *história cultural* polemiza contra a história social (cf. SIEDER 1994).

As razões, contudo, para a perda do élan teórico da história social não se ligam apenas ao fato de ter sido desafiada pela história cultural, ou à tendência geral para se ensimesmar em nichos disciplinares, ou mesmo ao desaparecimento de antagonistas como a história social de inspiração marxista-leninista, modelo que era dominante na historiografia da antiga Alemanha Oriental. Para além de tudo isso, eu enxergo na arquitetura teórica e metodológica da *ciência social histórica* diversos erros fundamentais que limitam sensivelmente as suas possibilidades de expansão. Tais erros conduzem a autorreflexão dos historiadores sociais a aporias de fundamentação. Por isso, eles tendem a adotar, no debate historiográfico, uma atitude melindrosa, que é marcada antes por gestos defensivos do que pelo aprofundamento da autorreflexão.³ Na discussão

³ Kocka felicita-se, até mesmo, com o fato de certas abordagens teóricas pós-modernas, originárias do espaço linguístico anglo-saxão, não terem encontrado grande recepção na ciência histórica alemã.

atual circulam, de tempos em tempos, até mesmo concepções abertamente reducionistas. Afirma-se que o debate teórico não deve ultrapassar certos limites, que quando se usa o aparato metódico convencional pelo menos já se sabe o que se tem nas mãos. Argumenta-se que seria preferível que a *lagartinha faminta* simplesmente se metamorfoseasse em uma mariposa capaz de realizar seguros voos noturnos em vez de se transformar em uma bela borboleta *culturalista*, que brilha garridamente, apesar de flutuar sem rumo de flor em flor (cf. WEHLER 1997, pp. 353-354, pp. 360-361). Contra as novas pretensões de reorientação teórica e de expansão metódica lançam-se, portanto, desta feita, argumentos que são muito parecidos com aqueles que antes tinham sido utilizados pela história política convencional para fazer face ao pendor para a experimentação e às ambições dos então jovens historiadores sociais.

A seguir, gostaria de apresentar brevemente alguns dos problemas teóricos fundamentais da *ciência social histórica* para, em seguida, delinear algumas metas que lhe podem servir de orientação futura.

1. Ninguém mais rebate a acusação, apresentada desde a afirmação da *história do cotidiano*, de que a história social seria estruturalista (cf. WEHLER 1996, p. 46; KOCKA 1994, p. 38; HARDTWIG; WEHLER, 1996). Tal propensão para o estruturalismo pode ser entendida, à luz da história da própria disciplina histórica, como uma reação extremada ao postulado intencionalista da individualidade, que era caro ao historicismo. Não há dúvida de que, para a análise das sociedades modernas e do seu processo de industrialização, faziam falta categorias com as quais se pudesse captar contextos supraindividuais e ações coletivas. A busca pela *explicação (Erklärung)* histórica favoreceu uma tal orientação estruturalista, pois nesta está contida uma arquitetura causal. O pressuposto aqui é o de que processos e ações históricas apenas podem ser explicados pela remissão analítica às condições estruturais do agir. Com isso, removem-se, todavia, em certo sentido, estrutura e processo da *práxis* dos atores contemporâneos. Reificam-se assim estruturas e processos como elos de uma lógica funcional que faz as pessoas do passado emergirem como marionetes.

Diante disso, os opositores da história social invocaram o direito histórico do sujeito individual. Chegou-se, entretanto, a mal-entendidos quase especulares. Contrariamente ao que os historiadores culturais costumam pensar, a *cultura* ou o *discurso* não são o refúgio da *agência (agency)*, não se situam defronte dos bastidores sinistros das estruturas. *Agência* também não é o mesmo que inconformismo, resistência diante da coerção sistêmica. Da mesma maneira, *cultura*, embora aponte para o aspecto qualitativo da *práxis*, não necessariamente corresponde àquilo que é especial ou que possui dignidade própria.⁴

Considera-se que seria muito mais produtivo que tais teorias obtivessem uma recepção isenta de preconceitos e que fossem confrontadas criticamente. Apenas assim se poderia fazer valer realmente o critério do melhor argumento (KOCKA 1994, p. 38).

⁴ Tais conotações são exatamente as que se encontram, com uma clareza reveladora, nos principais

Além disso, *cultura* está longe de ser sinônimo de *experiência*. *Cultura* sempre guarda uma dimensão estrutural. É, contudo, justificada a demanda de que os processos históricos sejam visualizados não só como movimentos mecânicos, mas também como resultantes da ação de muitas pessoas. Mas, com efeito, quanto a esse ponto, a crítica apresentada pela história cultural não é profunda o suficiente. A própria imagem da estrutura *dura* e do processo *supraindividual*, que ainda predomina – e até mesmo na história social –, não é plausível do ponto de vista sociológico, uma vez que se encontra distante da experiência. A história social não padece apenas de um deficiente conceito de *ação*, o qual, basicamente, não está muito longe do intencionalismo dos seus precursores historicistas. Padece também de uma debilidade conceitual que atinge o seu próprio âmago teórico. Na história social, *estrutura* é tida como um molde analítico confeccionado pelo pesquisador.⁵ No entanto, é difícil identificar tal molde com os padrões de relação que orientam as ações historicamente existentes. As estruturas apenas se manifestam em meio ao agir dos contemporâneos. Por isso, não é suficiente a definição que equipara *estrutura* a *comportamento regular*. É essencial retroceder, do padrão de ação observado, à circunstância em que e à maneira como o ator efetivamente recorre a tal padrão. Caso aceite esse argumento, torna-se necessário desenvolver um conceito de estrutura que reinstale a estrutura no sujeito agente. Desse modo, estrutura não é mais somente uma condição do agir, passando a englobar também as consequências da ação, a condução da ação, o saber que orienta a ação, bem como a interpretação do ambiente da ação. Se se quer falar de estruturas de uma maneira plausível, deve-se demonstrar como elas operam – sob a forma de regras da ação, ferramentas de poder e recursos interpretativos – através da consciência dos atores, na execução do agir. O que se demanda não é uma simples expansão do repertório estruturalista atualmente existente por meio de um mero acréscimo da categoria de experiência, mas, antes, uma reconstrução da própria categoria de estrutura (cf. WELSKOPP 1997; MERGEL 1996, pp. 57-58 e 69). Com isso, a história social faria muito mais do que se render a uma simples moda. Ela refinaria *explicações estruturais*, filtrando-as com o auxílio de padrões de interação obtidos empiricamente.⁶

2. Nesse sentido, e diferentemente do que costuma acontecer no âmbito do conjunto das metáforas frequentemente empregadas pela história social,

discursos em favor de uma *história cultural*. Neles, o apelo pela revalorização dos sujeitos agentes é frequentemente combinado com um elevado interesse pelo *não linear*, pelo *múltiplo*, pelo *especial*, pelo *individual*, pelo *insubordinado* e também pelo *acidental*. Trata-se, no fundo, de uma visão moralizante que, por sua vez, parte implicitamente de um conceito particularmente rígido de *estruturas* e de *processos*. Cf. DANIEL 1994, p. 58; VIERHAUS 1995, pp. 11-12 e 18. Cf. também a crítica justa apresentada por SARASIN 1996, p. 74.

⁵ O conceito de estrutura utilizado na história social raramente foi desenvolvido de forma explícita. Uma definição marcante é, com certeza, a de Reinhart Koselleck. Cf. KOSELLECK 1984.

⁶ Essa é uma demanda justa daquela variante da micro-história cujo programa eleva-se para além do mero estudo de contextos particulares e que enfatiza a relação entre o contexto particular e os nexos sociais mais gerais. Cf. SARASIN 1996, p. 73; SIEDER 1991. Aqui, há largos pontos de contato entre uma vertente da história social que se deixou expandir pela abordagem micro-histórica e uma vertente da micro-história que leva a sério a sua conexão com temas sociais gerais.

estrutura também não significa um *espaço avesso à hermenêutica (hermeneutikfreier Raum)*. Se as estruturas são modalidades e meios da ação humana, elas possuem então uma dimensão hermenêutica própria, pois só podem ser compreendidas mediante esquemas de interpretação e de experiência desenvolvidos pelos próprios agentes pretéritos. E, por outro lado, *agência* não é um nicho isento de estruturas onde se aninha a ação individual, ação esta que, por sua vez, seria captada por meio do arsenal analítico historicista. O termo *ação* é frequentemente associado a irregularidades, à fugacidade e à contingência. É, assim, anteposto à suposta estabilidade da estrutura.⁷ Se, entretanto, são registradas, reproduzidas e modificadas apenas as interações concretas dos atores nas quais se originam as estruturas, então se torna necessária, do ponto de vista metódico, uma concepção sociológica de ação social, por exemplo, como as de Max Weber ou as de Anthony Giddens (cf. GIDDENS 1984; GIDDENS 1988). Mas a revalorização dos agentes também não é um fim em si mesmo, e sim um pressuposto necessário para a modificação do conceito de estrutura.

3. Pois se se aceita que as estruturas só se manifestam nas interações dos atores de uma época, então se coloca, de modo novo e mais incisivo, a questão da sua emergência e da sua transformação em grandes contextos. Parece estranho, mas a moderna história social ainda não desenvolveu um conceito viável de ação coletiva. Além disso, ela não possui um instrumentário conceitual adequado para perspectivar os fenômenos enquanto articulações de ações que, embora sejam desempenhadas por coletivos institucionalizados – por exemplo, em organizações, em repartições públicas e em empresas –, são diferentes das ações coletivas praticadas em contextos como os de protestos e de conflitos. A história dos trabalhadores examinada através do *paradigma da formação da classe operária* analisa, de maneira muito menos precisa, os casos normais referentes à produção rotineira das empresas capitalistas do que os casos excepcionais de conflitos coletivos de classe (cf. MINSEN 1992, KOTTHOFF; REINDL 1990 e KÜPPER; ORTMANN 1992). Esses últimos casos não são melhor analisados mediante categorias como *homogeneização cultural* ou *ajustamento da consciência* do que à luz do marxismo *clássico* de matriz idealista. Podia-se aprender já com Max Weber que tais processos de organização e de formação de conflitos coletivos são fenômenos complexos de formação de pequenas comunidades primárias, as quais se interconectam e se conjugam através de processos de socialização. Uma consistente análise sócio-histórica de fenômenos coletivos pressupõe a consideração de que os processos de formação de grupos são mais do que simples produtos da consciência ou do que meros resultados de processos de aprendizagem. Para além disso, a formação de grupos deve ser reconstruída de maneira sociológica como *história da socialização* (cf. WELSKOPP 1997, pp. 57-58; VIERHAUS 1995, p. 23).

⁷ Esse argumento é repetido por Kocka (KOCKA 1986, p. 85), que associa a um “conservadorismo irritante” o argumento de Werner Conze pela reconstrução de nexos estruturais “mais próximos à experiência”.

4. Tudo isso está ligado ao fato de que a moderna história social sempre concebeu as instituições como blocos monolíticos. Tal tendência remete a um fundamento da *ciência social histórica*. Enquanto esta orientou a sua análise para o âmbito (pouco institucionalizado) do *social*, o âmbito do *econômico* permaneceu tão pouco explorado quanto o âmbito do *político*. Não raro, os processos econômicos foram vestidos com uma retórica nomotética. O que se faz necessário é uma história *social* da esfera econômica, algo que fosse similar à já existente história social do *social*. A formação de instituições e a ação institucional também são temas relevantes para a moderna economia. Recorrendo-se a Weber, poder-se-ia escrever a história da ascensão do capitalismo como a história do desenvolvimento da empresa moderna, isto é, de processos internos de negociação e de exercício de poder, de percepções de mercado (que são frequentemente distorcidas, mas permanecem ainda assim capazes de orientar a ação) e da cultura empresarial moderna (cf. WELSKOPP 1996; WELSKOPP; LAUSCHKE 1994).⁸ No âmbito do *político*, as coisas são, ao mesmo tempo, semelhantes e diferentes. Aqui se encontram, lado a lado, formas bastante convencionais de análise histórica e profundas análises sócio-históricas de associações e estados. Assim como na esfera econômica, o que é imperativo aqui é uma *sociologização* da política. A sempre vindicada *nova história política* pode ser apenas uma *história social da política*, uma história que dê visibilidade ao *processo político como um processo social*. Temas como cultura política, as relações entre as organizações e as suas bases, bem como a dinâmica interna das organizações são excelentes pontos de partida para uma tal renovação da história política. Até agora, a história social tem sido predominantemente uma história do *social* que, em essência, é determinada por processos econômicos e que, em grande medida, determina processos políticos. É importante, todavia, reconstruir as interações entre os campos econômico, social e político enquanto processos sociais que decorrem de campos de ação institucionalizados, os quais, em conjunto, podem ser considerados como esferas de socialização interna no sentido weberiano do termo (WELSKOPP 1994). Tão importante quanto analisar a influência de condicionantes restritivos – que são formados no âmbito das relações sociais, da economia e dos interesses organizados – sobre a tomada de decisões políticas é conceber a política como mais do que um mero resíduo daqueles condicionamentos. Estes condicionamentos pertencem, eles próprios, ao cerne da política, e o âmbito político, enquanto campo de ação, sempre possui um peso próprio, pois nele se formam padrões de interações sociais específicos tal como ocorre em outras esferas.

5. Uma história da socialização, no sentido acima especificado, é genuinamente uma história das relações sociais. Só se pode superar a dicotomia

⁸ A antropologia da cultura também desenvolveu uma perspectiva fecunda para o estudo desse tema. Cf., por exemplo, HERGESELL 1994.

entre ação e estrutura quando se confere a ambas as categorias um caráter relacional. Assim, as estruturas são articulações de relações sociais relativamente duráveis, que estão equipadas com recursos de poder, de interpretação e de normatização. Uma tal virada relacional na formação dos conceitos da história social pode resolver o embaraçoso dilema que consiste no conflito entre os focos micro e macro da história. A história social condenou, precipitadamente, como idílico o argumento da *micro-história* de que a história seria aquilo que fazem os seres humanos. Quando se assume que a história é o resultado da *práxis* humana, parece pouco plausível que exista, para além desse nível micro das ações subjetivas, uma dimensão macro de desenvolvimentos históricos, realmente importantes. Fazer macro-história, portanto, nada mais seria senão identificar os contextos de interação que tiveram uma importância social especial. O poder de impacto de tais contextos poderia, então, ser reconstruído através de uma rede de microrrelações hierárquicas.

Motivada politicamente por um impulso anti-institucional, a *micro-história*, por sua vez, furtou-se a abordar os contextos sociais. Ou melhor, ela negou a importância de tais contextos, de modo a dar primazia à apropriação de tais contextos pela *gente miúda*, pelos oprimidos. Do ponto de vista metódico, a *micro-história* escorou-se amiúde na mera descrição de coisas demasiado prosaicas, aliás evocando – injustamente – a noção de *descrição densa* de Clifford Geertz para justificar uma mera limitação positivista a detalhes insignificantes e a opção (também positivista) pela emulação da linguagem das fontes. Essa tendência não é, todavia, obrigatória, e o encastelamento autossuficiente, nos microcontextos, nem foi, nem é inerente à *micro-história*.⁹ Existe um grande campo de convergência dentro do qual se pode expandir a história social pelo influxo da *micro-história*, assim como alargar a *micro-história* pelo influxo da teoria social. Pois é exatamente do reconhecimento do fato de que fenômenos históricos sempre se passam no âmbito dos atores concretos que decorre a exigente tarefa de reconstruir a interconexão e a hierarquização dos microcontextos em grandes contextos de interação socialmente relevantes.

6. Se as estruturas sempre são vitalizadas, habitadas e moldadas por atores históricos concretos, e se a *práxis* destes é incompreensível sem o recurso aos próprios padrões de percepção e de interpretação que lhes eram caros, então, para uma reconstrução substancial de processos complexos de socialização, é necessário aceitar a riqueza das facetas e das características das identidades históricas. Essa conclusão abrange, em primeiro lugar, sujeitos coletivos, que surgem não da redução de identidades concorrentes a um único e exclusivo senso de pertença a um grupo, mas frequentemente, de arranjos artificiais envolvendo diferentes identidades parciais. Tais arranjos dependem da disponibilidade de recursos coletivos específicos e também de habilidades sociais. O conceito sócio-histórico de *classe*, tal como articulado pela *história da formação*

⁹ Sobre o tema, cf. a discussão autocrítica de SARASIN 1996.

da classe, tem se revelado deficitário, uma vez que se volta muito mais para a classificação de processos de formação de grupos *dentro* da classe trabalhadora do que para a sondagem dos campos de ação que decorrem da existência de *relações de classe – relações entre membros de classes distintas*. A ação coletiva relacionada a organizações e a conflitos deve ser remetida, para efeito de análise, a um nível de generalização que é inferior ao da relação de classe. É irrealista enxergar a existência de *classes* apenas onde haja conflito, ou onde existam organizações que façam uso, elas próprias, da retórica da classe. Tal estratégia conceitual estreita e bloqueia a categoria fundamental – e inabdicável – de *diferença social*, que permanece sendo o melhor catalisador da análise social (cf. WELSKOPP 1994). Em segundo lugar, o caráter relacional da categoria de estrutura permite que sejam reconstruídos os arranjos complexos e mutáveis entre identidades individuais e coletivas. Com isso, libertar-se-ia, efetivamente, a categoria de *gênero*, que hoje se encontra isolada no gueto de uma área especial da historiografia, e que poderia ser revalorizada de modo a se tornar um aspecto conceitual presente em toda história atinente a relações sociais (cf. BUDDE 1997; FREVERT 1993; FREVERT 1991; BOCK 1988). Os social-democratas das primeiras gerações, por exemplo, lograram fazerem-se passar por um movimento classista combativo e honrado exatamente porque se compreendiam a si próprios, expressamente, como *homens* e não apesar disso. As relações de classe e de gênero e as identidades confessionais, étnicas ou nacionais não necessariamente competem umas com as outras. Via de regra, elas constituem *tijolos* complementares que são empregados nas construções identitárias e, por vezes, estão tão bem assentados uns nos outros que se tornam difíceis de perceber.

7. A história social é corresponsável pela infeliz dicotomização dos conceitos de *sociedade* e *cultura*, ainda que valha a pena lembrar que ambos os conceitos estão longe de ter o mesmo significado. Na concepção de sociedade que marca a história social, a *cultura* possui meramente o valor de um complexo institucional cristalizado com conteúdos culturais. Nessa acepção, *cultura* fica fora da economia e da política, sendo, portanto, irrelevante para uma história social da política (cf. KOCKA 1977, p. 107). Em contrapartida, os historiadores culturais insistiram que as interpretações culturais e as suas formas linguístico-discursivas de mediação eram capazes de construir a realidade. Os padrões culturais suspenderiam¹⁰ as relações sociais e, por isso, essas relações poderiam ser descortinadas mediante a análise daqueles pontos de convergência semânticos. Dadas essas premissas, é coerente argumentar que, para a designação dos grandes contextos sociais, dever-se-ia abrir mão do conceito *mecanicista* de sociedade, que seria substituído pelo conceito de *cultura* (cf. VIERHAUS 1995, p. 9). Mas esse argumento acaba por extrair uma conclusão aporética de uma preocupação justificada. Uma versão relacional do conceito de estrutura inclui

¹⁰ NT: o autor emprega aqui o verbo *aufheben* no sentido, consolidado pela filosofia de Hegel, de um movimento que, simultaneamente, conserva e supera os seus fatores iniciais.

os componentes interpretativos e comunicativos da ação, que estão presentes em todas as formas de interação. De fato, os pontos de convergência semânticos constituem referências orientadoras da ação das pessoas do passado. Contudo, nobilitar a *cultura* como um novo conceito-síntese é pressupor que a realidade social sempre se encontra integralmente em tais pontos de convergência. É também admitir que a alta carga simbólica de um dado fenômeno documenta automaticamente a sua privilegiada relevância social, o que, por conseguinte, autoriza a análise a negligenciar outros fenômenos que talvez estejam menos carregados de símbolos. Uma *história cultural* estabelecida nesses termos arriscaria transformar-se em uma história estreita de aglomerados semânticos e de estruturas discursivas (cf. MERGEL 1996, p. 76).

É preciso contra-argumentar que entre os condicionantes da ação sempre há elementos dos quais os atores não estão plenamente conscientes. Trata-se de elementos condicionantes que os atores *poderiam ter articulado* conscientemente, mas que *não foram articulados*, posto que codeterminavam o campo da ação de modo velado (cf. LASH 1996, p. 271 et seq.).¹¹ A *práxis* humana é orientada por esquemas de interpretação dos contextos sociais vigentes. Tais esquemas, entretanto, não possuem autonomia em relação aos mencionados contextos. Estão, antes, impregnados de experiências e são sensíveis à confrontação com as condições incomensuráveis da ação. Portanto, os adensamentos simbólicos da realidade de modo algum são o código secreto da realidade histórica. A *práxis* social sempre contém elementos simbólicos, isto é, culturais. E, em parte, formas de *práxis* cultural especializadas costumadamente desenvolvem-se em torno de sistemas simbólicos. Tal fenômeno deve ser incorporado ao quadro conceitual da moderna história social. Em contraste, seria um erro defender a tese de que *cultura* seria o mesmo que *práxis*, incluindo assim, completamente, o conceito de *sociedade*. Um conceito de sociedade que se baseie nas representações da *práxis* social permanece, portanto, sendo um conceito-síntese muito superior à contraproposta articulada em torno da noção de cultura.

8. No debate entre a história social e a história cultural, a primeira passou por enormes problemas. Na minha opinião, tal situação remonta ao fato de a reflexão sobre o *status* da teoria na história social ter sido precocemente interrompido. Tal reflexão buscou fundamentar a relevância da teoria na ciência histórica, contrapondo-se a posições marcadamente não teóricas. As suas limitações tornaram-se, contudo, evidentes quando o problema passou a ser a concorrência entre teorias e a avaliação de diferentes abordagens teóricas. Com a abertura para as ciências sociais ditas *sistemáticas*, a história social procurou

¹¹ Anthony Giddens diferenciou um *saber que* discursivo – conhecimento da estrutura – de um *saber como* largamente não discursivo. O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu também contém componentes de uma autocompreensão não discursiva, o que se depreende da descrição da orientação do agir através da distinção.

ganhar um aliado para o debate interno da área de história. Vejo, todavia, na sua autoestilização enquanto uma *ciência social histórica* também uma tentativa de imunizar o âmbito *propriamente histórico* da história em face da possibilidade de uma penetração drástica das teorias. O apelo a um mero *uso instrumental da teoria* representa *também* uma concessão tácita ao positivismo tradicional. É óbvio que o uso de teorias não é um fim em si mesmo. Mas, a demanda por um *uso instrumental da teoria* implica, sim, em uma diferenciação nítida entre *teoria* e *história*. Significa, ademais, que a aplicação de teorias viabiliza uma forma de representação que, embora seja orientada teoricamente, não é estruturada nem permeada por elementos teóricos; isto é, que em última análise, a escolha e o modo de emprego das teorias ou fica sem efeito, ou, quando muito, permanece sob o controle da *representação histórica*. Tal argumento é duvidoso e terminou por acarretar um cancelamento prematuro da reflexão teórica no trabalho histórico.

Toda essa discussão deixa de lado a conhecida análise de Max Weber acerca do uso de teorias nas ciências sociais. Weber ressalta que elementos interpretativos de natureza teórica sempre estão presentes no próprio processo de pesquisa e que tal processo se assemelha a uma espécie de lapidação, que compreende tanto a exploração da empiria quanto a diferenciação e a modificação do arsenal conceitual. Ao final desse processo – e a conclusão sempre possui um forte teor de aleatoriedade –, tem-se tanto uma explicação plausível, modelada teoricamente, de um fenômeno histórico quanto um certo espectro de inferências teóricas. Apenas estas é que formam o substrato generalizável de uma ciência histórica que pretenda fazer afirmações que sejam válidas para além dos contextos históricos particulares aos quais se referem (cf. WELSKOPP 1995, p. 365 et seq.). Os *constructos teóricos* da história têm, pois, de se tornar, eles próprios, parte do processo de pesquisa. Essa reivindicação, a propósito, não é nada revolucionária, mas tão somente uma tentativa de resgatar o programa original da *ciência social histórica*. Pode-se, por exemplo, ler o seguinte em um texto de Hans-Ulrich Wehler, datado de 1979.

Ao longo do trabalho, modificam-se abordagens teóricas. Hipóteses e fontes entram em interação, alterando-se mutuamente. No fundo, a meta é a própria construção teórica do historiador. Ou seja, o desenvolvimento daquilo que chamamos teorias históricas, que são limitadas espacial e temporalmente, mas que, não obstante, também contêm elementos gerais o suficiente (como, por exemplo, o condicionamento das classes pelo mercado no contexto das sociedades do capitalismo industrial) para possibilitar, para ampliar e para reclamar a comparação (WEHLER, 1979-b).

Seria até aceitável falar em *uso instrumental de teorias* para indicar o compromisso com garantias de plausibilidade por meio de informações provenientes das fontes, bem como com a modificação das categorias – um antídoto para aquelas situações em que o excessivo torneamento teórico conduz

ao hermetismo. Mas, muito frequentemente, tal fórmula tem servido para bloquear a crítica ao emprego de instrumentais teóricos específicos e para fundamentar a hesitação quanto a ir do nível do concreto – o qual, sabidamente, apenas pode ser explorado mediante o emprego de teorias – para o nível do abstrato.

9. Isso acontece, sobretudo, no caso da fixação da *ciência social histórica* nas teorias da modernização. Pode-se até mesmo dizer que foi a crescente e irracional imobilidade da teoria da modernização instalada no núcleo da história social que provocou a veemência do gesto de separação deflagrado pela história cultural. A constante demanda por uma *flexibilização* não é, por si só, capaz anular o caráter linear, hierarquizante e temporalizador da teoria da modernização, porque somente o camufla. Mesmo nas suas variantes mais flexíveis, a teoria da modernização reduz a explicação da mudança social às interdependências existentes entre umas poucas variáveis, as quais não são reconstruídas categorialmente enquanto uma constelação fixa, uma vez que são colocadas evolutivamente na duração, ficando assim subordinadas ao fator tempo. Com isso, noções centrais, como a da relação entre economia de mercado e democracia, não são precisadas mediante uma conceptualização teórica. São, sim, apresentadas por meio de referências à sua realização (supostamente) exemplar em um determinado contexto histórico. Disso resulta uma redução na pluralidade das características das experiências sob análise e a dicotomia entre a *norma* e o *desvio* e entre *o moderno* e *o tradicional* (WEHLER 1975, p. 14). O termo *sociedade moderna* pode, entretanto, comportar as mais divergentes características. Muitos elementos classificados antagonicamente pela teoria da modernização como *modernos* e *tradicionais* estão, na verdade, muito mais próximos uns dos outros do que tal distinção conceitual faz parecer. Além disso, tem-se revelado problemática a pretensão da teoria da modernização de ser duas coisas ao mesmo tempo: por um lado, uma teoria que explica a mudança histórica singular que resultou na emergência das múltiplas e dinâmicas sociedades modernas; e, por outro, um quadro de referências que se presta a orientar a mudança *nas* sociedades modernas (cf. MERGEL 1997). Com isso, ela reduz as mais variadas formas de dinâmica social a um único processo linear de adaptação estrutural. Deixando-se de lado o período da emergência da sociedade moderna, ao qual se referem os conceitos da teoria da modernização e no qual a sua orientação normativa está ancorada, resta-lhe pouco mais do que uma vaga ideia das adaptações institucionais às mudanças que têm ou podem ter lugar em outros contextos. Na minha opinião, isso explica a irritação que acompanhou a aplicação do conceito de modernização ao período do nacional-socialismo (cf. FRIESE; PRINZ 1996). Em última análise, a contínua predominância da teoria da modernização na *ciência social histórica* ilustra um crescente temor desta diante do debate da teoria social. O apelo pela flexibilização da teoria da modernização tornou-se, em muitos casos, arbitrário, e vem exigindo um insidioso relativismo teórico. Por essa razão, as críticas levantadas contra a ultraflexibilização e a imobilidade da teoria da modernização não se

encontram em contradição. A fórmula da *flexibilização* possui um caráter apenas retórico, que deixa intacto o núcleo duro da teoria da modernização, na medida em que o imuniza da crítica e de conceitos concorrentes por meio de um gesto de diferenciação desprovido de substância teórica.

10. Na *ciência social histórica*, a fixação – completamente legítima do ponto de vista temático – com o debate sobre a *trajetória especial* (*Sonderweg*) acarretou um forte estreitamento teórico. Pois, há muito tempo, não se equilibra mais o interesse pelas condições sistêmicas da modernidade com o interesse pelos desenvolvimentos especialmente alemães aos quais se pode atribuir a responsabilidade pelo nacional-socialismo. Além disso, perdeu-se de vista o tema da combinação entre fatores modernos e não modernos na *trajetória especial*. Uma vez que se deixou de justificar as vantagens da teoria da modernização, todo tipo de variação alemã do modelo da modernização passou a poder ser definido como elemento da *trajetória especial*. O *status* teórico de dessa trajetória permanecia, assim, em aberto, mas houve a tendência a identificá-la, na prática, com a pré-modernidade. A conexão entre a teoria da modernização e a tese da trajetória especial não conferiu à história da sociedade alemã mais substância teórica. Pelo contrário, *desteorizou-a* ao transformá-la em uma história de desvios particulares em relação a um modelo geral; de uma história de *casos excepcionais*, que no fundo permanecem remetidos a incontroláveis padrões de explicação *ad hoc*. A teoria da modernização reduziu-se a um catálogo de normas facultativas, que foram preservadas da confrontação com as realidades históricas e que perderam assim o seu ímpeto original para criticar o projeto da modernidade (cf. WEHLER 1995, pp. 461-491 e pp. 1250-1295).

A *ciência social histórica* e a *história da sociedade* revelam sintomas de velhice. Mas, já não sobrevivem como plataformas para o desenvolvimento inovador da história social. Para reverter esse quadro, é necessário, em todo caso, muito mais do que simplesmente adornar o concreto estruturalista com adereços emprestados da história cultural. Deve-se, na verdade, remover o esqueleto conceitual da história social. A supracitada *virada praxiológica*, que inclui também elementos da virada hermenêutica, não pode ser postergada e o seu componente fundamental é uma revisão do conceito de estrutura que o torne permeável à teoria da ação. Esse passo fundamental fomentaria a mediação entre micro e macro-história, a integração relacional das dimensões étnica, religiosa e de gênero, bem como uma história genuinamente social das instituições. A partir dessa base, poder-se-ia superar a teoria da modernização, encaminhando-se para uma (ainda não desenvolvida) *teoria das sociedades modernas*. A *história da sociedade* expandir-se-ia, então, em uma *história da socialização* e a ciência social histórica, em uma *ciência histórica da sociedade* (*historische Gesellschaftswissenschaft*), ganhando, com isso, uma autocompreensão teórica própria. Com base em uma tal reorientação, a história social aproveitaria ao máximo o seu patrimônio tradicional. Abrir-se-lhe-ia, assim, um futuro promissor. Tais mudanças podem ser consideradas sob os seguintes aspectos:

i. Não está datada a inclinação tradicional da história social para a sociedade moderna – conceito que engloba mais do que o capitalismo, a indústria e a democracia – como um ponto de fuga da pesquisa histórica. Agora, é importante que se procure uma nova fundamentação para tal inclinação. Na nossa época, a modernidade permanece sendo tão digna de análise quanto outrora. Tornou-se, efetivamente, muito mais complexa e muito mais contraditória do que os conceitos da teoria da modernização permitem perceber (GIDDENS 1995; GIDDENS 1997; BECK 1996). Pertence à modernidade, paralelamente ao racionalismo, também um novo romantismo e um novo misticismo; paralelamente à formação de novas coletividades, também a constituição de personalidades individuais; paralelamente à individualização e à recusa de processos de formação de comunidades (por exemplo, com base na classe social), também a evocação de comunidades virtuais, como as nacionais. Nas sociedades modernas também existe o fundamentalismo. Uma dinâmica econômica acelerada pode, com efeito, conservar elementos velhos e tradicionais de uma sociedade. Todos esses conjuntos de problemas têm que ser integrados por uma teoria substantiva das sociedades modernas.

Modernidade, ademais, não pode ser reduzida a *modernismo*. A insistência na *sociedade moderna*, como ponto de fuga, não conduz necessariamente a uma fixação com períodos mais recentes da história ou a um *eurocentrismo* metódico. Pelo contrário, emerge da dissolução das fronteiras do paradigma da modernização, da necessária rescisão da sua certeza mais bem assente: a de que existe apenas um *caso normal* de modernidade ao lado de muitas outras variantes deficitárias. É fundamental que se sensibilize para a necessidade de comparações intertemporais, que projetem também sobre casos não ocidentais, pois, somente isso permite identificar de maneira precisa o quão amplo é o espectro de formas que caracteriza a modernidade e o que realmente a diferencia *dos outros* – isto é de outras sociedades não menos complexas e não necessariamente deficitárias.¹² É preciso definir, pela primeira vez, o que constituiu o *eurocentrismo*, realmente existente nas sociedades modernas e qual o foi o seu verdadeiro poder de difusão para as outras formas de sociedade (cf. MERGEL 1996, p. 74).

ii. A história social sempre enfatizou a conexão entre economia e sociedade. Tal ênfase deve ser conservada – ainda que com base em uma expansão *praxiológica* e, portanto, também cultural. No fundo, ainda não existe uma análise *social* do capitalismo e da industrialização, assim como não existe uma reconstrução de padrões típicos de diferença social que seja marcada pela perspectiva relacional. Pode ser que, precisamente, uma *ciência histórica da sociedade* se revele bem apropriada para identificar padrões resilientes da sociedade capitalista de classes na sua complexidade cultural e para expor os

¹² Aqui, revelam-se diversos pontos de contato com a antropologia cultural, que enfatiza, de maneira prolífica, que aquilo que nos é familiar frequentemente é *mais estranho* do que aparenta ser, carecendo, portanto, de uma análise profunda. Cf. MATTHES 1992 e OSTERHAMMEL 1996.

significados desses padrões para o presente. Com isso, ela pode abrir trilhas em meio à floresta da arbitrariedade pós-moderna, em meio à *nova falta de transparência* e em meio aos muitos e unidimensionais projetos de sociedade que costumam envelhecer à medida que são recebidos e assimilados (WEHLER 1996, p. 46). Em uma época marcada pelos mais sérios processos de reestruturação socioeconômica, que se desenrolam em escala mundial, a ciência da história não pode perder de vista a questão das estruturas centrais da sociedade moderna, nem pode, com a retirada completa para o nível do simbólico, pôr em risco o seu potencial de crítica social. A crítica social, e logo também a crítica ao capitalismo contemporâneo impõem-se como uma necessidade completamente atual. Uma *ciência histórica da sociedade*, ampliada pela introdução de temas culturais e pela absorção da teoria social, poderia desmascarar boa parte da pretensão de racionalidade da economia de mercado como um mito de autoconvencimento, por exemplo, ao analisar as relações sociais nas empresas ou ao investigar a sua interpretação contraditória de questões ambientais (cf. SCRANTON 1989 e ROBERTSON; ALSTON 1992). Surgiram, recentemente, no cenário da história social estadunidense algumas abordagens bastante promissoras, que, levando em conta fatores culturais, promovem uma conexão entre a história da produção e a do consumo. Assim, esclarece-se o processo social do capitalismo de maneira muito mais apropriada do que por meio da fixação com o *industrialismo* (COHEN 1990). A pesquisa sobre o capitalismo rural também tem contribuído claramente para aprofundar a compreensão dos sistemas econômicos de recursos e de regras, precisamente em sua dimensão *cultural*. Desses pontos de vista, na Alemanha, a relação entre capitalismo e industrialização poderia ser largamente reinterpretada. Dessa maneira, a penetração dos padrões de comercialização capitalista na indústria manufatureira urbana foi um processo muito mais complexo e muito mais significativo do que permitem captar as categorias forjadas pela *Sociedade para a política social*,¹³ que foram importadas de maneira acrítica pela história social. O grande mérito das abordagens mencionadas consiste na aplicação de um instrumentário analítico proveniente da história cultural e da antropologia social a um conjunto de objetos tradicionalmente importantes para a história social, objetos esses que, na minha opinião, não perderam a sua relevância.

iii. O mesmo vale, *mutatis mutandi*, para a análise de processos políticos. Até o presente, uma história *social* dos fenômenos políticos, na sociedade moderna apenas engatinhou. Essa abordagem, todavia, deve ter um futuro promissor (cf. MONTGOMERY 1993).¹⁴ Questões a serem trabalhadas por ela envolvem, entre outras, as seguintes: o papel do Estado moderno, as consequências

¹³ NT: A *Verein für Socialpolitik* é uma associação que congrega economistas alemães. Foi fundada, em 1873, com o duplo objetivo de combater uma vertente, mais estritamente, liberal de pensamento sobre política social e de contrapor-se a uma visão demasiado radical de transformação social.

¹⁴ O quanto a história política de movimentos sociais pode lucrar com uma aproximação com a história cultural é revelado por MALLMANN 1996. Também são muito promissoras algumas novas abordagens de pesquisa eleitoral histórica, que incluem, na análise, a cultura eleitoral. Cf. KÜHNE 1994.

dos seus diversos padrões de justificação nas diferentes sociedades, os processos de transformação dos impulsos sociais na política, as formas e os efeitos dos rituais políticos, a reinvenção e o esquecimento da história como parte de uma cultura interpretativa de natureza ideológica e a política como lugar social, como campo de ação para processos específicos de formação de comunidades (cf. TACKE 1996). Está aflorando uma *história social da política*, como desdobramento da concentração na *problemática da trajetória especial alemã*. Ela pode adentrar o campo altamente interessante da fenomenologia do *político* na modernidade e pode desafiar noções tidas por não problemáticas pelo discurso da modernização, como a de *democracia*. Disso resulta uma muito bem-vinda descentralização da análise histórica da política. Também nessa *história social da política*, poder-se-ia misturar elementos provenientes tanto da história social quanto da antropologia cultural. Em meio a tudo isso, a *questão da trajetória especial alemã* permanece sendo uma problemática de análise legítima e importante – tal como se revelou no decurso do debate iniciado pelo livro de Daniel Goldhagen –, ainda que a *tese da trajetória especial*, sob muitos aspectos, tenha perdido a sua plausibilidade. Concomitantemente, desenham-se potenciais interpretativos portadores de relevância política, como, por exemplo, o relacionado ao dilema dos sistemas políticos contemporâneos, que assumem crescentes responsabilidades regulatórias, ao mesmo tempo em que perdem a sua capacidade de condução. A investigação de questões como essa promete uma orientação esclarecedora para o presente.

iv. Uma *ciência histórica da sociedade*, compreendida nos termos acima expostos, não se situa em uma oposição diametral em relação à história cultural. Além disso, nesse contexto, muitos dos estudos que são desenvolvidos, hoje em dia, não podem ser classificados, clara ou exclusivamente, nem como história social nem como história cultural (cf. FREVERT 1991-b; BUDDE 1994; CANNING 1992; MERGEL 1994; WEINHAUER 1994; NOLTE 1993; TACKE 1995; WELSKOPP 1994-b; BRÜGGEMEIER 1983). Do ponto de vista dos princípios, não é possível diferenciar uma história cultural que queira abordar seriamente a *práxis* social de uma história da socialização que consiga integrar interpretações culturais. Destarte, o problema da nomenclatura torna-se uma questão de menor importância (cf. PRECHT 1996). Permanece, todavia, a diferença quanto a se, na análise da *práxis* social, os elementos rituais e simbólicos são abordados e investigados enquanto formas autônomas de *práxis*, ou se o que se busca, em última análise, é fazer uma história dos símbolos e dos rituais como uma história da *práxis* social pura e simplesmente. Caso a história cultural não possa demonstrar que é capaz de oferecer respostas superiores a velhas questões, caso se rejeite a ocupar-se de tais questões com o argumento de que estão superadas, de que são *smokestack history*,¹⁵ caso recorte um único e limitado

¹⁵ NT: *Smokestack* é um termo da língua inglesa para *chaminé*. No trecho em questão, denota a ideia de algo pesado, pouco dinâmico e fora de moda.

campo de objetos e tente fazê-lo passar por um cânone temático da história universal, então não poderá fundamentar de modo legítimo a sua pretensão de *absolutividade* e de superioridade diante de uma renovada *história da socialização*. Nesse debate, a história social deve assumir uma posição ofensiva, apresentando argumentos de caráter teórico e conceitual que incorporem as novas abordagens que se encontram em desenvolvimento. De nenhuma valia será aqui se enclausurar na própria área de investigação ou assumir a postura de que *qualquer coisa serve*.

v. Na disputa pelo primado da *sociedade* ou da *cultura*, uma *ciência histórica da sociedade* orientada para o futuro tem de atualizar o seu conceito de *sociedade*, caso queira continuar a insistir em tal conceito-síntese. É preciso esclarecer que a sociedade surge dos processos de socialização de atores individuais, os quais, desde sempre, são influenciados por padrões de relação social já existentes. *Sociedade* torna-se, então, um sistema de interações completamente aberto, que compreende a totalidade das relações e das interpretações sociais dos seus membros. Mediante uma tal reorientação *praxiológica*, a história social escapa das acusações de que promoveria um reducionismo estrutural e funcionalista ou uma anonimização dos indivíduos. Ao mesmo tempo, e diferentemente do conceito integracionista de *cultura*, o conceito de sociedade associa coerência social e conflito social. Ademais, pode tomar por tema aquelas relações sociais de poder que, para além da sua inquestionável ancoragem cultural, baseiam-se simplesmente na disponibilidade assimétrica de recursos. Às categorias de *classe* e de *ambiente social* pode-se, sem problemas, integrar dimensões culturais. Disso decorre a grande vantagem de *cultura*, da *mentalidade* e *discurso* tornarem-se perceptíveis não só como sistemas fechados de significados, mas também como *práxis* social na qual os seres humanos lidam com a interpretação simbólica do mundo que os circunda (SCHÖTTLER 1989).

A aversão da *nova história cultural* ao conceito de sociedade parece originar, sobretudo, de tradições conceituais provenientes da antropologia cultural e do desconhecimento quanto à própria história dessa disciplina (cf. SOKOLL 1997). Por muito tempo, predominou na antropologia cultural uma compreensão (estrutural e funcionalista) particularmente rígida de *sociedade*, que fazia todas as diferentes sociedades parecerem a mesma. Restava, portanto, apenas o reino simbólico da *cultura* para assinalar os traços qualitativos e especiais de uma dada unidade observada. Além disso, na antropologia cultural e na etnologia, costumava-se dar preferência aos complexos sociais que conferem homogeneidade a uma sociedade e que equivalem ao termo *cultura*. Também nesse caso se tendia a concentrar o interesse quase que, naturalmente, nos aspectos qualitativos que conferem individualidade aos padrões menos complexos de organização social, os quais amiúde são bem parecidos. Entretanto, todos esses pressupostos deixam de funcionar quando se insiste em analisar as sociedades altamente diferenciadas e complexamente estruturadas da modernidade ocidental desprezando-se completamente a concepção

estrutural e funcionalista de sociedade. Portanto, as sociedades devem ser concebidas como sistemas sociais complexos, abertos, marcados por conflitos internos e parcialmente fraturados. E tal definição não pode ser equiparada ao conceito de *cultura*, pois este aponta para um sistema de significados relativamente fechado, no qual os elementos culturais estão distribuídos de maneira desigual e assimétrica, sendo possível, até mesmo, que várias culturas coexistam, seja lado a lado, seja em concorrência mútua ou dentro de relações de poder hegemônicas. As sociedades modernas devem ser analisadas em função dos seus princípios de organização, e esses princípios possuem, para a *práxis* social, um significado muito elevado, o que torna inviável ignorá-los ou reduzi-los apenas à sua dimensão simbólica.

vi. Há bons motivos para se ter a impressão de que a *história cultural* critica a história social por ter reduzido de maneira falsa e injusta a totalidade histórica. De quando em quando, a história cultural parece pretender estar em condições de abdicar da seleção e da preterição de setores da realidade. Parece poder mensurar o terreno histórico recorrendo à escala real. O argumento sobre a falsa redução da realidade operada pela história social ainda possui certa validade, o que deveria servir de impulso para a autorreflexão. Já há sinais de que, no futuro, os padrões explicativos da história social se tornarão mais complexos e mais diferenciados, de que expedições exemplares às profundezas das microdimensões ganharão importância, de que os atores históricos serão revalorizados, de que a tipificação substituirá a construção linear da teoria da modernização, de que a *descrição densa* e o beneficiamento narrativo de episódios exemplares ganharão força e de que uma teoria social historicamente saturada unificará todo um espectro de diferentes planos de generalização, o último dos quais se conectará imediatamente ao plano da experiência dos atores pretéritos. Contudo, o trabalho histórico permanece sendo necessariamente um ato de construção seletiva, orientado por problemas colocados pelos próprios historiadores. Isso justifica, sim, a preterição de esferas da realidade histórica, nos casos em que tais setores possuam comprovadamente pouca relevância para o padrão de explicação almejado. A *ciência histórica da sociedade* pretende, além de explicar, apresentar projetos de síntese que sejam socialmente pertinentes. Dará importância a um determinado contexto, na medida em que tal contexto contribuir para uma explicação que seja a mais válida possível. Longe dela, todavia, está a pretensão de capturar a totalidade histórica por si só. Aliás, tal pretensão também não pode ser implementada pela história cultural. Quando esta tenta realizá-la – por exemplo, através da concentração em uma aldeia ou em uma cultura exótica –, sempre surgem custos que são facilmente contabilizáveis, e que a história social quer e tem de evitar: o estreitamento temático em relações homogêneas, claras e de pequena escala, e a desconexão radical entre o microcosmo observado e os grandes contextos, aos quais aquele sempre se encontra ligado, pelo menos quando se trata das sociedades do mundo moderno.¹⁶

vii. Também é preciso reforçar o élan teórico da discussão sobre a *virada linguística*. Nada seria mais improdutivo do que um retorno à rejeição da problemática da recepção e a um reducionismo aberto (cf. JELAVICH 1993; WALSER SMITH 1996). O claro esmorecimento da associação entre a *metáfora do texto, agência e discurso* aponta para as desvantagens de tal estratégia conceitual. Tratar a *práxis social* como *texto* é pressupor que os sistemas de significados possuem um alto grau coerência e de unidade, o que está longe de acontecer em todos os casos. De modo arrogante, tal procedimento passa por cima das experiências dos atores e dos autores do passado, pois tende a absolutizar a perspectiva do investigador. Destarte, a história é *congelada* na forma de um sistema estático de símbolos. São ignoradas, assim, as hierarquias sociais, as diversas formas de participação no discurso e as zonas de silêncio e de exercício tácito de poder. É sabido que categorias como *relação social, práxis social e estrutura social* também possuem um caráter metafórico. Mas tais metáforas simulam teoricamente como os atores do passado interpretaram si próprios e o seu meio social. Além disso, elas podem diferenciar interpretações de outras formas de ação e tratam como fenômenos complexos e entrelaçados os atores e as estruturas sociais dentro das quais os sujeitos históricos agem. Essa capacidade de diferenciar e o grande potencial construtivista fundamentam a superioridade do aparato categórico de uma teoria social orientada *praxiologicamente* diante da retórica textual, a qual, em última análise, tanto na teoria quanto na prática, absolutiza a linguagem, deixando de dar atenção ao contexto social que a emoldura. A história social encontra-se, assim, muito mais próxima à experiência. Tal proximidade confere suporte à sua premissa epistemológica de que existe uma realidade histórica para além do símbolo – realidade essa que, mesmo não podendo ser acessada diretamente, pode ser reconstruída por meio de propostas interpretativas plausíveis.

A história social deve defender argumentativamente a premissa de que existe um *there out there*, isto é, uma *realidade histórica*. Trata-se, em outras palavras, do argumento de que, ao lado de qualidades ligadas à comunicação e à produção de regras, a linguagem possui uma função referencial. Se os atores pensam que algo é a sua *realidade* e agem em conformidade com essa ideia, então tal *realidade* existe. Assim, por que a ciência histórica, que pretende explicar tal ação e decodificar as suas estruturas de sentido, deve desenvolver um conceito de ação distinto daquele que os próprios agentes tinham? (cf. MERGEL 1996, p. 76; MERGEL; WELSKOPP 1997, pp. 27-28; SPIEGEL 1994). O que é imperativo aqui é uma nova e esclarecedora reflexão sobre o *status* da teoria na história social, uma delimitação precisa e atualizada da posição do

¹⁶ Os limites de toda *descrição densa*, na história social, situam-se no ponto a partir do qual descrições ainda mais minuciosas deixam de acrescentar força explicativa às interpretações dos grandes contextos que a análise tem em vista. Há vários exemplos de trabalhos em que a orientação da antropologia cultural acarretou uma negativa autossuficiência micro-histórica (cf. SABEAN 1990). Contudo, a possibilidade de combinar uma densa fenomenologia micro-histórica com uma análise de grandes contextos estruturais já foi demonstrada por BLACKBOURN 1994.

pesquisador em relação ao seu objeto, bem como uma definição sobre o que é exatamente aquilo que apresentamos como sendo interpretações plausíveis de uma *realidade* histórica que já passou e que não pode ser trazida de volta.

viii. Pois, naturalmente, por detrás da *virada linguística* e do desafio lançado pela história cultural, assim como por detrás de qualquer abordagem histórica, encontram-se remissões a valores (*Wertbezüge*), carências provenientes da realidade e intenções de uso político. Há um bom tempo, a *ciência social histórica* priva-se tal discussão e deve agora correr atrás do prejuízo. Quem discordará de que pode ser legítimo o interesse por identidades coletivas, pela a investigação da *memória* em vez da *história*, pelas histórias particulares dos sem nome e dos perdedores? Mas a legitimidade de tais abordagens não implica automaticamente na ilegitimidade dos objetivos das concorrentes, por exemplo, do diagnóstico social crítico inspirado pela tradição do iluminismo. É necessário redeterminar o posicionamento (inclusive, o político) da *ciência histórica da sociedade* (MERGEL 1996, p. 77; cf. KASCHUBA 1993). Caso isso seja atingido, então não será difícil recorrer, de forma natural, criativa e corajosa, a macroconceitos evolutivos de sociedade, os quais disponibilizam ao presente um saber relevante e capaz de servir como orientação. Não se deve temer que disso resulte um jogo de miçangas sócio-teórico, uma vez que tais conceitos têm de se mostrar eficazes para a interpretação de fenômenos históricos concretos. O interesse de uma *ciência histórica da sociedade* não pode residir no espelhamento da identidade histórica, na reconstrução caleidoscópica da diversidade histórica por si mesma ou no abrandamento epistemológico da sua pretensão científica universal. Antes de mais nada, permanece sendo do seu interesse explicar conjunturas sociais e processos de desenvolvimento que sejam relevantes para o presente, e ela deve defender de maneira enérgica esse ponto de vista programático. Nesse contexto, aliás, a atual segunda geração da história social vê-se diante de uma grande necessidade de demarcar claramente a sua posição, o que não era o caso da *geração dos pais fundadores* dessa abordagem.

A história social é uma empresa bem estabelecida, que possui um impressionante leque de produtos de qualidade. Dessa circunstância, decorrem as suas vantagens e as suas fraquezas. Ela pode limitar-se a fazer propaganda das suas forças, pode aceitar as suas fraquezas e simplesmente defender a sua participação no mercado através de um bom marketing indireto. Mas, assim, ela expõe desnecessariamente a geração dos historiadores sociais mais jovens ao problema de ter que rotular o seu próprio perfil em meio a duas frentes de batalha antagônicas. Seria claramente preferível investir recursos no desenvolvimento de novos produtos e aproveitar o potencial de ampliação que é corporificado pela nova geração. A isso se soma uma revisão, quiçá dura e desconfortável, da filosofia empresarial. Contudo, é apenas através de um discurso aberto e de um criativo trabalho de pesquisa e de desenvolvimento que a história social conseguirá preparar-se para o século XXI. Para tanto, serão muito mais oportunas as inovações que estabeleçam alguma continuidade com os desenvolvimentos anteriores do que aqueles grandes gestos de descoberta

que, muitas vezes apenas reinventam a roda, importando sem querer, de outras áreas, novos vícios de construção. Um desenvolvimento contínuo, bem planejado e intensivamente discutido é um pressuposto necessário para que a empresa *ciência histórica da sociedade* permaneça animada, competitiva e expansível.

Referências bibliográficas¹⁷

- BECK, U. et al. (org.). **Reflexive Modernisierung**: eine Kontroverse. Frankfurt, 1996.
- BLACKBOURN, D. Marpingen. **Apparitions of the Virgin Mary in nineteenth-century Germany**. New York, 1994.
- BOCK, G. "Geschichte, Frauengeschichte, Geschlechtergeschichte". **Geschichte und Gesellschaft**, 14, 1988, p. 364-391.
- BRÜGGEMEIER, F.-J. **Leben vor Ort: ruhrbergleute und Ruhrbergbau, 1889-1919**. München, 1983.
- BUDDE, G.-F. "Das Geschlecht der Geschichte". In: In: MERGEL, T.; WELSKOPP, T. (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 125-150.
- _____. **Auf dem Weg ins Bürgerleben**: Kindheit und Erziehung in deutschen und englischen Bürgerfamilien, 1840-1914. Göttingen, 1994.
- CANNING, K. "Gender and the politics of class formation". **American Historical Review**, 97, 1992, pp. 736-768.
- COHEN, L. **Making a New Deal**: industrial workers in Chicago, 1919-1939. New York, 1990.
- DANIEL, U. "Quo vadis, Sozialgeschichte? Kleines Plädoyer für eine hermeneutische Wende". In: SCHULZE, W. (org.). **Sozialgeschichte, Alltagsgeschichte, Mikro-Historie**: eine Diskussion. Göttingen, 1994, pp. 54-64.
- _____. "'Kultur' und 'Gesellschaft'. Überlegungen zum Gegenstandsbereich der Sozialgeschichte". **Geschichte und Gesellschaft**, 19, 1993, pp. 69-99.
- FREVERT, U. "Frauengeschichte – Männergeschichte – Geschlechtergeschichte". In: BLATTMANN, L. et al. (org.). **Feministische Perspektiven in der Wissenschaft**. Zürich, 1993, pp. 23-40.
- _____. "Klasse und Geschlecht – ein deutscher Sonderweg?". In: BARROW, L. et al. (org.). **Nichts als Unterdrückung?** Geschlecht und Klasse in der englischen Sozialgeschichte. Münster, 1991, pp. 259-270.

¹⁷ NT. Uma vez que o texto original, em consonância com a tradição acadêmica alemã, não indica nas suas referências bibliográficas o nome das editoras, fica esse dado ausente da presente lista.

- _____. **Ehrenmänner:** das Duell in der bürgerlichen Gesellschaft. München, 1991-b.
- FRIESE, M.; PRINZ, M. (orgs.). **Politische Zäsuren und gesellschaftlicher Wandel im 20. Jahrhundert:** regionale und vergleichende Perspektiven, 1996.
- GIDDENS, A. **Jenseits von Links und Rechts:** die Zukunft radikaler Demokratie. Frankfurt, 1997.
- _____. **Konsequenzen der Moderne.** Frankfurt, 1995
- _____. **Die Konstitution der Gesellschaft.** Frankfurt, 1988.
- _____. **Interpretative Soziologie:** eine kritische Einführung. Frankfurt, 1984
- HARDTWIG, W.; WEHLER, H.-U. "Einleitung". In: Idem (orgs.). **Kulturgeschichte Heute.** Göttingen, 1996, pp. 7-13.
- HAUSSMANN, T. **Erklären und Verstehen:** zur Theorie und Pragmatik der Geschichtswissenschaft. Mit einer Fallstudie über die Geschichtsschreibung zum deutschen Kaiserreich 1871-1918. Frankfurt, 1991.
- HERGESELL, B. **Arbeiterkulturen im Betrieb:** interethnische Beziehungen zwischen Produktionsarbeitern. Frankfurt, 1994.
- HETTLING, M. et al. "Vorwort". In: Idem (org.). **Was ist Gesellschaftsgeschichte?** Positionen, Themen, Analysen. München, 1991, pp. 9-10.
- JELAVICH, P. "Poststrukturalismus und Sozialgeschichte – aus amerikanischer Perspektive". **Geschichte und Gesellschaft**, 14, 1993, pp. 259-289.
- JEISMANN, M. "Verpuppt". **Frankfurter Allgemeine Zeitung**, Nr. 272, 22/11/1995, p. N5.
- KAELBLE, H. "Vergleichende Sozialgeschichte des 19. und 20. Jahrhunderts: Forschungen europäischer Historiker". In: Idem. **Der historische Vergleich:** Eine Einführung zum 19. und 20. Jahrhundert. Frankfurt/M. 1999, pp. 91-130.
- KASCHUBA, W. "Kulturalismus: Kultur statt Gesellschaft?". **Geschichte und Gesellschaft**, 19, 1993, pp. 445-468.
- KOCKA, J. "Historische Komparatistik in Deutschland". In: HAUPT, H. G.; KOCKA, J. (orgs.). **Geschichte und Vergleich:** Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung. Frankfurt, 1996, pp. 47-60.
- _____. "Perspektiven für die Sozialgeschichte der neunziger Jahre". In: W. Schulze (org.). **Sozialgeschichte, Alltagsgeschichte, Mikro-Historie:** eine Diskussion. Göttingen, 1994, pp. 33-39.
- _____. "Sozialgeschichte zwischen Strukturgeschichte und Erfahrungsgeschichte". In: SCHIEDER, W.; SELLIN, V. (orgs.). **Sozialgeschichte in Deutschland:** Entwicklungen und Perspektiven im internationalen Zusammenhang. Bd. 1:

- Die Sozialgeschichte innerhalb der Geschichtswissenschaft. Göttingen, 1986, pp. 67-88.
- _____. **Sozialgeschichte**: Begriff – Entwicklung – Probleme. Göttingen, 1977.
- _____. "Theorien in der Sozial- und Gesellschaftsgeschichte. Vorschläge zur historischen Schichtungsanalyse". **Geschichte und Gesellschaft**, 1, 1975, pp. 9-42.
- KOSELLECK, R. "Zur Theorie und Methode historischer Zeitbestimmung". In: Idem. **Vergangene Zukunft**: zur Semantik geschichtlicher Zeiten. Frankfurt, 1984, pp. 107-207.
- KOTTHOFF, H.; REINDL, J. **Die soziale Welt kleiner Betriebe**: Wirtschaften, Arbeiten und Leben im mittelständischen Industriebetrieb. Göttingen, 1990.
- KÜHNE, T. **Dreiklassenwahlrecht und Wahlkultur in Preußen, 1867-1914**. Landtagswahlen zwischen korporativer Tradition und politischem Massenmarkt. Düsseldorf, 1994.
- KÜPPER, W.; ORTMANN, G. (orgs.). **Mikropolitik**: rationalität, Macht und Spiele in Organisationen. Opladen, 1992.
- LASH, S. "Reflexivität und ihre Doppelungen: Struktur, Ästhetik und Gemeinschaft". In: BECK, U. et al. (orgs.). **Reflexive Modernisierung**: eine Kontroverse. Frankfurt, 1996, pp. 195-286.
- LAUSCHKE, K.; WELSKOPP, T. "Einführung: Mikropolitik im Unternehmen: Chancen und Voraussetzungen beziehungsanalytischer Ansätze in der Industrie- und Arbeitergeschichte". In: Idem (orgs.). **Mikropolitik im Unternehmen**: Arbeitsbeziehungen und Machtstrukturen in industriellen Großbetrieben des 20. Jahrhunderts. Essen, 1994, pp. 7-15.
- MALLMANN, K. M. **Kommunisten in der Weimarer Republik**: Sozialgeschichte einer revolutionären Bewegung. Darmstadt, 1996.
- MATTHES, J. "The Operation called 'Vergleichen'". In: Idem (org.). **Zwischen den Kulturen?** Die Sozialwissenschaften vor dem Problem des Kulturvergleichs. Göttingen, 1992, pp. 75-99.
- MERGEL, T. "Geht es weiterhin voran? Die Modernisierungstheorie auf dem Weg zu einer Theorie der Moderne". MERGEL, T.; WELSKOPP, T. (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 203-232.
- _____. "Kulturgeschichte – die neue 'große' Erzählung? Wissenssoziologische Bemerkungen zur Konzeptualisierung sozialer Wirklichkeit in der Geschichtswissenschaft". In: HARDTWIG, W.; WEHLER, H.-U. (orgs.). **Kulturgeschichte Heute**. Göttingen, 1996, pp. 41-77.
- _____. **Zwischen Klasse und Konfession**: katholisches Bürgertum im Rheinland, 1794-1914. Göttingen, 1994.

- MERGEL, T.; WELSKOPP, T. "Geschichtswissenschaft und Gesellschaftstheorie". In: Idem (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 9-35.
- MINNSEN, H. **Die Rationalität von Rationalisierung**: Betrieblicher Wandel und die Industriesoziologie. Stuttgart, 1992.
- MONTGOMERY, D. **Citizen worker**: the experience of workers in the United States with democracy and the free market during the nineteenth century. Cambridge, 1993.
- MOOSER, J. "Wirtschafts- und Sozialgeschichte, Historische Sozialwissenschaft, Gesellschaftsgeschichte". In: DÜLMEN, R. van (org.). **Fischer Lexikon Geschichte**. Frankfurt, 1990, pp. 86-101.
- NOLTE, P. **Gemeindeliberalismus in Baden**: Tradition – Radikalismus – Republik. Göttingen, 1993.
- OSTERHAMMEL, J. "Transkulturell vergleichende Geschichtswissenschaft". HAUPT, H. G.; KOCKA, J. (orgs.). **Geschichte und Vergleich**: Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung. Frankfurt, 1996, pp. 271-311.
- PRECHT, R. D. "Kultur. Ein Plädoyer gegen die kulturelle Belanglosigkeit der Kulturwissenschaften". **Die Zeit**, 29, 12/07/1996, p. 29.
- ROBERTSON, P. L.; ALSTON, L. J. "Technological choice and the organization of work in capitalist firms". **Economic History Review**, 45, 1992, pp. 330-349.
- SABEAN, D. **Property, production and family in Neckerhausen, 1700-1870**. Cambridge, 1990.
- SARASIN, P. "Arbeit, Sprache – Alltag. Wozu noch <Alltagsgeschichte>?". **Werkstatt Geschichte**, 15, 1996, pp. 72-82.
- SCHÖTTLER, P. "Mentalitäten, Ideologien, Diskurse. Zur sozialgeschichtlichen Thematisierung der <dritten Ebene>". In: LÜDKE, A. (org.). **Alltagsgeschichte**: zur Rekonstruktion historischer Erfahrungen und Lebensweisen. Frankfurt, 1989, pp. 85-136.
- SCRANTON, P. "The workplace, technology and theory in American labor history". **International Labor and Working Class History**, 35, 1989, pp. 3-22.
- SIEDER, R. "Sozialgeschichte auf dem Weg zu einer historischen Kulturwissenschaft?". **Geschichte und Gesellschaft**, 20, 1994, pp. 445-468.
- _____. "Alltagsgeschichte. Zur Aneignung der Verhältnisse. Ein Gespräch mit Alf Lüdke". **Österreichische Zeitschrift für Geschichtswissenschaft**, 2, 1991, pp. 104-113, 112.

- SOKOLL, T. "Kulturanthropologie und Historische Sozialwissenschaften". In: MERGEL, T.; WELSKOPP, T. (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 233-272.
- SPIEGEL, G. "Historizität und die soziale Logik von mittelalterlichen Texten". In: CONRAD, C.; KESSEL, M. (orgs.). **Geschichte schreiben in der Postmoderne**. Stuttgart, 1994, pp. 161-202.
- TACKE, C. "Nationale Symbole in Frankreich und Deutschland". In: HAUPT, H. G.; KOCKA, J. (orgs.). **Geschichte und Vergleich**: Ansätze und Ergebnisse international vergleichender Geschichtsschreibung. Frankfurt, 1996, pp. 131-154.
- _____. **Denkmal im sozialen Raum**: nationale Symbole in Deutschland und Frankreich im 19. Jahrhundert. Göttingen, 1995.
- VIERHAUS, R. "Die Rekonstruktion historischer Lebenswelten. Probleme moderner Kulturgeschichtsschreibung". In: LEHMANN, H. (org.). **Wege zu einer Kulturgeschichte**. Göttingen, 1995, pp. 5-28.
- WALSER Smith, H. "Geschichte zwischen den Fronten. Meisterwerke der neuesten Geschichtsschreibung und postmoderne Kritik". **Geschichte und Gesellschaft**, 22, 1996, pp. 592-608.
- WEHLER, H.-U. "Kommentar". In: MERGEL, T.; WELSKOPP, T. (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 351-366.
- _____. "Von der Herrschaft zum Habitus". **Die Zeit**, 44, 25/10/1996.
- _____. **Deutsche Gesellschaftsgeschichte**, Bd. 3: Von der 'Deutschen Doppelrevolution' bis zum Beginn des Ersten Weltkrieges. München, 1995.
- _____. **Das Deutsche Kaiserreich 1871-1918**. Göttingen, 1980.
- _____. "Anwendung von Theorien in der Geschichtswissenschaft". In: KOCKA, J.; NIPPERDEY, T. (orgs.). **Theorie und Erzählung in der Geschichte** (= Theorie der Geschichte. Beiträge zur Historik, Bd. 3, München, 1979, pp. 17-39.
- _____. "Fragen an Fragwürdiges. Eine gedämpfte Replik auf Golo Manns, Plädoyer". In: KOCKA, J.; NIPPERDEY, T. (orgs.). **Theorie und Erzählung in der Geschichte** (= Theorie der Geschichte. Beiträge zur Historik, Bd. 3. München, 1979-b, pp. 57-60
- _____. **Modernisierungstheorie und Geschichte**. Göttingen, 1975.
- WEINHAUER, K. **Alltag und Arbeitskampf im Hamburger Hafen**: Sozialgeschichte der Hamburger Hafentarbeiter, 1914-1933. Paderborn, 1994.

- WELSKOPP, T. "Der Mensch und die Verhältnisse. 'Handel' und 'Struktur' bei Max Weber und Anthony Giddens". In: MERGEL, T.; WELSKOPP, T. (orgs.). **Geschichte zwischen Kultur und Gesellschaft**: Beiträge zur Theoriedebatte. München, 1997, pp. 39-70.
- _____. "Der Betrieb als soziales Handlungsfeld. Neuere Forschungsansätze in der Industrie- und Arbeitergeschichte". **Geschichte und Gesellschaft**, 22, 1996, pp. 118-142.
- _____. "Stolpersteine auf dem Königsweg. Methodenkritische Anmerkungen zum internationalen Vergleich in der Gesellschaftsgeschichte". In: **Archiv für Sozialgeschichte**, 35, 1995, pp. 339-367.
- _____. "Ein modernes Klassenkonzept für die vergleichende Geschichte industrialisierender und industrieller Gesellschaften. Kritische Skizzen und theoretische Überlegungen". In: LAUSCHKE, K.; WELSKOPP, Th. (orgs.). **Mikropolitik im Unternehmen**: Arbeitsbeziehungen und Machtstrukturen in Großunternehmen des 20. Jahrhunderts. Essen, 1994, pp. 48-106.
- _____. Arbeit und Macht im Hüttenwerk. **Arbeits- und industrielle Beziehungen in der deutschen und amerikanischen Eisen- und Stahlindustrie von den 1860er bis zu den 1930er Jahren**. Bonn, 1994-b.

O problema do historicismo e as ciências do espírito no século XX*

The problem of historicism and the human sciences in the 20th Century

Gunter Scholtz**

Professor Emérito
Ruhr-Universität Bochum
Gunter.Scholtz@ruhr-uni-bochum.de
Drohnenweg 5
D-44795 Bochum
Alemanha

Resumo

Este artigo analisa a relevância dos problemas tratados pelo historicismo, mostrando sua importância em nossos dias, dentro do escopo das ciências humanas. Para tanto, afirma que é necessário compreender o historicismo de forma mais complexa, de maneira a não reduzi-lo a qualquer uma de suas definições habituais. Assim, será possível criar as condições para o entendimento do historicismo para além do "relativismo" e do "positivismo", mas como um apelo ao reconhecimento da multiplicidade das tradições, o que torna possível um reconhecimento dentro da diversidade humana.

Palavras-chave

Historicismo; Ciências do Espírito; Relativismo.

42

Abstract

This paper deals with the relevance of the problems raised by historicism, showing its importance nowadays in the human sciences. In order to do so, one must understand historicism in a more complex way. That is the only way to avoid the usual reductions to which historicism is submitted. So, it is possible to understand historicism beyond "relativism" and "positivism", but as a pledge for acknowledgment the diversity of traditions, which makes possible a mutual recognition within human diversity.

Keywords

Historicism; Human Sciences; Relativism.

Enviado em: 21/03/2011

Autor convidado

* (Título original: Das Historismusproblem und die Geisteswissenschaften im 20. Jahrhundert. Traduzido por Pedro Spinola Pereira Caldas. Primeiramente publicado no **Archiv für Kulturgeschichte**, n. 71, 1989, pp.463-486). O texto é uma conferência proferida em 09/03/1988 na Universidade de Graz, resultado de um convite da Sociedade Filosófica local, pelo que mais uma vez agradeço. Espero poder desenvolver posteriormente o problema desta conferência em algumas monografias.

** Agradecemos ao professor Gunter Scholtz por generosamente permitir a tradução e publicação do seu artigo

No início do século XX, acreditava-se que as ciências do espírito sucumbiam a uma doença chamada "Historicismo". Ernst Troeltsch e outros reconheciam nele – junto com o "naturalismo" – a herança mais pesada do século XIX. Agora, que nos aproximamos do fim do século XX, parece que a situação, fundamentalmente, permanece inalterada: "O Historicismo (entendido como relativismo) é algo cuja superação ainda permanece na ordem do dia" (Cf. SCHNÄDELBACH 1983, p. 52; KAMLAH 1973, pp. 9-22). Sim, através da inserção da história da ciência na teoria da ciência, tornou-se problemático um ideal supra-histórico de ciência e de racionalidade, e daí resultou a tarefa de precisar combater o historicismo, desta vez, no campo da teoria da ciência (cf. MITTELSTRASS 1977, pp. 43-56; SCHNÄDELBACH 1977, pp. 62-72; BAUMGARTNER 1977, pp. 29-40). Mas, por outro lado, se apresenta também outra posição, bem mais amistosa, em relação ao historicismo do século XIX. O historicismo é tomado como uma conquista cultural e científica irrenunciável. Neste caso, escuta-se menos falar de uma crise e adoecimento das ciências do espírito e mais de sua "inevitabilidade", não tanto apesar, mas por causa de seu caráter historicista (Cf. MARQUARD 1986, pp. 98-116).¹

Nesta situação, urge a questão: como apareceram estas diversas avaliações? Em primeiro lugar, deve ser perguntado o que, no historicismo, entendido como fenômeno histórico, surge com uma imagem muito mais positiva: conseguimos, como desejava Troeltsch, superar o historicismo "ruim" e preservar o "bom"? Ou apenas nos acostumamos com os problemas do historicismo? Aprendemos a valorizar de tal forma as vantagens e possibilidades do historicismo? Compramos com elas, sem problemas, suas desvantagens e perigos? Afinal, o que aconteceu? Gostaria tentar responder estas perguntas.

Em primeiro lugar, deve ser esclarecido o significado do conceito de historicismo. Posto serem imensas as tomadas de posição frente ao conceito de historicismo, isso é possível porque diferentes fenômenos ou diferentes aspectos do mesmo acabam apresentando uma mesma coisa. Na realidade, o conceito de "historicismo" tem um espectro de significados tão amplo, que, já em 1932, Karl Heussi aconselhou que ninguém deveria usar o conceito sem acrescentar o que estava pretendendo dizer com ele (HEUSSI 1932, p. 15). O esforço de Heussi em esclarecer historicamente e sistematicamente o conceito fracassou. Pois ninguém restringiu como ele o conceito à historiografia de em torno a 1900. Muito antes, definia-se o conceito como o pensamento histórico em geral, que se originou a partir da recusa da forma de pensamento racional e construtivista do iluminismo. Quem hoje se interessa por esse historicismo, em geral evita defini-lo com precisão; talvez motivado pelo sentimento de que justamente a multiplicidade de sentidos seja mais apropriada para um fenômeno com tantas camadas de significado (Cf. REILL 1975; BLANKE & RÜSEN 1984). Para o nosso contexto, é incontornável apresentar uma definição.

¹ Para o conceito de historicismo, ver: MARQUARD (1986, pp. 106; 117-139); LÜBBE (1966, pp. 65-83; 1975; 1977). Lübbe e Marquard têm como fundamento o trabalho de RITTER (1974, pp. 105-140).

Se acompanharmos o uso do conceito desde seu começo no Romantismo até a década de 20 de nosso século, deixando entre parênteses todas as nuances, podemos discernir cinco significados fundamentais que, todavia, raramente aparecem isoladamente; antes, eles, na maioria das vezes, se sobrepõem uns aos outros. O Historicismo pode, então, querer dizer o seguinte (Cf. SCHOLTZ 1974, pp. 1141-1147):

1. A transposição do modo histórico e genético de percepção para todos os fenômenos da cultura, isto é, uma percepção histórica universal do mundo humano, que, assim, aparece como histórico, como mundo historicamente determinado (algo já presente em F. Schlegel).²

2. Filosofia da história, que procuram apreender a ordem e a racionalidade de toda a história, ou, ao menos, tentam imaginá-la; isto é, metafísica da história (assim diz o uso do conceito no meio do século XIX; de maneira programática em Ch. J. Braniss, de maneira crítica em R. Haym, em referência à filosofia de Hegel).

3. A visão retrospectiva e glorificadora do passado, e a preservação acompanhada da crítica a tudo que é novo. Ou seja: romantismo e tradicionalismo (como, por exemplo, em L. Feuerbach em sua crítica ao historiador Heinrich Leo).

4. A limitação da pesquisa histórica à coleta e estabelecimento de dados históricos, ou seja: positivismo e objetivismo históricos (como, por exemplo, R. Eucken sobre a tendência científica do século XIX).

5. A relativização de todos os sistemas de valores e de orientação a propósito dos fenômenos do passado no fluxo imprevisível da história, ou seja: relativismo histórico (como denotam muitos autores no início do século XX).

Estes cinco significados fundamentais – mais uma vez: 1. percepção universal da história, 2. Metafísica da história, 3. Romantismo e tradicionalismo, 4. Objetivismo e positivismo, 5. Relativismo – espelham aproximadamente o percurso da tomada de consciência em relação à história desde o final do XVIII até o fim do século XIX. Três concepções de história perpassam este uso vocabular: em primeiro lugar, toda a história é inteligível e divina (em historicismos 1 e 2), depois somente o passado é inteligível (historicismo 3), e por fim a racionalidade da história torna-se, ela mesma, um problema (historicismos 4 e 5).

Quando Troeltsch (Cf. TROELTSCH 1925, pp. 614-649, 626), autor do diagnóstico sobre o historicismo mais relevante do início do século XX, falou, em 1913, dos “efeitos enervantes” do historicismo, efeitos estes que produziram “todas as formas bem conhecidas de preguiça e arrogância nos círculos da formação científica”, ele se referia ao historicismo nos dois últimos sentidos, o

² No artigo acima citado, não há evidências do conceito de Schlegel, que podem ser encontradas em: **Kritische Friedrich Schlegel-Ausgabe**, Org. E. Behler, Bd.16, p.35, 37, 38, 41, 484, 490; Bd. 19, p.184. Schlegel é o primeiro que usa o conceito de historicismo com frequência.

positivismo histórico e o relativismo. Ele se referia ao “resgate totalmente relativista de quaisquer culturas do passado, acompanhada da fatigante e opressiva impressão de conhecimento de tudo-sobre-todos e sua improdutividade cética para o presente”. E é justamente este o problema inquietante das ciências do espírito: o positivismo e o relativismo. A montanha de fatos somada ao relativismo de valores, o que significa: ausência de orientação seja na teoria, seja na vida prática.

Sobre a procedência e a relação dos dois lados do problema, pode-se supor o seguinte: o Historicismo como “positivismo” é, antes de mais nada, o resultado de uma concorrência das ciências do espírito com as ciências da natureza, ele é a cientificização das ciências históricas. O historicismo como “relativismo” é decorrente deste, mas é, como problema social e público – como já disse Heussi – também o resultado de experiências históricas reais, como se nota com o caso da Primeira Guerra Mundial. Ambos os historicismos se fortalecem mutuamente e são, portanto, dois lados de um mesmo fenômeno que foi definido como “Crise das ciências do espírito” (cf. LIEBERT 1923). Quanto mais, mediante o conhecimento histórico, rebaixarmos os próprios “valores” à condição de fatos contingentes iguais a outros fatos, tanto mais forte será a insegurança e a ausência de orientação. O conhecimento da pluralidade dos sentidos da existência, das religiões e das metafísicas – Dilthey já havia mostrado (Cf. DILTHEY 1974, pp. 3, 75) – provoca um distúrbio na própria tradição. E vice-versa: tão mais problemáticos, “subjetivos” parecerem os próprios valores e preconceitos, tanto mais se tentará se obter ao menos o conhecimento mais seguro possível no campo da história, por mais que este conhecimento seja irrelevante e entediante. Com o fito de proteger a ciência, limita-se ao estabelecimento de informações. O positivismo e o relativismo histórico moldam, em todo caso, o problema do historicismo, cuja permanência ou resolução devem ser tematizados.

Na primeira parte, esboçarei, antes de qualquer coisa, as reações e respostas mais importantes por parte da ciência histórica ao problema do historicismo, e, assim, em uma segunda e conclusiva parte, farei um resumo e discutirei o atual estado do problema. A visão panorâmica parecerá, dada a natureza do assunto, algo grosseira e esquemática, pois a história da ciência histórica mal cabe em um livro, que dirá em uma palestra. Mas minha abordagem simplificadora só me pesa parcialmente na consciência, pois, nas ciências históricas – justamente sob o signo do historicismo -, somos alertados para nos concentrarmos tanto nos grandes contextos como nos fatos detalhados. Sem um contexto, o trabalho corre o risco de ficar sem sentido, e sem o detalhe, sem conteúdo. Por esta razão, há dois perigos. O primeiro é que, por causa das inúmeras árvores, não se veja mais a floresta; o segundo, que se imagine apenas uma floresta, sem saber, no final das contas, se nela há árvores – e que tipo de árvores. Por causa da amplitude do tema, esta palestra corre o risco, se vejo corretamente, de cair mais no segundo perigo do que no primeiro. Mas espero poder mostrar não somente uma floresta, mas, de vez

em quando, uma árvore que testemunhe que lá, onde ela fica, também há de fato uma floresta.

As respostas ao problema do historicismo, ou esboço dos contra-ataques

Ambos os lados do problema do historicismo podem ser simplificados, em linguagem filosófica, mediante a seguinte expressão: aqui se trata de uma consciência para a qual a história é somente uma multiplicidade sem unidade e um devir sem ser. Aí estão contidos o relativismo e o positivismo. Para lidar com esta situação, há ciências específicas como a filosofia; sim, especialmente a filosofia, pois crises nas ciências provocam reflexões sobre questões fundamentais e, portanto, a própria filosofia. Quando tudo se torna fluido e o solo da história se torna movediço, logo se procura por algo estável, que pode oferecer solidez, justamente um ser no devir. E quando o campo da história se estilhaça em uma coleta incomensurável de informações, então logo se procura ordem, logo se procura unidade na multiplicidade. E de fato as ciências históricas no século XX encontram-se na situação de tentar trilhar estas duas sendas. Por esta razão, articulo meu ligeiro esboço das medidas contrárias ao historicismo de acordo com os seguintes pontos de vista: 1. a busca pelo estável, pelo Ser; e, 2. a busca pela ordem, pela unidade. Decerto ambas as tendências não podem ser totalmente separadas, mas sob o signo do historicismo é preciso se contentar com medidas provisórias de ordenação.

46

1. A busca pelo estável

a) Quando oscila o solo da história, é necessário cavar mais fundo para buscar uma camada mais sólida, confiável. E podemos encontrá-la, de maneira conseqüente, na natureza humana. Pois ela é a condição de possibilidade da história dinâmica e oscilante. Daí resulta uma nova e mais ampla aplicação da antropologia filosófica. Ela encontra o estável, o Ser no devir, exatamente *sob* a história.

Já Dilthey procurara, em sua teoria da ciência histórica, por um fundamento antropológico. Mesmo que, segundo sua visão, mediante o pensamento histórico-desenvolvimentista o "tipo humano se dilui no processo da história" (DILTHEY 1964, pp.6, 77), ele reconhece também o fundamento vivo da natureza humana por detrás de todos os fenômenos cambiantes da cultura. No século XX, a intenção de Dilthey foi assumida pela antropologia cultural. Já Max Scheler concebeu a antropologia como forma de superar definitivamente o historicismo como positivismo – considerado por ele ainda vivo. H. Plessner (Cf. PLESSNER 1980; 1964, p.3), cuja principal obra antropológica ficou injustamente na sombra de "Ser e Tempo" de Heidegger, também se baseou em Dilthey: para ele, tratava-se da constância da espécie na variabilidade da história, da natureza humana como condição de possibilidade de toda história. Desta forma, a antropologia filosófica tornou-se uma nova filosofia sistemática sob o signo do historicismo. Enquanto K. Löwith esperava, mediante a antropologia, poder dar ao homem um sistema de orientação que valesse para

a auto-compreensão e para a lide com a existência, Plessner era mais cauteloso: ele contém os riscos do pluralismo de valores com a antropologia na medida em que mostra que a finitude humana não deixa muita margem para que todos os sistemas de cultura e valores fiquem disponíveis para o homem, e, assim, sejam postos à escolha. Isso é o que mostra a antropologia filosófica em um tempo no qual tudo o que outrora parecera delimitado e natural torna-se possível e inseguro. Mas Plessner não quer nem pode fundamentar quaisquer normas morais, estéticas ou religiosas que dissolvam a criticada relatividade de todos os valores.

Heidegger proibiu de maneira tão estrita quanto pública que chamassem sua análise existencial de "antropologia", e desprezava seu aluno renegado – o antropólogo Löwith – como biólogo afilosófico. Todavia, o famoso livro de Heidegger, "Ser e Tempo", foi definido como uma antropologia. E, de fato, a ontologia fundamental de Heidegger, assim como a antropologia, queria atingir o fundamento e o núcleo da história móvel. Mas, em "Ser e Tempo", não se falará de natureza, mas da historicidade da Presença (*Dasein*).³ Esta historicidade, esta mobilidade é, aqui, ao mesmo tempo, o "sólido" que a filosofia mostra no fluxo da história, ou, melhor dizendo, subjacente ao fluxo da história.

Heidegger endossou claramente que, ao remeter à historicidade da Presença, evitar e eliminar do caminho todo historicismo – *qua* positivismo. Mas Gadamer (cf. GADAMER 1960, p. 500)⁴ escreveu, com razão, que o discurso da mobilidade e historicidade da Presença é um "historicismo de segundo grau", e isto significa que o relativismo não foi de modo algum superado, mas somente ancorado na historicidade da Presença e, assim, transformado em princípio. Faz parte disto que todos os sistemas de ordenação moral e jurídica sejam deixados de lado. Mas, mediante a autenticidade e decisão da Presença, o positivismo histórico perderia muito pouco de sua efetividade se comparado com as interpretações dadas a partir desta perspectiva – suspeita de perspectivismo – que deveriam ser controladas pelos métodos históricos e filológicos tradicionais. Pois Heidegger defendeu, na luta contra a cientifização das ciências do Espírito, contra o positivismo, uma proximidade existencial aos fenômenos históricos, que frequentemente turvava a visão. O "sólido", determinado pela análise existencial de Heidegger, é dado somente nas estruturas formais da Presença. Tudo que for substancial – tudo aquilo que se chamara outrora de "valores" morais, religiosos, estéticos e científicos – torna-se assunto de decisão existencial. Fundamentado na mobilidade da Presença, torna-se irrevogavelmente mutável e fugaz. Heidegger confirma, ao fim e ao cabo, a tese da ruína de todos os valores; sua mudança se fundamenta na "ruinificação" (*Ruinanz*) da Presença, como Heidegger disse em sua Preleção de 1921/22. (HEIDEGGER 1994, p. 2)

³ Sigo aqui a tradução de Márcia Cavalcante em "Ser e Tempo".

⁴ Gadamer ainda diz que a intenção de Heidegger fora outra, a saber, a pergunta pelo Ser. Mas Gadamer admite a leitura que, em Heidegger, a "relatividade histórica" se torna um princípio.

b) Se a antropologia – e também a analítica existencial – busca o Ser no devir, o sólido, por assim dizer, *por debaixo* da história, em cuja base estão na natureza ou na existência do Homem, a filosofia dos valores a busca *fora* ou *por sobre* a história. O neokantismo, Heinrich Rickert (1913, pp. 383, 386), postulou quatro regiões axiológicas *suprahistóricas*: o verdadeiro, o bem, o belo e o sagrado. Segundo Rickert, as ciências da cultura não expressam quaisquer valores, elas não afirmam valores, mas relacionam fatos a valores e pressupõem, assim, valores eficazes. A aplicação das ciências da cultura aos “objetos [individuais], aos quais valores reconhecidos estão conectados” (RICKERT 1910, p. 27), só é possível sob o pressuposto de valores suprahistóricos.

Não posso desenvolver aqui a fascinante argumentação de Rickert; posso e devo apenas me limitar a sugerir brevemente seu problema. Para ser breve, esta problemática consiste no seguinte: os valores postulados transhistoricamente ou aprioristicamente aparecem, sobre ou ao lado das culturas existentes, como um mero e fingido platônico mundo das ideias. O que é, por exemplo, o valor do “sagrado” sobre ou ao lado das diferentes religiões? Este conceito de sagrado não surge somente em determinadas religiões históricas e só delas tira seu conteúdo significativo? Através do pensamento histórico, o mundo dos valores suprahistóricos também seria remetido à história.

Por esta razão, o significado do neokantismo não consistia na fundamentação convincente de um mundo suprahistórico de valores, mas na legitimação das ciências da cultura, juntamente com o seu pluralismo e relativismo de valores como ciência. A demonstração de uma genuína lógica das ciências da cultura, a legitimação do “método ideográfico” junto ao método “nomotético”, deram, assim como a teoria de Dilthey, uma consciência de si às ciências da cultura, juntamente à das ciências da natureza. Assim Rickert, em sua “Introdução lógica às ciências históricas”,⁵ atingiu um de seus objetivos e legitimou as ciências da cultura como ciências perante as ciências naturais; mas seu outro objetivo, o de libertar as ciências da cultura do historicismo como “relativismo” e “niilismo”, permaneceu um problema aberto. Doravante, não se buscou mais qualquer valor universal *acima da* história, mas somente configurações individuais de valor *dentro* da história. Neste sentido, Friedrich Meinecke (1959, pp. 92, 117, 209),⁶ pode ser incluído como um neokantiano por também defender o historicismo como pluralismo de valores. A forma habitual de percepção histórica, “horizontal”, busca causas e efeitos, e ela faz da história um rio corrente. Mas a percepção “vertical”, a realmente importante, retira da história o que é individualmente dotado de valor, a conquista cultural única de épocas específicas. Os “valores”, aqueles que somente uma ciência histórica cronológica e causalmente orientada precisa excluir, não se situam *fora* da história,

⁵ Assim está no subtítulo do livro citado de Rickert na referência anterior.

⁶ Sobre a discussão entre Meinecke e Rickert, ver especialmente seu artigo: Kausalitäten und Werte in der Geschichte (1925) em MEINECKE (1959, p. 61).

mas somente e exclusivamente *nela*, nas configurações individuais da cultura. E o historiador, que precisa se debruçar sobre estas individualidades, encontra naturalmente uma pluralidade de imagens e sistemas de valores. Na transição de Rickert para Meinecke, o neokantismo se converte em historicismo, mas em um historicismo que tem um bom juízo sobre si mesmo.

Tal movimento se completa na filosofia dos valores, que foi, sobretudo, fundada pela fenomenologia, uma vez que a ética material dos valores de Max Scheler não foi capaz de se impor. Sobre quais níveis ontológicos estes valores devem existir? (SCHNÄDELBACH 1983, p. 229) Esta perspectiva fenomenológica, que ressalta valores específicos da cultura, como, por exemplo, qualidades estéticas das obras de arte, permanece atual até hoje. Adquiriu-se a consciência de que tais qualidades não são somente subjetivas, não são meras projeções, mas possuem uma objetividade própria (INGARDEN 1965; 1962). Todavia, estes valores não estão dados de modo apriorístico, antes e fora da história, mas somente nas próprias formas individuais configuradas. Contra uma perspectiva histórica externa, para a qual tudo naufraga no contexto histórico e no fluxo da história, se erigiu, com isso, uma forma de perspectiva direcionada para as qualidades específicas e essenciais, que, por exemplo, se tornou conhecida nos estudos literários como "interpretação imanente" (KAYSER 1948). E sempre que o significado cultural específico das construções culturais for desprezado, então é de se supor que surgirá um movimento contrário de concentração em qualidades individuais – seja sob a palavra-chave de "valores" ou em relação à importância existencial, ou ainda sob a égide de algum outro conceito fundamental. Este contexto pode ser bem vislumbrado no interesse, dentre os marxistas, por uma fenomenologia da arte, que põe "a obra mesma" novamente no centro das atenções (KRENZLIN 1979). Assim, a busca pelo fixo, pelo estável, por um sistema orientador de valores, novamente reconduz à história e nela descobre uma multiplicidade de valores – e renova assim o historicismo como relativismo.

c) Já que as normas e valores que oferecem estabilidade não existem fora da história e encontram dentro da própria somente muitas normas concorrentes, torna-se, então, tentador reduzir este campo, e destacar *uma* tradição como sendo o parâmetro. A observação fenomenológica da arte, a filosofia Heidegger e o círculo de Stefan Georg se concentraram, desta forma, naquilo que unicamente era grande e o significativo (HERMAND 1968).

Esta é a terceira tentativa de solucionar o relativismo de valores: busca-se o fixo, o estável, a norma não mais por debaixo da história ou sobre a história, mas *nela*, proclamando como verdadeira *uma* tradição, um sistema normativo ligado a algo específico. Este é o caso, por exemplo, no confessionalismo, no neoluteranismo e na neo-escolástica; ambos os movimentos, que já no século XIX procuram voltar às fontes da verdadeira tradição e, no século XX, sob o signo do historicismo *qua* relativismo, não perderam a atualidade. Um outro representante importante para esta tentativa de redução é o dito terceiro humanismo, que se articulou expressivamente no

famoso “Encontro de Naumburg para a ciência clássica da antigüidade”, de 1930; aqui, a antigüidade clássica foi tomada, como disse por exemplo Stroux (1961), como “valor único, objetivo e absoluto”, sendo proclamada, pura e simplesmente, como ideal cultural obrigatório. Contra todo o relativismo e pluralismo se decidiu pela fixação nesta tradição e crença em sua autoridade. A teoria do clássico de Gadamer como história do que se mostra sempre como autoridade tem claramente suas raízes neste terceiro humanismo (especialmente influenciado pelos pensamentos de Schadenwaldt) (GADAMER 1960, p. 269; SCHOLTZ 1987, p. 20), e, sobretudo, com seu discurso *da* tradição, Gadamer realiza uma simplificação, uma homogeneização da multiplicidade de tradições, que permite que se defina sua resposta ao historicismo como uma tentativa de redução.

Mas a definição de um sistema de orientação como sendo o único coerente é bem sucedida somente tendo por base uma fé, pois, factualmente, a história é plurivocal. E tal fé pode ser universalmente justificada na religião, mas não na ciência histórica (quando o teólogo Karl Barth dizia que a fé não era subjetiva, mas dada no ato de revelação de Deus, este modo de discurso é teologicamente justificado. Mas quando Schadenwaldt diz que o clássico da Antigüidade se produz pela admiração pelo próprio clássico, então este argumento é um auto-engano; pois, na esfera da ciência, poder-se-ia dizer que somente sob determinadas condições históricas a antigüidade clássica atraiu admiradores que a declararam como único ideal cultural coerente). Mas também no âmbito da religião, poder-se-ia – contra Karl Barth – defender o reconhecimento de muitas religiões além da própria e, além disso, incluir o cristianismo, seja como religião da revelação ou como negação das demais religiões, dentro da multiplicidade das outras religiões. Proclamar uma religião, um estilo artístico, uma metafísica como única é, sob o signo do historicismo, um ato arbitrário, não só cientificamente controverso, mas moralmente problemático, posto que outros sistemas normativos seriam subjugados a este declarado como único válido. É mais propriamente o historicismo como tradicionalismo que entra em campo contra o relativismo nesta terceira tentativa de reduzir a multiplicidade histórica.

d) Mas se as normas coerentes não são encontráveis nem sobre nem dentro da história, então surge uma última tentativa de solução reconhecer a existência deste pluralismo, mas, ao menos, tornar pensável e factível a coexistência pacífica de sistemas de valores e normas divergentes, ou seja, tentar encontrar um sistema normativo que garanta a livre existência dos sistemas de orientação e, mesmo que de maneira mínima, propicie sólidas âncoras éticas. Daí resultou a guinada para a ética e para o direito natural, forçada na Alemanha através da experiência do rompimento de continuidade no âmbito do direito positivo durante o período do nacional-socialismo. Se o direito positivo declara hoje como legal o que ontem ainda era ilegal, então se torna urgente uma orientação pautada por uma ideia trans-histórica do direito.

Por causa das dificuldades de fundamentação e por causa da variedade histórica de concepções de direito natural, a nova guinada para o direito natural

não trouxe consigo sua antiga conotação, que ela possuía até o fim do século XVIII, mas somente um grande número de pesquisas históricas e, por fim, novamente suscitou críticas. "Direito natural na Crítica" (*Naturrecht in der Kritik*) é o título de uma famosa coletânea (BÖCKLE & BÖCKENFORDE 1973).⁷ Mas a tentativa de encontrar regras morais e legais para uma convivência pacífica permanece atual. Voltarei ao assunto, por ora basta o seguinte: estas regras e normas não poderão ser uma ética material de valores, mas somente formal, posto que os costumes das formas de vida de cada cultura específica são individuais e concernentes somente a elas mesmas.

Tiro daí um resumo provisório: a experiência de que o solo da história vacila, faz com que a história busque algo de fixo, de estável e sólido, sobretudo normas que sejam permanentes e válidas. Esta solidez, este ser na mudança, se encontra (a) na natureza humana, mediante a antropologia – mas nem por isso nenhuma norma se torna fundante, mas, em todo caso, redutível ao pluralismo normativo. Procure-se o estável (b) em valores suprahistóricos – mas que não se mostram seguros e palpáveis perante a história cambiante e múltipla; como seguro resulta somente o pluralismo de valores na história. É possível se ater a (c) uma tradição específica e tomá-la como segura e coerente – mas desde que o seja contra a consciência científica, e até mesmo contra a consciência moral, ao se negar reconhecimento a outras tradições. Finalmente, busca-se (d) uma norma formal, um consenso normativo mínimo que permita a convivência pacífica de diferentes sistemas de valores – mas esta ligação com o direito natural não pode, está claro, fundamentar, em conteúdo, nenhum ideal cultural específico.

Então parece que o pluralismo de valores e a multiplicidade dos sistemas culturais precisam ser aceitos como fato histórico; e as várias ciências do espírito estão, tal como antes, ocupadas em interpretar estes sistemas.

2. A busca por unidade e ordem

As ciências humanas se tornaram, no século XIX, ciências históricas, e, sob a pressão da concorrência com as ciências empíricas da natureza, tenderam a assegurar a fiabilidade de informações históricas. Assim, transformaram-se em um historicismo como positivismo, para a qual a história se tornou uma multiplicidade de informações desprovida de unidade.

a) Direcionadas contra esta tendência, as ciências humanas se preocuparam em se mostrar não somente como históricas, mas também como *sistemáticas*, edificando assim suas concepções sistemáticas: cabia-lhes determinar a peculiaridade de cada campo de objetos e construir, assim, modelos teóricos e categorias descritivas que lhes fossem apropriadas. Exemplos disto há na história da arte, que atualmente se apresenta conscientemente como "ciência da arte" (A. Riegl, H. Wölfflin), nas ciências da linguagem (F. de Saussure,

⁷ N. do T.: O autor cita uma edição publicada na cidade de Darmstadt, mas só foi possível conseguir dados mais precisos a respeito de uma outra, proveniente da cidade de Mainz, editada no mesmo ano.

R. Jacobson) e na pesquisa de mitos (P. Ehrenreich). O pensamento fundamental é, em todos os casos, bastante parecido: por mais que a história mude, a essência ou estrutura de cada âmbito permanece constante: a linguagem permanece linguagem, o mito permanece mito etc. E esta constante pode ser sistematicamente apreendida para que (a) a região de objetos possa ser determinada e delimitada, e, com isso (b) organizar a multiplicidade de informações dos campos específicos e, o que seria ainda melhor, poder interpretá-las. Deve-se saber o que é linguagem para se poder descrever e comparar linguagens específicas, e o mesmo vale para os casos do Direito, da Arte, e da Religião. A "Filosofia das formas simbólicas", de Ernst Cassirer, é, na filosofia, a tentativa mais significativa de constituir um fundamento sistemático para a região das ciências do espírito. Junto a esta, a fenomenologia e a semiótica das ciências do espírito também auxiliam nesta tarefa de se compreenderem como ciências sistemáticas.

Com isso, o historicismo teria sido superado? Tenho a impressão de que hoje a sistemática tende a se separar da pesquisa e interpretação históricas. Por exemplo: lingüística e filosofia se encontram frequentemente em diferentes instituições. E com isso se mostra um problema de princípio: as teorias sistemáticas não se deixam apreender devidamente pela pluralidade histórica divergente dos fenômenos, de modo que, por assim dizer, as formações culturais específicas venham às falas. As teorias gerais ou – dito hegelianamente, o universal – ameaçam ou excluir ou homogeneizar o que há de específico, e os fenômenos singulares das culturas como um todo, ao mesmo tempo em que os subsume a um nome geral. Dito de outra maneira: há o risco de que, em cada investigação ou interpretação histórica, a teoria sistemática venha apenas a ser confirmada. Mas há outros parâmetros para se dominar a pluralidade da história e o acúmulo de fatos.

b) Um destes parâmetros, no século XX, é a história universal, que assume o lugar da antiga filosofia da história. Sob o signo do historicismo e das mudanças críticas, ela tem uma nova e grande atualidade. Pois, se tudo flui, então é de se perguntar se isto acontece de acordo com uma ordem, ou se há um sentido neste corrente. O livro "A Decadência do Ocidente", de Oswald Spengler, pode ser interpretado tanto como expressão do historicismo e resposta ao mesmo: o criticado relativismo de valores torna-se princípio da história, sendo condicionado pela ascensão e queda das culturas. O historicismo como positivismo é tratado por Spengler com o emprego de interpretações sofisticadas, mediante seu método analógico e morfológico. E assim se mostra o problema geral de toda história universal no século XX: a unidade da história e a estrutura da mudança são mais um produto da força imaginativa poética e se encontra em forte tensão com a pesquisa histórica. Também a História Universal de Toynbee é, nas palavras de J.v. Kempksis, uma "estilização da história" (KEMPSKI 1964, p. 7).

Todavia, isso não significa de modo algum o fim de toda a filosofia da história. Apesar de todas as dificuldades (MARQUARD 1973), a filosofia da história

é – justamente sob o signo do historicismo, da mudança e da pesquisa histórica - incentivada e praticada. Não, porém, como construção especulativa, mas como modos de interpretação e hipótese de significados para a compreensão e representação de fenômenos e contextos históricos e para a auto- interpretação do presente diante do pano de fundo do passado. Quase em todas as representações históricas se encontram afirmações e rudimentos da filosofia da história que possibilitam uma abordagem provisória sobre um grande contexto e o delineamento de uma perspectiva.

Então o historicismo não somente destrói a antiga filosofia construtiva da história, orientada pelo conceito de progresso, mas também o historicismo problemático incentiva a filosofia da história e a engendra como hipótese interpretativa para os contextos históricos e análise da situação do presente. A tese de Max Weber do processo europeu de racionalização, a tese de Horkheimer e Adorno da dialética do esclarecimento, a tese de secularização de Löwith e a resposta de Blumenberg a este são formas de filosofia da história sob o signo do historicismo. Nós precisamos de tais modelos de interpretação, que precisam ser anteparados na pesquisa empírica, para que sejam encontrados pontos de vista unificadores e que sejam capazes de lidar com a multidão de fatos. Sinceramente, a filosofia da história – seja ela de qualquer tipo – possibilita estabelecer apenas uma *unidade provisória*. E para a fundamentação de uma ética que no sentido da citada busca por normas estáveis que possam oferecer alguma solidez, não é nem mais nem menos apropriada do que a antropologia.

53

c) Junto às hipóteses interpretativas da filosofia da história, surgem conceitos específicos que ajudam a organizar a multidão de dados: especialmente os conceitos de tipo, paradigma e estrutura – um significado destacado possui hoje, reconhecidamente, o conceito de estrutura, e isto graças ao multifacetado método que se chama “estruturalismo”.⁸ Seu posicionamento perante o problema do historicismo parece ter vários aspectos. De um lado, ele se separa da forma individualizante de percepção e da concepção de que a história seja um rio ininterrupto ou mesmo que ela seja “feita” por seres humanos. Até aqui, o estruturalismo pode ser visto como um posicionamento contra o historicismo. O acúmulo difuso de fatos é tratado pelo estruturalismo mediante a remissão a estruturas (relativamente) constantes, que emprestam unidade à multiplicidade. (Assim, ele também assumiu a função da antiga filosofia da história, embora esteja comprometida a pesquisar empiricamente). Por outro lado, porém, ela partilha do mesmo problema vivido pelo historicismo, de que o ser humano – ainda que concebido de maneira mais estática do que dinâmica – lançado na história, tem seu pensamento fortemente atado a estruturas. Até aqui o estruturalismo parece representar um outro positivismo, ainda mais intransigente do que aquele temido pelo historicismo. Ainda que às conquistas do estruturalismo pertençam, indiscutível e claramente, autores como

⁸ Ver as diferentes posições em BRÜHL (1975) e REIF (1973).

Fernand Braudel, o historicismo se tornaria novamente atraente pela oposição que lhe foi feita pelo estruturalismo. Pois, no estruturalismo, já que as especificidades das formações culturais e suas diferenças qualitativas não estariam tão mais deixadas em segundo plano, o pluralismo e o relativismo de valores não se tornariam novamente desejáveis? Enquanto este pluralismo parece levar a uma desorientação, ele também pode, baseado na ideia de estrutura, ser visto como condição da liberdade.

d) Próxima ao estruturalismo e parcialmente idêntica a ele é a história social. E ela haverá de produzir um efeito semelhante. O método da história social suscitou, dentro das ciências históricas, um debate acalorado sobre o historicismo. Já Karl Lamprecht (VIKARI 1977) queria construir uma historiografia “coletivista”, ao invés de individualizante. O sucesso e a renovação não obtidos pelo programa de Lamprecht de uma “história cultural” seriam alcançados pela história social, em parte influenciadas pelo marxismo, em parte pela pesquisa estruturalista no círculo francês dos *Annales*. A história social se apresentou, na Alemanha, como oposição à tradição da historiografia do século XIX, e regularmente ela chama esta tradição de “Historicismo”: este se caracterizava por enfatizar acontecimentos individuais provenientes das ações intencionais de seres humanos, e que poderiam ser compreendidos mediante a hermenêutica filológica – a história estrutural e social, porém, pesquisaria com métodos quantitativos (estatísticos) as condições gerais anônimas e as determinantes que se situam além da consciência dos atores históricos (IGGERS 1972; MOMMSEN 1972; RÜSEN 1974).⁹ Assim, a historiografia se aproxima mais da sociologia e da antropologia.

Além de ter sido criticado por ter identificado nos eventos as causas superficiais – mas não reais – das mudanças históricas, o historicismo precisou acertar contas com outra crítica, de cunho moral: o historicismo foi co-responsável pelo triunfo do nacional-socialismo. Pois o historicismo, entendido por Meinecke (MEINECKE 1959) como resposta produtiva ao racionalismo da Ilustração e como uma grande realização alemã, foi o mesmo que levou ao endeusamento do poder do Estado (como diz, por exemplo, G.G. Iggers). A discussão adquire, então, uma urgência política: o “Historicismo” é o pensamento histórico de Herder a Treitschke, e isto o coloca sob a luz suspeita de ter suscitado efeitos fatais com o tempo. A discussão ainda não terminada do “caminho especial da Alemanha” (*Deutscher Sonderweg*) é, também, uma discussão sobre a legitimidade e a ilegitimidade do Historicismo.

No que diz respeito ao encerramento, através da história social, do problema do historicismo, especificamente do historicismo positivista e relativista, minha suspeita é a seguinte: a história social – pode-se dizer simplesmente – aproxima a ciência histórica da ciência da natureza, da forma como esta, baseada em hipóteses, coleta dados, para depois torná-las mais

⁹ Para as mais recentes tendências rumo à história social, ver o volume representativo: WEHLER (1972).

precisas ou corrigi-las. Na regra, a quantidade de fatos é produzida e tratada através de hipóteses. Todavia, a história social separa algo que ela não obtém mediante seus métodos quantitativos e que depois será observado apropriadamente como “esfera dos valores” – por exemplo: como é feito na fenomenologia e na hermenêutica. Por esta razão, cabe supor que a história social, que se dirigiu contra o historicismo, provocou no historicismo a reação oposta, que afirma ou critica o chamado “individualmente verdadeiro” ligados aos métodos fenomenológico e hermenêutico.

Resultado e estado do problema

O pequeno, e de todo breve e esquemático esboço das medidas tomadas contra os problemas do historicismo, contra a experiência de mudanças históricas radicais e de coleta infinita de dados, tem o seguinte resultado: a busca pelo estável, pelo ser, por normas de orientação leva à descoberta de muitas normas. E a busca pela unidade na multiplicidade histórica leva então a conceitos, modelos, hipóteses capazes de estabelecer uma unidade; mas a unidade histórica só pode ser provisória, e a busca pela unidade precisa ser concomitantemente verificada em valores e normas individuais, devendo se distanciar de sua ambição de plenitude de sentido. Ambos os sentidos da questão se encontram em oposição. Mas os rumos da briga não podem obscurecer o fato de que ambos são justos, e ambos sustentam um ao outro. Por que na história da arte, na interpretação de determinadas obras, não se poderia fazer uma análise sociológica paralelamente com uma descrição fenomenológica? Por que, na filosofia, não se poderia fazer uma análise estrutural da forma de pensamento de uma época juntamente com a interpretação de uma obra? A hermenêutica mais antiga – de Schleiermacher e Boeckh – desejava articular os dois aspectos.¹⁰

Todavia, para dizer de modo geral, as ciências do espírito se encontram em uma situação, outrora sentida como uma crise, que mal se alterou e na qual ainda se encontram. As ciências do espírito tornam presentes muitos sistemas de valores ou nenhum. Portanto, elas seguem dois caminhos: ou bem se comportam como ciências interpretativas, explicitando sistemas culturais individuais; ou oferecem teorias sistemáticas sobre regiões de objetos e pronunciam sentenças sobre as estruturas gerais da cultura humana como um todo (ou sobre um de seus domínios ou uma de suas épocas). Dito de maneira polêmica: ou elas oferecem um pluralismo normativo ou um monismo sem normas. O que hoje, em geral, se entende por “historicismo” é o pluralismo

¹⁰ De modo algum a dita antiga percepção historicista da história se contentava com a descoberta hermenêutica de intenções conscientes na linguagem e na ação de personalidades históricas. Quando Schleiermacher diz que os gregos só podiam compreender os seres humanos como destinos subjugados à essência da natureza, ou quando Yorck von Wartenburg escreve que os gregos, em geral, mostravam somente uma consciência “ocular”, estes autores não querem dizer que os gregos intencionavam isso conscientemente, mas o modo de ver dos gregos estava alicerçado em limites inconscientes. No século XX, Adorno foi quem destacadamente salientou que uma perspectiva histórico-social pode ser articulada com uma abordagem do conteúdo estético das obras.

normativo, fundamentado através do método individualizante e hermenêutico, pelos quais uma variedade de sistemas culturais são lembrados e interpretados. E este historicismo se encontra em tensão, em oposição ao monismo sem normas – se assim posso dizer – que procedem de maneira generalizante e nomotética, que buscam descobrir normas e acabam encontrado, em todo caso, fatores determinantes para a explicação histórica.

Por esta razão, nós – sob o signo do historicismo – temos ou uma história da religião, que nos apresenta muitas religiões, ou temos uma sociologia e psicologia geral da religião; mas nunca uma religião cientificamente verdadeira. Por esta razão temos uma história da arte, que nos faz conhecer muitos estilos artísticos, ou temos uma teoria geral do estilo artístico, ou ainda uma sociologia da arte ou teorias estruturais; mas não mais receberemos da ciência a demonstração das belas formas artísticas, uma norma de gosto superior. Por esta razão temos, na história da metafísica, a apresentação de diferentes sistemas – ou, como em Ditley, uma teoria do surgimento dos metafísicos; mas não temos a prova da verdade de qualquer um deles. Por isto aprendemos na história do direito muitos sistemas legais – ou temos então uma sociologia do direito; mas temos dificuldades de, através da ciência, legitimar como parâmetro um sistema.

É a partir desta situação que se esclarecem atualmente as diferentes posições perante o historicismo. Aqueles que o apóiam, afirmam que o pluralismo de valores é melhor do que o seu contrário. Os outros, porém, gostariam de superar o historicismo, pois a multiplicidade de sistemas culturais concorrentes equivaleria a não possuir qualquer sistema: pois qual é o verdadeiro e oferece estabilidade e orientação?

Para contribuir para a avaliação do problema, tornando-a mais objetiva e exata, vale lembrar que esta situação não surgiu no século XX. Ela se originou muito antes com a modernidade e a origem das ciências do espírito no século XVIII. Para ser breve, vejo a situação da seguinte forma:

1. Já em torno de 1700 se sentia uma irritação, no âmbito do gosto estético, na famosa *Querelle des anciens et des moderne*: a arte antiga ainda é o modelo a ser seguido, ou a arte moderna já a superou e estabeleceu padrões inteiramente novos? A partir desta pergunta, surge logo a perspectiva sobre como são incomparáveis os estilos artísticos. Herder atribui a cada época e nação uma norma de gosto característica. No final do século XVIII, um conceito de beleza universal, coerente, já se tornara problemático para muitos autores (Ch. Meinert, K.H. Heydenreich). Dali em diante, não há mais regras para a produção e crítica de arte, mas somente diferentes tradições e convenções. A estética romântica e idealista deve espelhar esta pluralidade e historicidade do belo, e ela o faz na medida em que as integra no sistema da estética da história da arte (JAUSS 1970; SZONDI 1971).

2. Nas Guerras de Religião a pretensão de verdade das religiões levou a um banho de sangue, pois, pela ciência, a questão da verdade não podia ser decidida. Por esta razão, no âmbito da religião, o iluminismo tentou fomentar a

tolerância, embora tivesse passado para a pura fé na razão, no sentido do deísmo. Em 1799, o jovem Schleiermacher, em seus discursos sobre a religião, traz uma nova mudança: o campo da religião não é o campo da verdade científica universal, mas sim o campo da piedade. Assim, todas as religiões se legitimam como configurações individuais da piedade (SCHLEIERMACHER 1984).¹¹ Claro, cada pessoa só pode ter uma religião: a que possui. Mas ela há de reconhecer que há outras religiões, que não estão próximas da sua no que diz respeito à "verdade". A razão científica já deixou de lado a tentativa de provar a verdade da religião; em todo caso, ela empresta para a teologia os conceitos para interpretar as religiões positivas, transpondo-as para a linguagem.

3. A Revolução Francesa destruiu a crença de que, mediante um direito natural, racionalmente construído, se criaria uma sociedade humana livre. A escola histórica do direito desistiu, então, no início do século XIX, de produzir uma fundamentação racional do direito, e se remeteu ao direito historicamente edificado, adequado ao espírito de um povo específico. Baseado nesta visão, haveria tantos sistemas legais quanto espíritos do povo e povos.¹² E o Direito é como o espírito do povo compreendido em um desenvolvimento vivo. Por esta razão, não é mais possível medir todos os povos em uma única norma jurídica.

4. Por fim, fica evidente que, na segunda metade do século XIX, todas as metafísicas não podem ser classificadas como ciências, mesmo os grandes novos sistemas do idealismo alemão. Por esta razão, Dilthey (1964, pp. 339-416; 1974, p. 82) as declara "visões de mundo" (*Weltanschauungen*), que não são comprováveis, mas também não são refutáveis e, por esta razão, permanecem em eterno conflito entre si. Os três tipos de metafísica discernidos por Dilthey – naturalismo, idealismo subjetivo e idealismo objetivo – têm a mesma posição perante as ciências das três religiões monoteístas em Lessing: elas têm uma verdade existencial, mas não uma verdade científica.

Então, já surge no século XIX um problema que se sentiu de maneira opressora no século XX: há muitos estilos artísticos, sem uma norma de beleza que os ordene; há muitas religiões positivas, mas nenhum critério que permita diferenciar a verdadeira da falsa; há muitos sistemas legais, mas nenhum direito natural como parâmetro suprahistórico; há, finalmente, muitas metafísicas, mas nenhuma delas pode reclamar para si uma verdade científica.

Esta situação, em que as ciências históricas oferecem uma grande quantidade de saber factual, mas são incapazes de fornecer uma norma estável, é o pano de fundo do escrito de Nietzsche, *Da utilidade e desvantagem da História para a vida* (NIETZSCHE 1966), o primeiro grande escrito polêmico

¹¹ O idealismo especulativo (Hegel) não se contentou com esta perspectiva, mas reconheceu nela o que havia de mais moderno e estável. (LÜBBE 1986, sobre Schleiermacher, ver especialmente a p. 208).

¹² Montesquieu já havia concebido o Direito através das circunstâncias naturais (Clima) e através da condição histórica (religião, costumes, política etc), e assim compreendido o direito individualmente. Por esta razão, pode-se apontá-lo como o verdadeiro fundador de uma visão "orgânica", "histórica" do Direito. (GÖHRING 1956).

contra o historicismo como relativismo e positivismo. E, todavia, o desconforto com o excesso de saber histórico é tão antigo quanto o próprio pensamento universal. Em 1816, o teólogo De Wette disse sobre o filólogo helenista August Boeckh: "Boeckh parece ter retornado do historicismo afilosófico – ou ao menos ele se expressa como se não ousasse pensar por si próprio, mas apenas ruminar conhecimentos antigos". (*apud* LENZ 1910, p. 573)¹³ Estas são as lamentáveis características do historicismo, como Nietzsche, Dilthey e Troeltsch explicitamente afirmaram. Mas o desconforto se torna uma crise evidente somente nos anos 20 de nosso século e isto tem suas razões políticas e sociais: em um tempo de ruptura, olha-se cheio de esperança para as ciências do espírito e percebe-se dolorosamente que elas são incapazes de oferecer estabilidade em meio à mudança dos tempos. Então começa o protesto geral e claro sobre o historicismo.

Mas não seria a nossa situação a mesma? Caso esteja correto, ela se transformou rumo à radicalização: a relatividade dos estilos artísticos, das religiões positivas, dos sistemas legais, das metafísicas foi criticada tendo em vista um ideal de uma verdade universalmente válida, e esta verdade – pensou-se – seria abrigada na ciência, ou, para ser mais específico: na ciência da natureza. Neste ínterim, também este ideal se tornou problemático, pois se fala de historicismo na teoria da ciência.¹⁴ Assim, completa-se uma mudança fundamental na avaliação de todos os sistemas de valores: pois se até a ciência se torna histórica e relativa, até quando ela, como Nietzsche (1973, p. 307; 1974, pp. 137, 323) já afirmara, é somente uma *interpretação* do mundo, e não oferece sua reprodução, então a relatividade e historicidade de estilos artísticos, sistemas legais e religiosos e metafísicos não é mais uma nódoa, que as inferioriza em relação à ciência. Não há mais qualquer instância que possa dizer que esteja livre desta nódoa. Por esta razão, notamos como os mitos têm sido em nossos dias, juntamente com as ciências, reconhecidos e legitimados (HÜBNER 1985) e como a ciência tem sido interpretada como sendo uma arte (FEYERABEND 1984) e a filosofia romântica da natureza tem suscitado um interesse sistemático (HEUSLER-KESSLER 1986). Claro que aí está presente, em todos os cantos, algo de crítica à civilização, mas o problema teórico da ciência é mais antigo: é o problema do historicismo, que se apresentou pela primeira vez nas ciências do espírito. Já Ernst Cassirer restringiu a abrangência da validade da ciência, legitimando, junto com ela, a arte, a religião, o mito e a linguagem como formas simbólicas e interpretações do mundo autônomas. Tudo isto adquiriu nova atualidade através da relativização do ideal de ciência.

Não importando qual será o futuro da discussão sobre o historicismo na teoria da ciência, será bom se nos basearmos no princípio da mudança contínua

¹³ Até onde vai meu conhecimento, nesta citação encontra-se a mais antiga referência para a expressão historicismo.

¹⁴ Cf. nota 2.

e do pluralismo das culturas. Posto que as ciências do espírito em parte expressam este pluralismo, e em parte o apóiam, conluo com três teses sobre este fenômeno moderno.

1. O pluralismo é suportável. Pois, mediante a finitude do ser humano, este pluralismo é factualmente redutível à singularidade. Não é possível conhecer todas as religiões, ou ao menos não todas da mesma maneira, mas apenas algumas ou muitas. E só se pode ter uma. Quem se preocupa em ter escolhido a errada, pode se inspirar em Natan, o Sábio, de Lessing. O mesmo vale para as ciências do espírito, por exemplo: o historiador da música. Ele nunca conhecerá todas as músicas, mas apenas muitas. E uma compreensão íntima ele só poderá adquirir de alguns poucos estilos, épocas e compositores, e muitos lhe permanecerão estranhos. Com este exemplo, vê-se rapidamente que, no âmbito das ciências do espírito, a simplificação, a redução e a parcialidade aparecerão como problemas. Assim, a pluralidade será reduzida mediante a situação histórica e a tradição viva. Nem tudo que passou é interessante para cada situação histórica e para cada tradição, mas apenas uma parcela.

2. O pluralismo é até mesmo útil e moralmente desejável. Pois ele traz um incentivo para a liberdade, enquanto o monismo representa obrigação de adaptação e uniformidade. Havendo vários sistemas culturais, o indivíduo tem para si uma grande margem de decisão. Ele não precisa ir à Igreja, mas a *uma* Igreja, ou simplesmente *não ir* a qualquer Igreja. E o mesmo vale para a arte e para a metafísica. A pluralidade e a mútua restrição dos sistemas de valores e tradições são obstáculos para a busca por segurança, por uma estabilidade incondicional subjacente à ciência, e os sistemas concorrentes podem se mesclar e assim perder seus traços característicos. Mas, para a liberdade, o pluralismo e a concorrência são indispensáveis, pois eles trazem certa neutralização, evitando o fanatismo e as exigências exorbitantes.¹⁵ Uma sociedade aberta e uma história polifônica são correlatas. O problema não é o pluralismo de tradições, mas uma cultura uniforme de massas.

Quem defende tal pluralismo de tradições – e assim também o historicismo – não abandonou de modo algum a existência de normas, se perdendo na riqueza da história sem qualquer norte, como Troeltsch disse sobre Dilthey. Na verdade, na prática, ele professa normas. Pois aquele que saúda o historicismo não pode tolerar uma uniformidade compulsória. E quem defende a tolerância não pode tolerar a intolerância. Aquele que não reduz a existência de sistemas culturais divergentes, mas quer saber aceitá-los, este fomenta a liberdade destes sistemas – de modo algum uma liberdade irrestrita, mas somente aquela que se adéqua à liberdade dos outros. Portanto, parece-me que sob o signo do historicismo a orientação se sustenta sobre a ética e o direito racional formais de Kant. Pois foi esta filosofia prática do iluminismo, que, dotada de consciência cosmopolita – como dissera Kant (1971, p. 30) – conseguiu suportar o “fardo

¹⁵ Este é o motivo pelo qual J. Ritter – diferentemente de Gadamer – não lutou contra o “objetivismo” e o “positivismo” nas ciências do espírito. Ver nota 3 do trabalho citado.

da história”, isto é, o historicismo. E de modo algum este direito natural significa uma uniformidade dos Estados e povos, como a escola historicista do direito queria dizer. Na verdade, lemos no texto de Kant *A paz perpétua* que a multiplicidade das religiões e linguagens mostra que a natureza não quer um Estado mundial uniforme, mas a existência de diferentes nações. Possa a história ainda mudar, e possa ela se tornar ainda mais plural, o importante é que este princípio de reconhecimento da liberdade do outro não se perca.¹⁶ Mas serei eu mesmo um historicista tradicionalista ao me remeter ao velho Kant?

Referências Bibliográficas

BAUMGARTNER, Hans-Michael. Hat der Disput um die Wissenschaftsgeschichte das Selbstverständnis der Wissenschaften und der Wissenschaftstheorie verändert? Ein Diskussionsbeitrag. **Studia Leibnitiana**, Sonderheft 6 (= Die Bedeutung der Wissenschaftsgeschichte für die Wissenschaftstheorie), 1977.

BLANKE, Horst-Walter & RÜSEN, Jörn. (orgs). **Von der Aufklärung zum Historismus**: Zum Strukturwandel des historischen Denkens. Paderborn; Wien; München; Zürich: Schöningh, 1984. BÖCKLE, Franz. BÖCKENFÖRDE, Ernst-Wolfgang. (orgs) **Naturrecht in der Kritik**. Mainz: Matthias-Grünwald Verlag, 1973.

BRÜHL, W. L. (org.) **Funktion und Struktur: Soziologie von der Geschichte**. München, 1975.

DILTHEY, Wilhelm. **Gesammelte Schriften. Band 8**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1974.

_____. **Abhandlungen zur Philosophie der Metaphilosophie. Gesammelte Schriften, Bd.8**. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, Teubner, 1960.

_____ "Das Wesen der Philosophie". In _____. **Gesammelte Schriften. Band 5**, Göttingen/ Stuttgart: Vandenhoeck & Ruprecht/ Teubner, 1964.

_____ "Die Metaphysik als 'Interpretation' und 'Auslegung' der Welt". In _____. **Gesammelte Schriften. Band 5**. Göttingen/Stuttgart: Vandenhoeck & Ruprecht/ Teubner, 1964.

FEYERABEND, Paul. **Wissenschaft als Kunst**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.

GADAMER, Hans-Georg. **Wahrheit und Methode**. Tübingen: Mohr, 1960.

GÖHRING, M. **Montesquieu: Historismus und moderner Verfassungsstaat**. Wiesbaden, 1956.

¹⁶ Nossas reflexões trazem pelo menos dois problemas, que no espaço de um ensaio sobre ética deveriam ser discutidos: o primeiro é a tensão, o possível conflito entre uma ética formal universal e as específicas formas da vida herdadas da tradição; o segundo é a possível crítica de que cada ética universal seja somente o produto de uma tradição específica.

- HEIDEGGER, Martin. **Phänomenologische Interpretation zu Aristoteles.** Einführung in die phänomenologische Forschung. Org. W. Bröckeru. Kr. Bröcker-Otimanns (Gesamtausgabe, Bd. 61). Frankfurt am Main: Vittorio Klosterman, 1994.
- HERMAND, Jost. **Synthetisches Interpretieren:** Zur Methodik der Literaturwissenschaft. München: Nymphenburger, 1968.
- HEUSER-KESSLER, Marie-Louise. **Die Produktivität der Natur:** Schellings Naturphilosophie und das neue Paradigma der Selbstorganisation in den Naturwissenschaften, Berlin: Duncker & Humblot, 1986.
- HEUSSI, Karl. **Die Krisis des Historismus.** Tübingen: Mohr, 1932.
- HÜBNER, Karl. **Die Wahrheit des Mythos.** München: Beck, 1985.
- IGGERS, Georg G. **Deutsche Geschichtswissenschaft.** Eine Kritik der traditionellen Geschichtsauffassung von Herder bis zur Gegenwart. München, 1972.
- INGARDEN, Roman. **Das literarische Kunstwerk,** 1931; Tübingen, 1965.
_____. **Untersuchungen zur Ontologie der Kunst.** Tübingen, 1962.
- JAUSS, Hans-Robert. Schlegels und Schillers Replik auf die "Querelle des anciens et des Modernes" In: _____. **Literaturgeschichte als Provokation.** Frankfurt am Main, 1970.
- KAYSER, Wolfgang. **Das sprachliche Kunstwerk.** Bern: Francke, 1948.
- KAMLAH, Wilhelm. Die Formierung der "Geisteswissenschaften" in der Auseinandersetzung mit den Naturwissenschaften. In: HART, Dietrich (org). **Propädeutik der Literaturwissenschaft.** München: Wilhelm Fink, 1973.
- KANT, Immanuel. **Idee zur einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlichen Absicht** (1784). Akademie-Ausgabe, Bd. 8, Berlin: de Gruyter, 1971.
- KEMPSKI, Jürgen von. Stilisierte Geschichte. In: _____. **Brechungen:** Kristische Versuche zur Philosophie der Gegenwart. Hamburg: Rowohlt, 1964.
- KRENZLIN, Norbert. **Das Werk "rein für sich".** Zur Geschichte des Verhältnisses von Phänomenologie, Ästhetik und Literaturwissenschaft. Berlin: Akademie Verlag, 1979.
- LENZ, Max. **Geschichte der Königlichen Friedrich-Wilhelms-Universität zu Berlin.** Bd 1, Halle: Verlag der Buchhandlung des Waisenhauses, 1910.
- LIEBERT, Arthur. **Die geistige Krise der Gegenwart.** Berlin: Pan-Verlag Rof Heise, 1923.
- LÜBBE, Hermann. Historismus oder die Erfahrung der Kontingenz religiöser Kultur. In: OELMÜLLER, Willi. (org.) **Wahrheitsanspruch der Religionen heute.** Paderborn, 1966.

- _____. **Fortschritt als Orientierungsproblem.** Freiburg im Breisgau, 1975.
- _____. **Geschichtsbegriff und Geschichtsinteresse:** Analytik und Pragmatik der Historie. Basel; Stuttgart, 1977.
- _____. Religion nach der Aufklärung. Graz; Wien; Köln: Styria. 1986.
- MARQUARD, Odo. Über die Unvermeidlichkeit der Geisteswissenschaften (1985). In: _____. **Apologie des Zufälligen.** Stuttgart: Reclam, 1986.
- _____. **Schwierigkeiten mit der Geschichtsphilosophie.** Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1973.
- MEINECKE, Friedrich. **Zur Theorie und Philosophie der Geschichte.** Werke Bd. 4. Stuttgart: Koehler, 1959.
- _____. **Die Entstehung des Historismus** (1936). Werke Bd.3, München: Oldenbourg, 1959.
- MITTELSTRASS, Jürgen. Historismus in der neueren Wissenschaftstheorie. In: **Studia Leibnitiana**, Sonderheft 6 (= Die Bedeutung der Wissenschaftsgeschichte für die Wissenschaftstheorie), 1977.
- MOMMSEN, Wolfgang. **Die Geschichtswissenschaft jenseits des Historismus.** Düsseldorf, 1972.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben** (1874). Zweites Stück der "Unzeitgemässen Betrachtungen". Werke. Org. K. Schlechta, Bd.1, München: Carl Hanser Verlag, 1966.
- _____. **Die fröhliche Wissenschaft.** Aforismos 373-374. Kritische Gesamtausgabe, Parte V, Bd. 2. Berlin; New York: de Gruyter, 1973.
- _____. **Nachgelassene Fragmente** (1886/87), KGA, parte 8, Bd.1, Berlin; New York: de Gruyter, 1974.
- PLESSNER, Helmut. Die Stufen des Organischen und der Mensch (1928) = **Gesammelte Schriften**, Bd. 4. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1980.
- _____. **Conditio humana** (=Einleitung zur Prophylläen Weltgeschichte, Berlin, 1961). Pfullingen: Günther Neske, 1964.
- REIF, Adalbert (org.) Antworten der Strukturalisten. Hamburg: Hoffmann und Campe, 1973.
- REILL, Peter-Hans. **The German Enlightenment and the Rise of Historicism.** Berkeley; Los Angeles; London: The University of California Press, 1975.
- RICKERT, Heinrich. **Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung.** Tübingen: Mohr, 1913.
- _____. **Kulturwissenschaft und Naturwissenschaft.** Tübingen: Mohr, 1910.
- RITTER, Joachim. Die Aufgabe der Geschichtswissenschaft in der modernen Gesellschaft (1963) In: _____. **Subjektivität.** Frankfurt am Main, 1974.

- RÜSEN, Jörn. Überwindung des Historismus? In: **Philosophische Rundschau** 20, 1974.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich. **Über die Religion**. Reden an die Gebildeten unter ihren Verächtern, Berlin, 1799 (Kritische Gesamtausgabe I, Abt.1, Bd.2) Berlin: de Gruyter, 1984.
- SCHNÄDELBACH, Herbert. **Philosophie in Deutschland 1831-1933**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1983.
- _____. Wissenschaftsgeschichte und Historismus. **Studia Leibnitiana**, Sonderheft 6 (= Die Bedeutung der Wissenschaftsgeschichte für die Wissenschaftstheorie), 1977.
- SCHOLTZ, Gunter. Historismus, Historizismus. In: **Historische Wörterbuch der Philosophie**. Bd.3, Basel: Schwabe, 1974.
- _____. Die theologischen Problemen des Klassiks-Begriff. In: BOCKHOLDT, Rudolf. (org). **Über das Klassische**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1987.
- SZONDI, Peter. Antike und Moderne in der Ästhetik der Goethezeit. In: METZ, S. & HILDEBRANDT, H.H (Orgs). **Poetik und Geschichtsphilosophie I**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1971.
- TROELTSCH, Ernst. Das Neuzehte Jahrhundert (1913). In: _____. **Aufsätze zur Geistesgeschichte und Religionssoziologie** (Gesammelte Schriften Bd.4), Tübingen 1925.
- VIIKARI, Matti. **Die Krise der "historistischen" Geschichtsschreibung und die Geschichtsmethodologie Karl Lamprechts**. Helsinki: Suomalainen Tiedeakatemia, 1977.
- WEHLER, Hans-Ulrich (org.) Geschichte und Soziologie. Köln, 1972.

Anos de aprendizagem de um jurista formado “numa perspectiva histórica”: Max Weber e o historicismo*

Apprenticeship from a jurist with a historical education: Max Weber and historicism

Sérgio da Mata

Professor Adjunto
Universidade Federal de Ouro Preto
sdmata@ichs.ufop.br
Rua do Seminário s/n
35420-000 - Mariana - MG
Brasil

Resumo

São ainda raros os estudos sobre a trajetória intelectual de Max Weber entre o início de seus estudos universitários em Heidelberg (1882) e a publicação de sua tese de doutoramento sobre as companhias de comércio medievais (1889). Através da análise da sua correspondência, este artigo pretende demonstrar a importância de historiadores como Erdmannsdörffer, Baumgarten, Ranke e Treitschke para o jovem jurista Weber e como sua formação inseriu-se, plenamente, nos quadros da tradição historicista da época.

Palavras-chave

Max Weber; Historiografia alemã; Historicismo.

64

Abstract

There are only few studies on Max Weber's intellectual biography between the beginning of his undergraduate studies in Heidelberg (1882) and the publication of his doctoral dissertation on medieval commercial partnerships (1889). Through the analysis of his correspondence, this article seeks to demonstrate the importance of historians like Erdmannsdörffer, Baumgarten, Ranke, and Treitschke for the young lawyer and how his early intellectual development occurred under the strong influence of the historicist tradition.

Keywords

Max Weber; German historiography; Historicism.

Enviado em: 14/03/2011

Aprovado em: 28/03/2011

* Este artigo é resultado parcial de uma pesquisa realizada em arquivos e bibliotecas em Erfurt, Frankfurt an der Oder, Berlim e Munique. Agradecemos ao CNPq, à FAPEMIG (Programa Pesquisador Mineiro), ao convênio CAPES-DAAD e à Fundação Alexander von Humboldt pelo apoio financeiro.

Introdução

Desde há vinte e cinco anos, os estudiosos da obra de Max Weber perceberam que a forma de lançar uma nova luz ao seu respeito, nada tem em si, de nova: a adoção de um procedimento rigorosamente histórico-crítico. Talvez haja nisso uma pequena ironia do destino: embora a sociologia reclame para si o privilégio de ter em Weber um dos seus “fundadores” (o que é discutível sob inúmeros pontos de vista), a moderna *Weberforschung* nada tem de “sociológica”. Na atualidade, os estudos weberianos de ponta são, essencialmente, estudos de história intelectual.

Não por acaso, os historiadores assumiram, nos últimos anos, um lugar de destaque nos estudos weberianos. Basta lembrar os nomes de Wolfgang Mommsen, Gangolf Hübinger, Rita Aldenhoff-Hübinger, Hinnerk Bruhns, Hartmut Lehmann, Jürgen Deininger, Wilfried Nippel, Fritz Ringer e Peter Ghosh. Trata-se de um interesse que se diria quase natural, uma vez que Max Weber sempre levou a história e os historiadores a sério. Seja numa acepção lata, seja numa estrita, o jurista de formação sempre foi, também, historiador.

A esta constatação, seguem-se as nossas questões propriamente ditas neste texto: desde quando se manifestou em Max Weber o interesse pela história? Que historiadores marcaram sua formação? De que maneira ele se relacionou com as reconfigurações do campo historiográfico de sua época? Enfim, e mais importante: teria Weber, antes dos seus notáveis estudos publicados entre 1903 e 1906, inserido-se justamente naquela tradição que, na visão de muitos intérpretes, ele teria ajudado a implodir – a tradição historicista?¹

Antes de tentar responder algumas destas perguntas, um rápido *flash back*: em 1984, eram publicados os primeiros volumes da edição crítica das obras de Weber, a *Max Weber Gesamtausgabe* (MWG). Este acontecimento representou um verdadeiro divisor de águas para os *Weber Studies*. A rigor, pode-se dividir a história dos estudos weberianos em uma fase pré-MWG e em outra pós-MWG. Em 1986, apareceria o volume contendo a tese de livre-docência de Weber, dedicada à história agrária de Roma. Apesar do cuidadoso trabalho de edição feito por Jürgen Deininger, as pesquisas sobre o “primeiro Weber” não foram catapultadas de imediato. Uma das razões para isso está na estratégia de edição da correspondência de Weber no âmbito da MWG, que somente agora está a contemplar o período anterior a 1906.²

Até há bem pouco tempo, o “primeiro Weber”, tradicionalmente, não despertava o interesse dos pesquisadores. Eram poucos os que, como Scaff (1984), sentiram-se compelidos a reconstruir os passos de Weber “antes da

¹ Exemplar desta tendência a des-historicizar Weber é o livro de Colliot-Thélène (1995). Tal atitude marca também a produção alemã da década de 1990; continuava-se a omitir o que ele escreveu antes de 1903, vale dizer: tudo aquilo que melhor permite perceber sua *dívida* em relação ao historicismo. Os livros de Jaeger e Rüsen (1992), Oexle (1996), Choi (2000) e Hidas (2001) não escaparam à regra.

² Estratégia que os atuais editores admitem ter sido equivocada.

sociologia weberiana”. Este quadro começou a alterar-se com a publicação, em 2003, da excelente introdução de Lutz Kaelber (2003, p. 1-47) à tradução norte-americana de tese de doutoramento de Weber e do livro de Wilhelm Hennis (2003) sobre Weber e Tucídides.³ Em 2008, veio a lume o tomo da MWG com a tese de Weber.⁴ Com isso, passamos a dispor de um melhor arsenal crítico para enfrentar o desafio de reconstruir os seus anos de aprendizagem.

Antes de um “primeiro Weber”, houve um “jovem Weber” a respeito do qual pouco se escreveu. Será este o nosso ponto de partida.

Retrato de um sociólogo quando jovem?

O interesse de Weber pela história manifestou-se desde muito cedo. O que não era propriamente uma originalidade, em vista da tradição neo-humanista do sistema educacional prussiano (RINGER 2000). Como a maior parte de seus colegas, Weber teve de passar pelas obras de Heródoto, Tucídides, Tito Lívio e Cícero. Em suas cartas, revela também seu gosto pela leitura de romances históricos, em especial os de Walter Scott, Willibald Alexis e Gustav Freytag.⁵ Dos historiadores contemporâneos, leu a enorme *História da Grécia* de Ernst Curtius, a *História de Roma* de Theodor Mommsen e o primeiro volume da *História da Alemanha* de Heinrich von Treitschke. Para estas leituras, seguramente, contribuiu o fato de que alguns dos intelectuais de maior prestígio da Berlim daquele tempo frequentavam a casa dos Webers: o patriarca firmara amizade com Treitschke já em sua época de estudante em Göttingen. Quanto a Mommsen, seu filho Karl era um de mais próximos amigos de Max. Wilhelm Dilthey e Heinrich von Sybel eram dois outros que a política havia aproximado de seu círculo familiar (ROTH 2001, p. 373-379).

Não causa surpresa, portanto, que entre 1877 e 1879, Max tenha dedicado-se à redação de três ensaios históricos: “Sobre o processo da história alemã, com especial atenção às posições do Imperador e do Papa”; “Sobre o período imperial de Roma, de Constantino às migrações” e “Observações sobre o caráter, desenvolvimento e história das populações nas nações indogermânicas” (WEBER 1989, p. 49).

³ A dívida dos estudos weberianos para com Hennis está longe de ser pequena, e há que dizer que foi ele, um cientista político, quem deu o passo decisivo no sentido da historicização que reclamamos aqui. Mas uma apreciação cuidadosa de seus livros demonstra também sua forte tendência a estabelecer juízos definitivos com base em um número insuficiente de indícios, bem como de ignorar evidências claras e numerosas que falem em sentido contrário às suas teses. É o caso, sobretudo, da sua construção da imagem de um Weber “nietzscheano” e “des-neokantianizado”, e que acabou contaminando os trabalhos de intérpretes como Oexle (1996) e Radkau (2005), entre outros. A este respeito, ver a veemente, e a nosso ver correta, crítica de Schluchter (1995).

⁴ MWG I/1.

⁵ Ressalte-se que o epistolário de Weber é empregado aqui apenas como uma *fonte* em história da historiografia e em história intelectual, o que não quer dizer que tais disciplinas não tenham o que ganhar com o que Salomon (2010) recentemente designou arquivologia das correspondências. As cartas são menos o veículo do que Simmel acreditava ser uma “sociologia do segredo” (pois sabemos que nem sempre elas eram escritas para permanecer em sigilo) do que uma modalidade de gênero comunicativo.

O ginásiano também demonstrava familiaridade com alguns dos clássicos da historiografia greco-romana e, mais que isso – algo perdoável para um garoto de 14 anos –, chega ao ponto de censurá-los por ignorarem as boas regras do método. Além de desatento às “causas internas dos eventos”, Heródoto não seria “crítico” o suficiente. Seu estilo narrativo, “totalmente poético”, parece-lhe inadequado. Quanto a Tito Lívio, o julgamento é ainda mais duro. Weber afirma que, embora “tenha vivido quatrocentos anos depois de Heródoto, [Tito Lívio – SM] tem os mesmos defeitos, mas não as mesmas qualidades. Ele é igualmente um mau crítico; creio ser difícil determinar como e quais fontes utilizou”.⁶

Um ano depois, Weber parecia seduzido pela historiografia para lá de engajada de Treitschke, o controvertido sucessor de Ranke em Berlim: “Acima de tudo”, escreve ele em carta ao primo Fritz Baumgarten, “estou lendo o primoroso livro de Treitschke sobre a história alemã no século XIX, é para mim um verdadeiro prazer”. Weber afirma tratar-se de um livro “muito difícil” e que “é preciso um esforço à altura (*man muss sich gehörig anstrengen*) a fim de compreender o contexto: isso vale principalmente para a primeira parte, na qual há uma concisa visão geral da história da Alemanha até a Paz de Westfália”.⁷

É significativo o entusiasmo do jovem Weber por esta obra, que, lançada naquele mesmo ano, obtivera enorme sucesso e convertera-se no que um observador chamou de “o livro preferido dos patriotas” alemães.

67

Neste ínterim, Weber conclui o ginásio e segue para Heidelberg, disposto a seguir a carreira jurídica do pai. Por que razão optou por esta pérola do Sudoeste alemão? É evidente que além da fama de que já gozava sua universidade em toda a Alemanha,⁸ Heidelberg era, por assim dizer, o seu destino natural: de lá viera a família de Helene Weber, ali vivia ainda sua tia Henriette Hausrath, irmã de sua mãe, ali passara ele muitas de suas férias na infância, ali estudava seu primo Otto Baumgarten (ROTH 2001, p. 197-199).

As cartas enviadas por Weber aos seus pais permitem-nos reconstruir parcialmente o que então atraía o jovem estudante universitário. Uma dada disciplina só parece interessá-lo quando é abordada numa perspectiva histórica. Evidência disso é o fato de que as preleções sobre doutrina do direito romano de Otto Karlowa mal são mencionadas, enquanto que o curso de Ernst Immanuel Bekker sobre a história do direito romano é lembrado mais de uma vez em suas cartas.⁹ Ainda assim, o curso é criticado “porque não é história, mas, em

⁶ Carta de 2/09/1878 a Fritz Baumgarten (JB, p. 11). Cf. também Marianne Weber (1989, p. 55).

⁷ Carta a Fritz Baumgarten, 11/10/1879 (JB, p. 29).

⁸ Segundo Erich Marcks (1911, p. 332-333) na década de 1870 os historiadores de Heidelberg rivalizavam em qualidade e fama com os de Berlim.

⁹ Weber reclama por ter de assistir às aulas de Bekker logo depois das de Karlowa. Segundo o *Vorlesungsverzeichniss* da universidade daquele semestre, o curso diário de Karlowa ia das 9:00 às 11:00h e das 12:00 às 13:00h; o de Bekker, também diário, das 10:00 às 11:00h. Significa dizer que Weber assistia apenas a primeira metade da aula de Karlowa pela manhã, a fim de poder acompanhar o curso de Bekker. Difícilmente, buscava recuperar a hora perdida na sessão verpertina da preleção do primeiro, uma vez que no mesmo horário (12:00-13:00h) frequentava o curso de Erdmannsdörffer sobre a “História da era das revoluções”. Cf. *Anzeige der Vorlesungen welche im Sommer-Halbjahr 1882 auf der Grossherzoglich Badischen Ruprecht-Carolinischen Universität zu Heidelberg gehalten werden sollen*. Heidelberg: Karl Gross, 1882, p. 4 e 11.

primeira linha, uma exposição do processo civil e criminal com poucos *intermezzos* histórico-jurídicos” (JB, p. 41). Em carta à mãe, escrita em 22 de junho de 1882, Weber se diz alegre porque Bekker concluiu a parte sobre doutrina processual e “finalmente [...] começou a história do direito propriamente dita, pela qual eu já esperava há muito” (JB, p. 57). De Kuno Fischer, assiste às preleções sobre “Lógica e metafísica ou doutrina da ciência”, e aprecia de modo especial a seção dedicada à história da lógica (JB, p. 41-42).¹⁰

Três historiadores tornam-se extremamente importantes para o estudante de direito Max Weber: Bernhard Erdmannsdörffer (Heidelberg), Hermann Baumgarten (Estrasburgo) e Heinrich von Treitschke (Berlin).

Os cursos de Bernhard Erdmannsdörffer em Heidelberg deixam-no entusiasmado.¹¹ Em seu primeiro semestre, Weber assiste a suas preleções sobre a “História da era das revoluções (1789-1815)” e elogia o tratamento “minucioso e exaustivo” dado ao tema (JB, p. 46-47). No semestre seguinte, participa com dois outros colegas de um seminário com Erdmannsdörffer, em que fazem a crítica da historiografia moderna. A Weber coube a apresentação de um trabalho em que colocou à prova a fidedignidade dos relatos de Samuel von Pufendorf “com a utilização de documentos”. “Estou ansioso para saber como será a coisa”, diz à mãe antes da sua apresentação (JB, p. 63). Em fevereiro de 1883, encontramos-lo empenhado na conclusão do trabalho escrito do seminário, que classifica como “muito interessante, especialmente porque agora Erdmannsdörffer também está tratando do Renascimento – são as mais agradáveis horas da semana”.¹² Weber deve a estes encontros o seu primeiro contato com a obra de Ranke, a respeito do qual teceu o seguinte comentário:

Eu me aprofundei na leitura de diversos escritos de Ranke, precisamente os seus dois primeiros: *Histórias dos povos latinos e germânicos* e *Para a crítica dos historiadores modernos*, sendo o último um conhecido clássico (*Standardwerk*). Ambos têm um estilo tão peculiar que a princípio eu não os queria ler, e se eu não conhecesse os fatos não estaria em condição de compreendê-los. Sua linguagem lembra a do *Werther* ou do *Wilhelm Meister*. Infelizmente, estas duas obras, especialmente a segunda [de Ranke - SM], praticamente não são mais lidas (JB, p. 63-64).

Por sorte, os exemplares destes dois livros foram preservados e encontram-se, hoje, sob a guarda do *Max-Weber-Arbeitsstelle* da Academia de Ciências da Baviera, em Munique. Não obstante, sejam pouco numerosos os trechos grifados, a maior parte concentra-se, precisamente, no famoso prefácio

¹⁰ Ibidem, p. 8.

¹¹ Um dos mais diletos alunos de Droysen (agradecemos a Arthur Assis por esta informação), Erdmannsdörffer também exercera forte influência sobre Eberhard Gothein, que, alguns anos antes, estudara em Heidelberg e viria a ser o sucessor de Weber na cátedra de economia política após sua demissão (MAURER 2007, p. 8). O epistemólogo e economista político Friedrich Gottl-Ottlilienfeld, pelo qual Weber repetidas vezes expressou forte admiração, também se dizia discípulo de Erdmannsdörffer (GOTTL 1901, p. ii).

¹² Carta de 12/02/1883 (JB, p. 66).

às *Histórias dos povos latinos e germânicos*. Dos trechos grifados ou sublinhados por Weber, eis os que parecem mais relevantes para a formação da sua visão a respeito do trabalho histórico:

Do propósito e do material (*Stoff*) emerge a forma. Não se pode demandar de uma obra de história a liberdade de composição (*freie Entfaltung*) que ao menos a teoria busca em uma obra poética, e não sei se alguém possa estar com a razão quando crê ter encontrado tal liberdade na obra dos mestres gregos e romanos. A exposição rigorosa dos fatos, por muito condicionados e carentes de beleza que sejam, é, indubitavelmente, o mandamento supremo. [...] Há para eles [os diversos modelos de historiografia - SM] um sublime ideal: o do evento em si mesmo, *em sua compreensibilidade humana, em sua unidade, em sua plenitude* (RANKE 1874, p. vii-viii).¹³

Que as lições do velho Ranke tiveram um valor duradouro para Weber, inclusive em sua fase intelectualmente mais madura, é algo que se atesta com relativa facilidade em seus ensaios de 1903 e 1904, respectivamente sobre o método histórico de Wilhelm Roscher e sobre a "objetividade" (WEBER 1988, p. 3-42, 214).¹⁴

Voltemos ao nosso jovem estudante de direito. Em um balanço de suas atividades, diz "ter aprendido bastante no seminário de Erdmannsdörffer, especialmente no campo do método histórico". E elogia a estratégia deste professor de apresentar aos alunos a literatura histórica mais recente, o que lhe permitiu informar-se sobre as polêmicas em que se envolveu o historiador ultramontano Johannes Janssen, as escolas históricas inglesas "e os seguidores de Buckle" (JB, p. 71).

Nesta época, Weber viajava frequentemente a Estrasburgo, onde lecionava seu tio, o historiador Hermann Baumgarten, casado com sua tia Ida (irmã de Helene Weber). Ele encontrara na companhia dos tios e dos primos Fritz, Otto e Emmy uma espécie de segunda família. A ascendência intelectual, religiosa e política dos Baumgarten sobre Weber é amplamente reconhecida.¹⁵

Entre Heidelberg, Estrasburgo e Berlim

Em fins de 1882, portanto ainda no seu primeiro na universidade, tem início uma polêmica entre Hermann Baumgarten e Treitschke, a propósito do segundo volume da *História da Alemanha*, de autoria deste último.¹⁶ Terá esta

¹³ O trecho destacado em itálico foi sublinhado a caneta por Weber.

¹⁴ Esse se confrontar com o pensamento de Ranke não cessou sequer quando Weber transferiu-se para Munique, pouco antes de sua morte, já como um sociólogo assumido (HANKE & HÜBINGER 2001, p. 323-335).

¹⁵ A esse respeito, ver os livros de Marianne Weber (1989, p. 86ss) e Wolfgang Mommsen (1990, p. 4-5). Sobre a importância de Baumgarten como espanista, cf. Sanchez-Blanco (1987).

¹⁶ Poucas historiografias nacionais são tão ricas no quesito "polêmica" quanto a alemã, a ponto de a raiz *-streit* ter se tornado uma constante no campo intelectual deste país. Tal "belicosidade", que tanto incomodou Marc Bloch nos livros do medievalista de Georg von Below, é provavelmente (Popper decerto subscreveria esta hipótese) um dos segredos da vitalidade da historiografia alemã daquela época. Em um livro que merece atenção, Seneda afirma que as polêmicas científicas eram um "método de estudo" para Weber (SENEDA 2008, p. 33). Trata-se, antes, de uma longa *tradição* na qual estava inserido. Nos últimos anos, o estudo das polêmicas historiográficas adquiriu dignidade científica: cf. o volume organizado por Elvert e Kraub (2003).

polêmica contribuído de alguma forma para que Weber assumisse para si, como missão, o preceito da “neutralidade axiológica”? É que Baumgarten voltava-se, sobretudo, contra o que chamou de “pronunciada subjetividade” do livro de seu antigo amigo Treitschke. Em uma série de três artigos publicados na *Cottasche Allgemeine Zeitung*, no início de dezembro de 1882, Baumgarten afirmou que Treitschke estava para a Prússia assim como a historiografia ultramontana para o Vaticano. A história deixava de ser “um fim em si mesmo” para se tornar apenas “um meio”. Treitschke não se furtaria às paixões do momento, “como é a tarefa do historiador”. Baumgarten acusa-o de empregar apenas fontes de arquivos prussianos mesmo para épocas em que a Áustria tivera muito maior expressão no plano internacional, dando ainda as costas aos arquivos de Munique e Stuttgart. Sua obra deveria ser chamada antes uma história da Prússia do que uma história da nação. Faltaria ao sucessor de Ranke em Berlim “um amor imparcial à verdade” e “justiça ao estabelecer juízos” (BAUMGARTEN 1883, p. v-vi).

Em 15 de dezembro, Weber escreve à sua mãe demonstrando saber da polêmica, mas ainda sem ter lido os artigos do tio. A carta evidencia o entusiasmo tanto de seu pai quanto de seu tio Adolf Hausrath (professor de História da Igreja e exegese do Novo Testamento em Heidelberg) pelo segundo volume da *História da Alemanha*.¹⁷

A resposta de Treitschke apareceria, naquele mesmo dia, nos *Anuários Prussianos*. Ele se esquivava da acusação de falta de imparcialidade com o argumento de que seu pedido para consultar os arquivos vienenses fora recusado, sem, porém, retrucar a contento todas as fragilidades apontadas por Baumgarten. O debate intensifica-se nas semanas seguintes. Em janeiro, Baumgarten afirma que a visão de Treitschke sobre a relação entre a Prússia e o restante da Alemanha era “tão irresponsável politicamente quanto falsa historicamente”.¹⁸ Enquanto jornais liberais como o *Frankfurter Zeitung* tomavam o partido do historiador de Estrasburgo, justamente Erdmannsdörffer manifestava-se inequivocamente a favor de Treitschke no jornal editado por Gustav Freytag, *Der Grenzboten*.¹⁹ Weber escreve a seu pai na ocasião:

Vocês devem ter lido o artigo de Erdmannsdörffer no *Grenzboten*, em que o tio Hermann é tão duramente atacado. De fato, muito pouco de concreto é demonstrado ali, e ele tem razão apenas quando se volta contra o tom muito agressivo do artigo [de Baumgarten – SM].²⁰

¹⁷ Carta de 15/12/1882 (JB, p. 64).

¹⁸ Apud Biefang (1996, p. 403).

¹⁹ Treitschke escreve a Erdmannsdörffer, em 12/12/1882, dizendo que não teria escrito a *História da Alemanha* caso soubesse que os “discípulos de Gervinus” reagiriam daquela forma; e pede ao amigo que apresente ao público uma “avaliação justa” de seu livro (CORNICELIUS 1920, p. 545-546). Para uma boa introdução à historiografia de Gervinus, ver o estudo de Julio Bentivoglio (2010a, p. 7-22).

²⁰ Carta de 12/02/1883 (JB, p. 68).

Os demais professores de Heidelberg estariam tomados por um sentimento de “surpresa e indignação”. Weber parece dividido entre o tio e o historiador que o fascinara quando ainda era um adolescente de 15 anos. Ele reprova tanto um quanto o outro pelo tom e pela direção que a polêmica havia tomado.²¹

O *establishment* acadêmico não viu com bons olhos a cruzada de Baumgarten. Eram tempos de efusão nacionalista e, verdade seja dita, Treitschke não era um espírito tão pequeno quanto a historiografia posterior à Primeira Guerra pretendeu que fosse.²² Já em fins de janeiro, ele recebe a solidariedade de Henrich von Sybel, que qualifica seu livro de “obra-prima”.²³ Em fevereiro, Johann Gustav Droysen escreve a seu filho Gustav que a polêmica ameaçava “jogar nossa historiografia na lama”. Para o autor da *Historik*, “tudo isso é extremamente desagradável, e Baumgarten contribuiu para que uma obra que, mesmo sem ser perfeita, e que, entretanto, foi grandiosamente concebida e fundamentada em ampla pesquisa, perca grande parte de sua influência”.²⁴

Em uma memória publicada depois da morte de Treitschke, Adolf Hausrath (o *outro* tio de Weber) afirma que Baumgarten “exigia objetividade absoluta de quem quer que fosse”, não obstante tivesse também os seus “paradoxos”. Quaisquer exageros ou afirmativas mais arriscadas em uma obra histórica eram considerados “insuportáveis” por ele. Baumgarten desenvolvera uma “aversão apaixonada em relação à burocracia prussiana”. Sybel chegara ao ponto de considerar “patológica” sua tendência a condenar moralmente as opiniões contrárias às suas. Para Hausrath (1914, p. 128-130), “ninguém” o considerava um historiador do mesmo nível que Treitschke.²⁵

Baumgarten sai do episódio isolado. Ele comete um último erro ao colocar a *Historische Zeitschrift* sob suspeita de favorecer Treitschke na contenda (o que não era exatamente infundado). Os editores teriam suprimido trechos críticos em relação a Treitschke de um artigo de seu amigo e aliado Alfred Stern. No número de julho de 1883, a revista responde publicamente a Baumgarten repudiando suas acusações e afirmando que ele movia uma verdadeira “guerra de extermínio” contra Treitschke. No ano seguinte, uma comissão formada, entre outros, por Sybel, Dietrich Schäffer e Gustav Schmoller concede a Treitschke o prêmio Verdun, o mais importante na área de história

²¹ Vale lembrar que, entre 1879 e 1881, Treitschke havia confrontado-se, a propósito da chamada “querela do antissemitismo”, com Theodor Mommsen – um erudito que Weber tinha em altíssima conta. É impossível imaginar que, sendo próximo de ambos e morando na capital do *Reich*, Weber não tenha acompanhado de perto o embate entre os dois gigantes. Sobre o *Antisemitismusstreit*, ver o artigo de Malitz (2005, p. 137-164).

²² Não estamos certos de que Metz (2005, p. 99) faça justiça a Treitschke quando afirma que ele seria “mais um homem político que um historiador”. Um único trabalho, até onde estamos informados, quebrou o tabu em torno deste autor, normalmente visto pelo prisma de seu exacerbado nacionalismo e suas declarações antissemitas, descobrindo nele também o historiador digno de ser lido: o de Gerhards (2009).

²³ Carta de 22/01/1883 (Cornicelius, 1920, p. 547-548).

²⁴ Apud Biefang (1996, p. 413).

²⁵ Ao leitor certamente não terá passado despercebido o quanto este retrato de Baumgarten faz lembrar o Weber das polêmicas com Schmoller nos encontros da Associação para a Política Social, tema que exploramos em outra oportunidade (MATA 2010b).

da Alemanha. Era a bênção oficial que faltava à chamada “Escola Prussiana”.²⁶ Este fato, acrescido da morte de Ranke, ocorrida apenas dois anos mais tarde, demarca o fim de uma era na história da historiografia alemã.

Em janeiro de 1884, Weber prestava o serviço militar em Estrasburgo, e aproveita a ocasião para assistir a um seminário de Baumgarten: “O seminário do tio continua extremamente interessante para mim; nós ainda nos ocupamos com a crítica dos historiadores franceses, espanhóis, e, sobretudo, dos italianos da época do Renascimento e que dele tratam.”²⁷

Em novembro do mesmo ano, de volta a Berlim, ele tem a oportunidade de se ver frente a frente com Treitschke. Weber assiste a sua preleção sobre “Estado e Igreja”, a qual classifica como “propagandística” e “agitadora”.²⁸ À primeira vista, estas palavras parecem explicar por que Treitschke seria evocado, vinte e nove anos depois, como um exemplo daquele tipo de erudito que Weber (1964, p. 104) considerava incapaz de sacrificar as próprias valorações práticas (“juízos de valor”) em seu trabalho de pesquisa. Todavia, a posição de Weber, na década de 1880, estava longe de ser a mesma que ele defenderia depois de assumir o credo da “neutralidade axiológica”. É como se o estudante de direito, fascinado pela política e também por uma visão especificamente histórica do mundo, tivesse em Ranke e simultaneamente em Treitschke os seus modelos.

Baumgarten, talvez, representasse uma mediação entre estes dois universos antagônicos: vinculado aos historiadores politicamente engajados de sua geração, ele tinha mantido relações com o grupo de Droysen, Treitschke e Sybel (que se impressionara com sua *História da Espanha do início da Revolução Francesa aos nossos dias*). Por outro lado, como Ranke, a quem citava com frequência, Baumgarten não rompera completamente com o “primado da política externa” e mantivera-se fiel ao projeto de investigar cientificamente o passado sem, porém, ter a pretensão de abarcá-lo em sua totalidade (MARCKS 1894).

Em fevereiro de 1884, Weber estava entretido com o livro *La société de Berlin*, da autoria de um certo Conde Vasili. O autor, protegido sob tal pseudônimo, pois certamente se trata de um diplomata estrangeiro, demonstra estar familiarizado com as altas rodas políticas e sociais da capital. No geral, o relato é bastante duro em relação à família real, ao chanceler e aos partidos políticos (a ponto de, afirma Weber, ter sua edição confiscada). Richard Wagner é apresentado como uma espécie de duplo musical de Bismarck. Um dos últimos capítulos, porém, reserva elogios para a ciência alemã. Dificilmente o seguinte trecho passou despercebido a Weber:

²⁶ Com o recente artigo de Bentivoglio (2010b), de longe a melhor visão de conjunto disponível em língua portuguesa sobre a Escola Prussiana, decretou-se o fim, entre nós, da era das generalizações grosseiras sobre a historiografia alemã do XIX. Nos afastamos de Bentivoglio apenas por sua tendência a incluir historiadores com clara atuação política liberal entre os “prussianos” – designação que, evidentemente, não se pode aplicar a Gervinus, Baumgarten ou Alfred Stern. No quadro apresentado ao fim de seu texto, Bentivoglio confunde (p. 45, coluna referente a Stern) a polêmica entre Treitschke e Baumgarten com a que opusera Treitschke e Mommsen. Sobre os “prussianos”, ainda merece ser consultado o livro de Georg Iggers (1997, p. 120-162).

²⁷ Carta de 19/01/1884 (JB, p. 93).

²⁸ Carta de 08/11/1884 a Baumgarten (JB, p. 145).

Quanto aos eruditos, aos literatos, há alguns notáveis em Berlim. Sem falar de Mommsen, de Ranke, de Helmholtz, quase todos os professores da Universidade são pessoas de grande mérito e do mais alto valor, que trabalham pelo trabalho, para fazer avançar a ciência ou para esclarecer os pontos ainda sombrios da história, e não pelo triunfo de suas teorias ou de sua opinião pessoal. Estes corajosos pioneiros do progresso merecem nosso inteiro respeito e nossa admiração mais sincera, pois são os únicos de seu país que não estão cegos pelas falsas ideias de glória nacional, que admitem o valor de todos os povos da terra e que, sob o novo império alemão, seus exércitos, suas conquistas, seu soberano e seu todopoderoso ministro, vêem uma coisa muito maior, ainda mais nobre para eles, mais sublime, porque ela é a única na terra (*ici-bas*) que o Eterno criou à sua imagem: a humanidade (VASILI 1886, p. 236).

Percebe-se que Vasili não estava devidamente atualizado, do contrário teria visto também em Treitschke um duplo historiográfico de Bismarck e percebido que sua elogiosa imagem de uma ciência histórica cosmopolita (a de Mommsen e de Ranke) não mais se adequava à realidade.²⁹

Em 1885, Baumgarten publica sua *História de Carlos V*, e logo envia um exemplar ao sobrinho com uma curta dedicatória: "Ao meu querido Max, 21/04/85".³⁰ Em julho, possivelmente depois de concluir a leitura do livro, Weber, agora com 21 anos, escreve uma longa carta a Baumgarten em que contrapõe sua historiografia à de Treitschke. Sua intenção é, claramente, muito mais a de quem busca estabelecer uma mediação do que a de quem se vê compelido a fazer uma escolha.

É, mais uma vez, revelador que uma historiografia que trata de Carlos V e uma outra, que trata da história contemporânea (*neuste Zeit*), sejam vistas – por questão de princípio – como duas coisas inteiramente distintas, das quais uma seria compreendida como científica e a outra como político-didática. Em todo o caso, revela-se exatamente no fato de se querer separar completamente estes dois lados e de se ver neles coisas totalmente diferentes, que não é sem cometer uma injustiça que se nega àquela forma de historiografia (a de Treitschke) as qualidades da objetividade e da pura investigação científica.³¹

Essa passagem demonstra que o jovem acadêmico não vê no engajamento de Treitschke qualquer impedimento a que se possa falar em cientificidade da história. Para ele, preocupações "político-didáticas" não são incompatíveis com o rigor acadêmico. Com efeito, é possível que poucas coisas tenham perturbado tanto o Weber daqueles dias quanto a necessidade de articular pensamento e ação. Até que ponto ele chegou a formular esta questão de forma clara para si mesmo, permanece uma questão em aberto. Como a maior parte de seus contemporâneos, e a despeito de tudo, a historiografia de

²⁹ Tentamos desfazer alguns dos mitos correntes sobre a historiografia de Ranke em um pequeno ensaio publicado há pouco (MATA 2010a). Cf. também nossa introdução ao documento historiográfico publicado neste número de *História da Historiografia*.

³⁰ Exemplar sob guarda do *Max-Weber-Arbeitsstelle* da Academia de Ciências da Baviera, em Munique.

³¹ Carta de 14/07/1885 a Baumgarten (JB, p. 175).

Treitschke fazia seus olhos brilharem (mais tarde ele chamará a isso: “carisma”).³² O preceito da objetividade esbarrava naquilo que ele, por um largo tempo, colocou acima de qualquer outra coisa: a nação.

É preciso ter claro que a objetividade *era* um preceito para Weber. Só não se pode dizer que ela se tornara para ele, naquela fase de sua vida, um preceito absoluto. Mais que na investigação e na exposição do passado, o exemplo de Treitschke o convence de que a objetividade é um requisito fundamental *da cátedra*. Em 1887, de fato, ele escreve a Baumgarten uma carta com ásperas críticas ao historiador berlinense. Wolfgang Mommsen (1990, p. 9), o primeiro a ter a exata noção da importância das afinidades entre estes dois homens, afirma, a respeito desta carta, que Weber rejeitava “enfaticamente” a maneira como Treitschke fundia política e ciência. Isso parece certo, mas só até certo ponto. Mommsen não atenta para o fato de que o jovem estudante faz ressalvas ao professor, não ao historiador – e menos ainda ao escritor: junto com a carta em questão, ele envia ao tio um antigo volume de poemas de Treitschke. Weber diz encontrar “certa alegria” na sua leitura, que conteria “as ideias essenciais (*den wirklich idealen Grundzug*) que nunca se perdem completamente neste homem, em tantos aspectos infeliz, mesmo em seus maiores erros e injustiças”.³³

Uma comunidade de destino

Um estudo pormenorizado dos dois primeiros trabalhos de fôlego de Weber (suas teses de doutorado e livre docência), ambos essencialmente históricos, não poderá ser realizado neste artigo. Tratava-se inicialmente de identificar algumas das figuras que marcaram o início da trajetória intelectual daquele “jurista formado numa perspectiva histórica” – expressão que Weber usará mais tarde, em sua sociologia do direito.³⁴

Em um certo sentido, a conclusão não poderia ser mais banal: Weber foi, nem mais nem menos que qualquer contemporâneo seu, o resultado dos estilos de pensamento históricos então vigentes. Ao fim de seus estudos universitários, rigorosamente nada permite prever o advento daquele paladino do apuro conceitual, o futuro descobridor das origens religiosas de nossa “civilização do trabalho” e do processo de racionalização ocidental. O jovem jurista que vimos em processo de gestação escreverá seu doutorado sobre o direito comercial medieval sem qualquer preocupação de natureza “teórica”, aliás nem mesmo “conceitual”. Uma carta desta época atesta sua desconfiança em relação aos conceitos, em um espírito que em nada destoa do célebre *Diálogo político* de Ranke. Em março de 1886, pouco tempo antes da conclusão de seus estudos, escreve de Göttingen a seu irmão Alfred a respeito de suas impressões sobre a

³² Na época, Treitschke tentava reaproximar-se ao pai de Weber. Carta de 14/07/1885 a Baumgarten (JB, p. 174).

³³ Carta de 25/04/1887 (JB, p. 232).

³⁴ Na versão brasileira, *historisch gebildeten Juristen* foi traduzido como “juristas com especialização histórica” (WEBER 1999, p. 132).

Vida de Jesus de David Friedrich Strauss, livro que Alfred acabara de ler.³⁵ Strauss afirmara que a maior parte da Bíblia pouco ou nada tinha de histórico, devendo antes ser entendida como uma sucessão de relatos mitológicos.

Eis Weber, aos 22 anos, discorrendo sobre as relações entre mito e história, um problema que ocuparia algumas das mais importantes cabeças do século XX.

Analisado cuidadosamente, este conceito, na verdade, não quer dizer rigorosamente nada e de forma alguma esclarece a coisa, nem contribui para explicar a conexão de Jesus enquanto personalidade concreta com o Cristo da história, e, em última análise, não é em absoluto aplicável às transformações do espírito e cultura humanos de que tratamos aqui. De fato, o mito se origina numa região completamente diferente do espírito humano que as visões que abalavam os excitados espíritos dos primeiros cristãos. O mito é, por seu próprio conceito, um produto da fantasia poética de um povo artisticamente dotado e que elabora imagens, gradativamente, através de longos períodos de tempo; ali onde está ausente o poder de criação artística o mito não encontra seu chão. Entre os romanos ele está reduzido a uma importância mínima, entre os germanos está limitado por certa rudeza, e entre os judeus, num sentido próprio, ele sequer pode ser encontrado. Mas os primeiros cristãos tinham coisas muito mais importantes a fazer que se dedicar à elaboração poética de suas percepções religiosas da natureza [...]: o que se manifestou aqui foi uma relação exatamente inversa à da criação de mitos (JB, p. 206-208).

75

Coloquemos entre parêntesis tudo o que há de taxativo e ingênuo nestas palavras, e limitemo-nos ao essencial: ao fim e ao cabo, para Weber somente os gregos tinham “mitos” no sentido estrito do termo. Um nominalismo terminológico *tipicamente* historicista.

É tudo? Certamente que não. Dois últimos aspectos merecem ser ressaltados, pois é neles que se pode, legitimamente, falar em continuidades na trajetória intelectual de Max Weber.

O que significava a história para ele? A resposta a esta questão não é difícil. Mesmo depois de passar da jurisprudência à economia política e assumir sua primeira cátedra, este autoproclamado “discípulo da escola histórica” (WEBER 1991, p. 71) jamais se afastou de uma forma especificamente genética de abordar os problemas econômicos e sociais. Algo, aliás, que não passou despercebido àqueles que dele eram próximos. Robert Liefmann, que teve o privilégio de ser seu doutorando e de assistir suas primeiras preleções em Freiburg, declarou que Weber era então um “puro historiador” (MWG III/1, p. 165). Else Jaffé afirmou, em uma preciosa entrevista ao pesquisador japonês Hideharu Ando, que os cursos de Weber em Heidelberg eram essencialmente

uma história do desenvolvimento econômico, muito minuciosamente em seus aspectos políticos também. E, claro, história agrária e econômica. Mas não de uma forma demasiado teórica. Sempre acho que se Max viesse a uma preleção de economia política hoje em dia, ele não entenderia absolutamente nada! (*apud* ANDO 2003, p. 598)

³⁵ Sobre a importância das leituras teológicas para o jovem Weber, cf. Mata (2011).

Há, enfim, uma outra continuidade importante. Trata-se da precoce sensibilidade de que Weber foi dotado para perceber a dimensão trágica da vida – a sua e a dos outros. Na ocasião em que envia a Baumgarten o livro de poesias de Treitschke, ele se diz cativado pela “beleza verdadeiramente lírica” de algumas delas; em especial “a intitulada *Krankenträume*, que se refere à sua doença, é realmente comovente”.³⁶ Treitschke, como se sabe, já na sua juventude era um homem praticamente surdo. Uma das passagens deste poema – composto muito antes de seu autor conquistar um lugar no panteão dos heróis culturais prussianos – fala de sua surdez e da compensação que, imaginava, talvez lhe reservasse o futuro. Estas palavras encerravam algo de premonitório não só para ele, mas também para seu jovem admirador. Em 1897, pouco depois de ser nomeado para Heidelberg, é a vez de Weber ser acometido por uma longa e extenuante crise nervosa. Em 1903, após sucessivos períodos de licença, viagens, estadias em sanatórios e recaídas, ele finalmente abdica da cátedra, aos 39 anos. O que aproximava Treitschke e Weber não era apenas o seu culto à comunidade política; era também, de certa forma, uma comunidade de destino.

*Zum Riesen wuchs der lang bekämpfte Gram,
und frech und lästernd flucht' ich meinem Gotte:
[...]
Du nahst der Welt mit einer Welt von Liebe:
– Dein Zauber ist das muthig freie Herz –
Wär's möglich, daß sie dir verschlossen bliebe?
Nein, hören wirst du, was nicht Einer hört,
Im Menschenbusen die geheimsten Töne:
Verstehen wirst du, was den Blick verstört
Und was die Wangen färbt mit heller Schöne.
Und schaffen sollst du, wie der Beste schafft:
Des Muthes Flammentröstung sollst du singen,
In kranke Herzen singen junge Kraft.
(TREITSCHKE 1857, p. 100, 102-103)*

76

A mágoa há muito combatida torna-se um gigante,
E, ousado e blasfemo, amaldição meu Deus:
[...]
Tu te aproximas do mundo com um mundo de amor:
– Teu poder é o destemido e livre coração –
Seria possível que o mundo permanecesse fechado para ti?
Não: ouvirás o que ninguém é capaz de ouvir,
Os mais secretos ruídos no peito dos homens:
Compreenderás o que turva a visão
E tinge as faces com luminosa beleza.
E deves criar como criam os melhores:
Deves cantar a inflamada admoestação da coragem,
E novas forças ao coração enfermo.

³⁶ Carta de 25/04/1887 (JB, p. 233).

O enfoque que empregamos neste artigo foi, talvez, mais biográfico que propriamente historiográfico, mas não é o caso de nos desculparmos por isso. O que é um homem senão suas histórias? (SCHAPP 2005)

Procuramos ter demonstrado a que ponto Max Weber foi profundamente marcado por aquela mesma perspectiva historicista da qual, para muitos, ele teria sido um dos maiores adversários. Importa relativamente pouco que, àquela altura de sua vida, ele não tivesse ainda se decidido entre dois dos ícones da historiografia alemã do XIX: Treitschke e Ranke (aqui também representado, até certo ponto, por seu tio Baumgarten).³⁷ Depois de passar por Heidelberg, Göttingen e Berlin, estes três templos da ciência histórica oitocentista, depois de ter sido aluno de Erdmannsdörffer, Dove e Knies, depois de gozar de um convívio relativamente próximo com Mommsen, é difícil imaginar que ele abdicasse daquele adjetivo que sempre, sempre, retorna em seus textos: *historisch*. Max Weber começou a tornar-se o Max Weber que conhecemos no berço esplêndido do historicismo alemão.³⁸

Abreviaturas

JB – WEBER, Max. *Jugendbriefe*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1936.

MWG I/1 – *Zur Geschichte der Handelsgesellschaften im Mittelalter. Schriften 1889-1894*. Hrsg. von Gerhard Dilcher und Susanne Lepsius. Tübingen: Mohr Siebeck, 2008.

MWG III/1 – *Allgemeine ("theoretische") Nationalökonomie*. Hrsg. von Wolfgang J. Mommsen in Zusammenarbeit mit Cristof Judenau, Heino H. Nau, Klaus Scharfen und Marcus Tiefel. Tübingen: Mohr Siebeck, 2009.

Referências bibliográficas

ANDO, Hideharu. Die Interviews mit Else Jaffé, Edgar Salin und Helmuth Plessner über Max Weber. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, v. 55, n. 3, p. 596-610, 2003.

BAUMGARTEN, Hermann. *Treitschke's Deutsche Geschichte*. Strassbourg: Karl J. Trübner, 1883.

BENTIVOGLIO, Julio. Apresentação. In: GERVINUS, Georg. Gottfried. *Fundamentos de teoria da história*. Petrópolis: Vozes, 2010a.

BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a Historische Zeitschrift. *Revista de Teoria da História*, v. 1, n. 3, p. 20-58, 2010b.

³⁷ Deixamos proposadamente de lado, aqui, a importância de Burckhardt para Weber, por entender que o tema merecerá aprofundamento em outra ocasião. A respeito, ver Hennis (2003, p. 38-42).

³⁸ Desnecessário dizer que não partilhamos das opiniões mais difundidas, todas negativas em maior ou menor grau, a respeito do historicismo. Um esforço sistemático de descriminalizá-lo ainda está para ser empreendido. Duas tentativas nesse sentido: Rothacker (1944, p. 264-278) e Mata (2008, p. 49-62).

- BIEFANG, Andreas. Der Streit um Treitschkes “Deutsche Geschichte” 1882/83. *Historische Zeitschrift*, v. 262, p. 391-422, 1996.
- CHOI, Ho-Keun. *Max Weber und der Historismus*. Waltrop: Spenner, 2000.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *Max Weber e a história*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- CORNICELIUS, Max (Hrsg.) *Heinrich von Treitschkes Briefe*. Band 3. Leipzig: Hirzel, 1920.
- ELVERT, Jürgen; KRAUB, Susanne (Hrsg.) *Historische Debatten und Kontroversen im 19. und 20. Jahrhundert*. Stuttgart: Franz Steiner, 2003.
- GERHARDS, Thomas. *Heinrich von Treitschke. Zur Rezeptionsgeschichte im 19. und 20. Jahrhundert*. Tese de doutorado, Heinrich-Heine-Universität Düsseldorf, 2009.
- GOTTL, Friedrich. *Die Herrschaft des Wortes*. Jena: Gustav Fischer, 1901.
- HANKE, Edith; HÜBINGER, Gangolf. Handschriftliche Bemerkungen Max Webers zu einem Aufsatz über Rankes politische Theorie und Geschichtsauffassung. In: HANKE, Edith; MOMMSEN, Wolfgang (Hg.) *Max Webers Herrschaftssoziologie*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001.
- HAUSRATH, Adolf. The life of Treitschke. In: *Treitschke. His life and works*. London: Allen & Unwin, 1914.
- HENNIS, Wilhelm. *Max Weber und Thukydides*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2003.
- HIDAS, Zoltán. *Entzauberte Geschichte: Max Weber und die Krise des Historismus*. Erfurt: Universidade de Erfurt, 2001 (tese de doutorado).
- IGGERS, Georg. *Deutsche Geschichtswissenschaft*. Köln: Böhlau, 1997.
- JAEGER, Friedrich; RÜSEN, Jörn. *Geschichte des Historismus*. München: C. H. Beck, 1992.
- KAELBER, Lutz. Max Weber’s dissertation in the context of his early career and life. In: WEBER, Max. *The history of the commercial partnerships in the Middle Ages*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.
- MALITZ, Jürgen. “Auch ein Wort über unser Judentum”. Theodor Mommsen und der Berliner Antisemitismustreit. In: WIESEHÖFER, Josef (Hg.) *Theodor Mommsen. Gelehrter, Politiker, Literat*. Stuttgart: Franz Steiner, 2005.
- MARCKS, Erich. Die Universität Heidelberg im 19. Jahrhundert. In: _____. *Männer und Zeiten*. Leipzig: Quelle & Meyer, 1911.
- MARCKS, Erich. Einleitung. In: BAUMGARTEN, Hermann. *Historische und politische Aufsätze und Reden*. Strassburg: Karl J. Trübner, 1894.
- MATA, Sérgio da. Elogio do historicismo. In: ARAÚJO, Valdeci; MATA, Sérgio da; MOLLO, Helena; VARELLA, Flávia (orgs.) *A dinâmica do historicismo. Revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.

- MATA, Sérgio da. Leopold von Ranke. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.) *A história pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010a.
- MATA, Sérgio da. "O dever-ser é coisa do Diabo"? Sobre o problema da neutralidade axiológica em Max Weber. *Dimensões*, v. 24, p. 262-283, 2010b.
- MATA, Sérgio da. A crítica da teologia como alternativa ao "embuste romântico": notas introdutórias sobre a religião de Max Weber. *Plura – Revista de Estudos de Religião*, v. 2, n. 1, p. 25-48, 2011.
- MAURER, Michael. *Eberhard Gothein (1853-1923). Leben und Werk zwischen Kulturgeschichte und Nationalökonomie*. Köln: Böhlau, 2007.
- METZ, Karl H. Historiography as political activity: Heinrich von Treitschke and the political reconstruction of politics. In: KOSLOWSKI, Peter (ed.) *The discovery of historicity in german idealism and historism*. Berlin: Springer, 2005.
- MOMMSEN, Wolfgang. *Max Weber and german politics 1890-1920*. Chicago: Chicago University Press, 1990.
- OEXLE, Otto Gerhard. *Geschichtswissenschaft im Zeichen des Historismus*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1996.
- RADKAU, Joachim. *Max Weber. Die Leidenschaft des Denkens*. München: Karl Hanser, 2005.
- RANKE, Leopold von. *Geschichten der romanischen und germanischen Völker von 1494 bis 1514*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1874.
- RINGER, Fritz. *O declínio dos mandarins alemães*. São Paulo: Edusp, 2000.
- ROTH, Günther. *Max Webers deutsch-englische Familiengeschichte (1800-1950)*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2001.
- ROTHACKER, Erich. *Mensch und Geschichte*. Berlin: Junker und Dünnhaupt, 1944.
- SALOMON, Marlon. *Arquivologia das correspondências*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- SANCHEZ-BLANCO, Francisco. La "revolución española" y el liberalismo alemán del siglo XIX: Hermann Baumgarten y la historia de España. *Revista de Estudios Políticos*, n. 58, p. 267-280, 1987.
- SCAFF, Lawrence. Weber before Weberian sociology. *The British Journal of Sociology*, v. 35, n. 2, p. 190-215, 1984.
- SCHAPP, Wilhelm. *Envolvido em histórias. Sobre o ser do homem e da coisa*. Porto Alegre: safE, 2007.

- SCHLUCHTER, Wolfgang. Zeitgemässe Unzeitgemässe: Von Friedrich Nietzsche über Georg Simmel zu Max Weber. *Revue Internationale de Philosophie*, v. 49, n. 192, p. 107-126, 1995.
- SENEDA, Marcos César. *Max Weber e o problema da evidência e da validade nas ciências empíricas da ação*. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.
- TREITSCHKE, Heinrich von. *Studien*. Leipzig: S. Hirzel, 1857.
- VASILI, Comte Paul. *La société de Berlin*. Paris: Nouvelle Revue, 1886.
- WEBER, Marianne. *Max Weber. Ein Lebensbild*. München: Piper, 1989.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Ed. UNB, 1999 (vol. 2).
- WEBER, Max. *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1988.
- WEBER, Max. Gutachten zur Werturteilsdiskussion im Ausschuss des Vereins für Sozialpolitik. In: BAUMGARTEN, Eduard (Hg.) *Max Weber. Werk und Person*. Tübingen: J. C. B. Mohr, 1964.
- WEBER, Max. O Estado nacional e a política econômica. In: COHN, Gabriel (org.) *Weber*. São Paulo: Ática, 1991.

***A Historische Zeitschrift* e a historiografia alemã do século XIX**

The Historische Zeitschrift and the 19th century German historiography

Julio Bentivoglio

Professor Adjunto

Universidade Federal do Espírito Santo

juliobentivoglio@gmail.com

Av. Fernando Ferrari, 514

29069-900 - Vitória - ES

Brasil

Resumo

Este artigo contempla a historiografia alemã, durante a segunda metade do século XIX, através da análise dos artigos publicados na revista criada por Heinrich von Sybel em 1859. Tomando o periódico como um objeto de investigação, busca-se entendê-lo como parte do processo de institucionalização da história em um campo que reúne diferentes escolas históricas, delineando um perfil da ciência histórica germânica até 1900. É realizada uma caracterização, em linhas gerais, dos recortes geográficos, dos países abordados, das áreas privilegiadas, dos domínios da história mais visitados, das temáticas preferidas e são indicados os principais historiadores que colaboraram na *Historische Zeitschrift*.

81 Palavras-chave

Historiografia alemã; Pesquisa em história da historiografia; Século XIX.

Abstract

This text looks the German historiography during the second half of the 19th century from the analysis of articles published in the review created by Heinrich von Sybel in 1859. Taking the journal as an object of research, seeking to understand it as part of the process of history's institutionalization in a field that brings together different historical schools, outlining a profile of the German historical science until 1900. He performs a characterization, in general, of the geographic clippings, countries covered, privileged areas, the most visited areas of history, preferred themes and sinalize the most important historians who collaborated in the *Historische Zeitschrift*.

Keyword

German historiography; Research in history of historiography; 19th century.

Enviado em: 01/03/2011

Aprovado em: 25/03/2011

A *Historische Zeitschrift* (*Revista Histórica*) ou apenas *HZ*, como é, comumente, grafada pelos alemães, é um periódico semestral criado em 1859 por um dos pupilos de Ranke, Heinrich von Sybel. Na revista, exclusivamente, dedicada à divulgação da ciência histórica alemã (SCHIEDER 1959, pp. 1-2), eram publicados: a) artigos redigidos segundo princípios científicos e históricos, resultantes de pesquisa original, que primassem pelo rigor metodológico e, em especial, pela análise de fontes primárias, b) balanços bibliográficos sistemáticos sobre diversos temas – “relatórios de literatura” – que situavam o estado da historiografia não apenas germânica, mas, também, mundial, c) relatórios das comissões históricas das Academias de Ciências, em especial, a da Prússia e a da Baviera e d) relatórios da *Monumenta Germaniae Historica*. Além desses textos, as memórias, as biografias e as correspondências também tiveram um espaço considerável na revista. Sua criação foi motivada pelo desejo do rei Maximiliano da Baviera de constituir uma escola histórica, em Leipzig, tarefa que havia sugerido a Ranke e este a repassou a seu pupilo. A impressão da *HZ*, feita, inicialmente, pela J. G. Cotta'schen Buchhandlung, de Munique, foi ininterrupta desde então, exceto no período entre 1943 e 1946, devido aos problemas criados com o final da Segunda Guerra Mundial. Ao longo de sua existência, figuraram como seus editores: Heinrich von Sybel (1859-1895), Heinrich von Treitschke (1895-1896), Friedrich Meinecke (1896-1935), Karl Alexander Müller (1935-1943), Ludwig Dehio (1949-1956) e Theodor Schieder (1957-1985). De 1985 até o presente, o seu editor-chefe é Lothar Gall, que foi integrado ao conselho editorial em 1980.

82

A *Historische Zeitschrift* é uma das primeiras revistas científicas de história e um modelo para muitas que surgiram depois.¹ Sua importância para o surgimento da história científica, na Alemanha, pode ser avaliada por meio do conjunto de artigos publicados durante a segunda metade do século XIX, cuja análise permite conferir uma fisionomia mais geral da historiografia alemã no período. Além disso, tal olhar panorâmico, em si, é suficiente para discutir alguns lugares-comum que não fazem justiça ao conteúdo da revista ou aos seus colaboradores. Foram reunidos e analisados 783 artigos, publicados entre 1859 e 1900, que foram enviados por 273 colaboradores. Dentre eles, além de nomes consagrados como Leopold von Ranke, Johann G. Droysen e Theodor Mommsen, há centenas de outros historiadores menos conhecidos e também de filólogos, de bibliógrafos, de filósofos e até de arquivistas, que aparecem em número considerável.

¹ Antes dela, haviam sido criadas duas outras revistas, que tiveram uma curta existência. A *Politisch-Historische Zeitschrift*, criada por Leopold von Ranke, a pedido do ministro do exterior prussiano, o conde de Bernstorff, que circulou entre 1832 e 1836, e o *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft*, que foi editado entre 1844 e 1848, por Wilhelm A. Schmidt na editora Veit, em Berlim. Este não deve ser confundido com a revista homônima, criada na República Democrática Alemã, em 1953. Ranke havia sido aluno de Schmidt e definiu o *Zeitschrift für Geschichtswissenschaft* como um veículo que reuniu esforços diversos e esparsos de intelectuais alemães no campo da história, mas, cujo teor era mais jornalístico do que científico. Giesebrecht e Sybel colaboraram e mambas, na *Politisch* e na *Zeitschrift*. (IGGERS 1988, p. 70).

Uma análise do perfil da revista revela o predomínio de artigos sobre a história moderna e a história recente (do século XIX), o que sinaliza uma tendência no interior da historiografia alemã, naquele contexto, e do próprio veículo até hoje. Aliás, convém logo destacar que a *HZ* foi um dos primeiros periódicos a enfatizar algo que hoje se denomina história do tempo presente. Em uma carta endereçada a Georg Waitz, em 1857, Sybel definiu qual seria o espírito da revista que ele e seu grupo desejavam criar: “nós queremos um órgão para representar uma tendência e um método científico definidos. A cada ano a história ocupa mais e mais o lugar da filosofia” (Apud GOOCH 1959, p. 134). Isso confirma algo bastante claro para os historiadores alemães naquele momento: a autonomia da história perante a filosofia e a política.

Duas imagens cristalizaram-se sobre a *Historische Zeitschrift*, ao longo do tempo. Durante o século XIX, foi tachada de ser, excessivamente, nacionalista e protestante e, na segunda metade do século XX, de ter sido contaminada pelo nacional-socialismo. Ou seja, nenhuma referência acerca de sua devoção à história moderna ou contemporânea ou ao seu caráter científico e histórico. Não obstante, para Jaeger (1992, p. 57), o que distinguia a *HZ* era, de um lado, a sua vinculação ao historicismo, traço marcante na orientação de seus colaboradores, e, de outro, a escrita de uma história europeia integradora das diferentes histórias nacionais no tempo e no espaço, com suas especificidades e com suas relações de força, sendo destacada, no seu bojo, a história da própria Alemanha.

Ao longo de sua existência, talvez, a direção de Karl A. Müller tenha sido, de longe, a mais polêmica. Embora ele tentasse acolher a oposição e a situação no interior da revista, muitos de seus prefácios festejaram, desde 1936, os sucessos do nazismo (cf. SCHULZE 1999, MÜLLER-WIGGERSHAUS 1998 e SCHULIN 1989). De qualquer modo, a sua gestão ignorou a recomendação expressa de Friedrich Meinecke, que advogava, em seus prefácios, a dissolução gradativa dos vínculos entre a vida nacional e a ciência histórica, como se pode depreender de muitos editoriais, particularmente, entre 1914 e 1918 e, sobremaneira, entre 1930 e 1935. Contudo, o fim da guerra foi um período delicado, no qual o envolvimento com o regime nacional-socialista havia se tornado inevitável e provocou uma forte tensão entre os colaboradores e a perseguição aos judeus. Estes são aspectos que remetem a problemas agudos presentes naquela sociedade como um todo (SCHULZE 1989) Olhando em retrospectiva, Lothar Gall afirmou:

Constata-se que a grande maioria dos historiadores alemães que tinham cargos e principalmente os que almejavam conseguir cargos estavam mais ou menos ou muito próximos do nacional socialismo e sua 'visão de mundo'. Isto se reflete nas inúmeras contribuições da *HZ* direcionados às idéias e metas do regime, refletidas pelos autores (GALL 2009, p. 13).

Voltando às origens da *Historische Zeitschrift* e da história alemã no século XIX, é necessário dizer que, durante muito tempo, essas estiveram ligadas à

figura de Leopold von Ranke. Era como se toda a produção historiográfica germânica adotasse a “escrita rankeana” da história. Essa imagem duradoura que surge, ainda hoje, em certas interpretações (FUNARI; SILVA 2008, CARDOSO 1981), oblitera a existência de diferentes “escolas” – forma sob a qual hoje poderiam ser compreendidas as diferentes orientações historiográficas existentes em solo alemão durante o oitocentos –, das quais se destacaram, de maneira mais efusiva, duas. De um lado, havia a escola de Ranke e de seus seguidores e, de outro, a Escola Histórica Prussiana, tal como consideram alguns estudiosos (cf. IGGERS 1988, GOOCH 1959, BENTIVOGLIO 2010a). O que se pretende demonstrar é que, ao lado dessas, existiram outras anteriores ou contemporâneas, que podem ser menos conhecidas, mas não menos importantes.

Nesta análise, optou-se por excluir as revisões bibliográficas, que saíam a cada número, e os relatórios das assembleias das academias reais de ciências e da *Monumenta*. As primeiras indicam, de maneira irrefutável, o interesse alemão de conhecer as principais publicações de história, bem como o estado da historiografia europeia e mundial. Além disso, mapeava os principais avanços, no novo campo da história, indicando o estado em que se encontravam os estudos em relação a temas, a países e a períodos. Em geral, havia a publicação de, pelo menos, três “revisões de literatura” a cada número. Quanto aos relatórios das academias científicas, sua inclusão, no periódico, deixa evidente o esforço de institucionalização da revista e da comunidade de historiadores que ela irmanava, um esforço referendado em espaços privilegiados de interlocução junto ao Estado e à sociedade (cf. NIESSEN 2009, p.53). A Academia de Ciências da Baviera, por exemplo, tinha sua comissão histórica presidida por Ranke (ele também chefiava a mesma comissão na academia prussiana) e Sybel era seu secretário. Nela, figuraram como membros Schelling, Humboldt, Mommsen e, posteriormente, Max Weber. Em outras palavras, a criação da revista, em 1859, expressava o processo de autonomização da história científica e acadêmica e o cuidado com os avanços vividos pelo campo em formação. Deve-se também indicar que a revista estava articulada às mais prestigiadas academias reais de ciência germânicas e ao projeto da *Monumenta Germaniae Historica*.² Junto com a refundação da Universidade de Berlim e a criação de cursos de história, nas principais universidades alemãs, aquele esforço referenda “lugares” da e para a história, tanto no sentido, estritamente, acadêmico quanto no político (CERTEAU 1998). Tais ações integram um processo de afirmação da ciência histórica como um novo domínio que não deveria permanecer atrelado

² A *Monumenta*, por exemplo, surgiu de uma iniciativa de Karl von Savigny e de Jacob Grimm e foi criada pelo barão von Stein, militar de carreira, que convidou os maiores historiadores germânicos do seu tempo para integrar a tal projeto. Foi fundada, em Frankfurt, em 1819, quando Stein convenceu muitos amigos whestphalianos a financiar o projeto, sob os auspícios da recém-criada *Sociedade para o estudo das origens da história alemã*, um jornal do qual participaram Eichhorn, Schlosser, Wilken, Dalhmann, Raumer, Heeren, Niebuhr, Humboldt, Jacob Grimm, Goethe e Georg Pertz, arquivista de Hanover. /A este sucedeu, como editor principal, Böhmer. Depois, entraram Ranke, Waitz e Köpke (GOOCH 1959).

aos cursos de filosofia, direito e literatura, tal qual em muitas universidades europeias.

Três questões nortearam a formulação e a execução deste breve estudo. A primeira seria avaliar se a *Historische Zeitschrift* foi um “lugar” privilegiado de publicação para uma escola histórica específica, se ela teria sido sua porta-voz. A segunda, relacionada à primeira, consistiu em verificar se a *HZ* seria capaz de oferecer uma cartografia da produção historiográfica alemã do século XIX e se esta, realmente, se limitou ao modelo rankeano. A terceira e última questão seria a de analisar se ela era, em última instância – como avaliam muitos de seus intérpretes e críticos –, meramente, uma publicação nacionalista e luterana. Como se vê, investigar a *Historische Zeitschrift*, entre 1859 e 1900, pode ser um exercício fecundo para se pensar a escrita da história, na Alemanha oitocentista, permitindo identificar orientações historiográficas, princípios metodológicos adotados, temas prediletos de investigação, domínios e campos mais visitados, autores mais assíduos, realizando, assim, uma radiografia da historiografia alemã naquele contexto específico, um momento ímpar, no qual, de forma particular, a ciência histórica nascente, os historiadores e os acontecimentos vividos convergiram.³

O exame dos artigos do período escolhido revelou informações preciosas sobre a cultura historiográfica germânica que, ainda hoje, são pouco conhecidas. Em primeiro lugar, desmistificou a ideia de ela que era, exclusivamente, nacionalista ou protestante. Aliás, convém logo lembrar que as revistas de história do século XIX eram todas nacionalistas. Ou seja, a preocupação maior delas era sempre a de estudar a história dos seus próprios países: quase todo o seu conteúdo tratava de fatos ou de personagens do seu próprio passado histórico. Todas as revistas de história eram assim: da *Historische Zeitschrift* aos *Annales* de até meados de 1945. Quanto à sua orientação luterana, embora os protestantes fossem maioria, podem ser encontradas colaborações de historiadores judeus como Alfred Stern ou católicos, como, por exemplo, Reinhold Pauli. O material investigado evidenciou ainda a presença de diferentes escolas históricas alemãs na *Historische Zeitschrift*. Alguns autores acreditavam que a *HZ* fosse um periódico criado apenas para divulgar a produção da Escola Histórica Prussiana, de Droysen, de Gervinus, de Sybel e de Häusser. Com efeito, muitos textos desse grupo podem ser encontrados, no entanto, também estava presente um conjunto representativo de artigos redigidos por integrantes ou discípulos de outras escolas históricas. Aliás, os próprios historiadores prussianos, embora aparecessem em número considerável, conviviam com historiadores de Baden, da Westphalia, da Bavária, de Hanover, da Renânia, da Saxônia, de Wurttemberg, de Schleswig-Holstein ou de Hesse. Mais escassas foram as colaborações de historiadores austríacos e poloneses.

³ Refere-se ao processo de autonomização e de reconhecimento da ciência histórica, da constituição dos historiadores como intelectuais de destaque junto à sociedade e ao processo de unificação alemã (cf. BENTIVOGLIO 2010a).

Pode-se verificar a existência de, pelo menos, três gerações de historiadores que publicaram na *HZ* entre 1859 e 1900. A primeira é a de Ranke, Gervinus e Droysen, a segunda é dos historiadores que estudaram com os membros da primeira geração – tal como Georg Waitz, Heinrich von Sybel, Theodor Mommsen, Maximilian Duncker, Lüdwig Häusser, dentre outros – e, por fim, a última é a geração de Heinrisch von Treitschke, Friedrich Meinecke, Wilhelm Oncken, Kurt Wachsmuth e outros. Esta representa o arrefecimento da hegemonia historiográfica exercida pelas duas primeiras gerações e foi marcada pela crise do historicismo e pela emergência de reações às formas predominantes da escrita da história do século XIX, que eram, majoritariamente, devotadas ao político. Nesse sentido, cumpre destacar, sobretudo, o surgimento da Escola de Leipzig, capitaneada por Karl Lamprecht, e sua ênfase sociocultural que se dissemina a partir da publicação de sua *História da Alemanha* a partir de 1891, a qual causou forte impacto sob a comunidade germânica de historiadores.⁴ De qualquer modo, a longevidade de Ranke, sua influência junto aos historiadores alemães e a adoção de um modelo teórico-metodológico e de princípios fundamentados tanto em sua obra, quanto em preceitos de Humboldt, de Niebuhr e de Gervinus puderam constituir um “espírito” de coesão entre aquelas três gerações, conferindo, assim, uma “imagem” de identidade para aquela historiografia como um todo (BENTIVOGLIO 2010a), de maneira similar ao verificado em relação aos *Annales* e ao espólio de Marc Bloch e de Lucian Febvre. Dessa forma, a crítica historiográfica, sobretudo, a francesa (inflexivelmente, até sua reabilitação com Henri-Ireneé Marrou, com Raymond Aron, com Paul Ricoeur e, mais recentemente, com Paul Veyne e com Antoine Prost) e a marxista (vide as considerações de Walter Benjamin e de Gyorgy Lukács a respeito do historicismo) assimilaram uma imagem deformada da produção alemã e, assim, construíram um verdadeiro lugar-comum sobre aquela historiografia, reduzindo-a a Ranke e associando-a, erroneamente, ao positivismo (BENTIVOGLIO 2010c).⁵

86

Acredita-se que seria necessário um levantamento mais minucioso da localização das universidades, onde ocorreu a formação daqueles historiadores, e, onde eles trabalharam, para verificar possíveis hierarquizações e relações entre os núcleos formadores e as escolas históricas constituídas. Para obter tais informações, poder-se-ia também analisar quais foram os autores mais citados, nos artigos, e verificar as opções teórico-metodológicas e as abordagens praticadas naquele período. Em linhas gerais, pode-se dizer que Berlim, Göttingen, Bonn e Heidelberg eram, sem dúvida, os centros mais expressivos de onde provinham os colaboradores da *HZ* e onde os historiadores

⁴ Anos depois, ele criaria o Instituto da cultura e história universal e seria professor visitante na Universidade de Columbia.

⁵ Esse é, especialmente, o caso brasileiro, no qual vários intérpretes marxistas relacionaram, de maneira equivocada, o historicismo e a historiografia alemã a um positivismo, que não era, exatamente, o de Auguste Comte, mas sim uma interpretação enviesada e superficial do positivismo comteano, que opera mais como um clichê do que, justamente, como um conceito e um sistema filosófico.

mais importantes atuaram. Curiosamente, foi naquelas universidades em que se localizaram os marcos teóricos decisivos para a autonomização da história como um novo domínio do saber. Ou seja, atuando naqueles centros, estiveram os mestres da ciência histórica nascente: Barthold Niebuhr, Wilhelm von Humboldt, Ranke e Droysen. Os vínculos de amizade e de afinidades pessoais dentro do conjunto de colaboradores analisado era bastante heterogêneo. Embora, novamente, figurassem Ranke e Droysen, havia Sybel, Gervinus, Häusser, Friedrich Dahlmann, dentre outros, que eram referências, surgindo, em várias biografias, na condição de mestres, de supervisores de estudos ou ainda como amigos merecedores de gratidão. Ou seja, esses elementos constituem um forte indicativo das ligações existentes entre eles.

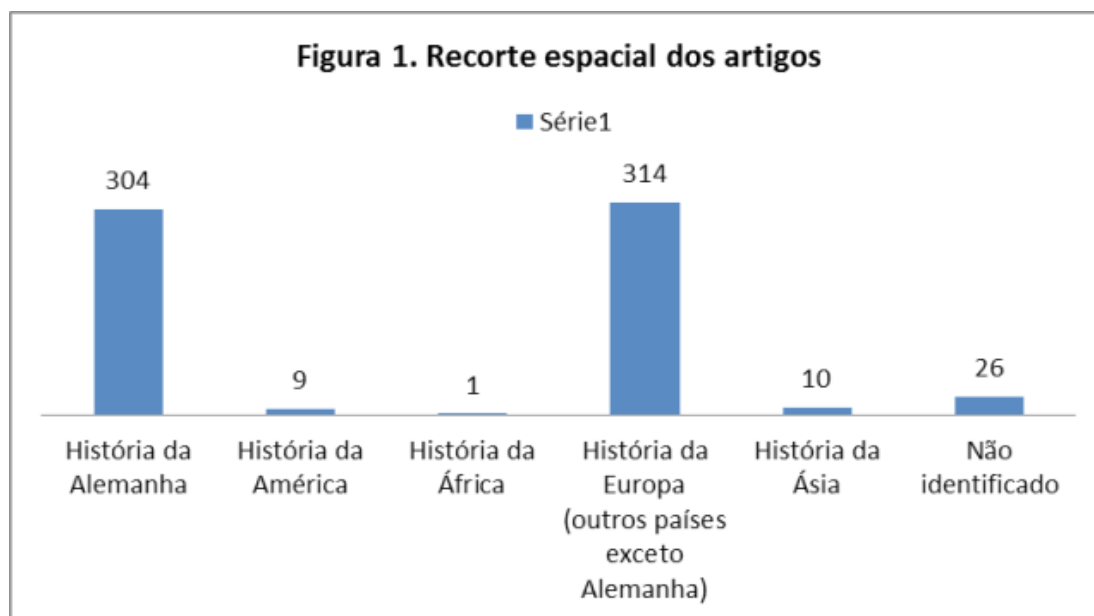
Um aspecto considerável é o envolvimento direto de muitos colaboradores da revista com a vida política do momento. Onze deles foram deputados no parlamento de Frankfurt em 1849, treze foram deputados em seus Estados e dez foram deputados no parlamento nacional após a unificação alemã de 1871, o que indica uma intensa atividade política por parte dos historiadores alemães oitocentistas (BENTIVOGLIO 2010a, pp. 33-35). Essa atuação política é reforçada quando se avalia o envolvimento daqueles historiadores com a imprensa periódica: dezenas deles foram editores de jornais e um número muito maior foi composto por colaboradores assíduos nesses jornais. Não por acaso, muitos foram também conselheiros de reis e de príncipes germânicos,⁶ oito foram reitores de universidades⁷ e muitos foram sócios ou integrantes de academias e de sociedades científicas. Essa intensa atuação deixa claro que a “história da Alemanha e do liberalismo alemão não poderia ser escrita sem devotar considerável espaço ao papel central desempenhado pelos historiadores” (IGGERS 1998, p.19).

Nas figuras a seguir, encontram-se alguns dados, referentes aos 783 artigos analisados, que permitem traçar um panorama da historiografia alemã oitocentista. Longe efetuar uma discussão meticulosa de aspectos da escrita da história durante o período, o que se pretendeu foi apenas conferir as linhas mais gerais daquela produção historiográfica, uma vez que não se tem a pretensão de esgotar o tema.

87

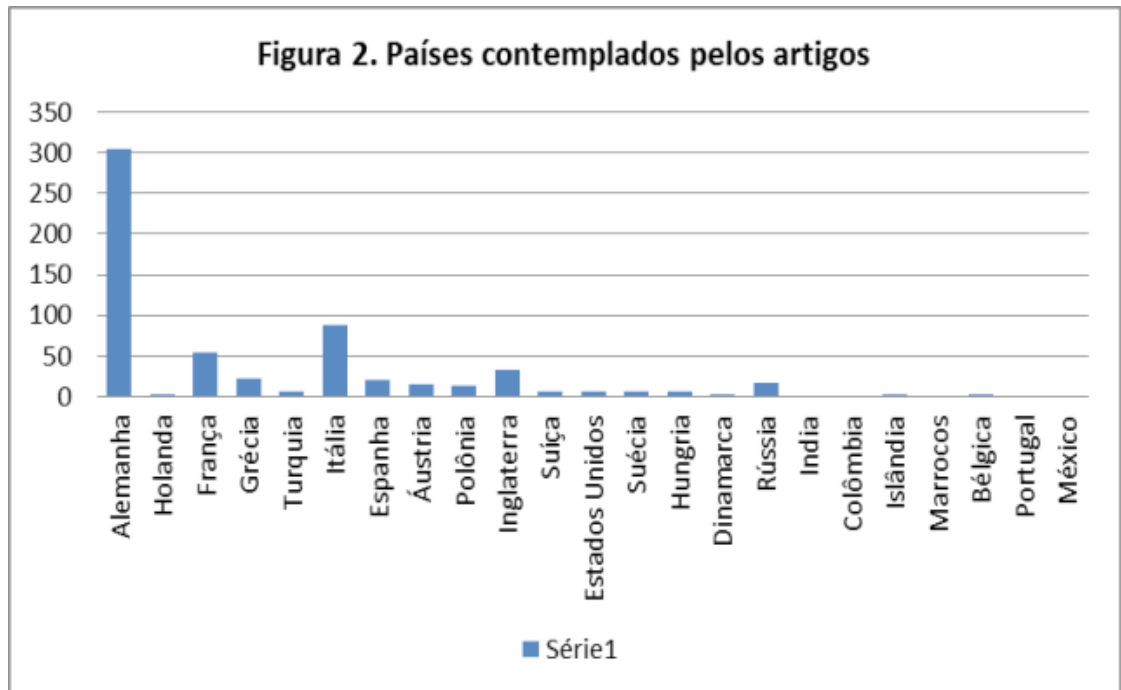
⁶ Ranke foi conselheiro de Frederico Guilherme e de Maximiliano I, Alfred von Reumont foi secretário particular de Frederico Guilherme IV, Friedrich Hermann foi assessor de Maximiliano I e de Maximiliano II, Max Duncker foi conselheiro de Frederico III, Mommsen era amigo pessoal do rei da Dinamarca, Karl Maurenbrecher foi amigo pessoal de Guilherme II e Johann Friedrich Ritter von Schulte foi assessor do rei Francisco José.

⁷ Max Büdinger foi reitor da Universidade de Zurique, Wilhelm Oncken foi reitor da Universidade de Giessen, Theodor Mommsen foi reitor da Universidade de Berlim, Ernst Bernheim foi reitor da Universidade de Greifswald; Franz Heirich Reusch, Arnold Schaefer e Johann Friedrich Ritter von Schulte foram reitores da Universidade de Bonn e, por fim, Kurt Wachsmuth foi reitor da Universidade de Leipzig. Karl Rotteck foi pró-reitor da Universidade de Freiburg.



Em primeiro lugar, foi analisado o recorte espacial dos artigos. Na figura 1, percebe-se que a maioria dos textos foi consagrada à história da Europa (42%) e da Alemanha (40%), 318 no total, que dividem, praticamente, meio a meio, toda a produção da revista, pois correspondem a 82% do recorte geográfico adotado, restando poucos artigos referentes a outras regiões. Não estão indicados os de área de teoria da história nem aqueles cujo espaço não fôra identificado, que correspondem a 15%. Dez artigos versam sobre a história da Ásia, nove sobre a América e apenas um sobre a África – todos juntos representam apenas 2%. Evidentemente, um número expressivo dos artigos volta-se para a história germânica, muitas vezes subsidiando o papel do reino da Prússia, no contexto da unificação alemã, vivida entre 1866 e 1871 (cf. SCHLEIER 2003). A história dos outros Estados germânicos está bastante presente, mas, como se encontra, invariavelmente, subsumidas ao entendimento de uma identidade cultural e política germânica, talvez, em observância à orientação de seu idealizador e fundador que, ao longo de sua vida, teve uma destacada participação, na vida política alemã, foi, portanto, agrupada sob a rubrica história da Alemanha, algo consagrado após a integração de 1871. Depois da unificação, acentuou-se a predominância de um viés político que privilegiava aspectos da história do império alemão em detrimento de outros temas (cf. CONRAD 2002). Em relação a outros países, há uma presença considerável de estudos voltados para a história da Itália, da França e da Rússia, como se depreende da figura 2. Apesar da complexidade do nacionalismo, não só na Alemanha, mas também, em vários Estados, durante o século XIX, e da importância que a história da pátria assumiu em diferentes lugares na Europa e nas Américas, nada era mais natural do que a predominância de estudos sobre o passado político das nações. De qualquer modo, a história alemã, na

Historische Zeitschrift, não poderia ser reputada como mais nacionalista do que a francesa, a inglesa ou a brasileira no mesmo período.⁸

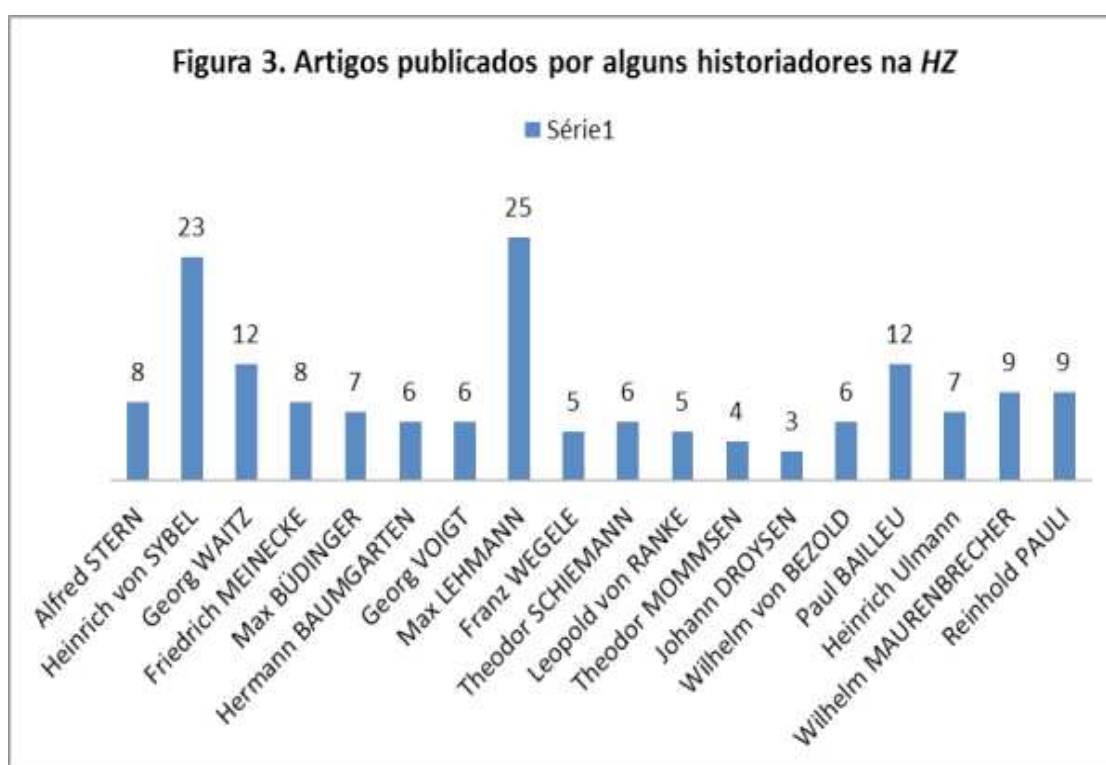


89

A presença maciça de artigos sobre a história da Alemanha (figura 2) – com mais de 55% do total – é compreensível tendo em vista, não somente, o interesse pela busca da raízes germânicas e pelo passado da nação, mas também por conta do próprio acesso às fontes primárias, majoritariamente, localizadas, na terra natal, daqueles historiadores. Isso não impediu, contudo, que muitos consultassem arquivos e empreendessem viagens à Itália, à França ou à Inglaterra para realizarem seus estudos. A referência expressiva à Itália, que representa 12% do conjunto – no total, são 88 artigos que se reportam à história ou à historiografia italiana –, explica-se, não apenas, pelos estudos sobre a história antiga romana, mas também devido ao grande interesse em torno do Renascimento e de sua historiografia, além do apreço pelos historiadores italianos. Ranke e Gervinus, por exemplo, estiveram, várias vezes, na Itália. Muito lembrados são também a Rússia, com quase duas dezenas de artigos, e a Polônia, com mais de dez. Outros países que foram objeto de muitos estudos foram a França (8%) e a Inglaterra (5%) que, não por acaso, eram os dois impérios mais importantes naquele período. A pouca referência à Áustria, com pouco mais de dez artigos (2%), explica-se pela rivalidade existente entre os historiadores dos dois territórios, e, em particular, devido às restrições impostas aos historiadores alemães para a consulta de

⁸ Esta é ilustrada nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, criada em 1838.

documentos nos arquivos austríacos. O imperador austríaco, desde 1815, havia proibido o acesso aos seus arquivos àqueles não fossem simpáticos à sua dinastia, à religião católica ou à condução política do seu império. Mesmo Ranke, em 1863, teve seu pedido para consultar os despachos do embaixador austríaco, em Paris, em 1756, recusado (GOOCH 1959, p. 148). A Grécia e a Espanha também foram espaços de um relativo interesse, somando 3% cada. A Suíça, a Hungria, a Turquia e os Estados Unidos receberam seis artigos; a Holanda e a Islândia, três; a Bélgica e a Dinamarca, dois; por fim, Portugal, México, Colômbia, Marrocos e Índia foram contemplados com apenas um artigo cada.



90

Ao longo do século XIX, a *HZ* reuniu os principais representantes da historiografia alemã, contando com artigos produzidos por renomados historiadores como Leopold von Ranke, Johann Gustav Droysen, Georg Waitz, Theodor Mommsen, Heinrich von Treitschke, Heinrich von Sybel, Hermann Baumgarten, Friedrich Meinecke, Wilhelm Maurenbrecher e Georg Voigt. Na figura 3, encontram-se relacionados alguns dos principais colaboradores, entre 1859 e 1900, com a indicação do número de artigos que publicaram. Os vinte e cinco textos de Max Lehmann, descontando-se as suas revisões de literatura, impressionam. Berlimense, nascido em 1845, Lehmann estudou filologia e história em Königsberg, em Bonn e em Berlim, era amigo de Sybel – este era próximo do chanceler Bismarck – e lecionou história nas universidades de Marburg, de Leipzig e de Göttingen. Sua área de interesse era a história da Alemanha, sobretudo, no período de 1806 a 1848, embora tenha publicado também artigos sobre as guerras da unificação. Em seguida, aparecem Sybel com vinte e três artigos –

ele era o editor da revista – e Georg Waitz. Este, natural de Flensburg e nascido em 1813, era um dos pupilos mais considerados por Ranke – ao lado de Sybel e de Giesebrecht – e, junto com o mestre, foi um dos expoentes e um dos líderes do projeto da *Monumenta*. Waitz estudou filosofia e direito em Kiel e em Berlim, tornando-se depois professor em Göttingen e em Kiel.

Assim como a questão do nacionalismo, o peso que os luteranos tiveram, no conjunto dos artigos publicados, é algo, absolutamente, compreensível, tendo em vista o contexto histórico-cultural germânico de então. Tratava-se de um território, majoritariamente, simpático aos reformados, que constituíam a maioria da população. De qualquer modo, judeus, tais como Alfred Stern, Julius Beloch, H. Gelzer, P. Goldschmidt, E. Gothein, M. Brosch, R. Brendel, Adalbert Horowitz, Moritz Cantor, dentre outros, publicaram artigos na *HZ*. Quanto aos católicos, é mais difícil precisar, mas, Paul Hinschius, Josef Vogt e Franz Reusch, seguramente, eram-no. Sua presença, contudo, era bem menor do que a dos protestantes ou a dos judeus.

Uma questão delicada foi encontrar escolas históricas no interior da *Historische Zeitschrift*. Tal tarefa foi bastante difícil, mas era, absolutamente, necessária. Localizá-las, entre 1859 e 1900, identificando suas ideias de força, seus pressupostos, suas disputas, seus representantes e, enfim, descobrir elementos que pudessem conferir identidade aos historiadores que as compunham ou dirigiam é algo sedutor. Afinal, assim como podemos vislumbrar uma escola dos *Annales*, nas páginas da revista homônima, ou uma Nova Esquerda Inglesa, nos artigos da *New Left Review*, seria possível identificar uma Escola Histórica Prussiana nas páginas da *Historische Zeitschrift*? Em primeiro lugar, é preciso sublinhar o que se entende por uma escola histórica, pois, trata-se de uma categoria, muitas vezes, usada na tentativa de reunir, arbitrariamente, um conjunto de historiadores de uma determinada época ou vinculados a uma determinada instituição. Sem postular a defesa radical de identidades epistemológicas, poder-se-ia assinalar que as escolas históricas estabelecem e disseminam uma operação historiográfica mais homogênea a um conjunto de historiadores que possuem laços institucionais e ou afetivos definidos em sua formação e em sua atividade docente. Elas, geralmente, imprimem, nos historiadores, uma visão similar sobre seu ofício, tanto na avaliação que fazem da tradição historiográfica herdada do passado, quanto na definição de seus projetos e de suas expectativas para o campo, materializado em projetos, publicações, cursos e seguidores. Para além disso, estabelecem um conjunto de preocupações e de procedimentos analíticos sobre a prática e a escrita da história que procuram propor a fim de responder às carências de sentido existentes em seu campo. Um expediente que permite um primeiro passo, nessa direção, é analisar seus líderes, seus discípulos e suas instituições de origem, bem como o teor geral de sua produção que, invariavelmente, reproduz determinados modelos de análise. Outro recurso é localizar suas publicações seja em livros, seja em periódicos. Via de regra, as escolas costumam

vincular-se a uma determinada revista, a uma certa orientação teórico-metodológica, a uma ou mais instituições e a um grande historiador ou a um círculo de historiadores mais próximos e que se tornam os líderes em determinados projetos. Nesse sentido, embora a presença da Escola Histórica Prussiana fosse numerosa, no conjunto dos artigos publicados, as colaborações de representantes de outras escolas historiográficas alemãs, sobretudo, a rankeana era superior. Pensando a operação historiográfica como um procedimento analítico (CERTEAU 1998), pode-se reconhecer algumas estratégias que indicam a aglutinação em determinados grupos: a integração a centros universitários, a instituições de pesquisa ou a arquivos e suas redes de historiadores e a adoção de procedimentos metodológicos semelhantes e o exercício de uma forma de escrita que, invariavelmente, materializa-se em canais específicos, seja um periódico particular, seja uma editora ou seja alguma coleção. Tais estratégias integram, portanto, os sujeitos do saber, as abordagens prediletas e os circuitos de circulação do conhecimento histórico, produzindo um vínculo entre os cursos existentes nas universidades, a formação dos historiadores, a presença em associações científicas, o acesso a determinados arquivos e a publicação pelas editoras, garantindo, assim, a divulgação das ideias do grupo. Seguindo esse raciocínio, poder-se-iam vislumbrar três grandes escolas que antecederam a formação das escolas históricas propriamente ditas e que exerceram sobre elas uma considerável influência:

a) A escola de estudos renascentistas, que declina, a partir de 1790, e que havia reunido um grupo de estudiosos sobre a Itália do século XV ao XVI (GOOCH 1959). Esse grupo tinha uma abordagem mais voltada para a filologia.

b) A escola romântica de Goethe, de Fichte, de Schiller e de Novalis, cuja referência inicial foi a Universidade de Iena e que preconizava estudos literários, mas também de mitos e de lendas relacionados ao passado alemão. Em seguida, tal escola também esteve presente em Göttingen e em Heidelberg, onde seria influente até meados de 1820, quando Berlim emergiu como o principal centro acadêmico alemão (MARTINS 2010, IGGERS 1988).

c) A escola histórico-filológica de Wolf, de Böckh e de Müller. Surgida, na Universidade de Göttingen, tal escola dedicou-se aos estudos clássicos, sobretudo, à história da Grécia, mas também se consagrou ao estudo da antiguidade germânica (BENTIVOGLIO 2010a, MARTINS 2010).

Essas três escolas não eram ainda, exatamente, históricas, pois embora a história fosse entendida como um conhecimento importante ela era vista como um saber auxiliar que se encontrava submetido ora aos estudos filosóficos, ora aos estudos filológico-literários (BENTIVOGLIO 2009, BENTIVOGLIO 2010b). Elas correspondem a um momento em que a ciência histórica ainda não havia se constituído, portanto, aqueles que escreviam sobre a história não eram, exatamente, historiadores nem se apresentavam como tal. Eram, sobretudo, filólogos e filósofos. Coube a elas, contudo, o mérito de instituir as preocupações históricas como um elemento decisivo para qualquer investigação, um elemento

indispensável para qualquer estudo. Inegavelmente, foram escolas em que a reflexão filosófica ainda ocupava um lugar central. Os alunos e os discípulos de algumas delas é que viriam a constituir as escolas históricas propriamente ditas. Isto é, a história não seria mais vista como uma área auxiliar, mas como um domínio específico no rol dos saberes. Assim, podem ser relacionadas, como as primeiras escolas históricas, no mundo germânico:

a) A escola rankeana, a maior e a que teve maior número de adeptos, foi constituída em torno do famoso seminário (*Seminar*) de Leopold von Ranke, na Universidade de Berlim, a partir 1833. Desse seminário, fizeram parte Wilhelm Giesebrecht, Georg Waitz e Heinrich von Sybel, que eram os discípulos mais considerados por Rank e que se tornaram disseminadores das concepções do mestre. Os estudos dessa escola estavam voltados para a história moderna e para a história universal. Importantes historiadores frequentaram o seminário de Ranke como, por exemplo, Jacob Burckhardt, Max Duncker, Reinhold Pauli e o príncipe Maximiliano da Baviera. Além dos artigos publicados pelos grandes expoentes desse grupo, na *HZ*, houve também as colaborações de importantes historiadores rankeanos, como, por exemplo, Max Büdinger, Wilhelm Wattenbach, Wilhelm Maurenbrecher, Ferdinand Gregorovius, Meyer von Knau, Karl von Nooden, Karl Nitzsch e Sigurg Abel. Os rankeanos publicaram o conjunto mais numeroso de artigos, o que confirma essa escola como a mais importante do período. Ela só perderia sua força com a morte de seu grande mentor, em 1886. Privilegiavam o estudo da história política e a consulta das fontes originais de arquivos.

b) A escola histórico-jurídica, de Niebuhr, de Savigny e de Mommsen, também era sediada na Universidade de Berlim, mas tinha muitos representantes em Bonn. Tal escola era voltada para os estudos clássicos, sobretudo, para a história romana, com destaque particular para a história do direito e das formas jurídicas no passado e no presente, inicialmente, romanas e, em seguida, teutônicas. Encontravam-se, vinculados a essa escola, discípulos de Mommsen como Friedrich Bluhme e Heinrich Nissen. Sua contribuição foi bastante apreciada na França, sobretudo, desde a publicação do "Manual", de Ernst Bernheim de 1889 (BERNHEIM 1937). Não ocuparam muito espaço na *HZ*, até porque Niebuhr, que tinha publicado em outras revistas, já havia morrido há algum tempo, e Savigny e seus discípulos possuíam um próprio periódico.

c) A escola histórica prussiana, cuja existência vinculou-se mais à Academia de Ciências da Baviera, à *Historische Zeitschrift* e aos cursos oferecidos por seus membros, em diferentes centros, como Kiel, Göttingen, Heidelberg, Berlim e Munique do que, especificamente, a uma universidade. Tal escola ocupa o segundo lugar em quantidade de produção, na *HZ*, vindo, logo após, os rankeanos. Devotava-se mais à história contemporânea, em especial, a eventos ligados, direta e indiretamente, à história da Prússia. Ocupava-se ainda de estudar a história de outros Estados germânicos, tendo, como característica diferencial, a intensa atividade política em prol da unificação por parte dos historiadores que

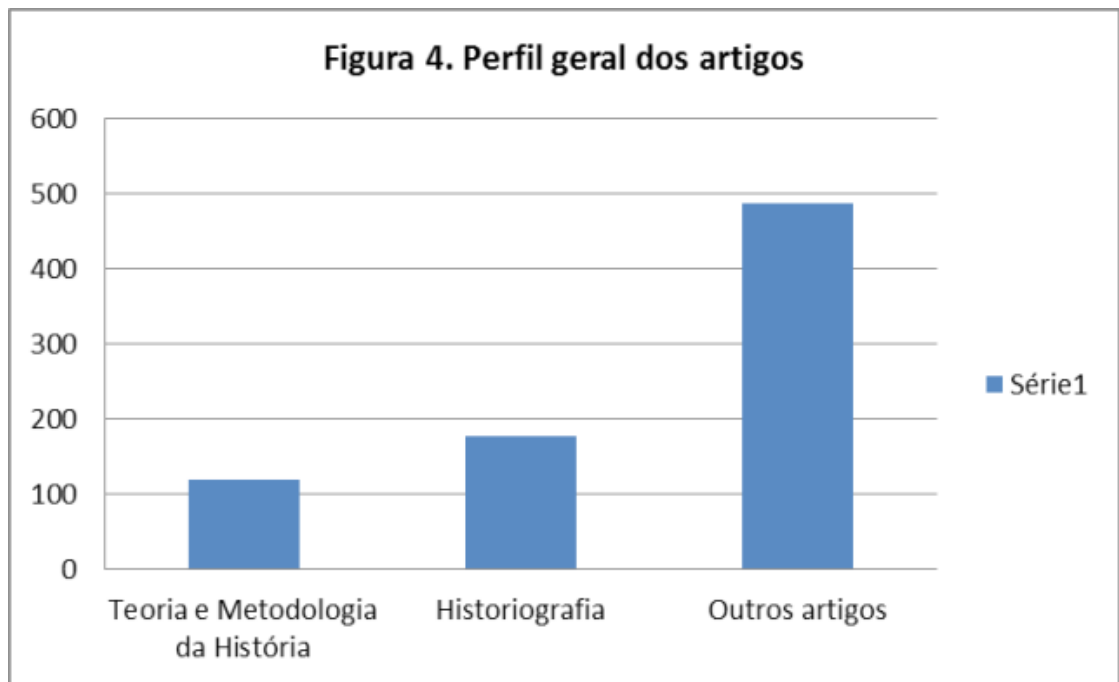
a compunham (cf. SOUTHARD 1995, BENTIVOGLIO 2010a). O mentor espiritual dessa escola foi Friedrich Dahlmann – que já havia falecido quando a HZ foi criada – e seus expoentes foram Johann Droysen, Lüdwig Häusser e Max Duncker. Contudo, ela era integrada ainda por Sybel, por Friedrich Hermann, por Ludwig Aegidi, por Rudolf Haym e por Heinrich von Treitschke. Nem todos eram prussianos, Treitschke, por exemplo, era da Saxônia. Bismarck manteve uma relação bastante estreita com o grupo, especialmente, com von Sybel, a quem, após a unificação alemã, expressou sua gratidão “por sua longa cooperação no trabalho comum para a pátria” (GOOCH 1959, p. 135). Com a morte de Treitschke, em 1895, a escola perdeu sua força.

d) A escola histórico-política, de Freiburg e de Heidelberg, era composta por Schlosser – que, apesar de ter morrido em 1866, não publicou na HZ –, Rotteck, Welcker e Gervinus. Devotada aos estudos de filologia, de direito e de história, essa escola era marcada por uma inclinação moralista, eminentemente, política e criticava e se opunha a Ranke. Gervinus deixou o grupo em 1845 e se juntou a Droysen, a Häusser e a Sybel na Escola Histórica Prussiana. Rotteck era uma espécie de guru da história no sul da Alemanha. Eles tiveram seus próprios periódicos, como, por exemplo, o *Der Freisinnige* e o *Staatslexikon*. Este era uma verdadeira enciclopédia política alimentada pelo espírito do liberalismo. Tinham predileção pela história universal e, evidentemente, pela história da Alemanha. Maquiavel era uma referência maior e os estudos políticos eram vistos como fundamentais para a compreensão dos fenômenos históricos. Para Rotteck e para Gervinus, a vida ativa era, na realidade, o foco de todas histórias. O grupo não teve muitos seguidores no período e perdeu sua força com a ascensão da Escola Prussiana a partir de 1848. Foram, talvez, seus herdeiros, Jacob Venedey e Friedrich Schulz, que eram, absolutamente, minoritários na HZ.

e) A escola sociocultural, de Karl Lamprecht, na Universidade de Leipzig, surgiu, no final do século XIX, mas só influenciou a historiografia alemã no início do século XX (SCHORN-SCHÜTTE 1994). Sua emergência, de certo modo, coincidiu com o esmorecimento das outras escolas e a morte de seus principais expoentes e representou uma reação à hegemonia dos estudos históricos, em Berlim, ainda marcados pelo método de Ranke. Opunha-se à história política tradicional e reivindicava estudos voltados para a sociedade e a cultura. Lamprecht escreveu dois artigos para a *Historische Zeitschrift*: *Der Ursprung des Bürgerthums und des städtischen Lebens in Deutschland (Origem da burguesia e da vida nas cidades da Alemanha)*, de 1891 (n. 67), e *Zum Unterschiede der älteren und jüngeren Richtungen der Geschichtswissenschaft (Diferenças entre as direções antigas e recentes da historiografia)*, de 1896 (n. 77).

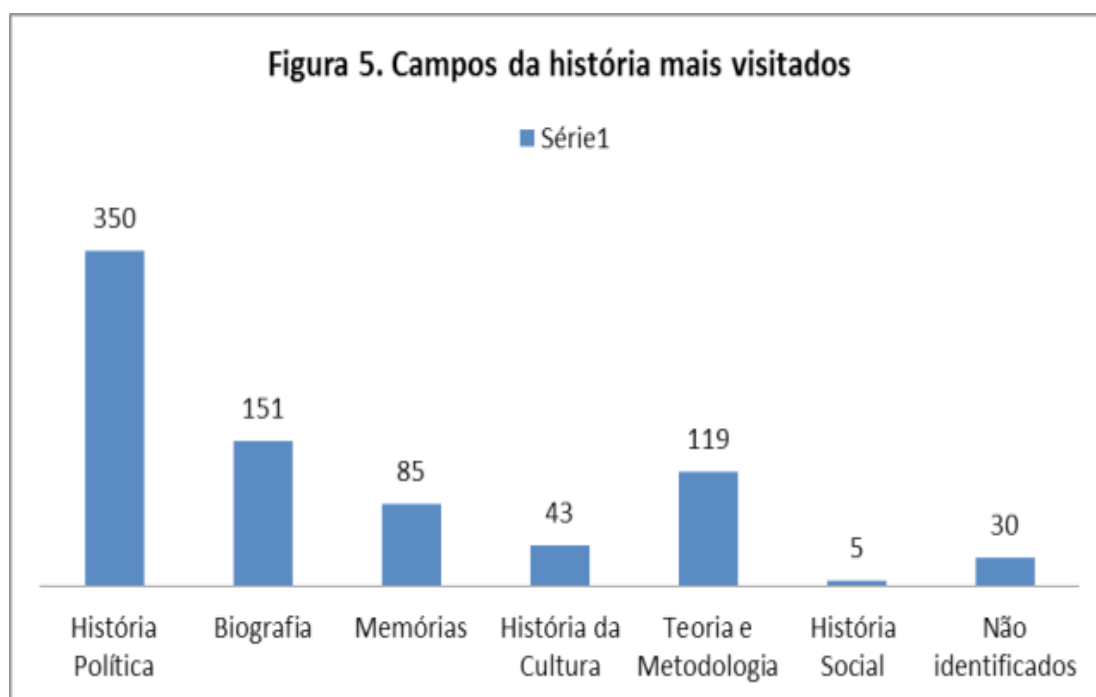
f) A escola histórico-econômica, de Gustav Schmoller era sediada primeiro, em Tübingen e, depois, em Estrasburgo. Tal escola não publicava, exatamente, na HZ, pois tinha sua própria revista de história social e econômica, que foi

criada em 1893, a *Vierteljahrschrift für Sozial und Wirtschaftsgeschichte*. Seus seguidores insurgiram-se contra o que chamaram de “imperialismo da história política” (BURKE 1989, pp. 12-13) Roscher, Knies e Hildebrand, anteriores a Schmoller, podem ser vistos como precursores da chamada escola historicista de economia, mas foi a criação da revista que disseminou melhor as ideias do grupo.



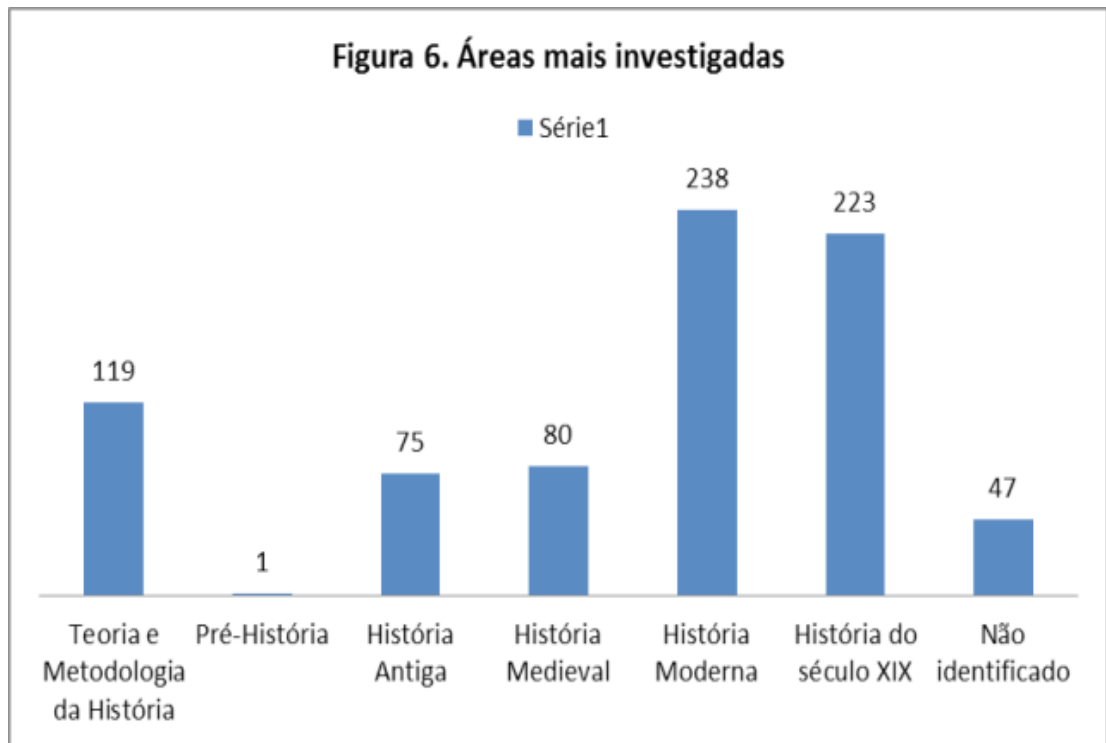
95

Em relação à documentação utilizada, parecem predominar as pesquisas que utilizam fontes manuscritas, seguidas pelo recurso às fontes impressas – aliás, são muito numerosos os artigos baseados na análise de obras publicadas – e, por fim, existem, curiosamente, três estudos baseados em fontes orais, todos eles investigando conflitos e amparados na análise do relato feito pelos soldados sobre a sua participação em batalhas. Na figura 4, está relacionado um perfil geral dos artigos, com destaque para o espaço conferido à teoria e à metodologia da história (15%) e à historiografia (20%). Os demais artigos somaram 62%. Isso revela, de maneira irrefutável, o interesse pela teoria da história e pelos estudos historiográficos, que representavam pouco mais de um terço de toda a produção no período. Dessa forma, esses dados sinalizam o peso que tais campos tiveram para a historiografia alemã. Se fossem acrescentados os levantamentos bibliográficos existentes em cada número, no cômputo geral, certamente, essas duas áreas, ao lado da história recente da Europa e da Alemanha, dariam a tônica da publicação. Explícitos, nesse sentido, são artigos como os de Wilhelm Giesebrecht, *Die Entwicklung der modernen deutschen Geschichtswissenschaft (O desenvolvimento da historiografia)*, de 1859 (n. 1), de Eduard Reimann, *Die Tübinger historische Schule (A escola histórica de Tübingen)*, de 1860 (n. 4), ou ainda o *Zur Würdigung von Rankes historischer Kritik (Do apreço à crítica histórica de Ranke)*, de Georg Waitz, de 1861 (n. 6).



Houve dificuldades na divisão dos campos da história nos quais seriam inseridos os artigos publicados. Tal divisão está apresentada na figura 5. Como se tratava de uma ciência em construção, não havia uma definição dos domínios da história – história política, social, econômica e cultural –, embora, deve-se destacar, que, nem mesmo hoje, há um consenso absoluto sobre essa divisão. De qualquer modo, uma primeira avaliação revelaria a história política, sem dúvida, como a tônica da revista, com, aproximadamente, 45% dos artigos publicados. As biografias ocupam o segundo lugar, com 19%. Nesse item, incluem-se também os necrológios feitos na ocasião da morte de ilustres representantes da historiografia alemã. São lapidares, por exemplo, o de Georg Gottfried Gervinus, redigido por Leopold von Ranke, em 1872 (n. 27), o de Treitschke, redigido por Friedrich Meinecke, em 1896 (n. 77), e os de Georg Waitz e Leopold von Ranke, de autoria de Heinrich von Sybel e publicados em 1886 (n. 52). Depois, aparecem os trabalhos sobre teoria e metodologia da história, com 15%, que são seguidos pelas memórias (11%). Nesta rubrica, foram reunidas as publicações das cartas e dos diários, mas também os textos que tratavam das “memórias” de algum personagem, ou seja, que reproduziam fragmentos de suas lembranças, acompanhadas da análise sobre o seu conteúdo, não configurando, portanto, estudos biográficos. Em alguns casos, essas memórias eram autobiográficas como, por exemplo, as de Ranke, de Droysen e de Georg Petz, presentes no primeiro número da revista. A história da cultura ocupa 5% do total de textos publicados e, por último, encontram-se alguns estudos de história social. Percebe-se, assim, que esses dois domínios eram pouco apreciados, mas foram referidos na revista. Como exemplos dessas áreas, há o artigo publicado, em 1900, por Julius Beloch, e intitulado *Der Verfall der antiken Kultur (A decadência da cultura antiga)* (n. 84) e o de Wilhelm

Stieda, *Aus der sozialen Geschichte Englands (Da história social da Inglaterra)*, de 1885 (n. 53).



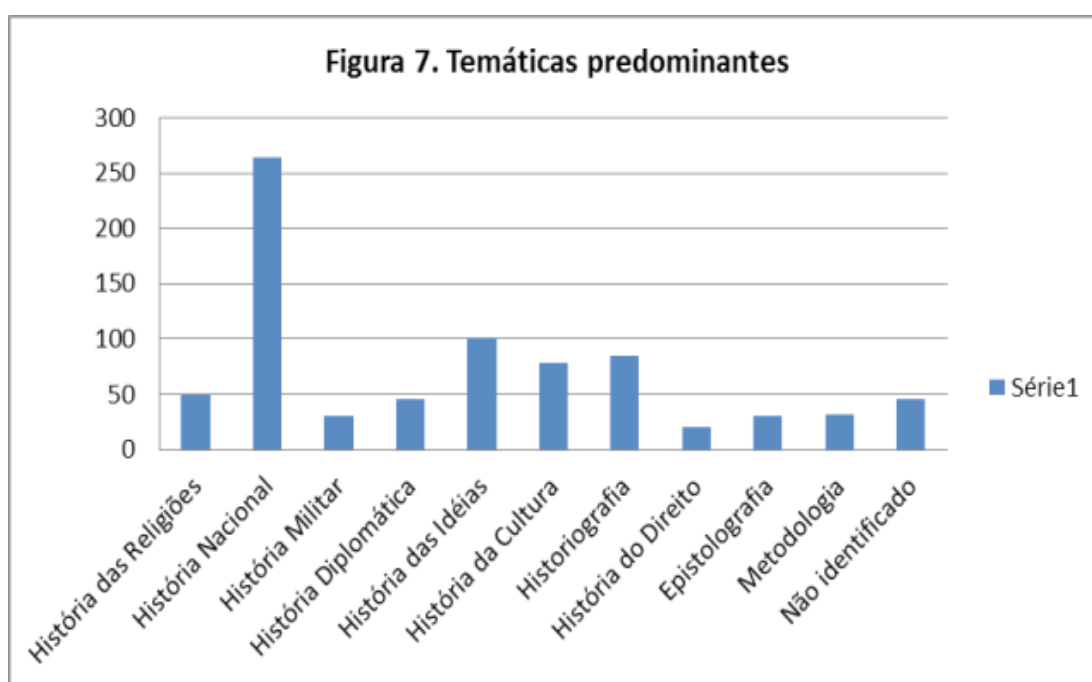
97

Na figura 6, os artigos foram divididos segundo sua vinculação às áreas do conhecimento, tomando, como referência, os períodos históricos retratados e mantendo-se distintos daqueles pertencentes à teoria e metodologia da história. A história moderna ocupa o primeiro lugar com 30%, seguida pela história do século XIX, que surge com 29%, estando, portanto, praticamente, empatadas como duas predileções nos estudos históricos alemães. Juntas, as duas perfazem 59% da produção, ou seja, deram o tom para a *HZ*, o que confirma a tendência do periódico, tal como havia sido expressa no primeiro editorial, de Sybel, em 1859, no qual ele revela:

Este periódico busca, acima de tudo, ser científico [...]. Em sua base, plantea-se uma revista histórica, não de antiquários ou de diplomática [...]. Devemos, de maneira geral, devotar mais espaço para a história moderna do que para períodos anteriores e mais para a Alemanha do que para a história estrangeira (*HZ* 1859, pp.1-2).

Destacam-se os inúmeros artigos sobre batalhas e guerras como a dos Seis Anos ou a dos Trinta Anos, mas também sobre o que seria uma história do tempo presente. Lapidares a esse respeito são, por exemplo, os textos de J. C. Bluntschli, *História recente da Itália até 1848*, de 1859 (n. 2); de Friedrich Meinecke, *Ideias e lembranças de Bismarck*, de 1899 (n. 82) e de Max Lehmann, *A guerra de 1870 até a inclusão de Metz segundo fontes francesas*, de 1873

(n. 29). Outra área, já apontada como uma das prediletas, a teoria da história, recebeu 15% do total de artigos. Sobressaem-se, nesse grupo, a publicação da conferência de Humboldt *Über die Aufgabe des Geschichtschreibers* (A tarefa do historiador) feita por Louis Erhardt em 1886 na HZ n.55, o texto de Max Lenz, *Lamprechts Deutsche Geschichte* (A história alemã de Lamprecht), de 1896 (n. 77), o artigo de Elimar Klebs *Eine französische Geschichtstheorie* (Uma teoria histórica francesa), de 1897 (n. 78) e ainda *Die neue historische Methode* (O novo método histórico), de Georg von Below, de 1898 (n. 81). Por fim, vêm empatados os estudos de história antiga e de história medieval, com 10% cada.



Na figura 7, é possível detectar as temáticas preferidas pelos historiadores que publicaram na *Historische Zeitschrift* durante o oitocentos. Tal como sugerem alguns intérpretes e reconhecem muitos daqueles historiadores, boa parte dos trabalhos (34%) são sobre o que se convencionou chamar de “histórias nacionais” – versando sobre fatos, personagens e eventos de diferentes países, em especial, germânicos –, que ocupam um terço da revista no período analisado. Mas, não era, somente, a história da Alemanha. Tratavam também da história da Inglaterra, da França, da Islândia, da Espanha, etc. Em seguida, vêm os textos sobre o pensamento de alguns autores, reunidos sob o título de história das ideias (13%), com artigos variados sobre o pensamento de Schleiermacher, de Sêneca, de Macaulay, de Gizot, de Leibniz, de Frederico II, de von Stein, de Maquiavel, de Lessing, dentre outros. Há, por exemplo, o artigo de Franz Wegele sobre Tocqueville, de 1868 (n. 20), ou o que trata das ideias de Burckhardt, redigido por Carl Neumann, de 1900 (n. 85). Depois, surgem os estudos de historiografia (11%) – como o de Karl Lamprecht,

Zum Unterschiede der älteren und jüngeren Richtungen der Geschichtswissenschaft (Diferenças entre as direções antigas e recentes da historiografia), de 1896 (n. 77) – e de história da cultura (10%). Nessa rubrica, por exemplo, há artigo de Karl Stark *Das Heidelberger Schloß in seiner kunst- und culturgeschichtlichen Bedeutung (O castelo de Heidelberg e sua importância para história da arte e da cultura)*, de 1861 (n. 6). Logo depois, aparecem os estudos de história das religiões (7%), com muitos artigos relacionados à Igreja medieval, à Reforma e à Contrarreforma. A história diplomática recebeu o equivalente a 6% dos artigos, tal como o de Adolf Wohlwill, *Zur Geschichte der diplomatischen Beziehungen zwischen Preußen und Frankreich (Da história das relações diplomáticas entre a Prússia e a França)*, de 1889 (n. 62). Mais atrás, há artigos sobre metodologia, sobre epistolografia e sobre história militar, que perfazem, respectivamente, 4% cada. Por fim, a história do direito ocupa uma fatia pequena, com apenas 2%, o que indica a sua pouca expressão junto à revista. Dentre esses artigos, há o de Carl von Hegel, filho do filósofo Georg Wilhelm Hegel, intitulado *Ein italienisches Stadtrecht des Mittelalters (Um direito de Estado italiano na Idade Média)*, de 1897 (n. 79).

Não resta dúvida que a *Historische Zeitschrift* tenha privilegiado a história política alemã, em um sentido mais restrito, bem como publicado muitos artigos devotados à história recente, deixando entrever seu envolvimento com os problemas de sua época. No entanto, a política estava na ordem do dia, de modo que aqueles historiadores não tinham como se furtar ao tema (GUILLAND 2006). Os constantes conflitos em torno da questão dos ducados, a guerra Franco-prussiana ou ainda as reformas de Bismarck mantiveram as questões políticas como um núcleo de preocupações mais centrais naquele contexto. Isso sem contar o calor das tensões verificadas em outros países europeus. Afinal, o século XIX pode ser identificado, sem nenhum engano, como um período de tensão permanente, uma “era de revoluções” (HOBSBAWM 1996).

É preciso ressaltar que se reconhece a necessidade de maiores estudos em torno da revista e de seu conteúdo, que foram, aqui, rapidamente, analisados, bem como a necessidade de se investigar as referências feitas, dentro dos próprios artigos, para se mapear, com maior propriedade, as orientações historiográficas presentes. Estas, em geral, são simpáticas ao historicismo e ao campo da história política sendo, por conseguinte, refratárias a outras tendências ou a outros recortes, algo perceptível desde sua origem até o veto, imposto por Friedrich Meinecke, às ideias de Karl Lamprecht e da sua Escola de Leipzig (cf. SCHORN-SCHÜTTE 1994). Pode-se dizer que o prestígio da *Historische Zeitschrift* foi proporcional às polêmicas historiográficas que suscitou e que acolheu. Não raro, veem-se réplicas e trélicas em suas páginas. Esse espírito se manteve, durante todo o século XIX, e se ampliou, no século XX, pois não menos conturbada foi sua trajetória, durante o nazismo e após a Segunda Guerra Mundial. Nesse período, embora os editores Dehio e, depois, Schieder não tenham sido, explicitamente, defensores da administração de Hitler, foram demasiado tolerantes com o regime. Como se vê, as revistas

históricas podem ser instrumentos valiosos, não somente, para se reconhecer configurações historiográficas presentes em diferentes contextos no passado, como também expressam, inequivocamente, as inquietações dos historiadores no seu presente. Seja como fontes ou como objetos de investigação, elas permitem aos estudiosos identificar instâncias decisivas da operação historiográfica em frutíferos encontros com a escrita da história.

Referências bibliográficas

- BENTIVOGLIO, Julio. Cultura política e historiografia alemã no século XIX: a Escola Histórica Prussiana e a *Historische Zeitschrift*. **Revista de Teoria da História**, n.3, jun., p. 20-59, 2010a.
- BENTIVOGLIO, Julio. Apresentação. In: DROYSEN, J. G. **Manual de teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- BENTIVOGLIO, Julio. Apresentação. In: GERVINUS, G. G. **Fundamentos de teoria da história**. Petrópolis: Vozes, 2010 (b).
- BENTIVOGLIO, Julio. Ranke. In: MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de História**. Porto Alegre / Rio de Janeiro: Edipucrs/ FGV, 2010c.
- BERNHEIM, Ernst. **Introducción al estudio de la historia**. Madrid: Editorial Labor, 1937.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989)**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1990.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma introdução à história**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.
- CONRAD, Christoph; CONRAD, Sebastian (Orgs.). **Die Nation schreiben**: Geschichtswissenschaft im internationalen Vergleich. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2002.
- FUNARI, Pedro P. A.; SILVA, Glaydson. **Teoria da história**. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- GALL, Lothar. 150 anos da *Historische Zeitschrift*. **Historische Zeitschrift**, n.289, p.23-61, 2009.
- GOOCH, G. P. **History and historians in the nineteenth century**. Boston: Beacon Press, 1959.
- GUILLAND, Antoine. **L'Allemande moderne e ses historiens**. New York: Elibron Books, 2006.
- HOBBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

- IGGERS, G. **The german conception of history**: the national tradition of historical thought from Herder to the present. London: Wesleyan University Press, 1988.
- JAEGER, Friedrich; RÜSEN, Jörn. **Geschichte des Historismus**. München: C.H.Beck, 1992.
- MARTINS, Estevão C. Rezende. Introdução: o renascimento da História como ciência. In: _____. **A história pensada**. São Paulo: Contexto, 2010.
- MÜLLER-WIGGERSHAUS, Ursula. **Nationalsozialismus und Geschichtswissenschaft**: Die Geschichte der Historischen Zeitschrift und des Historischen Jahrbuchs 1933–1945. Hamburg: Kovac, 1998.
- SCHIEDER, Theodor. Die deutsche Geschichtswissenschaft im Spiegel der Historischen Zeitschrift. **Historische Zeitschrift**, n.189, p.1-104, 1959.
- SCHLEIER, Hans. **Geschichte der deutschen Kulturgeschichtsschreibung**. Bd. I: Vom Ende des 18. bis Ende des 19. Jahrhunderts. Leipzig: Walthrop, 2003.
- SCHORN-SCHÜTTE, Luise. **Karl Lamprecht**: Kulturgeschichtsschreibung zwischen Wissenschaft und Politik. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 1994.
- 101 SCHULIN, Ernst (Org.). **Deutsche Geschichtswissenschaft nach dem Zweiten Weltkrieg 1945–1965**. München: DVA, 1989.
- SCHULZE, Winfried; OEXLE, Otto Gerhard (Orgs.). **Deutsche Historiker im Nationalsozialismus**. Frankfurt am Main: Fischer, 1999.
- SCHULZE, Winfried. **Deutsche Geschichtswissenschaft nach 1945**. München: DTV, 1989.
- SOUTHARDT, Robert. **Droysen and the formation of the Prussian school**. Lexington: University Press of Kentucky, 1995.

Artigos

articles

A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?*

The constitution of history as science in the nineteenth century and their older models: end of an illusion or a future inheritance?

Pascal Payen

Professor
Université de Toulouse II - Le Mirail
payen@univ-tlse2.fr
5 allées Antonio Machado
31058 Toulouse Cedex 9
França

Resumo

O objetivo do artigo é o de analisar a relação entre a constituição da história como disciplina científica no século XIX e os modelos antigos da historiografia. Nesse sentido, serão abordados as diferentes concepções de história do século XVI ao XVIII, as mutações historiográficas do início do século XIX, e, por fim, a importância de Tucídides para a constituição da ciência histórica, sobretudo, na Alemanha do século XIX.

103 Palavras-chave

Historiografia antiga; Historiografia moderna; Ciência.

Abstract

The purpose of this article is to analyze the relationship between the constitution of history as a scientific discipline in the nineteenth century and the old models of historiography. In this sense, this article will discussed the different conceptions of history sixteenth to the eighteenth century, the historiography of mutations early nineteenth century, and finally, the importance of Thucydides to the constitution of historical science, particularly in nineteenth-century Germany.

Keyword

Ancient historiography; Modern historiography; Science.

Enviado em: 05/07/2010

Autor convidado

* Tradução: Gustavo de Azambuja Feix; revisão: Emanuella Gonçalves Santos; revisão de tradução: Patrícia Chittoni Ramos Reuillard; revisão técnica: Temístocles Cezar.

Introdução

Gabriel Monod (1844-1912), um dos fundadores da *Revue historique*, em 1876, e da história positiva, aluno e amigo de Michelet – um dos historiadores franceses que tomou, muito rapidamente, consciência, após a derrota de 1870, na guerra franco-prussiana, da superioridade das ciências históricas alemãs, do modo como elas se construíram, se organizaram e se institucionalizaram a partir do começo do século XIX –, escreveu, em um artigo em forma de balanço, publicado em 1889:

O desenvolvimento dos estudos históricos é um dos traços distintivos do movimento intelectual do século XIX. Tal desenvolvimento é a manifestação, na área das ciências morais, do espírito científico ao qual pertence doravante a direção da sociedade moderna (MONOD 1889, p. 587).

A história era definida como “ciência” e essa ciência nova se inscrevia, de acordo com a ideologia herdada das Luzes e da Revolução Francesa, na linha de um progresso. Este, de acordo com Monod, estava situado em uma dupla perspectiva: por um lado, o progresso desinteressado, na medida em que ilustrava o “espírito científico” próprio às “ciências morais” – diríamos, hoje, ciências humanas e sociais –; por outro, o progresso útil, e mesmo utilitário, na medida em que não podia ser separado de sua contribuição à “direção da sociedade moderna”.

Já em 1756, na obra *Ensaio sobre os costumes e o espírito das nações*, dedicada à filosofia e ao método da história, Voltaire insistia sobre a necessidade de se “delimitar e escolher” para se “ter uma ideia geral das nações que habitam e desolam a terra” (VOLTAIRE 1878, p. 157). Certamente, tal concepção “generalista” do trabalho e da pesquisa histórica foi, com frequência, acompanhada de uma rejeição à erudição, característica do espírito francês das Luzes. No entanto, ela evidenciava o problema das relações entre história e sociedade e entre história e política, relações necessárias e obrigatórias. De fato, a forma de investigação que os gregos chamaram de *historia* nasceu e se desenvolveu, a partir do século VI a. C., no contexto das cidades-Estado (*polis/poleis*) da Ásia Menor. Heródoto determinou para si a tarefa – aquela que Voltaire ambicionaria, em seu programa para a história, mas a adaptando a seu presente – de “percorrer as pólis dos homens”, todas as pólis, “grandes e pequenas”, sem exceção (HERÓDOTO I, 5). Tucídides, em *A Guerra do Peloponeso*, analisou como o flagelo da guerra alastrou-se, em quase todas as pólis gregas, e se estendeu até uma “parte do mundo bárbaro”, por meio do conflito que se apoderou das pólis “dos peloponésios e dos atenienses” (TUCÍDIDES I, 1,1).

Nossa intenção não é, portanto, apresentar um balanço da formação dos estudos históricos, na Europa, durante o século da história, o XIX, como propôs Monod para a França. De maneira mais limitada e mais precisa, pretendemos analisar qual foi o aporte dos historiadores antigos para a constituição da história científica ao longo do século XIX. Faremos isso com base em algumas questões, que retomam o problema das relações cruzadas entre história, política, método e ciência. Por que a Alemanha ocupada pelos exércitos de Napoleão constituiu

um contexto favorável à elaboração de uma nova ciência histórica? Por que os historiadores antigos da Grécia, sobretudo, e de Roma serviram de modelo privilegiado? Por que a história que se tornou científica confundiu-se com a ciência da Antiguidade, com a *Altertumswissenschaft* em plena formação? Tratou-se da persistência dos modelos antigos, que jogavam sua última cartada antes que a ilusão tivesse fim? Ou a herança dos historiadores clássicos permitia formular questões pertinentes na fábrica da história? Tal herança tinha ainda um futuro?

Por isso, é necessário definir, primeiramente, quais foram a importância e a função dos historiadores antigos na herança que a “modernidade” constituiu entre os séculos XVI e XVIII. Analisaremos, em um segundo momento, sempre pelo mesmo viés – o dos modelos antigos –, as mudanças que conduziram à constituição da história como ciência no início do século XIX. Em uma terceira etapa, fixar-nos-emos em um exemplo particular, o mais importante, o aporte de Tucídides nesse processo, com sua ambiguidade principal: um Antigo como modelo para os Modernos, no momento da grande mudança que transformou o gênero histórico em disciplina, com sua ambição de ser uma ciência.

Os historiadores antigos e as concepções da história: séculos XVI-XVIII

Os modelos antigos moldaram a herança que a época moderna legou, entre os séculos XVI e XVIII, em relação às concepções da história. Três grandes correntes, nas quais os historiadores antigos ocuparam uma função essencial, formaram-se, coincidindo, parcialmente, de modo sincrônico: a história humanista, a história erudita e a história filosófica. No momento em que a história constituiu-se como ciência, nenhuma dessas heranças seria esquecida. Quais foram os seus principais traços? Que lugar nelas ocuparam as obras, os métodos, os princípios dos historiadores antigos? Entre eles, quais foram reconhecidos como modelos?

105

1. A história humanista

A primeira a tomar forma, desde a redescoberta da literatura antiga, foi a história humanista, essencialmente, de inspiração ciceroniana. As obras completas de Cícero foram editadas, a partir de 1465, na Itália, pouco depois do aparecimento da tipografia (1436). Cícero foi o autor antigo mais lido, mais estudado e mais editado até a Revolução Francesa. A história humanista, que ele inspirou, abrangia dois aspectos, estreitamente, ligados.

1.1. A história “mestra da vida”

A história era, antes de mais nada, percebida como provedora de modelos de comportamentos. Ela deveria servir à instrução do leitor: era *magistra vitae*, “mestra da vida”, de acordo com a célebre máxima do *De Oratore*.¹ A história

¹ Em Cícero (*De Oratore*, II, 36) a história é definida como *testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, munitia vetustatis*.

antiga era então considerada como uma reserva de *exempla* destinada à instrução e à edificação dos leitores. O modelo humanista conciliou-se com a perspectiva moral, cristã, segundo a qual só existe verdade no bem. Charles Rollin, autor de *Histoire ancienne*, uma vasta obra publicada em treze volumes, entre 1731 e 1738, citou e glosou, simultaneamente, a célebre máxima de Cícero, na introdução à seção do livro 27, que ele reservou aos “historiadores”:

Com razão, a história foi chamada de testemunha dos tempos, de tocha da verdade, de escola da virtude, de guardiã dos acontecimentos e, se fosse permitido falar assim, de fiel mensageira da Antiguidade. (ROLIN 1821-1825, livro 27, tomo IX, p. 208)

Rollin citou ainda o *De Oratore* e o glosou, longamente, em uma passagem teórica importante, anterior à *Histoire ancienne*: o prefácio ao livro 5 do *Traité des études* (tomo III), intitulado “De l’utilité de l’histoire” (ROLIN 1726-1728, t. 3, pp. 7-14; citação do *De Oratore*, II, 36, p. 7). “Assim a história, quando é bem ensinada, torna-se uma escola de moral para todos os homens” (*Ibidem*, p. 11), escreveu Rollin. Ora, para Rollin não havia nenhuma dúvida de que os historiadores gregos e latinos serviam de autoridade para escrever a história profana: “Como tive o cuidado de citá-los precisamente em minha *Histoire ancienne* e como me servem de garantia para os fatos que aqui afirmo.” (ROLLIN *Histoire ancienne...*, loc. cit., p. 209).

Cícero e Plutarco eram os dois sustentáculos da *historia magistra vitae*. *Vidas paralelas*, obra traduzida para o francês, a partir de 1559, por Amyot, surgiu sob o título, modificado, *Vies parallèles des hommes illustres, Grecs et Romains*.² A perspectiva do paralelo, fundadora do projeto de Plutarco, apagou-se frente à intenção do tradutor de propor uma série de modelos, endereçados pelos Antigos aos Modernos. Essa concepção da história guiou a leitura dos historiadores antigos, subentendida pelos princípios ciceronianos e pelo imenso sucesso que conheceram as *Vidas*, de Plutarco, seja na tradução de Amyot, constantemente, reeditada, seja nas novas traduções, por toda a Europa, como aquelas, na França, de André Dacier, em 1724, e do abade Ricard em 1798.

Essa permanência da concepção humanista da história dominou a grande síntese de Rollin, como mostram os três excertos abaixo, e se estendeu até o começo do século XIX.

(1) O gosto pela verdadeira glória e pela verdadeira grandeza perde-se, gradualmente, todos os dias entre nós. Homens novos, embriagados de sua súbita fortuna, e cujas despesas insanas não conseguem esgotar os bens imensos, nos acostumam a nada ver de grande e de estimável senão nas riquezas, e riquezas enormes; a olhar, não somente, a pobreza, mas até uma honesta mediocridade como uma vergonha insuportável; a fazer com que todo o mérito e toda a honra consistam na magnificência das construções, dos móveis, das vestimentas, das mesas. Que contraste a história antiga opõe a esse mau gosto? [...] Por [seus] exemplos, acostumam-se os jovens a sentir o belo, a provar a virtude, a estimar e a

² *Vidas paralelas dos homens ilustres, gregos e romanos*. (N.T.)

admirar apenas o verdadeiro mérito, a julgar, judiciosamente, homens, não pelo que parecem, mas pelo que são, a não seguir os preconceitos populares e, sobretudo, a não se deixar cegar por um inútil esplendor de ações brilhantes que, frequentemente, no fundo, nada têm de sólido e de grande

(ROLLIN *Traité des études*, "Discours préliminaire", 1726).

(2) Não é apenas pelas ações bélicas que a história da Grécia nos fornecerá grandes modelos. Nela encontraremos famosos legisladores, habilíssimos políticos, magistrados nascidos para governar, homens que se distinguiram em todas as artes e ciências, filósofos que levaram suas investigações tão longe quanto se podia naqueles tempos longínquos e que nos deixaram máximas de moral capazes de fazer enrubescer os cristãos (ROLLIN *Histoire ancienne*, livro 5, vol. 2, p. 278.).

(3) 'A Grécia [...] escola do gênero humano'

De todos os países conhecidos, na Antiguidade, não há nenhum tão célebre quanto a Grécia, nem que forneça à história monumentos tão preciosos e fatos tão esplendorosos. Por qualquer ângulo que for considerada, seja pela glória das armas, seja pela sabedoria das leis, seja pelo estudo das ciências e das artes, tudo nela foi levado a um alto grau de perfeição e é possível dizer, em relação a todos esses aspectos, que a Grécia tornou-se, de certo modo, a escola do gênero humano

(ROLLIN *Histoire ancienne*, livro 5, p. 188).

1.2. A história como gênero retórico

107

Foi ainda, através dos tratados de Cícero, que se impôs, sempre dentro da tradição humanista, uma concepção da história considerada como um gênero retórico, do duplo ponto de vista da narração (*narrare*) e do estilo (*ornare*, *exornare*).³

A história dominava então a busca da perfeição de uma arte oratória que repousava sobre um ideal de simplicidade. Tratava-se de um ideal cultural proveniente da Antiguidade e, para a história, essencialmente, de Cícero (esse ideal exprimia-se também – com nuances que não vamos analisar aqui – em Dionísio de Halicarnasso e em Quintiliano). Cada um designava então, como faziam os próprios Antigos, um historiador que lhe parecia melhor corresponder a esse ideal (Heródoto, na obra de Dionísio, por exemplo; numerosos foram os debates acerca do estilo de Tucídides no século I a. C.). Dessa mesma maneira, os teóricos definiram a escrita da história desde a metade do século XV. Assim, Tucídides apareceu como um mestre de eloquência, no prefácio à tradução de sua obra, feito por Nicolas Perrot d'Ablancourt em 1662:

Com efeito, se quisermos acreditar em Cícero, ele [Tucídides] superou todos os outros em eloquência, *Thucydides, omnes discendi [na verdade, dicendi] artificio mea sententia facile vicit*⁴ [...] É uma eloquência apropriada ao assunto que ele aborda, no qual, somente, fala de grandes políticos e de grandes capitães, cujo caráter retém perfeitamente. Não deve, portanto,

³ Cícero, *De Oratore*, II, 55 : "*Herodotum illum, qui princeps genus hoc ornavit...*". Os historiadores são "*exornatores rerum*", "*narratores*": *ibid.*, II, 53-54. O historiador deve se dedicar a escrever a história ("*historiam scribere*", "*scripsit historiam*") como os gregos, os maiores ("*ut Graeci scripserunt, summi*": II, 51).

⁴ "Tucídides ultrapassa todos facilmente, na minha opinião, por sua eloquência".

causar estranheza que Demóstenes, para se familiarizar com ele, o tenha transcrito oito vezes de seu próprio punho. Mas não é da eloquência que ele tira seu principal ornamento. É da história, da qual deu um presságio desde sua infância, chorando, publicamente, ao ouvir o relato das histórias de Heródoto. Assim, é o modelo sobre o qual toda a Antiguidade formou-se e, particularmente, Tácito, que pode ser chamado de o Tucídides dos latinos, como este de o Tácito dos gregos [...] Ambos tiveram magnificência e grandeza, com um discurso conciso e repleto de sentido, mesclado de alguma obscuridade por terem negligenciado os termos e os modos de falar ordinários, com a finalidade de realçar seu estilo, que é, desse modo, viril e vigoroso, como seus pensamentos são fortes e sólidos. É isso que ressalta mais seu tema, que é estéril e desagradável, valorizado mais pelo espírito dos historiadores do que por seu mérito [...] Tácito propagou sua política em sua história, mas Tucídides a enclausurou em seus discursos, nos quais as sentenças são muito abundantes: *Ut verborum prope numerum, Sentiarum numero consequator*.⁵

Alguns anos mais tarde, em 1677, o padre Rapin tomou, novamente, Tucídides como modelo nas suas *Instructions pour l'histoire*:

Para conhecer a fundo essa simplicidade tão necessária ao grande estilo, é preciso notar que existem três tipos delas: uma simplicidade nas palavras, como a de César; uma simplicidade nos sentimentos, como a de Salústio e uma simplicidade na meta e na organização, como a de Tucídides.

Mesmo em um teórico político como Mably (1709-1785), a história retórica conserva seu atrativo. Em seu tratado de 1782, *De la manière d'écrire l'histoire*, ele fez de Tucídides, simultaneamente, um historiador político e um historiador criador de modelos de comportamento e de escrita:

Jamais [...] haverá história, ao mesmo tempo, instrutiva e agradável sem discursos. Tente suprimi-los em Tucídides e ter-se-á apenas uma história sem alma. Essa obra, que todos os príncipes e os seus ministros deveriam ler todos os anos, ou, melhor, saber de cor, perderia seu interesse, porque não se conheceria nem a genialidade, nem as paixões, nem as aventuras dos gregos, privados de sua antiga virtude. (MABLY 1782)

Essa ideia de que o conteúdo da história passava, em grande parte, pela própria escrita, constituiu um dos grandes ganhos da Antiguidade e foi, amplamente, retomado a partir do Renascimento e durante a época moderna.

2. A história erudita

A segunda grande concepção da história – a história erudita –, que se desenvolveu a partir do século XV, também era inseparável da redescoberta dos Antigos. Ler suas obras implicava um conhecimento erudito da língua e dos textos. Desde a primeira metade do século XV, Leonardo Bruni e Lorenzo Valla estavam entre os primeiros a insistir sobre esse aspecto e a testar os seus limites (Valla traduziu Heródoto e Tucídides para o latim). Sem os instrumentos

⁵ "tão abundantes que ele consegue ter quase tantas palavras quantas ideias". N. Perrot d'Ablancourt, "Préface" de sua tradução: *L'Histoire de Thucydide, de la guerre du Péloponnèse*, continuée par Xénophon, Paris, A. Courbé, 1662.

de trabalho, os dicionários, as gramáticas, como avançar? Esses aspectos da história da erudição são bem conhecidos, mas lembremos que Amyot traduziu o conjunto das *Vidas paralelas*, de Plutarco – após diversas tentativas infrutíferas por parte de outros helenistas –, sem dispor do *Thesaurus linguae graecae*, publicado por Henri Estienne em 1572 (seu pai, o grande editor Robert Estienne, publicara o *Thesaurus linguae latinae* em 1531).

Após os pioneiros do *Quattrocento* e a geração de Erasmo (1467-1536) e de Guillaume Budé (1468-1540), que trabalhou, ao lado do rei Francisco I, em favor da fundação do *Collège des lecteurs royaux*⁶ (1530), a concepção de trabalhos históricos fundados sobre o domínio da erudição tomou corpo com o que se convencionou chamar de humanismo erudito no fim do século XVI e no começo do século XVII. Essa corrente foi dominada pelos trabalhos de Joseph-Juste Scaliger (1540-1609), Isaac Casaubon (1559-1614), Juste Lipse (1547-1606), Claude Saumaise (1588-1653) que fizeram, dos anos 1560 aos anos 1620, a glória da universidade de Paris.

Os trabalhos de erudição – sem que tratassem, exatamente, da história – tiveram um segundo período de grande desenvolvimento, no fim do século XVII e no início do século XVIII, com os “antiquários”. Estes, em sua maioria, eram beneditinos de Saint Maur, que coletaram, sistematicamente, tudo o que “diz respeito aos usos, aos costumes, às leis, às artes e a mil outros conhecimentos curiosos” (ROLLIN *Traité des études*, IV, p. 192), como os quinze volumes de *L’Antiquité expliquée et représentée en figures*, de Bernard de Montfaucon, publicados em 1719 e, novamente, em 1724, durante os anos nos quais Rollin trabalhava no seu *Traité des études*.⁷ Os antiquários, elaborando métodos de análise crítica das fontes – o *De re diplomatica*, de Mabillon, é de 1681, a *Paleografia graeca*, de Montfaucon, foi publicada em 1708 –, produziram, de acordo com a frase de Momigliano, “uma obra que salvou a história do ceticismo”. Neste texto, remetemos-nos apenas aos trabalhos de Blandine Kriegel e de Arnaldo Momigliano sobre os chamados historiadores antiquários. (MOMIGLIANO 1955, p. 285; KRIEGEL 1988, pp. 23-159; pp. 135-217).

É preciso, porém, observar que a tradição da história erudita não se desenvolveu de maneira uniforme na Europa. Ela foi estimada, nos países do Norte, de tradição protestante, como Alemanha, Países Baixos e Inglaterra. Contudo, a França manteve-se distante dessa vasta corrente por duas razões. Por um lado, os protestantes, ameaçados pelo poder real no século XVII, tomaram o caminho do exílio, um exílio obrigatório a partir da revogação do Édito de Nantes em 1685. Estima-se, atualmente, que cerca de 200 mil adeptos

⁶ O *Collège des lecteurs royaux* foi criado inicialmente com o intuito de oferecer disciplinas que não eram dadas na Universidade de Paris, como Grego e Hebreu. Em pouco tempo, porém, expandiu seu domínio para o ensino de Latim, Direito, Matemática, Medicina. Atualmente, é chamado de *Collège de France*. (N.T.)

⁷ Cf. A. Momigliano, 1955, pp. 67-106 ; tradução francesa, 1983, pp. 244-293, sobretudo p. 244-276 ; B. Kriegel, 1988, p. 98-100.

da Reforma abandonaram o reino, criando um déficit jamais recuperado em certos setores de atividade, como a erudição histórica. Por outro, os homens das Luzes assimilaram a erudição apenas como o trabalho da memória e não como o exercício da razão e do espírito crítico. Por isso, erudição e história só foram, muito raramente, associadas na França. Um dos únicos exemplos é o estudo de Louis de Beaufort, *Dissertation sur l'incertitude des cinq premiers siècles de l'histoire romaine* (Utrecht, 1738).

A história deveria ser reconhecida como um gênero literário que pertence à área das belas-lettras ou como uma ciência que teria seu lugar na árvore dos saberes? Os historiadores humanistas jamais decidiriam. Como resultado disso, a história seria, ao menos na tradição francesa, por muito tempo, confundida com uma arte retórica. Contudo, disso também resultaria a permanência da questão da escrita no horizonte da reflexão dos historiadores, mesmo quando a história tivesse a pretensão de se tornar uma disciplina científica nas primeiras décadas do século XIX.

3. A história filosófica

Os trabalhos dos "antiquários", os mestres da "história" erudita, encontraram como obstáculo, a partir da segunda metade do século XVII, os primórdios do espírito filosófico. De acordo com essa corrente de pensamento, se a história merecia ser acompanhada, era para encontrar nos fatos uma ordem "racional" e um "progresso" na sucessão cronológica dos tempos. Não seria o seu único fim acumular dados, o que pertencia, unicamente, à memória. Por isso, D'Alembert, um dos arquitetos do grande projeto da *Encyclopédie*, classificou, no "Discours préliminaire", a erudição no último lugar dos saberes, acusando-a de fazer intervir apenas a memória (GRELL 1993, pp. 27-29, 125-142). Do mesmo modo, Voltaire, no artigo "Histoire", renunciou aos períodos que exigiam a consulta de arquivos como sendo "o labirinto tenebroso da Idade Média" e pediu que, em relação à Antiguidade, nos contentássemos com o relato dos historiadores (VOLTARE 1765, pp. 221, 223). Tratava-se de conciliar a crítica histórica, a dúvida metódica e a escolha dos documentos. Por essa razão, Voltaire só mencionou Heródoto e Tucídides entre os primeiros historiadores gregos que seriam confiáveis. No entanto, ele conservou de Heródoto apenas o que começa com as guerras Médicas, de modo a não levar em conta os dados que sua obra fornece sobre o Egito e a Babilônia conhecidos pelos judeus no período de exílio:

À medida em que Heródoto, em sua *história*, aproxima-se de sua época, é mais bem instruído e mais verdadeiro. É preciso reconhecer que sua *história* só começa, para nós, nos conflitos entre os persas e os gregos. Encontram-se, antes desses grandes acontecimentos, apenas relatos vagos, entremeados de contos pueris (*Ibidem*, p. 222).

O breve julgamento sobre Tucídides rebaixa tanto quanto seria possível a importância do aporte dos gregos: pequenez do território abrangido, dominação absoluta da "guerra civil", portanto, de um "flagelo":

Tucídides, sucessor de Heródoto, limita-se a nos detalhar a *história* da guerra do Peloponeso, país que não é maior que uma província da França ou da Alemanha, mas que gerou homens dignos de uma reputação imortal em todos os domínios. E como se a guerra civil, o mais horrível dos flagelos, acrescentasse um novo ardor e novas forças ao espírito humano, foi nesse tempo que todas as artes floresciam na Grécia. Eis como eles começaram a se aperfeiçoar, em seguida, em Roma, em outras guerras civis do tempo de César, e como eles renasceram ainda em nossos séculos XV e XVI da era vulgar, entre as revoltas da Itália (Ibidem, pp. 222-223).

Sem antecipar nem jogar com o anacronismo – o artigo “Histoire” data de 1765 –, é necessário repetir que a França encontrava-se, particularmente, tocada pelo declínio dos modelos humanistas e, cada vez mais, em déficit de erudição em relação a seus vizinhos ingleses, holandeses e, em particular, alemães.

As três modalidades da prática da história que acabam de ser lembradas não se cruzam, quase nunca, em estado puro. No prefácio de sua *Histoire ancienne*, que se apoia na autoridade conferida aos historiadores da Antiguidade Clássica, Rollin ofereceu uma surpreendente simbiose e uma síntese da permanência da história humanista, dos aportes metódicos da história erudita ou, ao contrário, de sua rejeição, e das ambições da história filosófica:

111

O estudo da história profana não mereceria que se lhe devotasse uma atenção cuidadosa e um tempo considerável, caso se limitasse ao estéril conhecimento dos fatos da Antiguidade e à sombria busca das datas e dos anos em que cada acontecimento ocorreu. Importa-nos pouco saber que existiu no mundo um Alexandre, um César, um Aristides, um Catão e que eles viveram neste ou naquele tempo; que o império dos assírios foi sucedido pelo dos babilônios e, este último, pelo império dos medos e dos persas, que foram, por sua vez, subjugados pelos macedônicos, e estes pelos romanos.

É de grande importância, porém, conhecer como esses impérios estabeleceram-se, por quais etapas e por quais meios eles chegaram a esse ponto de grandeza que admiramos, o que fez sua sólida glória e sua verdadeira ventura e quais foram as causas de sua decadência e de sua queda.

Não é menos importante estudar, com cuidado, os costumes dos povos, seu gênio, suas leis, seus usos, seus hábitos e, sobretudo, observar bem a personalidade, os talentos, as virtudes, os próprios vícios daqueles que os governaram e que, por suas boas ou más qualidades, contribuíram para elevar ou afundar Estados que os tiveram por condutores e soberanos.

Eis os grandes objetos que nos apresenta a história antiga, fazendo desfilar, aos nossos olhos, todos os reinos e todos os impérios do universo e, ao mesmo tempo, todos os grandes homens que neles se distinguiram de alguma maneira e instruindo-nos, menos por lições do que por exemplos, sobre tudo o que abrange a arte de reinar, a ciência da guerra, os princípios do governo, as regras da política e as máximas da sociedade civil e da conduta da vida para todas as idades e todas as condições.

Com ela, aprende-se também, e não deve ser algo indiferente para quem quer que tenha gosto e disposição para os belos conhecimentos, como as ciências e as artes foram inventadas, cultivadas, aperfeiçoadas; com ela, reconhece-se e segue-se de perto, como com o olhar sua origem e seu progresso. Vemos com admiração que, quanto mais nos aproximamos dos lugares onde os filhos de Noé viveram, mais se encontram as ciências e

as artes em sua perfeição, ao invés de parecerem esquecidas ou negligenciadas, na medida em que seus povos tiveram um maior distanciamento delas de modo que, quando se quis restabelecê-las, foi necessário remontar à origem de onde tinham partido. (p. 23-24)

[...]

Portanto, é preciso olhar como um princípio incontestável. Este deve servir de base e de fundamento para o estudo da história profana, que foi a Providência divina quem, imemoravelmente, regulou e ordenou o estabelecimento, a duração, a destruição dos reinos e dos impérios, seja em relação ao plano geral de todo o universo, conhecido apenas por Deus, que põe uma ordem e uma harmonia maravilhosa em todas as partes que o compõe, seja, particularmente, em relação ao povo de Israel e, ainda mais, em relação a Messias e ao estabelecimento da Igreja, que é sua grande obra e meta permanente de todas suas outras criações, sempre presentes a sua vista .

[...]

Como escrevo, principalmente, para os jovens e para as pessoas que não pensam em fazer um estudo profundo da história antiga, não carregarei essa obra de uma erudição que, naturalmente, poderia aí constar, mas que não convém ao objetivo que me proponho. Minha intenção é, dando uma história ordenada da Antiguidade, tomar dos autores gregos e latinos o que me parecer mais interessante para os fatos e mais instrutivo para as reflexões (ROLLIN *Histoire ancienne*, vol. 1, p. 23-48, p. 41).

Essa herança concede um lugar, ao mesmo tempo, importante e ambivalente aos historiadores antigos. Importante em razão do seu peso documental; ambivalente, pois são, muito frequentemente ou quase sempre, suas qualidades retóricas e estilísticas que os impõem nos programas de ensino. As mutações que afetaram o estatuto da história, no final do século XVIII e no início do século XIX, iriam modificar, profundamente, a relação com essas obras no campo das disciplinas históricas. Mais estranhamente ainda, os historiadores antigos – alguns, pelo menos, – ocuparam um importante papel na constituição da história como ciência.

112

As mutações do começo do século XIX: a constituição da história como ciência e o estatuto dos historiadores antigos

Pelo viés que propusemos desde o início deste artigo – o dos modelos antigos –, quais foram as mutações que levaram à constituição da história como ciência no começo do século XIX?

1. A reestruturação da universidade prussiana

O primeiro elemento que deve ser levado em conta é o contexto que produziu a reestruturação da universidade prussiana. Em 14 de outubro de 1806, a derrota dos exércitos prussianos, em Iena, permitiu a Napoleão entrar em Berlim. A prestigiosa universidade perdeu toda sua aura nesse momento.

A ocupação francesa provocou, igualmente, a perda da universidade de Halle, na Vestfália, fundada em 1694 pelo eleitor⁸ Frederico III de Brandeburgo. Ora, na luta contra o invasor e na obra de recuperação, imediatamente, empreendidas sob o nome de “guerras de liberação” (*Freiheitskriege*), a reconstrução da universidade ocupou um lugar importantíssimo. Essa escolha, que pode causar admiração, haja vista a cultura militar das elites prussianas, proveio do fato de que os fundadores da universidade eram altos funcionários e muito cultos, produtos do Estado e da *Aufklärung*, estabelecidos na Prússia. Vanguarda instruída e erudita, atenta ao pensamento dos “filósofos”, esses altos funcionários, na falta de uma forte burguesia urbana, eram o único grupo social capaz de ocupar um lugar de posição dirigente frente à nobreza. Esse fenômeno social e político foi comum a toda a Alemanha, mas, particularmente, à Prússia. Essa região, desprovida de fortes tradições urbanas, permaneceu, de fato, dominada pela aristocracia rural dos *junkers*.

Nessa obra, extremamente, favorecida pelo rei Frederico Guilherme III, Wilhelm von Humboldt (1767-1835) desempenhou um papel muito relevante. Em torno dele, os especialistas da Antiguidade eram os mais ativos. Friedrich August Wolf (1754-1824), o autor da obra *Prolegomena ad Homerum*, publicada em 1795, exortou, publicamente, os alemães, a partir de 1807, a defenderem os estudos clássicos como um “*palladium*” da pátria contra “mãos ímpias” – leia-se: contra a dominação napoleônica. Para marcar essa função e organização novas, ele criou o termo *altertumswissenschaft* (originalmente, grafado *alterthumswissenschaft*), que substituiu a expressão “filologia clássica” (*classische philologie*). Barthold Georg Niebuhr (1776-1831), autor de uma *Histoire romaine*, mas que foi, primeiramente, um alto funcionário do governo prussiano, foi a outra figura eminente entre os classicistas que se engajaram na resistência. Em uma carta de 1808 ao ministro Altenstein, ele afirmou que a nova organização dos estudos “filológicos” era uma prioridade para o governo prussiano.⁹ A partir de 1810, foi fundada, por iniciativa de Humboldt, a nova universidade de Berlim (seguiram-se a de Breslávia e a de Bonn) e reaberta a Academia. Berlim tornou-se então, em alguns anos, o centro mais importante dos estudos “filológicos” na Europa. Por “filologia”, entendiam-se todas as disciplinas dedicadas à Antiguidade Clássica.

O espírito neo-humanista que animava os criadores da nova universidade alemã repousava sobre um universalismo da razão que se opunha aos antigos corporativismos, particularmente, o nobiliário, e ao novo utilitarismo napoleônico. A *bildung* – formação no sentido da educação e da cultura – que se forjou, no fim do século XVIII e no começo do século XIX, e, sobretudo, após Iena, definia-se, em reação à cultura francesa, como uma capacidade para *ser* e, não somente, para poder e para ter. As universidades criadas não

⁸ Título de príncipe ou bispo que participava da eleição do imperador. (N.T.)

⁹ Cf. B. Bravo, 1988, p. 68, carta de 4 de janeiro de 1808, sobre a importância conjunta de Wolf e Niebuhr como conciliadores entre a velha tradição da erudição e o racionalismo das Luzes atraído para o romantismo e a filosofia especulativa, cf. p. 71-72.

eram mais as dos *länder*, mas as da Alemanha inteira. As “ciências” ali ensinadas tinham, igualmente, valor universal. Um “Estado da razão liberto de todo particularismo, como se quer a Prússia através de sua universidade” (NIPPERDEY 1992, p. 204 e ss.). Nesse contexto, a erudição “antiquária” não foi abandonada, mas sim integrada, absorvida em um projeto intelectual e político inspirado na *Aufklärung* e que respondia à urgência do presente.

Nos anos que seguiram, imediatamente, à fundação da nova universidade de Berlim, o estudo da Antiguidade passou por três mudanças importantes. Em contato com os recursos cruzados da filologia e da história, renovou, profundamente, seus métodos; institucionalizou-se e adquiriu um grande prestígio na sociedade alemã; enfim, foi concebido de início com a finalidade de colaborar para a recuperação da Prússia, após a dissolução do Sacro Império Romano-Germânico, em 1806, e, por essa razão, foi considerado um instrumento que deveria contribuir para se pensar os problemas políticos do presente.

Antes de analisar as consequências dessa nova paisagem intelectual sobre a obra dos historiadores antigos, é necessário indicar, à luz das três profundas modificações que acabam de ser mencionadas, as principais transformações que abrangeram a organização e a constituição dessa nova “ciência da Antiguidade”.

2. A implantação da *Altertumswissenschaft*

Após as teorias de Wolf, a ideia essencial era de que era preciso “reunir as diferentes disciplinas” relativas à Antiguidade “em um conjunto orgânico”, para introduzir a Antiguidade grega e romana dentro de uma “ciência filosófico-histórica bem-ordenada”. A essa “enciclopédia filológica” Wolf deu o nome de *altertumswissenschaft*. Eis um termo novo que figurou no título do manifesto de 1807, *Darstellung der Alterthums-Wissenschaft*, para a inauguração do *Museum der Alterthums-Wissenschaft*. A história da Antiguidade fazia parte, no programa de Wolf, das disciplinas “filológicas” da *altertumswissenschaft*. Não é de espantar, portanto, que os historiadores antigos fossem, particularmente, estudados e que, nesse momento, nascessem as primeiras histórias da historiografia, a de Georg Friedrich Creuzer (1771-1858) para a tradição grega a partir de 1803 (CREUZER 1803, 1845).

O desenvolvimento da ciência da Antiguidade dependeu, em seguida, da elaboração sistemática de grandes *corpora* documentais. Em 1815, Niebuhr lançou o projeto de um *corpus inscriptionum* (gregas e latinas). Em um primeiro momento, só foi publicada a parte grega, sob o título de *Corpus inscriptionum graecarum* – o primeiro volume foi lançado em 1828, por iniciativa de August Böckh (1785-1867), amigo de Wolf (BRAVO 1988, pp. 78-96) –, que se tornou *Inscriptiones graecae* em 1903. No prefácio, datado de 10 de outubro de 1827, Böckh apresentou a filologia como “*antiquitatis cognitio historica et philosopha*” (BRAVO, 1988, p. 89), ou seja, como “o conhecimento histórico e filosófico da Antiguidade”. Theodor Mommsen (1817-1903), em 1847, retomou o projeto

para as inscrições latinas. O primeiro volume do *CIL*, financiado pela Academia de Berlim, foi publicado em 1863. Em 1837, houve a primeira edição do que foi o monumento da ciência alemã da Antiguidade: a *Realencyclopädie der classischen altertumswissenschaft nummorum*, sob direção de Pauly, após revista e ampliada, em 1894, sob a direção de Wissowa. Seria necessário mencionar também o *Corpus nummorum* de Mommsen, em 1860...

Foi através desses instrumentos e das edições críticas das fontes literárias, de uma erudição, então sem igual, que se desenvolveu um conhecimento dos mundos antigos associado a um modelo do conhecimento histórico: o *historismus* ou historicismo. Ora, o historicismo, mesmo afirmando o caráter, fundamentalmente, histórico da condição e das produções humanas, propunha, em relação ao método, a necessidade de uma análise crítica das fontes primárias transmitidas pelos Estados, que eram apreendidos como "individualidades", "personagens" que a análise deveria privilegiar. Um historiador *antigo* era, por consequência, menos um literato mais ou menos genial ou hábil do que um homem que escrevia para e em relação à sua pátria, quer se tratasse de sua pólis, em sentido restrito, ou do mundo grego, da República ou do Império Romano, em sentido amplo. As obras de Heródoto e de Tucídides, de Políbio e de Tito Lívio e de Tácito encontravam-se, assim, em sintonia com o contexto político do presente e com a questão que obcecava todos os historiadores *modernos*: a constituição e o fortalecimento dos Estados-nações na Europa. Esse traço foi percebido como uma característica da ciência histórica do século XIX por Gabriel Monod. Existe uma política da história e a história é antes de tudo política:

115

[...] A história do passado acaba por adquirir uma influência sobre a própria política, pois preside a esse movimento das nacionalidades que domina a política contemporânea. É pela história que os povos tomam consciência de sua personalidade. O movimento nacional alemão, o movimento nacional italiano, o movimento nacional tcheco, o movimento nacional húngaro, o movimento nacional eslavo, embora não tenham sido criados pela erudição histórica, nela encontraram, ao menos, um poderoso auxiliar, um núcleo de excitação, um ativo instrumento de propaganda [...] (MONOD 1889, t. XVIII, p. 587)

Os historiadores antigos contribuía então para levantar questões. Poder-se-ia criar uma unidade alemã em torno da Prússia ou em torno da Áustria? Dever-se-ia estar atento a reivindicações particularistas das "regiões", os *länder*, especialmente, no momento das revoluções de 1848, a Primavera dos Povos? Nesse momento, numerosos foram os historiadores que, como Droysen, participaram do Parlamento de Frankfurt, com o intuito de elaborar uma nova constituição, e pensaram o presente através dos problemas encontrados pelos Antigos, antes de regressarem ao passado, para propor uma interpretação renovada dele. Tal era a abordagem de Droysen, quando ele apresentou uma interpretação nova da formação dos reinos helenísticos, em seu *Alexandre le Grand*, publicado em 1833, seguido, em 1836 e em 1843, dos dois primeiros

volumes da *Histoire de l'Hellénisme*. Contra os particularismos das cidades-Estado gregas, ele se mostrava favorável à unidade política realizada dentro dos grandes reinos. Contra a estreiteza da percepção que atribuiu a Demóstenes, privilegiou a visão unitária de Alexandre e de seus sucessores, Ptolomeu, no Egito, e Seleuco e Antíoco na Ásia.

A refundação da universidade de Berlim e a implementação da *altertumswissenschaft* são dois contextos que modificariam, profundamente, o estatuto e o regime de autoridade que os historiadores antigos detinham, até aquele momento, na elaboração do saber histórico. Quais foram as principais mudanças produzidas?

3. As mudanças no estatuto e no regime de autoridade dos historiadores antigos

A maior consequência dos dois grandes contextos assinalados acima foi os historiadores antigos deixarem o domínio das belas-letas, exceto, em parte, na tradição francesa. Eles foram considerados como fontes que tinham o mesmo *status* do que os outros documentos. O seu valor próprio vinha das informações que forneciam para analisar a natureza e o desenvolvimento dos Estados. Essa apreciação estava ligada à dimensão, ao mesmo tempo nacional e universal, reconhecida à história escrita pelos Modernos, mas também àquela que, por um jogo de espelhos e de trocas, eles liam nos Antigos. Tucídides dava a entender, no livro III, o flagelo da divisão e da discórdia civil (*stasis*) em Corcira. Descreveu, no livro II, os sintomas da "guerra" (*polemos*) na Atenas doente com a "pestilência" (TUCÍDIDES II, pp. 47-58), mas, "em virtude do caráter humano" (*Idem*, I, 22, p. 4) de todos os acontecimentos ocorridos, ele falava para todas as pólis e para todos os homens ou para quase todos (*Idem*, I, 1, 2).

A confiança no historiador antigo, no entanto, não era mais total. Ao contrário do que fez Rollin, "citar exatamente" um historiador antigo não autorizaria fazer dele uma "garantia para os fatos que [o historiador moderno] afirma" (ROLLIN *Histoire ancienne*, Livro 27, t. 9, p. 209). Ainda que Tucídides pretendesse dedicar-se, inteiramente, "à busca da verdade" (TUCÍDIDES I, 20, 3), ainda que toda uma tradição fizesse dele o iniciador e o mestre da "história verdadeira" – de Dionísio de Halicarnasso (*Sobre Tucídides*, VIII, 1). a Luciano de Samósata (*Como se deve escrever a História*, 42), de David Hume a Gomme –, o testemunho do historiador, que pôde "presenciar os acontecimentos dos dois lados" (TUCÍDIDES V, 26, 5) para "melhor se dar conta, de certo modo, das coisas" (*Idem, ibidem*), também deveria ser submetido à análise crítica. A "história verdadeira", a história de acordo com a verdade de Tucídides, não era toda a história.

Outra mutação foi produzida em um plano diferente, que abrangeu o aporte dos historiadores antigos na construção da ciência histórica. A implantação de uma "ciência da Antiguidade" que ilustrasse, ou melhor, que equivalesse, perfeitamente, ao que deveria ser uma "ciência da história" era o principal desafio no qual se encontrava engajada a história da Antiguidade e, mais particularmente, as obras que chegaram até nós dos historiadores antigos. Nesse capítulo da

história da historiografia, que foi escrito na universidade prussiana, mas, em sua dimensão europeia, sob o olhar admirativo das outras universidades, a francesa, em particular, Tucídides ocupou um lugar singular: nem aquele que dava lições, nem aquele que fazia discurso do método, mas, de modo simultâneo, uma fonte e uma referência que eram reverenciadas.

O aporte de Tucídides para a constituição da ciência histórica na Alemanha do século XIX

Qual foi o aporte exato reconhecido a Tucídides no momento da grande mutação que transformou o gênero histórico em disciplina científica? Lembremos, muito rapidamente, em primeiro lugar, em que consistia a tradição a seu respeito, que vinha da Antiguidade.

1. Tucídides: a herança dos Antigos e sua sobrevivência nos Modernos

Desde o século IV a. C., Tucídides era admirado e imitado pelos seus sucessores – Xenofonte, Cratippos, Teopompo, Philistos¹⁰ –, que se atribuíram a tarefa de levar a cabo o relato que a morte o impediu de terminar. Ele era lido, reproduzido e memorizado, dizia-se, por Demóstenes. Sobre a época helenística, um precioso artigo de Simon Hornblower (HORNBLOWER 1995, pp. 47-68) mostrou que Tucídides não deixou de ser lido e discutido. Cícero, no *De Oratore*, o mais completo de seus tratados de retórica, escrito em 55 a. C., fez de Tucídides um mestre de eloquência e de estilo conciso, tenso, difícil:

[56] Depois dele, para mim, Tucídides ultrapassou, facilmente, todos por sua ciência da linguagem (*dicendi artificio*). Ele é tão rico em numerosos domínios que consegue ter quase tantas palavras quantas ideias. Além do mais, sua expressão é tão harmoniosa e tensa que não se sabe se os fatos dão o brilho ao estilo ou a expressão ao pensamento. No entanto, ainda que se tenha dedicado à política, ele também não fez parte, segundo a tradição que nos chegou, daqueles que passaram seu tempo a contestar e, de seus próprios livros, diz-se que ele só os escreveu após ter ficado distante das circunstâncias e de ter sido expulso e exilado, o que aconteceu, frequentemente, em Atenas, a todos os grandes homens. (CÍCERO *De Oratore*, II, 56)

Dionísio de Halicarnasso, alguns anos depois, ainda fez de Tucídides o “primeiro” (*prôton*) dos “historiadores”, mas não por seu estilo, cujo “vocabulário é figurado, incomum, ultrapassado, estranho” à sua época e cuja composição é “austera”, “densa”, “dura ao ouvido” (DIONÍSIO DE HALICARNASSO *Tucídides*, XXIV, 1-2). Se ele triunfou sobre todos os seus predecessores, foi por ter, perfeitamente, delimitado um assunto, afastando-se da monografia limitada (Helênico de Lesbos) e da crônica com intenções muito abrangentes (Heródoto), e, mais ainda, talvez, porque “Tucídides se preocupou essencialmente com a verdade (*alètheias*), da qual”, acrescenta Dionísio, “nós desejamos que a história seja sacerdotisa (*hiereian einai tèn historian*)”

¹⁰ Nenhum desses autores pronuncia, no entanto, o nome de Tucídides entre os textos conservados.

(*Ibidem*, VIII, 1). Esta se apoia em dois fundamentos: o afastamento do maravilhoso, da fábula (*muthôdes*) e a imparcialidade (que permite “se proteger de todo ódio e de toda complacência” (*Ibidem*, VI, 5 e VIII, 1).

Luciano perseguiu essa tendência e condensou a tradição, no único tratado sobre a teoria da história que nos chegou da Antiguidade, *Como se deve escrever a História*, que é possível datar dos anos 165 a. C.. Tucídides foi um mestre historiador, em primeiro lugar, porque transcreveu “a verdade dos acontecimentos com imparcialidade e o fez, afastando-se da fábula. Quanto a seu estilo, Luciano hesita: ele não deveria ser muito duro, muito complicado como o de Tucídides. Disso resultou, como em Dionísio, uma hesitação na análise ou, antes, um dilema que se instaurou. Era possível aceitar a epistemologia de Tucídides, subordinar tudo à exigência da verdade, à obrigação de relatar “a verdade do que aconteceu”, sem admirar e, muito menos, gostar do seu estilo. Foi sobre esse distanciamento que repousou – de acordo com a hipótese aqui defendida – uma parte da escolha dos Modernos em seu favor. A exigência moderna da verdade podia e devia se despojar de todos os artifícios do estilo. O que aparecia aqui, desde as escolhas de Dionísio e Luciano, eram as regras da história positiva: “A tarefa única do historiador é narrar os fatos como eles se passaram (*hôs eprakhthè eipein*)”.¹¹

42. Tucídides, portanto, teve razão quando postulou o princípio da história e distinguiu uma maneira boa e uma ruim de escrevê-la, inspirado nisso pela grande admiração que tinha por Heródoto, admiração tal que deu a seus livros o nome de Musas. Ele declarou erguer um monumento eterno e não um objeto de ostentação para o momento presente, repudiar as fábulas e querer deixar para a posteridade o relato verdadeiro dos acontecimentos (*tèn alètheian tôn gegenèmenôn*). Falou, em seguida, de sua utilidade e do objetivo que um homem sensato deveria atribuir à história: caso acontecimentos semelhantes se repetissem, seria possível, dizia, reportando-se àqueles que foram relatados anteriormente, tirar um bom proveito dos acontecimentos presentes.

43. O historiador que compartilha essa maneira de ver é aquele de que preciso. Quanto ao estilo e à força da expressão, não quero que, para iniciar seu trabalho, ele se tenha preparado muito para esse estilo violento, mordaz, constantemente, periódico, para essas argumentações tortuosas e para a todas as finezas da retórica. Peço-lhe disposições mais serenas, um pensamento culto e sucinto, uma dicção clara e apropriada às circunstâncias, feita para expor o assunto com toda a nitidez desejável. (LUCIANO *Como se deve escrever a História*, pp. 42-43)

A tradição que vai de Cícero a Luciano é, portanto, muito matizada a respeito do estilo de Tucídides. Ela se prolonga nos Modernos, tal como vimos, no século XVII, com Perrot d’Ablancourt e Rapin e, depois, com Mably às vésperas da Revolução Francesa. Nos anos 1820, enquanto se instalavam os fundamentos da *altertumswissenschaft*, a historiografia francesa ainda não tinha renunciado a abordar a “questão tucidiana” segundo essa tradição – o que não é de espantar –, como demonstra o curso que Daunou deu no *Collège de France* (de 1819 a 1830):

¹¹ Luciano, 39, bem como 42, 47, 49, 51, à semelhança de Tucídides II, 48, 3.

Dentre as relações originais, há aquelas em que o traço e a beleza de suas formas as situam entre as grandes produções da arte escrita. Assim, são as obras de Tucídides sobre a guerra do Peloponeso, de Xenofonte sobre a expedição de Ciro, o Jovem, os comentários de César sobre a guerra Gálica, o relato da conjuração de Catilina por Salústio e as descrições dos livros de Tácito que abrangem acontecimentos ocorridos quando ele vivia (DAUNOU 1842, t. VII, p. XXX).

Não se tratava, todavia, de considerar que a obra histórica devesse ser, acima de tudo, uma obra-prima da prosa, nem de confundir historiografia e belas-letas. Daunou, estabelecendo a lista das "relações originais", quis destacar a superioridade de certos relatos históricos. Tratava-se daqueles em que o próprio autor foi protagonista ou observador dos acontecimentos – é o grande princípio da *autopsia* –, e, por essa razão, produziu-se uma adequação perfeita entre o conteúdo e o estilo, entre os fatos e as palavras.

Constata-se assim que a tradição relacionada à obra de Tucídides não era monolítica e que o historiador ateniense fez sua entrada, no século XIX, munido de interpretações que continham algumas das virtualidades fundadoras das grandes escolhas historiográficas desse período. Que escolhas foram essas que os Modernos, para construírem a história como "ciência", *wissenschaft*, recorreram às prescrições do método de um Antigo e ao peso da herança que acompanhava as leituras feitas de sua obra? Nossa intenção não é fazer um balanço dos numerosos estudos nessa área, mas propor algumas hipóteses.

119

2. A história como ciência: pontos de encontro com Tucídides

Desde o começo do século XIX, Tucídides foi lido, com muita atenção, como historiador político, pelos fundadores da universidade de Berlim, particularmente, por Niebuhr, que, por sua vez, influenciou Ranke e o aluno deste, Wilhelm Roscher, autor de um livro importante, *Leben, Werk und Zeitalter des Thukydides*, publicado em Göttingen em 1842. Para esses eruditos, "Tucídides foi o historiador de Atenas na época de Péricles" (ROSCHER 1842, prefácio, p. X), amante da verdade (TUCÍDIDES I, 20, 3; 22, 1.), dessa forma, superior em rigor e em exatidão, a *akribeia* (*Idem*, I, 22, 1 ; 22, 3). Talvez, ele fosse, mais ainda, o fundador de uma história contemporânea, antes de tudo política, que esclarecia os desafios do seu presente. Assim, Eduard Meyer pronunciou, em 15 de outubro de 1919, menos de um ano após o fim da Primeira Guerra Mundial, um discurso intitulado "Preussen und Athen". Arnaldo Momigliano notou, com perspicácia, que "Meyer se sentia como o Tucídides de uma Atenas vencida e Luciano Canfora mostrou, a respeito do mesmo discurso, que "à paz imposta a Atenas em 404 se sobrepujam a imagem e a experiência da rude paz de Versalhes" (Cf. SILVESTRE 1994, p. 341). Esses elementos eram bem conhecidos e foram destacados por obras importantes. Pensamos, particularmente, em *Tucidide nella storiografia moderna*, do qual foram extraídos os textos e as referências que acabamos de mencionar.

Preferimos destacar dois elementos de encontro entre Tucídides e a ciência alemã da Antiguidade, quando ela é pensada, simultaneamente, como ciência da

história em geral. O primeiro ponto diz respeito à autonomia da obra histórica, ligada à questão da escrita. Afirmando, de início, que seu primeiro gesto consistiu em “reunir por escrito (*xunegrapse*) a guerra dos peloponésios e dos atenienses”, Tucídides introduziu uma mudança radical em relação aos dois predecessores de que se apresentava como rival: Homero e Heródoto. Para Tucídides, não se tratava, somente, de mostrar que *sua* guerra era “maior” do que aquelas “do período anterior e das épocas mais antigas ainda”, isto é, as guerras Médicas e a guerra de Troia (TUCÍDIDES I, 1, 2). Com Tucídides, o importante não era, ou não era somente, a preservação do passado ou o passado na medida em que era preservado, de modo “que ele não desapareça com o tempo”, assim como também estabelecia o projeto de Heródoto desde a primeira frase de sua obra. O que merecia ser preservado era a obra histórica mesma, em razão do próprio fato de que foi escrita. Uma vez que o passado precisava da mediação do escrito para permanecer nas memórias, era a obra escrita que devia, em primeiro lugar, ser preservada. E, por isso mesmo, ela se tornaria um instrumento de inteligibilidade transmitido às gerações futuras, a fim de que essas pudessem compreender melhor o seu presente. Era por ser escrita que a obra tornar-se-ia um “conhecimento adquirido para sempre”. Disso resultava a escolha e a afirmação de Tucídides, na primeira frase de sua obra, que anunciava o *ktèma es aiei*. O “sempre” (*aiei*) envolvia a obra que “Tucídides de Atenas” escreve e destacava a ruptura com os registros anteriores de discurso. O que deveria subsistir “para sempre”, em sua autonomia, em sua completude, não eram mais as façanhas e os grandes feitos, os *erga*, dos heróis da epopeia; tampouco, eram os “acontecimentos (*genomena*) que sobrevêm através dos homens” (HERODOTO 1, 1) em Heródoto, ambos dependentes de uma forma de renome, de “glória”, de *kleos*. O que permanecia, mesclada com a escrita, era a obra histórica, designada como *ktèma*, como um “conhecimento adquirido”, resultado do conjunto das operações intelectuais que redundaram na obra escrita, essa obra que valia “para sempre”, “a guerra dos peloponésios e dos atenienses”. O acontecimento desaparecia por trás da obra, na obra.

Autonomia da obra histórica mesclada com a operação da escrita:¹² esse foi o aporte maior de Tucídides, exposto, imposto desde sua primeira frase (LORAUX 1986, pp. 139-161). E eis uma das razões – essa era essencial – pelas quais a universidade alemã conservou Tucídides, e não Heródoto, como pai e sustentáculo de uma ciência que iria produzir monumentos da historiografia, “catedrais de prosa” histórica. A instituição do “seminário” mereceria ser analisada nesse sentido.

O segundo ponto de encontro essencial, na nossa opinião, diz respeito à dimensão “política” da operação tucidiana. Recusando inscrever-se, no sentido da *historiè* de Heródoto, e, portanto, não desejando limitar-se nem aos “acontecimentos

¹² Existe uma escrita da história, uma “historiografia”, que faz agora parte, com Tucídides, do que Michel de Certeau nomeou de “operação historiográfica”, ou seja, o conjunto do processo histórico em sua própria elaboração.

que sobrevêm do comportamento dos homens”, versão ampla do projeto, nem “às pólis dos homens”, versão mais restrita, Tucídides destacou que não tinha por ambição fazer história, mas, na realidade, transformar o caso exemplar “da guerra dos peloponésios e atenienses” em ferramenta de ciência política para a direção das pólis. Seu objetivo era fazer da história de um conflito uma ferramenta para o futuro e, portanto, para o “historiador” continuar a agir por esse meio. Foi isso também o que descobriram todos os grandes especialistas da Antiguidade no século XIX. Para Niebhur, Droysen, Mommsen, a história era um instrumento de inteligibilidade do presente e fazer história era fazer política, era agir no presente, para o presente. Disso, Tucídides foi o modelo. Tucídides era um Antigo... moderno!

Tucídides era um historiador do presente, um historiador político, um historiador de um rigor sem igual, imposto pelos métodos de escrita e, desde sua origem grega, pelas regras da escrita em prosa. Tucídides era idealista, construtor da operação historiográfica. Esses pontos de convergência com a ciência histórica alemã inscreveram-se, também, no interior da história da relação privilegiada que os alemães, pelo menos desde Winckelmann, pensaram manter com a Grécia antiga. O lugar que ocupou Tucídides na constituição da história como ciência, na universidade prussiana, depois em toda Europa, deveria, igualmente, ser analisado como parte do que se chamou de “mito greco-alemão”. Seria preciso então recomeçar das palavras de Niebuhr: “A Grécia é a Alemanha da Antiguidade”. Em outros termos, Tucídides, revisitado assim pelos Modernos, teria ainda seu lugar entre os Antigos?

Referências Bibliográficas

AROUET, François Marie (VOLTAIRE). Histoire. **Encyclopédie**, t. VIII, 1765, p. 220-230.

_____. **Oeuvres complètes**, Paris, Garnier, 1878.

BRAVO, Benedetto. **Philologie, histoire, philosophie de l’histoire: étude sur J. G. Droysen historien de l’Antiquité**, 1968, rééd. Hildesheim, Georg Olms, 1988.

CREUZER, Georg Friedrich. **Die historische Kunst der Grieschen in ihrer Entstehung und Fortbildung**. Leipzig, G. J. Göschen, 1803, 2ème éd. 1845.

D’ABLANCOURT, Nicolas Perrot. Préface. In **L’Histoire de Thucydide, de la guerre du Péloponnèse, continuée par Xénophon**. Paris: A. Courbé, 1662.

DAUNOU, Pierre Claude François. **Cours d’études historiques**. T. VII. Paris: Didot, 1842.

GRELL, Chantal. **L’Histoire entre Érudition et Philosophie: étude sur la Connaissance Historique à l’Age des Lumières**. Paris: PUF, 1993.

- HORNBLOWER, Simon. The Fourth-century and Hellenistic Reception of Thucydides. **Journal of Hellenic Studies**, 115, 2, 1995, p. 47-68.
- KRIEGEL, B. **Les historiens et la monarchie**. Paris: P.U.F., 1988, rééd. coll. "Quadrige", 1996, sob o título : *L'histoire à l'Âge classique*, 3. Les Académies de l'histoire, p. 98-100.
- LORAU, Nicole. Thucydide a écrit la guerre du Péloponnèse. **Mètis**, I, 1, 1986, p. 139-161.
- MABLY, Gabriel Bonnot de. **De la manière d'écrire l'histoire**. Paris: Desbriere, 1782.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. L'histoire ancienne et l'Antiquaire. In _____. **Problèmes d'historiographie ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983, p. 244-293.
- MONOD, Gabriel. Les études historiques en France. **Revue internationale de l'enseignement**, XVIII, 1889.
- NIPPERDEY, Thomas. **Réflexions sur l'histoire allemande**. Paris, Gallimard, 1992.
- ROLLIN, Charles. **Œuvres complètes**: nouvelle édition accompagnée d'observations et d'éclaircissements historiques par M. Letronne. Paris: Firmin Didot, 1821-1825, vol. I-XII. (citado na reedição de 1846, em 10 volumes)
- _____. **Traité des études**. Paris: J. Estienne, 1726-1728.
- ROSCHER, Wilhelm. **Leben, Werk und Zeitalter des Thukydides**. Göttingen. 1842.
- SILVESTRE, Maria Luisa. I discorsi in Tucidide, uno stratagemma storico-politico. In _____. **B. G. Niebuhr – L. v. Ranke – W. Roscher – E. Meyer: Tucidide nella storiografia moderna**. A cura di C. Montepaone, G. Imbruglia, M. Catarzi, M. L. Silvestri. Napoli, Morando Editore, 1994.

Proceso de configuración del campo historiográfico uruguayo

Configuration process of the Uruguayan historiographical field

Tomás Sansón Corbo

Professor

Universidad de la República

slbt@hotmail.com

Magallanes 1577

C.P.: 11.200 - Montevideo

Uruguai

Resumen

La configuración del campo historiográfico uruguayo fue lenta. Comenzó a definirse a mediados del siglo XX cuando se establecieron centros de formación y profesionalización como la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Universidad de la República (1945) y el Instituto de Profesores Artigas (1949). Sus antecedentes se remontan al período de la modernización y estuvieron articulados en un difuso espacio transnacional, rioplatense, pautado por una intensa interacción de autores y corrientes que generaron relatos fundantes y mitemas identitarios de carácter nacionalista. Los objetivos de este artículo son analizar sus antecedentes, su proceso de consolidación e identificar sus características particulares.

123 Palabras-clave

Historiografía; Campo historiográfico; Uruguay.

Abstract

The configuration process of the Uruguayan historiographical field was slow. It began to be defined by the middle of XXth century when education and professionalization centers like the Faculty of Humanities and Sciences of the University of the Republic (1945) and the Institute of Professors Artigas (1949) were established. The backgrounds go back to the period of modernization and were articulated in a diffuse transnational space, of Rio de la Plata area, conditioned by the guidelines provided by an intense interaction among authors and currents which generated founding stories and identity mythemes of nationalist character. The objectives of this article are to analyze its records, its consolidation process, and to identify its particular characteristics.

Keyword

Historiography; Historiography field; Uruguay.

Enviado em: 3/12/2010

Aprovado em 21/2/2011

Hasta mediados del siglo XX, no existió en Uruguay un campo historiográfico. No se dieron las condiciones necesarias para viabilizar un ámbito autónomo y específico de investigación y producción, estructurado en base a relaciones de competencia y complementariedad entre agentes aislados (los historiadores) o sistemas de agentes (corrientes historiográficas, academias, cenáculos). La indagatoria respecto del pretérito estuvo condicionada y estimulada desde el Estado, limitando las competencias por la hegemonía y validación entre los agentes. No obstante, a partir del nacimiento de la República independiente (1830) comenzó un largo, pero sostenido, proceso de evolución de los estudios y la investigación histórica. Paulatinamente, fueron dándose condiciones favorables para lograr su autonomía, viabilizando el "juego" entre sus agentes – a efectos de conquistar, legitimar, y conservar posiciones hegemónicas en función del "capital" detentado (económico, social, cultural y/o simbólico) – y normalizando el acceso, acción, permanencia y exclusión del campo de acuerdo a reglas definidas por los propios agentes, según su posición (dominadores o dominados) y "peso funcional" (autoridad [poder]) (BOURDIEU 2002, p. 10 et seq.).

Los estudios y la investigación histórica en Uruguay: antecedentes

La situación del Estado Oriental a partir de 1830, fecha de la Jura de la Constitución, fue problemática debido a diversos factores –guerras civiles, economía monoprodutora, soberanía condicionada por la influencia de las parcialidades políticas (-"partidos") de Argentina y la absoluta indefinición de las fronteras territoriales con Brasil, entre otros- que afectaron su estabilidad política y su soberanía, pautando una existencia exclusivamente nominal y jurídica.

En la primera década de vida independiente, surgieron dos "bandos" político-militares, el "Blanco" (posteriormente denominado también "Partido Nacional") y el "Colorado", que serían protagonistas de los grandes conflictos civiles. El más importante fue la Guerra Grande (1839-1851), una confrontación que adquirió dimensiones internacionales y dejó al país postrado económicamente, con miles de víctimas y enconados rencores. Los gobiernos posteriores, particularmente el de Bernardo Berro (1860-1864), procuraron afirmar la soberanía y lograr estabilidad. Estos ensayos se frustraron por la revolución del general colorado Venancio Flores que, con el apoyo de Argentina y Brasil, tomó el poder en 1865.

En un contexto como el referido, no se dieron condiciones favorables para el surgimiento del conocimiento histórico. La crónica, en sus diferentes modalidades (memorialista, narrativa, erudita y costumbrista) fue el estilo de producción dominante (ODDONE 1959, p. 5). Se destacaron autores como Francisco Acuña de Figueroa, Dámaso Antonio Larrañaga, Juan Manuel de la Sota (cuyos trabajos, descriptivos y cronológicos, constituyen una etapa proto-historiográfica) que no fueron historiadores *stricto sensu*, sino "intelectuales", en el sentido más genérico de la expresión (poetas, novelistas, periodistas,

abogados, políticos), que procuraron establecer límites precisos y rasgos específicos a la República. Estuvieron al servicio de los poderes en pugna y, por tanto, mediatizados en su labor. Las condiciones de producción en Uruguay eran muy similares a las de Argentina y ambas, a su vez, contrastaron nítidamente con otras realidades como las de Chile y Brasil (cf. WASSERMAN 2008, p. 25). Los autores de ambas márgenes del Plata estaban condicionados por requerimientos societales y éticos análogos y relacionados por circuitos de intercambio cultural. Conformaron una comunidad intelectual que superaba las fronteras territoriales y que denominamos *espacio historiográfico rioplatense*: ámbito multidimensional y dinámico de geografías y campos en proceso de autonomización. Inicialmente, circunscripto al cerno originante de las capitales del Plata (Montevideo-Buenos Aires), creció en círculos concéntricos, incorporando historiadores provinciales. Generó condiciones de interacción y complementariedad entre autores, posibilitó préstamos hermenéuticos y heurísticos, y articulación de proyectos compartidos.

La disciplina surgió y se desarrolló al influjo de las demandas sociales (creación de vínculos cohesivos y consensos aglutinadores capaces de superar el caos postindependentista), y las necesidades éticas (derivadas de las dificultades de organización institucional), que requirieron del conocimiento del pasado. Cumplió un rol decisivo en la formación de la conciencia nacional. Factores diversos (dinámica de los circuitos de intercambio, surgimiento de instancias de profesionalización, disparidad de recursos, entre otros) determinaron que el eje original se fuera diversificando y, respondiendo a una lógica de autonomización fragmentada, surgiera una nueva "territorialidad": los campos historiográficos argentino y uruguayo.

El exilio montevideano de intelectuales contrarios a Rosas, durante la Guerra Grande, permitió gestar amistades y redes de intercambio – como la de Bartolomé Mitre y Juan Andrés Lamas – en torno a las cuales se articularon sinergias que viabilizarían la investigación en clave dialógica.

La búsqueda, selección y publicación de repertorios heurísticos – *Colección de obras y documentos relativos a la Historia Antigua y Moderna de las provincias del Río de La Plata* (Buenos Aires, 1836-1837, seis tomos) de Pedro de Angelis, la *Biblioteca de El Comercio del Plata* (Montevideo, 1845-1851, once tomos) – se transformó en requisito fundamental de toda indagación.

Los tempranos intentos de creación de instituciones o centros de formación especializada no prosperaron. Tanto el Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay (1843), como el Instituto Histórico y Geográfico del Río de la Plata (Buenos Aires, 1854), inspirados en el Instituto Histórico y Geográfico de Rio de Janeiro (1838) tuvieron corta vida.

Desde el punto de vista geopolítico la situación de los Estados rioplatenses era muy compleja debido a los problemas suscitados por las luchas partidarias, indefiniciones fronterizas, y los intereses de las potencias europeas. La Guerra de la Triple Alianza (1865-1870) fue el trágico resultado de estas contradicciones. La derrota de Paraguay consolidó la balcanización platense aventando cualquier

proyecto de reunificación de los territorios que conformaron el Virreinato del Río de la Plata. Las oligarquías gobernantes debieron asumir el desafío de generar referentes identitarios¹. Comenzó entonces la efectiva "nacionalización" de los destinos de cada Estado y la fragmentación del espacio historiográfico rioplatense. Este proceso se operó en Uruguay, durante la denominada "modernización", entre las décadas de 1860 y de 1920. Este período estuvo caracterizado por una transformación profunda de las estructuras económicas, sociales, culturales y políticas. Se articuló de acuerdo a dos modelos: el agro-exportador y el urbano-industrial.

El modelo agro-exportador fue impulsado por una nueva clase de estancieros que concebían su actividad con criterio empresarial, y estaban dispuestos a terminar con las continuas revoluciones. Por tal razón apoyaron el ascenso del ejército al poder (1876). Durante el "militarismo", se produjeron diversas transformaciones (extensión de las vías férreas, alambramiento de los campos, mestizaje del ganado, reforma educativa, fortalecimiento del ejército) que contribuyeron a cambiar la fisonomía del país y consolidar el poder estatal.

El modelo urbano-industrial evolucionó a partir de 1886 al amparo de la débil burguesía industrial y se instrumentó fuertemente durante el período batllista (cf. ZUBILLAGA-CAYOTA 1988, pp. 37-39). José Batlle y Ordoñez, líder del partido colorado y actor político fundamental de las tres primeras décadas del siglo XX, fue Presidente de la República en dos oportunidades (1903-1907 y 1911-1915). Enfrentó y derrotó en 1904 la revolución del caudillo blanco Aparicio Saravia, última guerra civil en la historia del país. Procuró afianzar las instituciones democráticas, desarrollar la educación y crear una legislación social avanzada para la época.

Contemporáneamente a la modernización Uruguay experimentó un proceso de secularización, pautado por la creación de leyes como las de Registro de Estado Civil (1879) y Matrimonio Civil Obligatorio (1885) entre otras, que erosionó la influencia social de la Iglesia. Durante el mismo se habría generado, de acuerdo a la teoría de Anderson, un "tiempo homogéneo vacío" (ANDERSON 1997) que requirió un referente integrador nuevo. Fue necesario generar un imaginario colectivo aglutinador, definir mitos y símbolos comunes (*conditio sine qua non* para la elaboración de utopías posibles). Para concretar su objetivo, el Estado utilizó todos los recursos que tenía a su disposición. En pro del mismo laboraron, intelectuales, políticos y artistas; las temáticas y morfologías de sus producciones resultan ilustrativas de los juegos de influencias mutuas y de las homologías estructurantes que se dieron. La estructura significativa de sus obras, es decir su coherencia interna, constituye (siguiendo a Lucien Goldmann) una síntesis

¹ En este sentido, resultan muy interesantes las opiniones de Luc Capdevilla en cuanto la significación del conflicto: "Condujo a estabilizar la geopolítica regional, fijando el sistema de fronteras y haciendo de Asunción el vasallo económico de Buenos Aires"; marcó "el final del sistema geopolítico regional impulsado por el movimiento de las independencias, tomando por ciertas las formas de una regionalización de las guerras civiles del Plata. La Guerra de la Triple Alianza es por lo tanto parte constitutiva de la construcción de los estados-nación emergentes [...], una etapa importante en las estructuración de las identidades nacionales para los cuatro países implicados". (CAPDEVILA 2010, p. 36)

de las estructuras socioeconómicas y culturales en que se produjeron (ALTAMIRANO; SARLO 1977, p. 22). En tal sentido, son representativas las homologías de carácter nacionalista presentes en la narrativa de Eduardo Acevedo Díaz, la poesía de Juan Zorrilla de San Martín, las pinturas de Juan Manuel Blanes, o los libros de historia de Francisco Bauzá.

Los historiadores contribuyeron a dotar de límites cronológicos y, especialmente, sustento racional a las entidades políticas que buscaban vínculos de cohesión para generar condiciones de desarrollo y viabilidad. En cuanto "agentes productores" de bienes culturales (libros) apelaron al "inconsciente cultural" compartido (BOURDIEU 2002, p. 47) para transmitir ciertos mensajes (certidumbres y axiomas nacionalizantes y nacionalizadores) fácilmente decodificables por el público lector que estaba munido de claves interpretativas similares, el *habitus*².

En el caso argentino la filiación de las narraciones de origen (o "ficciones orientadoras", según Nicolás Shumway), debe remitirse a Bartolomé Mitre. En 1854, postuló "la preexistencia de la nación" (ROMERO 1956, p. 241) y, por ende, su integridad e indivisibilidad. Las sucesivas ediciones de sus obras, la producción coetánea de Vicente Fidel López, y las polémicas sostenidas entre ambos, contribuyeron a definir una serie de certidumbres nacionalistas que entronizaron la Revolución y los "Principios de Mayo", a Belgrano y San Martín como pilares de la independencia.

127

Uruguay debió asumir el desafío de crear una constelación mitológica propia para afirmar su viabilidad como entidad independiente. La influencia de la historiografía argentina de matriz unitaria, fuertemente antiartiguista, ralentizó el proceso. Los gobiernos, con matices espaciales y temporales, demandaron y apoyaron la labor de los historiadores "nacionalistas" y anatematizaron a quienes cuestionaron las glorias pretéritas. El sociolecto encrático, discurso propio de los sectores sociales dominantes, administradores de las estructuras de poder (BARTHES 1994)³, operó en pro de la construcción de referentes identitarios. Francisco Bauzá fue uno de sus principales articuladores, tuvo la misión de crear un imaginario social continentador. Elaboró, en la *Historia de la dominación española en Uruguay*, un relato creíble de los orígenes de la nueva nación entendida como "comunidad imaginada".

² Bourdieu lo define como un "sistema de las disposiciones socialmente constituidas que, [...] son el principio generador y unificador del conjunto de las prácticas y de las ideologías características de un grupo de agentes". (BOURDIEU 2002, p. 106; 2001, pp. 239-240) Condiciona el tipo de comportamiento, las "prácticas", asumido por un individuo en un determinado campo. Tiende a producir (y a explicar) las prácticas objetivas de los agentes que participan en el juego y hacen que el campo funcione.

³ El discurso encrático es funcional y operativo a los intereses de los sectores socialmente hegemónicos, pretende imponer sus contenidos a través de los medios con que cuenta el Estado (sistema educativo, prensa, museos, e instituciones públicas en general, entre otros). Es difuso y masificado, difícilmente reconocible, influye en las clases subalternas y contribuye a conformar la opinión pública. El discurso acrático, por contraste, es paradójico pues se enfrenta a la doxa (äüüá), la opinión general, generada por el lenguaje encrático. Ambos sociolectos tienen códigos asumidos por sus adherentes que pautan las formas de expresión y comportamiento; rechazan a los que están fuera y brindan seguridad e identidad a quienes están dentro. Cada uno contiene un lenguaje político.

En relación al problema de la independencia surgieron dos interpretaciones: una nacionalista, defensora de la *tesis independentista clásica* y de Artigas como héroe nacional (Isidoro de María, Francisco Bauzá, Carlos Ma. Ramírez); y otra "disidente" o "unionista" que enfatizaba el carácter integrador y común de las historias de Argentina y Uruguay (Juan Carlos Gómez, Angel Floro Costa, Francisco Berra)⁴. La primera se transformó en "historia oficial" e impuso las certidumbres y los intereses del sociolecto encrático articulando un discurso histórico de carácter netamente performativo⁵: está dotado, en cierta medida, de una "eficacia mágica", sus enunciados constituyen verdaderos "actos de institución", de creación de héroes (San Martín, Artigas), gestas (el "Exodo del Pueblo Oriental", el cruce de los Andes), símbolos, y, en última instancia, de naciones.

Los vínculos de interacción y complementariedad entre los agentes del espacio historiográfico rioplatense comenzaron a desdibujarse sobre fines del siglo XIX. El campo argentino se dinamizó tempranamente y adquirió sus rasgos característicos en las primeras décadas del siglo XX⁶. En Uruguay, el proceso requirió más tiempo.

En las tres primeras décadas del siglo XX, el período batllista, se redefinieron los rasgos de la identidad colectiva de los uruguayos. Las reformas del período obligaron a un replanteo de la cuestión nacional, que encontró una síntesis perdurable en lo que Gerardo Caetano denominó una integración hacia "adentro". Quedó consagrada la existencia de Uruguay como país "solitario" en América Latina (cf. ACHUGAR; CAETANO 1993, p. 85). En la década de 1920, la del "Centenario" de la independencia, este modelo tuvo su apogeo. En 1923 se inauguró el monumento de Artigas en la Plaza Independencia y tuvo lugar el debate parlamentario sobre la fecha de la independencia.

La postergada constitución del campo historiográfico uruguayo puede explicarse por su persistente heteronomía y en virtud de la acción ralentizadora de la corriente historiográfica de mayor predicamento, la "escuela tradicional" o "nacionalista"⁷. Sus principales agentes – Pablo Blanco Acevedo, Eduardo Acevedo,

⁴ Se enfrentaron por primera vez, en 1879, con motivo de la inauguración, en Florida, de un monumento en homenaje a la independencia nacional: Juan Carlos Gómez cuestionó, desde la prensa de Buenos Aires, la independencia oriental y Bauzá le respondió desde las páginas de *La Nación*, argumentando que la independencia fue obtenida por la acción y el esfuerzo de los uruguayos. Estaba formulando las proposiciones centrales de su *Historia de la dominación española en Uruguay*, que se convertirían en versión oficial de la historia uruguaya.

⁵ Los enunciados performativos poseen, según John L. Austin, "la peculiaridad semántica de que con su enunciado no se describe o representa algo, sino que se realiza, es decir, se insta una nueva realidad" (AUSTIN 1955, p. 6). Utilizamos esta categoría prescindiendo parcialmente, de las implicancias estrictamente lingüísticas del mismo, en cuanto que los enunciados (entendidos como axiomas o "verdades" propositivas) que lo conforman "dan existencia a aquello que enuncian" (BOURDIEU 2001, pp. 15-16).

⁶ Existieron mecanismos de formación y legitimación que posibilitaron una dinámica interna y generaron posicionamientos jerárquicos entre los agentes. Aumentó notoriamente la producción bibliográfica y hemerográfica; se fundaron ámbitos institucionales a nivel nacional (Academia de la Historia, 1938) y provincial; surgieron centros superiores de formación para la investigación y la docencia en Historia (Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires, 1896; Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata, 1920). Es de destacar, además, el nacimiento de la Nueva Escuela Histórica (Emilio Ravignani, Ricardo Levene, Rómulo Carbia, entre otros) (cf. DEVOTO; PAGANO 2009, pp. 139 et seq.), corriente de amplio predicamento e implantación institucional, que se presentó como portadora y custodia de un saber objetivo y científico.

⁷ Los autores característicos de esta escuela eran autodidactas, en general abogados que investigaban

y, posteriormente, Juan Pivel Devoto – desatendieron los aspectos teórico-metodológicas de la disciplina y la creación de centros de formación. Poseían, en cuanto “historiadores del Estado”, un importante *peso funcional* que les permitía normalizar el acceso y permanencia al campo en formación. Lo hicieron funcionar en su beneficio. Enquistados en el aparato gubernativo administraron el *capital* que detentaban y establecieron un monopolio en la legitimación el saber y de la actividad historiográfica. Regentearon un conocimiento heterónimo y funcional que anatematizó a los disidentes. Tendieron a la conservación y a la reproducción, mediante definiciones “canónicas”, auto-constituyéndose como un “cuerpo sacerdotal”, guardián de la ortodoxia. Su mayor contribución, para propiciar la constitución del campo, fue la fundación de instituciones que nuclearon a los investigadores y generaron un marco propicio para desarrollar su labor.

En 1915, refundaron el *Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*. Nació como “una entidad privada subsidiada por el Estado con la contrapartida de prestarle asesoramiento en las materias de su especialización” (ZUBILLAGA 2002, p. 91). Sus socios abordaron el pretérito desde una perspectiva vindicativa, etático-nacionalista. Funcionó durante varias décadas cumpliendo fielmente su cometido, pero a mediados de siglo entró en decadencia.

En la década de 1920, se fundaron otras instituciones como el *Instituto de Estudios Superiores*, la *Junta de Historia Nacional*, y la *Sociedad Amigos de la Arqueología*. El fenómeno refleja la necesidad por organizar y canalizar los estudios históricos a efectos de superar el tradicional enfoque individual con que se realizaban hasta entonces. Contribuyeron de forma significativa, por un fenómeno de acumulación de masa crítica y de experiencias académicas, a la definición del campo.

La muerte de José Batlle y Ordoñez se produjo, en 1929, año de la crisis económica que sacudió los cimientos del capitalismo. A consecuencia de la misma, Uruguay sufrió una fuerte retracción en todos los niveles.

A nivel político, comenzaron a plantearse proyectos de reforma constitucional (en virtud de la aparente inoperancia del Poder Ejecutivo colegiado, implantado en la Constitución de 1917, para enfrentar la situación) impulsados por Presidente Gabriel Terra. Las dificultades para concretar las modificaciones referidas lo llevaron a dar un golpe de Estado (31 de marzo de 1933) con el apoyo del sector herrerista del Partido Nacional. La dictadura se prolongó hasta 1938 y estuvo institucionalmente sostenida por la constitución de 1934⁸.

El 27 de marzo de 1938, hubo elecciones en las que no participaron los opositores al régimen. Fue electo Presidente Alfredo Baldomir, cuñado de Terra y

por afición y como actividad sucedánea. Tomaron como objeto de estudio la historia nacional seccionada de la región y del mundo, dándole al acaecer comarcal una relevancia superlativa y explicable por sí misma. Contribuyeron a definir el “panteón” del imaginario colectivo patriótico y a establecer las fiestas paralitúrgicas correspondientes.

⁸ El Poder Legislativo sufrió un cambio significativo que afectó la composición del Senado: estaría integrado por 30 miembros, 15 por la lista más votada del partido ganador y otros 15 por la lista más votada de la minoría mayor, es decir, del grupo mayoritario del partido perdedor.

perteneciente a su fracción política. Baldomir, para sorpresa de muchos, no fue el continuador del terrismo. Su principal sostén, el sector herrerista del partido nacional, se pronunció, en los años de la Segunda Guerra Mundial, a favor de una posición neutral lo que le restó apoyo popular. El 21 de febrero de 1942, a un mes de las elecciones, Baldomir disolvió el Parlamento, convocó a elecciones generales el 29 de noviembre y plebiscitó una nueva constitución que destruía el sistema terrista. Los comicios los ganó Juan José de Amézaga, colorado que tuvo el respaldo de baldomiristas y batllistas. Fue un gobierno de transición que creó las condiciones para el retorno del batllismo al poder, en el marco de una nueva etapa de prosperidad económica. En ese contexto se dieron condiciones propicias para la configuración del campo historiográfico, fundamentalmente gracias a la fundación de dos instituciones como la Facultad de Humanidades y Ciencias (en adelante FHC) (1945) y del Instituto de Profesores Artigas (en adelante IPA) (1949), que contribuyeron a profesionalizar el ejercicio de la disciplina viabilizando la formación técnica y metodológica de los investigadores.

Surgimiento y consolidación del campo historiográfico

Entre las décadas de 1940 y 1950, Uruguay experimentó un período de bonanza económica debido a las exportaciones de carne y lana⁹. Sobre esta prosperidad coyuntural fundó su hegemonía el "neobatllismo" (1947-1958), movimiento del partido colorado liderado por Luis Batlle Berres, sobrino de José Batlle y Ordoñez. Sus medidas en pro de la industrialización generaron un importante apoyo del proletariado, la clase media y la burguesía industrial. Impulsó una reforma constitucional que fue aprobada por la ciudadanía y entró en vigencia en 1952; una de sus principales innovaciones fue reimplantar el Poder Ejecutivo colegiado.

En este contexto favorable (estimulado por el fenómeno nada desdeñable, en el plano del imaginario, de los éxitos deportivos, particularmente la obtención del campeonato del mundo por la selección uruguaya en 1950) se produjo la creación de la FHC y del IPA, instituciones que contribuyeron a transformar las características y las condiciones de producción historiográfica. Comenzó una verdadera renovación y *aggiornamento* de la disciplina gracias a: la incorporación de docentes extranjeros (que facilitaron el relacionamiento de historiadores uruguayos con sus pares de otras partes del mundo); la articulación de redes que permitieron superar el provincianismo académico; la inclusión de nuevos temas y problemas en la agenda de investigación; el adiestramiento en técnicas de la Historia; el desarrollo de la reflexión epistemológica.

Los referentes del sociolecto encrático no contemplaron pasivamente la pérdida de su larga hegemonía. La corriente tradicional se abroqueló en el Museo Histórico Nacional. Bajo la orientación de Juan Pivel Devoto se conformó un grupo de trabajo muy compacto que representó el cenit de la historiografía nacionalista. La *Revista Histórica* canalizó los productos de sus indagaciones.

⁹ La memoria popular conservó expresiones paradigmáticas que reflejan el estado de ánimo general y una mentalidad autocomplaciente: la "Suiza de América", la "Atenas del Plata", entre otras.

Pivel se transformó en una especie de “sumo sacerdote de la nación”, consagrado a glorificar la patria y sus héroes. En 1985, el Senador Guillermo García Costa, relató en el Senado una anécdota muy ilustrativa:

Se ha hablado de la profundidad de sus estudios, de sus grandes conocimientos y de su alta imparcialidad; pero yo quiero contar una anécdota que habla del Pivel uruguayo [...]. Sucedió en una de esas tantas circunstancias que se viven en la vida política en que se profieren juicios contra personalidades históricas [...]. En esa oportunidad alguien recurrió a Pivel y le dijo: ‘Profesor, de esto usted debe tener documentación [...]’. Entonces Pivel le contestó con una frase muy hermosa respecto de la cual alguien puede opinar que no pertenece a un historiador impecable; pero la rescato como la de un patriota impecable. Le dijo: ‘Yo no estoy dispuesto a dar elementos que socaven a los grandes héroes que han contribuido a crear la nacionalidad. Todos tuvieron sus momentos de flaqueza [...] pero creo que lo que al país le interesa es rescatar lo que de noble y magnífico hay en los creadores de la nacionalidad y de los Partidos, es decir, los que contribuyeron a hacer la patria. De esos elementos no doy datos aunque los conozca.’ [...] Estos conceptos quedaron muy grabados en mi mente porque me conmovieron, ya que contribuyeron a crear la Patria y pienso que es importante que estas naciones nuevas tengan un sentimiento de reverencia para quienes hicieron mucho, aunque a veces hayan flaqueado. (GARCIA COSTA 1985, p. 3)

131

El hecho reseñado refleja la significación de Pivel y su trabajo para un sector importante del espectro político e ideológico. Pone en evidencia, además, una concepción heterónoma y utilitaria de la historia. Estaban dadas las condiciones para la emergencia de uno de los fenómenos característicos, constituyentes y dinamizadores, del campo historiográfico: la competencia por preeminencia epistemológica (criterios de validación y reconocimiento de/sobre los pares y sus producciones) y funcional (control de los mecanismos de acceso a cargos, financiamiento y ediciones).

La fundación de dos instituciones de formación con perfiles distintos – de profesores de enseñanza media uno (IPA), de investigadores el otro (FHC) –, determinó que la titulación académica se convirtiera en requisito de reconocimiento profesional. Este mecanismo de validación endógena favoreció la autonomía del conocimiento histórico y, por ende, la definición de su campo específico. Desde entonces aumentaron los requisitos de ingreso. Se incrementó el “juego” entre los agentes (autores/instituciones) por la legitimación de convicciones y posiciones, especialmente a partir de la designación de Pivel como docente del IPA (1951).

La estructura del campo tendía a la conservación, pero las “luchas” lo transformaron lenta y paulatinamente. Los referentes de diversas tendencias pudieran formalizar su magisterio e influir sobre potenciales discípulos que pujarían por puestos laborales y preeminencia en las interpretaciones del pretérito¹⁰. Nuevas generaciones de historiadores formados en la FHC y en el IPA,

¹⁰ La propia existencia de centros tan distintos provocó enfrentamientos que se prolongan hasta el presente. La disputa estuvo centrada en el acceso a los cargos docentes en Secundaria. Los egresados del IPA se arrogaron la exclusividad en función de la formación pedagógica que recibían. Más allá de

disputaron y compitieron por la legitimidad intelectual, tanto en el plano teórico-metodológico, como en el más concreto de acceso a cargos académicos, de gestión cultural, o por fondos de financiamiento de investigaciones.

La FHC fue concebida originalmente por su impulsor, el filósofo Carlos Vaz Ferreira, como una institución destinada a estimular la docencia y la investigación en las disciplinas humanísticas y científicas. En 1947, el historiador argentino Emilio Ravignani fue designado Director del *Instituto de Investigaciones Históricas* de la misma. Contaba con un sólido prestigio originado en su labor al frente del *Instituto de Investigaciones Históricas* de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. Tanto los criterios que guiaron la fundación de la Facultad, como el nombramiento de Ravignani, generaron duras controversias. Estas tensiones resultarían decisivas para la profesionalización de la disciplina y marcaron una cesura de su tradicional servidumbre estatal-legitimante y convalidadora de referentes nacionalistas.

La designación de Ravignani motivó protestas en el Parlamento y la prensa. Se cuestionó el hecho de confiar a un extranjero (un "porteño") el estudio del pasado nacional. Las críticas tenían un tono nacionalista agresivo y estaban formuladas principalmente, aunque no sólo, por adherentes al partido blanco. Deben contextualizarse en el ambiente de confrontación ideológica imperante en la época y en el marco de sospechas de cierto filofranquismo de Pivel Devoto (cf. ZUBILLAGA 2002, pp. 76-83).

La gestión de Ravignani (1947-1954) renovó las prácticas tradicionales. Fomentó la instalación de "delegaciones" del *Instituto de Investigaciones Históricas* en Buenos Aires, Sevilla, Londres y París, con el objeto de relevar documentación custodiada en repositorios de esas ciudades; estableció relaciones epistolares con centros académicos de Europa, Estados Unidos y América Latina, a efectos de fomentar el canje de publicaciones; propuso un plan editorial para canalizar la publicación de fuentes.

Desde el punto de vista epistemológico, el principal aporte de la FHC fue establecer programas y proyectos de investigación abiertos a indagatorias y contrastaciones empíricas, sin preconceptos ni hipótesis previas.

Otro artífice de la transformación fue José Luis Romero, también argentino. En 1949, fue designado docente de dos materias claves de la Licenciatura como *Introducción a los Estudios Históricos y Filosofía de la Historia*. Contribuyó a superar el modelo neopositivista vigente y propiciar un acercamiento del "estudiantado de Historia a la teoría del conocimiento, sorteando de tal modo el escollo generalizado de una enseñanza que oscilaba ente lo puramente fáctico

los fundamentos esgrimidos, la exclusión de los universitarios de la posibilidad de dictar clase en los liceos oficiales está vinculada a la autonomía técnica y de pensamiento adquirida durante los años de su formación. El Estado no podía tolerar perder influencia sobre la educación en escuelas y liceos. Todavía en la actualidad, la mayoría de los integrantes de los Consejos de Enseñanza Primaria y Secundaria son nombrados por el Poder Ejecutivo, lo que le permite un cierto control tanto en el reclutamiento y formación del profesorado, elaboración de planes, y establecimiento de los mecanismos de acceso a los cargos docentes de los egresados del IPA. De esta forma se pretendía asegurar la perpetuación, en la historiografía didascálica, de los contenidos esenciales del discurso nacionalista, autoconvalidador de la hegemonía detentada por los sectores dominantes en la administración estatal.

y la interpretación 'impresionista' del pasado". (ZUBILLAGA 2002, p. 183) A partir de 1952, su labor estuvo centrada en el *Seminario de Historia de la Cultura*, espacio académico renovador, que estimuló el acercamiento de los estudiantes a las fuentes originales de conocimiento y la reflexión crítica sobre las mismas. El *Seminario* dio lugar, en 1962, a la creación de la *Sección Historia de la Cultura*, dirigida honorariamente por Romero quien realizaba periódicas visitas a Montevideo. Bajo su orientación se formaron historiadores de la talla de Juan Antonio Oddone y Gustavo Beyhaut.

Una de las oportunidades en que la competencia por la hegemonía se pudo visualizar de manera más clara fue en ocasión de la puja por la dirección del *Instituto de Investigaciones Históricas*, abierta, en 1954, con motivo de la muerte de Ravignani. En el diario *El Día* se cuestionó la "entrega" que la Universidad había realizado de los estudios de historia nacional en manos de un extranjero, y se proponía establecer una dirección colegiada, integrada por historiadores uruguayos. Carlos Zubillaga sugiere que esta prédica pudo haber sido estimulada por Pivel y ciertos "núcleos opuestos a Jiménez de Aréchaga, Petit Muñoz, Narancio y Traibel" (ZUBILLAGA 2002, p. 178), destacados miembros del Instituto.

Mientras se producían los eventos referidos, la situación del país estaba cambiando. A mediados de la década de 1950 comenzaron a experimentarse los primeros síntomas de una crisis de carácter estructural. La nueva coyuntura internacional, derivada de la reconstrucción de Europa y la disminución de los precios internacionales de las materias primas, provocó una contracción de la economía generando cierre de fábricas, desocupación e inflación. El gobierno intentó aplicar medidas paliativas, pero fracasó. La sociedad, en sus distintos estamentos, reaccionó en defensa de sus intereses.

En los comicios de 1958 triunfó el Partido Nacional, luego de 93 años de estar fuera del gobierno, gracias al apoyo electoral de sectores ruralistas que se sintieron perjudicados por la política económica del neobatllismo. Durante su gobierno (1959-1967), los blancos no lograron revertir la crisis. El descontento y la conflictividad social aumentaron exponencialmente.

Había un sentimiento popular sobre la inutilidad del Poder Ejecutivo colegiado para solucionar los problemas. Una reforma constitucional, plebiscitada en 1966, reimplantó el Poder Ejecutivo unipersonal. En los comicios generales de ese año ganó el general Oscar Gestido, candidato del partido colorado. Su gobierno duró pocos meses pues falleció el 6 de diciembre de 1967, lo sucedió el vicepresidente, Jorge Pacheco Areco (1967-1972). Pacheco ejerció un gobierno autoritario y represivo que polarizó a la sociedad.

El aumento de la violencia (guerrillera, gubernamental, estudiantil y gremial) sorprendió a una sociedad tranquila acostumbrada a solucionar sus problemas por vías pacíficas. La expresión más radical del descontento fue el surgimiento de la guerrilla urbana, el *Movimiento de Liberación Nacional Tupamaros* (1965).

La crisis deshizo las utopías autocomplacientes articuladas en la primera mitad del siglo XX y, para muchos, puso en cuestión la propia viabilidad del país.

Los rasgos identitarios que definían el “nosotros” nacional entraron en conflicto. Eduardo Galeano describía con tintes pesimistas la situación:

La crisis es una empresa de demoliciones. [...] El derrumbamiento está aquí, en torno a nosotros y en nosotros mismos, que somos sus protagonistas. [...] Los dueños del sistema sienten el suelo abrirse bajo sus pies y confunden sus crujidos con la definitiva hecatombe nacional. Han deshecho la patria: se abrazan a la bandera. Se hace más intenso que nunca, por disposición oficial, el culto de los símbolos de la nacionalidad, como si con himnos y con enseñas pudiera cubrirse el hondo vacío cavado hasta las entrañas de la nacionalidad misma. (GALEANO 1969, p. 1).

La década de 1960 fue un tiempo de cambios, se procuraron identificar los problemas estructurales del Uruguay y plantear soluciones. En el plano intelectual los esfuerzos no fueron menores. Hubo una “reflexión” ensayística en torno al ser nacional y a la viabilidad del país realizada, entre otros, por Daniel Vidart (antropólogo), Roberto Ares Pons (historiador), Vivián Trías (dirigente socialista y escritor), Aldo Solari (sociólogo), y Alberto Methol Ferré (historiador) (cf. REAL DE AZUA 1969). Predominó una tendencia crítica que puso en entredicho las certidumbres del imaginario colectivo.

La historiografía no estuvo al margen de esta tendencia general. Continuó el proceso de transformación motorizado por las investigaciones de la FHC, el influjo ejercido por la Escuela de los *Annales*, y la acción de docentes extranjeros como Ruggiero Romano y Tulio Halperín.

En este marco surgió una corriente denominada *Nueva Historia*, sus principales exponentes eran egresados de la FHC (Juan Antonio Oddone, Blanca Paris, Raúl Jacob) y del IPA (José Pedro Barrán, Benjamín Nahum). Acicateados por su presente intentaron otear el pretérito desde perspectivas temáticas y epistemológicas nuevas, procuraron encontrar las razones de la crisis. Sus investigaciones constituyeron verdaderas empresas de clarificación del presente más que de conocimiento del pasado¹¹. Frente al discurso encrático de la historia nacionalista emitieron un discurso acrático, cuestionador.

También la historiografía marxista efectuó un aporte trascendente, particularmente el equipo integrado por Lucía Sala, Nelson de la Torre y Julio Rodríguez. Realizaron una investigación de largo aliento cuyo objetivo principal era estudiar la aplicación del “Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para fomento de su campaña y seguridad de sus hacendados” (1815). Procuraron rastrear la génesis de algunos de los problemas estructurales más graves de la historia uruguaya, la propiedad y distribución de la tierra, el latifundio,

134

¹¹ Resulta ilustrativa la reflexión de Raúl Jacob sobre estos temas en 1969: “Nunca como en los momentos de crisis se acentúa tanto la necesidad de conocer el pasado. [...] Acucia el deseo de rastrear el pasado para comprender el turbulento presente pero siempre con miras de construir un futuro. [...] Para las clases populares este conocimiento es imprescindible como arma de lucha. El pasado es la historia de su opresión. Las clases dominantes tienen por su parte la necesidad de crear una imagen rosa del pasado, sin luchas de clases y accionado por héroes sin ideas sociales. Si las poseen (el caso de Artigas) se los glorifica sin ellas para castrar la esencia de su pensamiento. Todo niño de escuela repite ‘sean los orientales tan ilustrados como valientes’, pero a muy pocos se les enseña ‘que los más infelices sean los más privilegiados.’” (JACOB 1969, p. 136).

la explotación ganadera, munidos de lo que consideraba una herramienta científica para interpretar la realidad, el materialismo histórico. Atacaron con dureza la visión brindada por la historia tradicional de la “plácida siesta colonial” y pusieron en entredicho a la figura de Artigas al presentarlo como un revolucionario social.

Según Lucía Sala, el ambiente intelectual llevó a los autores progresistas a hurgar en aspectos de la historia que no se habían revelado, pretendían elaborar

[...] una historia que fuera historia del pueblo, todos estábamos en eso. En ese sentido tenía orientación política. [...] Fue la época de las revoluciones, de los cambios de estructura. Íbamos a buscar determinados temas... el historiador también encuentra lo que busca, porque el tema de la tierra estaba en este país. Simultáneamente empezamos nosotros a trabajar y Pivel le pidió a Barrán y Nahum que sacaran una serie de documentos. El tema se había puesto en un primer plano. Creo que también estuvo bastante relacionado todo el problema agrario en los '50 y '60, con los planteos de la CEPAL. (SALA 1999, p. 5).

Los libros de Sala, Rodríguez y de la Torre: *Estructura económico-social de la colonia* (1967); *Evolución económica de la Banda Oriental* (1967); *La revolución agraria artiguista* (1969), entre otros, representan una de las expresiones más importantes de la historia acrítica. El equipo realizó una indagatoria tesonera durante catorce años (1958-1972) que le permitió cuestionar la hegemonía hermenéutica de la historiografía tradicional en la estructura del campo y pugnar por la apropiación simbólica del pasado, en especial de la figura de Artigas.

La consideración de las principales producciones de la época permite apreciar un marco conceptual sólido a partir del cual los autores perfilaban temas, seleccionaban lecturas, elegían fuentes y formulaban interrogantes a las mismas. Hubo una tendencia a trabajar en equipo en virtud de la complejidad de los asuntos abordados y la necesidad de relevar amplios repertorios documentales. Una de las expresiones fundamentales de la consolidación del campo historiográfico fue la creación y funcionamiento, entre 1970 y 1973, del grupo *Historia y Presente*, conformado por historiadores de diversas filiaciones ideológicas e institucionales (Benjamín Nahum, José Pedro Barrán, Lucía Sala, Juan Oddone, entre otros) que compartían la común preocupación por la renovación de la disciplina.

Uno de los indicadores más claros de las profundas transformaciones que se estaban produciendo en el campo fue la competencia entre los propios agentes renovadores. Estos no constituían un frente común, empeñado en la lucha contra quienes detentaban hasta entonces la preeminencia: también entre ellos hubo un intenso “juego” por obtener posiciones hegemónicas¹².

El afianzamiento del “mercado consumidor” de libros (bienes culturales producidos por los agentes del campo), permitió la divulgación y, concomitantemente, una dinamización de la indagatoria del pretérito, en función

¹² A título de ejemplo puede citarse un artículo de Barrán, de 1967, publicado en el Semanario *Marcha*, criticando la reciente publicación del libro *Evolución económica de la Banda Oriental*, de Sala, Rodríguez y de la Torre. (Téngase en cuenta que el tema de la propiedad de la tierra era uno de los que atraían la preocupación de los historiadores y del mercado. En ese año 1967, además de los libros del equipo

de las demandas de una sociedad en crisis que requería explicaciones y respuestas. Proliferaron editoriales y publicaciones que permitieron una rápida y masiva difusión de la historia investigada.

Si bien la historiografía tradicional estimuló la labor editorial, esta se había producido a costo del Estado y con el objeto de divulgar fuentes relacionadas con la exaltación de los mitemas referenciales (caso del *Archivo Artigas*¹³), obras clásicas representativas de la "cultura nacional" (*Colección de "Clásicos Uruguayos"*¹⁴), o investigaciones realizadas al amparo de instituciones oficiales (la *Revista Histórica*). Los emprendimientos más significativos en este orden fueron dirigidos, durante varias décadas, por Pivel Devoto y, aunque aparecieron algunos trabajos originales, no tuvieron por principal objetivo divulgar investigaciones renovadoras, fundamentalmente se ocuparon de profundizar los tópicos de la tesis independentista clásica y estimular el culto a la patria¹⁵.

En función del desarrollo editorial los agentes del campo historiográfico pudieron divulgar masivamente sus trabajos, no sólo en forma de libros, sino también de series fasciculares, en tirajes muy elevados y a un costo accesible (*Capítulo Oriental*, por ejemplo). Surgieron diversas editoriales dispuestas a asumir los riesgos de publicar libros de historia, tal vez los casos más emblemáticos fueron *Ediciones de la Banda Oriental*, Editorial Arca, y, dentro de la órbita de influencia del Partido Comunista, *Ediciones Pueblos Unidos*.¹⁶ Fue posible superar la arraigada práctica de las ediciones de autor y las subvencionadas por el Estado, contribuyendo de esta forma a la autonomía del campo.

136

marxista, se habían publicado: el primer tomo de la *Historia rural del Uruguay moderno* de José Pedro Barrán y Benjamín Nahum, y *De las vaquerías al alambrado* de Aníbal Barrios Pintos.) Sostenía que los autores manejaban "conceptos tan afines a otra realidad, la Europa feudal, que hacen correr el riesgo al lector desprevenido de cometer un trasplante mecánico de situaciones. Creemos que ellos mismos han utilizado, sin el necesario esfuerzo por acondicionar y nacionalizar, conceptos y palabras demasiado cargados ya de un significado preciso en la historia europea como para que se los pueda utilizar sin dificultades en la nuestra". El aspecto más cuestionado fue que el libro "se resiente por no haber roto definitivamente con los esquemas tradicionales de nuestra historiografía" pues "el documento debe orientar, no dominar. Aquí domina". (BARRAN 1967, p. 8).

¹³ Con motivo de la celebración del centenario de la muerte de Artigas, en 1950, el Parlamento creó, por ley del 13 de junio de 1944, la COMISION NACIONAL DEL ARCHIVO ARTIGAS (en adelante CNA) con el objetivo de localizar, relevar, reproducir y publicar todos los documentos relativos al prócer existentes en repositorios uruguayos y extranjeros. Pivel ocupó un lugar en la Comisión Directiva pues la ley indicaba que el Director del *Museo Histórico Nacional* era miembro nato de la misma. La ley exigía que la copia y publicación de los documentos debía hacerse respetando escrupulosamente los textos originales. La tarea de corrección de las pruebas de imprenta fue siempre un trabajo muy engorroso pero realizado con especial cuidado. El propio Pivel hacía la revisión final.

¹⁴ Una ley del 10 de agosto de 1950, enmarcada en la serie de homenajes al prócer, creó la *Biblioteca de Autores Clásicos Uruguayos* que se denominaría "Biblioteca Artigas". Tenía por objetivo reimprimir en ediciones baratas pero dignas, obras literarias, científicas e históricas consideradas clásicas pero agotadas o inhallables. Se encomendó la publicación al Ministerio de Instrucción Pública y Previsión Social. La misma ley estableció una Comisión para encargarse de la selección y presentación de obras y autores. Estaría presidida por el Ministro de Instrucción Pública, e integrada por los directores del Archivo General de la Nación, Biblioteca Nacional y Museo Histórico Nacional. Pivel fue miembro nato de la Comisión. Se exhumaron y publicaron más de 170 títulos considerados relevantes como patrimonio cultural del país.

¹⁵ Es interesante el caso de la *Revista Histórica*, reeditada, a partir de 1940, por el Museo Histórico Nacional, bajo la dirección de Pivel. En un estudio cuantitativo de los 40 tomos que aparecieron hasta la destitución de Pivel, Carlos Zubillaga demuestra que sobre un total de 25.424 páginas de texto, 12.813 páginas estaban dedicadas a la publicación de fuentes (50.4% del total), 10.609 a resultados de indagatorias historiográficas (41.7%), 626 a advertencias (2.5%), y 1376 de catálogos e índices (5.4%) (ZUBILLAGA 1987, p. 18).

¹⁶ Resulta ilustrativo que de los dos primeros tomos de la serie de libros de Sala, Rodríguez y de la Torre, se imprimieron, en su primera edición, 1500 y 5000 ejemplares respectivamente, que se

Este fenómeno fue muy importante pues el “boom” editorial se produjo en función de una sociedad que necesitaba explicaciones, que “demandó” una literatura histórica. Los historiadores estuvieron, en este sentido, atentos a esos requerimientos. La producción historiográfica no es un producto inocente, depende de una serie de factores (tradiciones culturales, necesidades del sistema educativo, círculos críticos) y sistema de relaciones (editor-autor, autor-autores, autor-crítica) que actúan en el campo e influyen sobre el creador. Este, cuando escribe, responde a diversas demandas sociales; está mediatizado por su posición en relación con otros agentes que organizan el campo y legitiman las obras. La significación de una obra es resultado, en última instancia, de un múltiple juego de influencias: el “mercado” tiende a transmitir sus gustos, necesidades e inquietudes a los productores de bienes simbólicos, éstos, a su vez, influyen (mediante sus libros, ensayos y artículos), sobre los lectores.

A comienzos de la década de 1970, la situación socioeconómica y política era sumamente compleja. Como parte de la reacción popular contra el autoritarismo del gobierno de Pacheco, se produjo un fenómeno político novedoso, la fundación del Frente Amplio (1971), coalición de partidos de izquierda y de sectores progresistas de los partidos tradicionales. El Frente participó en las elecciones de 1971 y logró un significativo 18% de los votos, rompiendo definitivamente con el tradicional bipartidismo uruguayo. Los comicios los ganó Juan María Bordaberry, candidato del partido colorado apoyado por Pacheco.

137

La dialéctica violentista se agudizó, recrudecieron las acciones del MLN, las críticas de la oposición, las contradicciones internas en los partidos, y la movilización sindical. Las fuerzas armadas fueron tomando un protagonismo muy importante y ocuparon espacios que el poder civil se mostraba incapaz de llenar. El proceso culminó el 27 de junio de 1973 cuando el Presidente Bordaberry disolvió el Parlamento, el gobierno pasó efectivamente a manos de los militares quienes lo detentaron once años. Durante ese lapso, se desarrolló la dictadura más férrea que conoció el país. Se violaron los derechos humanos, la educación y la cultura fueron arrasadas. En 1985, se reimplantó la democracia y comenzó un período de reconstrucción.

El golpe de Estado y la intervención de la Universidad de la República no detuvieron la renovación historiográfica. Los historiadores, desde el exilio o insertos en los centros privados de investigación, continuaron su labor y formaron nuevas generaciones de investigadores. Una vez reinstitucionalizado el país en 1985, volvieron a sus cargos en la Universidad los docentes que habían sido destituidos e ingresaron otros que, en conjunto, siguieron innovando.

Esporádicamente se produjeron polémicas que reflejaron no sólo criterios encontrados de concepción sobre la historia nacional, sino también, luchas por

agotaron, según testimonio de los propios autores, en un mes. A esta dinámica del mercado interno se sumó la demanda externa, por ejemplo, de Estados Unidos que adquiría cientos de ejemplares para su red de bibliotecas y universidades.

el prestigio y la legitimidad del conocimiento. Algunas tuvieron como protagonista a un anciano Pivel que mantenía invariables sus convicciones y tuvo tiempo para disentir con las nuevas orientaciones historiográficas¹⁷. En 1994, generó un debate muy interesante: el 8 de julio de ese año se presentó en el Cabildo de Montevideo el libro *El voto que el alma pronuncia* de Alvaro Diez de Medina. Al acto concurrió el Director del Archivo General de la Nación, Prof. Abelardo García Viera, quien actuó como portavoz de Pivel y puso en entredicho la producción historiográfica de las últimas dos décadas (1974-1994). Alegó que la nueva generación de historiadores se había apartado de la enseñanza de los maestros (*Semanario Búsqueda* 1994). Estas declaraciones suscitaron una fuerte respuesta por parte de Gerardo Caetano argumentando que no podía negarse, al barrer, la renovación producida en la historiografía uruguaya a partir de la década de 1960.

Conclusión

Los historiadores actúan en función del *habitus* que poseen: un oficio que involucra un conjunto de técnicas, referencias y creencias que dependen, en cierta medida, de la evolución de la disciplina y que posibilitan el funcionamiento del campo. La profesionalización e institucionalización de los estudios históricos en Uruguay, a mediados del siglo XX, posibilitó la definición de un nuevo *habitus* que puso en cuestión las certidumbres canónicas de y sobre la Historia. Asignó un nuevo valor al discurso de los historiadores en función de su relevancia académica, relativizando otras "credenciales" o "avales" de tipo político-funcional (el "cargo" ocupado en la administración cultural).

El campo historiográfico uruguayo, si bien tiene rasgos definidos y goza, indudablemente, de autonomía, no alcanzó todavía su plenitud epistemológica y creativa. Faltan revistas dedicadas específicamente a la difusión de las novedades de investigación; articulación de cursos de posgrado, en particular doctorados, que faciliten a los investigadores nacionales una formación de alta especialización; flexibilización curricular en los cursos de grado para dinamizar las carreras de estudiantes que ven, en muchos casos, enlentecidos sus estudios en función de modalidades de evaluación propias de una maestría y no del nivel de licenciatura; superar las tensiones atávicas e irracionales entre instituciones (IPA-FHC) que seis décadas después de su fundación continúan enfrentadas, a efectos de motorizar una relación más aceiteada y fluida entre la historiografía investigada y la historiografía enseñada.

138

¹⁷ En la entrevista con Alicia Vidaurreta Pivel advierte lo siguiente: "[...] la apertura de la profesión histórica a nuevos temas (historia urbana, historia de las mujeres, la historia de las revoluciones laborales, entre otros) abrió muchas posibilidades para la utilización de nuevas metodologías y fuentes; pero aquí es necesario ser muy cauteloso, porque cuando historiadores extranjeros enfocan esos temas, generalmente tienen un entendimiento muy superficial de los procesos históricos, sociales y económicos, y de sus interacciones. [...] mi generación no tuvo acceso a refinadas metodologías, ni a fuentes o bibliografías extranjeras, a las cuales es fácil acceder hoy. Las generosas becas y extraordinarios avances en la tecnología de hoy acelera y facilita la investigación. Pero existe otra cara de esas ventajas: sus beneficiarios tienen muchas veces, sólo un conocimiento superficial de la historia que tratan de reconstruir; computadoras y procesadores de texto son inútiles cuando esta deficiencia existe." (VIDAURRETA 2001, pp. 31-32)

La lista de cuestiones pendientes es larga, pero recientemente se han creado algunos instrumentos que tienden a estimular y apoyar la labor de los investigadores, me refiero al establecimiento de fondos concursables por parte del Ministerio de Educación y Cultura, realización de convenios entre universidades uruguayas y extranjeras, los diversos programas de la Comisión Sectorial de Investigación Científica de la Universidad de la República, y, muy particularmente, la creación, en el año 2008, del Sistema Nacional de Investigadores (SNI) por parte de la Agencia Nacional de Investigación e Innovación (ANII) que ha, de hecho, reconocido oficialmente la profesión de investigador y categorizado a los mismos. Signos auspiciosos que permiten mirar con optimismo el futuro del campo historiográfico uruguayo en un marco de globalización del conocimiento.

Referencias bibliográficas

- ACHUGAR, Hugo; CAETANO, Gerardo (Compiladores). *Identidad uruguaya: ¿mito, crisis o afirmación?* Montevideo: Trilce, 1993, tercera edición.
- ALTAMIRANO, Carlos; SARLO, Beatriz (Introducción, notas y selección de textos). *Literatura y sociedad*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1977.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo. México: F.C.E., 1997.
- AUSTIN, John L. *Cómo hacer cosas con palabras*. Santiago de Chile: 1955. Disponible en <http://www.philosophia.cl/Escuela de Filosofía Universidad ARCIS>.
- BARRAN, José Pedro. La auténtica historia comprometida. *Marcha*, nº 577, pp. 8-9. 8 de setiembre de 1967.
- BARTHES, Roland. *El susurro del lenguaje*. Más allá de la palabra y la escritura. Barcelona: Paidós, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Las estructuras sociales de la economía*. Buenos Aires: Manantial, 2001.
- _____. *¿Qué significa hablar?* Economía de los intercambios lingüísticos. Madrid: Akal Ediciones, 2001, tercera edición.
- _____. *Pensamiento y acción*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2002.
- _____. *Campo de poder, campo intelectual*. Itinerario de un concepto. Buenos Aires: Montessor, 2002.
- BUCHBINDER, Pablo. La historiografía rioplatense y el problema de los orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAEH*, nº 69, pp. 29-47, 1994.
- _____. Vínculos privados, instituciones públicas y reglas profesionales en los orígenes de la historiografía argentina. *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani*, nº 13, pp. 59-82, 1996.

- CARBIA, Rómulo. *Historia de la historiografía argentina*. La Plata: Coni, 1925.
- CAETANO, Gerardo. Notas para una revisión histórica sobre la "cuestión nacional" en el Uruguay. *Revista de Historia de la Universidad Nacional de Comahue*. nº 3, pp. 59-78, 1992.
- CAPDEVILA, Luc. *Una guerra total: Paraguay, 1864-1870*. Asunción: Universidad Católica, 2010.
- DEVOTO, Fernando; PAGANO, Nora. *Historia de la historiografía argentina*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.
- GALEANO, Eduardo; JACOB, Raúl. Nuestra historia y los jóvenes. *Enciclopedia uruguaya*, nº 57, pp. 48-49, 1969.
- GARCIA COSTA, Guillermo. Palabras pronunciadas el 14 de mayo de 1985 con motivo del nombramiento del Profesor Juan Pivel Devoto como Presidente del Consejo nacional de Educación. *Actas Parlamentarias*. Montevideo: Senado de la Nación, 1985.
- GONZALEZ RUIZ, Ramón, Enunciados performativos y verbos performativos: acerca de la performatividad como propiedad gradual (con especial referencia al español). *Hesperia: Anuario de filología hispánica*, nº 9, pp. 107-126, 2006.
- HALPERIN, Tulio. *Ensayos de historiografía*. Buenos Aires: Ediciones El Cielo por Asalto, 1996.
- ODDONE, Juan. La historiografía uruguaya en el siglo XIX. Apuntes para su estudio. *Revista Histórica de la Universidad*. Montevideo, nº 1, pp. 1-35, 1959.
- REAL DE AZUA, Carlos. El Uruguay como reflexión (I y II). *Capítulo Oriental*, nº 36-37, pp. 561-575, 577-592, 1969.
- _____. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Montevideo: Arca, 1991.
- ROMERO, José Luis. *Las ideas políticas en Argentina*. Buenos Aires: FCE, 1956.
- Semanario Búsqueda*. Controversia en torno a las tendencias revisionistas sobre la "historia oficial" y el origen de la independencia del Uruguay. Montevideo: 14 de julio de 1994.
- SHUMWAY, Nicolás. *La invención de la Argentina*. Historia de una idea. Buenos Aires: EMECE, 1993.
- Testimonios orales de Lucía Sala, Nelson de la Torre, y Julio Rodríguez (*Entrevistas con el autor*). Montevideo, 1999.
- VIDAURRETA, Alicia. *Conversaciones con Juan Pivel Devoto*. Montevideo: Ediciones de la Plaza, 2001.
- WASSERMAN, Fabio. *Entre Clío y la Polis*. Conocimiento histórico y representaciones del pasado en el Río de la Plata (1830-1860). Buenos Aires: Teseo, 2008.

ZERAOUI, Zidane. *Modernidad y posmodernidad. La crisis de los paradigmas y valores*. México: Noriega Editores, 2000.

ZUBILLAGA, Carlos. Historiografía y cambio social. *Cuadernos del CLAEH*, nº 24, pp. 23-47, 1982.

_____. *Historia e historiadores en el Uruguay del siglo XX*. Montevideo: Librería de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2002.

_____. *La segunda época de la "Revista Histórica" (1941-1982)*. Su significación en la historiografía nacional. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias, 1987.

ZUBILLAGA, Carlos - CAYOTA, Mario. *Cristianos y cambio social*. Montevideo: CLAEH-Banda Oriental, 1988.

Uma história moral, apologética e... moderna? A escrita católica do século XVIII ao início do século XIX*

A moral apologetic and modern history: the catholic writing from the mid 18th Century to the early 19th Century

Virgínia Albuquerque de Castro Buarque

Professora Adjunta

Universidade Federal de Ouro Preto

v-buarque@hotmail.com

Rua do Seminário s/n

35420-000 - Mariana - MG

Brasil

Resumo

Em meados do século XVIII, a concepção providencialista da história, formulada pela teologia e veiculada pela pregação católica, viu-se, paulatinamente, abalada. Por isso, os segmentos letrados da Igreja, religiosos e leigos, enfrentaram o desafio epistêmico de sustentar essa concepção como significativa, no âmbito de uma cultura que autonomizava o processo histórico da ação divina e das leis naturais. Na tentativa de manter como performativa a mensagem de fé, alguns discursos católicos, a partir da segunda metade do século XVIII, mostraram-se receptivos à experiência e às mudanças históricas, desde que em afinidade com a reflexão moral e com a apologética, especialmente, desenvolvidas naquela conjuntura, e que tiveram em Afonso de Ligório e em Chateaubriand dois de seus maiores expoentes.

142

Palavras-chave

História; Retórica; Catolicismo.

Abstract

In middle of the 18th century, the providentialist conception of history, which was formulated by theology and propagated by catholic preaching, was gradually declining. Thus the epistemic challenge faced by the scholars from the Church, religious people and laymen: to support this conception as significant in the scope of a culture that provided autonomy to the historical process of the divine action and the natural laws. In the attempt to keep the message of faith performative, some catholic speeches had revealed partially receptive to the historical experience and to the historical changes from the second half of the 17th century, since they were related to the moral reflection and to apologetics both especially developed in that conjuncture, and which had in Alfonso de Ligório and Chateaubriand two of its greatest exponents.

Keywords

History; Rhetoric; Catholicism.

Enviado em: 11/8/2010

Aprovado em: 9/3/2011

* Este artigo teve sua primeira versão redigida, em novembro de 2009, sendo apresentado no mês seguinte, em formato de palestra, no Laboratório de Teoria, Historiografia e História da Cultura (PROCULT) do curso de história da UFRJ, a convite do professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, in memoriam, a quem expressei meus agradecimentos. Agradece-se também aos professores Mateus Henrique de Faria Pereira e Valdeci Lopes de Araújo, integrantes do Núcleo de Estudos de Historiografia e Modernidade (NEHM) e do PPGHIS da UFOP, as críticas e sugestões providas da leitura daquela primeira versão, reformulada para publicação nesta revista.

Em meados do século XVIII, tornou-se imperativo à escrita católica responder à refutação das concepções teológicas de cunho providencialista, que haviam norteadado uma parcela expressiva do discurso religioso e político de épocas anteriores. Mas, para se contrapor – e de forma eficaz – à contestação de autores como Espinosa, Hobbes e Locke, reiterando que o esteio da sociedade não se embasava em um autointeresse na condução da coisa pública, nem, tampouco, em um pretense contrato ou pacto, e sim na intervenção salvífica de Deus, foi necessário que o catolicismo reelaborasse, parcialmente, sua própria concepção de Providência, incorporando-lhe novos elementos e, assim, tornando-a significativa no contexto do racionalismo das Luzes. Aventar a possibilidade de uma reformulação teológica não era uma novidade para o pensamento católico, mas ela assumiu, no período, contornos próprios. Foi, no século XVIII, que emergiu a ideia de um providencialismo que ordenava o sentido da história universal.¹

Nesse sentido, uma das estratégias desenvolvidas pelos setores letrados católicos foi encampar a reflexão promovida por duas disciplinas, havia pouco instituídas, a apologética e a teologia moral. Tais saberes, articulando razão dedutiva e fé, buscaram viabilizar ao catolicismo uma apropriação seletiva das noções de experiência e de mudança histórica, que, nessa releitura, foram subordinadas ao primado da Providência divina.

143

Tomando como objeto de estudo a produção de Afonso Maria de Ligório (1696-1787) e de François-René Chateaubriand (1768-1848), emblemáticos representantes da teologia moral e da apologética, este artigo visa a contribuir para uma revisão historiográfica acerca da escrita católica de meados do século XVIII ao início do oitocentos. Seu objetivo específico é identificar os procedimentos teórico-conceituais e retórico-alegóricos que favoreceram Afonso de Ligório e Chateaubriand inter-relacionarem, em seus discursos, as noções de experiência e mudança históricas quer a matrizes teológicas e de espiritualidade, secularmente, vigentes, quer a figurações metafóricas basilares ao cristianismo, em uma tentativa de possibilitar à Igreja um diálogo, ainda que tensional, com a modernidade que então se erigia.

Um providencialismo histórico

A concepção de um Deus que cuida, atentamente, dos seres humanos a ponto de enviar ao mundo seu Filho, é bastante presente nos textos do Novo Testamento. Tal concepção vincula-se à ideia de presciência (*prognosis*)² ou disposição prévia (*proorrizein*),³ de forma distinta, portanto, de uma compreensão de Providência como governo racional do mundo (*pronoia*), comum

¹ Considera-se de fundamental relevância destacar a historicidade do uso do conceito de Providência, conforme empregado, por exemplo, por Alexandra Walsham (1999), que reconstitui seus sentidos na filosofia grega e na teologia cristã.

² Cf. o Livro dos Atos dos Apóstolos: “Este homem, entregue segundo o desígnio determinado e a presciência de Deus, vós o matastes, crucificando-os pelas mãos dos ímpios” (At 2,23).

³ Cf., por exemplo, a Carta aos Efésios: “Nele [em Cristo], ele nos escolheu antes da fundação do mundo, para sermos santos e irrepreensíveis diante dele em seu amor” (Ef, 1,4).

à filosofia grega. A noção de *pronoia* foi incorporada à fé cristã, no bojo do cristianismo helenístico, e passou a ocupar, assim, um lugar central, em contraposição à crença pagã na fatalidade (*heimarmene*). Ao mesmo tempo, em uma sofisticada elaboração filosófica, ela era associada ao uso do livre arbítrio humano, tal como santo Agostinho, magistralmente, expressou em suas *Confissões*⁴ e, principalmente, na *Cidade de Deus* (LACOSTE 2004; WALSHAM 1999). Em suas reflexões, santo Agostinho não concebeu uma ação da Providência na história, pois, para ele, a sucessão dos povos não tinha uma relação direta com o problema do destino humano. Ademais, na Antiguidade tardia, a narrativa histórica era, em geral, limitada à descrição de acontecimentos particulares que, porventura, destacassem-se por seu caráter extraordinário, cuja lembrança contribuiria para a edificação da virtude nas gerações futuras (LOPES 2008).

Já no contexto do medievo, são Tomás de Aquino considerava que o bem, isto é, a ordenação do que existe para o reto fim, derivava tanto da vontade humana quanto da inteligência divina. Assim, segundo ele, Deus interviria, diretamente, apenas para determinar a finalidade das coisas, cabendo ao espírito humano, portador da capacidade racional do discernimento, concretizar esses fins no âmbito do mundo criado – residindo aí uma outra dimensão da Providência (LACOSTE 2004).⁵ Mais uma vez, a processualidade da história não se encontrava inserida na concepção de Providência, em afinidade com a ótica aristotélica que desqualificava a narrativa histórica por sua limitação ao particular, e, sobretudo, devido à especificidade da noção de tempo do Ocidente medieval, na qual passado e presente relacionavam-se, continuamente, em meio a um imaginário social e político, eminentemente, sacral (LOPES 2008).

A subordinação do encadeamento temporal da história à Providência divina começou a ser, explicitamente, afirmada pelo discurso teológico apenas no início dos tempos modernos, quando os defensores da soberania dos novos Estados (dentre os quais vários eclesiásticos) reconheceram, no príncipe, uma instância legítima de poder, justamente, em função dos desígnios divinos, que teriam investido o monarca da condição de realizar (e mesmo de antecipar) a vontade de Deus. Tais menções à Providência divina continham, assim, uma referência histórica,⁶ mas eram pautadas em premissas epistêmicas, eminentemente, retóricas e morais. Tais premissas eram similares às que norteavam o discurso humanista laico, sobretudo, a imitação *engenhosa* das autoridades canônicas e a possibilidade de previsão do porvir, devido à uniformidade dos valores (como, por exemplo, a ambição ou a temperança),

⁴ "Mas sempre acreditei que existes e cuidas de nós". AGOSTINHO, santo. **Confissões**, VI, 8 (2002):

⁵ TOMÁS DE AQUINO, santo. **Suma Teológica**, 1ª, q. 22, a1-a3: *ratio autem ordinandorum in finem, proprie providentia est*. Tal interpretação baseia-se em Boécio, para quem a Providência é a razão divina que, estabelecida naquele que é o princípio soberano de todas as coisas, ordena todas elas. Apud: LACOSTE 2004. Verbete "Providência".

⁶ Ao analisar os sermões de Vieira, Alcir Pécora discorreu sobre a identificação de Portugal como nação eleita por Deus, cuja tarefa histórica seria a instauração do reino de Cristo na terra. Tal instauração, por sua vez, vinculava-se à espera messiânica de um Encoberto, que congregaria em sua pessoa, a vontade da nação e a de Deus (PÉCORA 1994).

que moviam as condutas humanas individuais e coletivas (LOPES 2008; PÉCORA 1994). Nesse sentido, a noção providencialista da história promovia uma narrativa tipológica dos sujeitos e dos eventos, na tentativa de deslindar os intentos divinos. Tais escritos relacionavam personagens bíblicas a figuras da realeza ou a mitos fundadores da nação (PÉCORA 1994).⁷

Paulatinamente produzidas, as teologias políticas da época moderna, indissociáveis de concepções providencialistas da história, não eram, entretanto, unívocas. Assim, nos países ibéricos, ocorreu maior difusão da segunda escolástica, com destaque para o pensamento de Suárez, que, procedendo à distinção entre o civil e o eclesiástico, considerava o Estado como um “corpo místico”, isto é, a unidade de uma vontade coletiva, que se aliena do poder, e o transfere para a pessoa do rei, ao passo que o papa deteria o poder espiritual (PÉCORA 1994, pp. 238-239). Já a concepção de Bossuet, expressa, sobretudo, nas obras *Discurso sobre a história universal* (1681) e *A política extraída da Sagrada Escritura* (1709), autonomizava, ao máximo, a vontade real, quer de uma referência social, quer de uma concorrência pontifícia. Em ambos casos, diluía-se, em maior ou menor grau, a noção de *plenitudo potestatis*, reivindicada pelo Papado, parecendo competir à Coroa, e não à Igreja, apresentar-se como elemento privilegiado da constituição do reino de Deus na história (HANSEN 1989).

145

Ao longo do século XVIII, no entanto, ocorreram importantes transformações na concepção de história. Pouco a pouco, diferenciado da retórica e da filosofia moral, o saber histórico passou, não apenas, a demandar exigências de erudição documental, como também produziu uma concepção de tempo baseada na distinção entre passado e presente (ou na supremacia dos modernos diante dos antigos) e uma inteligibilidade autorreflexiva (o sentido ou a razão da história), não mais subordinada a uma *ordo temporum*, isto é, a uma listagem cronológica de datas isoladas (KOSELLECK 1997, SANTOS 2009, p. 66).⁸ Foi, nesse contexto, que se afigurou como, particularmente, difícil ao pensamento católico resguardar o lugar hegemônico que a Igreja, até então, ocupara no imaginário social, com base em uma concepção de Providência divina que desconsiderava a mutabilidade histórica por um duplo procedimento interpretativo. Inicialmente, Deus era situado para além do tempo e exterior a qualquer representação, por ser eterno e absoluto. Apenas os seres criados encontravam-se inseridos na contingência e na finitude. Em seguida, a história era vista sob a perspectiva de sua finalidade última (sua união com o Criador)

⁷ A alegoria histórica medieval reconhecia, em figuras bíblicas do Antigo Testamento, a prefiguração de personagens do Novo Testamento, que projetariam, numa releitura simbólica, ratificadora da mensagem da redenção trazida por Cristo. Assim, por exemplo, Adão é figura tipológica de Cristo, o segundo Adão. Os dois filhos de Abraão representam os cristãos (gerados de Sara, mulher livre) e os judeus (gerados de Agar, a escrava) (HANSEN 2006, pp. 105-106). É, justamente, a diferença entre um antes e um depois que condiciona a instituição de um fato bíblico (supostamente, histórico) como alegoria de outro, com o propósito da revelação da divindade.

⁸ A primeira ordem, ele [santo Agostinho] intitula *res gestae* para indicar a ordem temporal e o desenvolvimento de fatos aí ordenados. Segundo o vocabulário agostiniano: *spatia temporum, volumina temporum, contexto ordo saeculorum, series seculorum, ordo temporum*.

e de seu ápice (o evento da encarnação). Somente tomando como referenciais esse ponto culminante e essa meta derradeira é que se poderia reconstituir, de forma significativa, a “trajetória” da humanidade, em suas distintas sequências temporais. Assim, ainda que concebendo a temporalidade histórica como linear-processual e irreversível, o pensamento católico considerava seu fundamento como imutável ao longo dos séculos – afinal, tratava-se da Providência (ou vontade divina operante), que, ao orientar o curso da história, revelava-se através dela.

A questão mostrava-se, pois, impreterível, pois não mais bastaria reafirmar o postulado providencialista através da formação nos seminários e nos colégios ou por meio da sua propagação nos púlpitos e na imprensa. Foi nesse contexto que a Igreja, mediante a reflexão da teologia moral e da apologética, disciplinas constituídas no advento dos tempos modernos, buscou incorporar a seu pensamento as modernas noções de experiência e de mudança histórica, mas as sujeitando à atuação privilegiada da Providência:

Se o cristianismo foi causa de tanto progredirem as idéias filosóficas, deve ser necessariamente propício à índole da história [...] De feito, o melhor conhecedor dos homens será o que mais tempo houver meditado nas traças da Providência; quem mais dentro penetrar os ardis da divina Sabedoria, será o idôneo para desfivelar a máscara à sabedoria humana. [...] Deste modo, a religião ensina a definir os mais incompreensíveis fatos da história (CHATEAUBRIAND 1956, v. 2, p. 53-54).

146

A moral do “bom pastor”

A relevância conferida à moral, no decorrer do século XVIII, mostrou-se bastante expressiva. O desencanto de muitos letrados com práticas governamentais exercidas em nome da razão de Estado conduziu-os a reconhecer, no exercício da “razão prática”⁹ ou do “discernimento interior”, o desafio filosófico e político dos novos tempos históricos. Entretanto, diante dessa valorização, a teologia moral católica, que se instituíra como disciplina autônoma ao final do século XVI, mostrava-se desatualizada. Ela surgira com a elaboração de uma inédita modalidade discursiva, distinta tanto das volumosas *Summas*, mais voltadas para o ambiente universitário, quanto das “normas práticas”, destinadas à orientação do clero e de letrados devotos na aplicação dos mandamentos divinos e das determinações da Igreja. Nesse contexto, as *Instituiones morales*, de Jean Azor (1536-1603), não apenas forneceram um novo formato de escrita, como, sobretudo, delinearam uma outra perspectiva

⁹ Na obra *Crítica da razão prática*, publicada em 1788, Kant afirmou que o ser humano, sendo racional, possui uma vontade autônoma, isto é, baseada no exercício da liberdade. Assim, a vontade só se submete a seu próprio exame crítico, que é da ordem dos princípios do agir (ou seja, da lei moral internalizada). Tal dever, por sua vez, assume a forma de um imperativo categórico: ele não se refere a atitudes particularizadas, e sim a máximas morais. Dessa maneira, a razão prática opera de forma independente das necessidades, dos sentimentos e das motivações, e, não raro, conflita com eles. Por isso, é ao se submeter à lei moral que o ser humano realiza sua liberdade (liberta-se do jugo da natureza e orienta-se pela reflexão racional), cf. VILANOVA 1992.

moral, a casuística, segundo a qual uma conduta que não estivesse conforme a lei, mas que fosse defensável como justa, tornava-se aceitável. No século XVII, a casuística e o probabilismo, doutrina formulada por Bartolomeu de Medira (1527-1580), tornaram-se vocábulos, muitas vezes, empregados como sinônimos e encontravam-se, diretamente, associados à retórica, pois a suposta legitimidade de uma atitude poderia ser intrínseca, caso estivesse baseada na força do argumento, ou extrínseca, se consistisse no prestígio da autoridade invocada em seu favor.

Era possível traçar pontos de afinidade entre a casuística e o nominalismo,¹⁰ que se pautavam na prevalência dos atos em detrimento das intenções, na nítida separação entre entendimento e vontade (ao contrário do que afirmava a segunda escolástica, que realçava o papel do arbítrio direcionado pela inteligência) e na ideia de um Deus com decisões tão livres que se configurariam como arbitrarias cuja Providência seria inescrutável. Os jansenistas, por sua vez, refutaram, veementemente, a casuística, considerando-a uma forma de relaxamento da religiosidade, contrapondo-a a uma moralidade mais rigorosa, o “tutorismo”. Sob essa ótica, no caso de dúvida moral, era preciso optar pela atitude mais segura, mais garantida (em latim, *tutior*), o que implicava agir segundo a lei. A Igreja condenou tanto certas ponderações probabilistas quanto as formas extremadas de tutorismo (LACOSTE 2004; CNBB 2009).

147

Na busca por novos referenciais que, sem desconsiderar a crescente importância atribuída à autorreflexão, afixassem a atuação da Providência na biografia pessoal e na história, destacaram-se os escritos morais de santo Afonso Maria de Ligório, bispo e fundador da Congregação do Santíssimo Redentor (comumente, conhecida como dos “padres redentoristas”).¹¹ Suas obras subsidiaram a formulação de um entendimento sociopastoral da consciência. Voltando-se menos para a adoção de atitudes modelares de cunho hagiográfico, devido à dificuldade de concretizá-las nas diferentes circunstâncias históricas, e sendo também refratário a intervenções sobrenaturais extraordinárias – em suma, evitando o excesso e o extremo –, Afonso de Ligório privilegiou a conversão das condutas e a realização de atos virtuosos, considerados como expressões de um milagre interior:

¹⁰ O nominalismo pode ser remetido ao pensamento de Guilherme de Ockham (1300-1359) e de Nicolau de Cusa (1401-1464). Tais autores impugnaram a concepção, aceita pelo tomismo, das ideias gerais e universais, considerando que estas não tinham existência real, seja na mente humana (como conceitos), seja como formas substanciais. Constituíam-se, assim, em simples signos linguísticos – vocábulos ou nomes (daí, a designação da vertente de pensamento derivada da leitura desses autores como nominalismo), cf. JAPIASSÚ; MARCONDES 1996. Verbete “Nominalismo”.

¹¹ Afonso Maria de Ligório nasceu, em 27 de setembro de 1696, na cidade de Nápoles. Formando-se em direito, chegou a exercer a profissão de advogado, mas optou pelo sacerdócio. Foi ordenado aos 30 anos, exercendo o apostolado nas áreas rurais próximas a Nápoles. Em 1732, fundou a Congregação do Santíssimo Redentor, atualmente, presente em 73 países. Foi nomeado bispo, em 1762, e faleceu em Pagani, no ano de 1787. Teve mais de 150 obras publicadas, estando dentre as mais conhecidas: *Teologia moral* (1748), *Glórias de Maria Santíssima*, *Visitas ao Santíssimo Sacramento* e *A prática do amor a Jesus Cristo*. Foi declarado Doutor da Igreja, em 1870, e patrono dos confessores e moralistas em 1950.

Para se gozar dessa verdadeira paz, devemos conservar, pelo exercício das virtudes cristãs, nossa alma em conformidade com Deus, com o próximo e conosco mesmos; com Deus, pela caridade e obediência a seus preceitos, com o próximo pela caridade fraterna e mansidão, e conosco mesmos pela mortificação de nossas paixões e abnegação do amor próprio. [...] na medida em que praticarmos essas virtudes, seremos mais ou então menos felizes aqui na Terra (LIGÓRIO 1955 [1745], v.1, p. 57).¹²

Durante sua vida, Afonso de Ligório defrontou-se com uma grande resistência à sua teologia moral. Somente com sua beatificação, em 1813, é que sua teologia passou a fundamentar a produção de inúmeros manuais para a formação sacerdotal, tornando-se referência nos debates dos “casos de consciência” travados em reuniões do clero ou por meio de periódicos (MASSIMI 1993). Tal recepção, em um período em que a concepção de história encontrava-se em plena dissociação do cíclico e do exemplar em prol da mudança, permitiu à Igreja proceder a uma apropriação seletiva das categorias de experiência e de liberdade (tão caras à modernidade), desde que ressignificadas sob um viés teológico, com base na virtude da prudência:

[...] La ciencia de la moral requiere el conocimiento de muchas otras ciencias y abarca muchas materias dispares; y lo que la hace en extremo difícil es que hay que variar las decisiones, según la multitud de circunstancias diversas de los diferentes casos; por ejemplo, un principio aplicable a un caso, acompañado de tal circunstancia, no podrá aplicarse a outro caso con circunstancia diferente. [...] Persuadámonos, pues, de que para confesar se requiere mucha ciencia, y más aún, mucha prudencia, porque com solo la ciencia y sin prudência, poco aprovechará el confesor e y causará a algunos más daño que utilidad (LIGÓRIO 1954 [1762], v. 2, p. 226-227).¹³

148

Uma parcela expressiva do significado que Afonso de Ligório atribuiu à prudência era de cunho tomista.¹⁴ Ela se vinculava ao uso da razão prática, implicando a capacidade deliberativa, com vistas à realização de um bem.¹⁵ A prudência constituía a virtude fundadora do pensamento teológico-político dos séculos XVI-XVIII, uma vez que deveria nortear tanto o juízo pessoal quanto a ação pública.¹⁶ Assim, recorrendo à virtude da prudência, Afonso de Ligório não compartilhava a premissa da autonomia da consciência moral. Pelo contrário, alinhava-se à compreensão soteriológica do ser humano, concebendo-o através de suas escolhas em relação ao pecado e à graça, que culminaria em sua salvação ou em sua perdição.

¹² O texto integra a obra **Reflexões úteis aos bispos para a prática de bem governar as suas igrejas**, disponível em francês no site < http://jesusmarie.free.fr/alphonse_reflexions_utiles_aux_eveques.pdf > Acesso em 15 de janeiro de 2010.

¹³ O texto integra a obra *A selva* [de assuntos a serem pregados], editada em língua portuguesa em 1928, pela Editora Fonseca, da cidade do Porto, Portugal.

¹⁴ A concepção tomista de prudência, por sua vez, pode ser remetida ao pensamento aristotélico, como expresso na *Ética a Nicômaco*.

¹⁵ **Suma Teológica**, 2ª, q.61, a.3, n.3: “De modo que toda virtude que faz o bem, levando em conta a consideração da razão, chama-se prudência”; a.4, n. 3: “[...] à prudência, que é a razão reta dos nossos atos [...] não é senão a retidão do discernimento relativamente a certos atos ou matérias”.

¹⁶ *Ibid.*, art. II, n. 1: “Pois, a prudência é diretiva das outras virtudes morais, como do sobredito resulta (q. 58, a. 4). Ora, o que dirige tem primazia sobre os dirigidos. Logo, só a prudência é a virtude principal”.

Para promoção de uma vida virtuosa segundo a prudência era, no entanto, recomendável que as paixões e os estados da alma fossem, moralmente, dirigidos por um sacerdote, bem como subordinados à atualização da graça divina, através, sobretudo, do sacramento da penitência: “[...] persuadámonos de que el principal ejercicio en bien de las almas es el oír las em confesión” (LIGÓRIO 1954 [1762], v. 2, p. 163). Por isso, as obras de Afonso de Ligório descrevem, minuciosamente, os métodos e os recursos utilizáveis. Ele sugeriu, por exemplo, que o confessor deveria apresentar-se, simultaneamente, como pai, médico e juiz. Daí a importância adquirida pela figura do “diretor de almas” ou “diretor espiritual”. Através dela, o presbítero corporificava a ação e o sacrifício de Cristo, juntamente, com o poder mediador da Igreja.

Nós, pobres mortais, andamos neste mundo entre mil ciladas. Tais são as tentações do demônio, as ocasiões perigosas, as más companhias e, principalmente, nossas próprias paixões, que tantas vezes nos seduzem! Ah! Quem poderá salvar-se no meio de tantos perigos? [...] Só se entregando à direção de um guia! [...] Se a alma não encontra ninguém, então Deus mesmo toma a sua direção; mas aquele que recusa tomar um ministro de Deus por diretor, quando pode ter um, torna-se réu de temeridade e extravia-se mui facilmente. Poderia Deus dirigir-nos diretamente, mas para conservar-nos na humildade, ele quer que nos sujeitemos a seus ministros e dependamos de sua autoridade (LIGÓRIO 1955 [1745], v. 1, p. 211; 208-209).

149

Em resumo, a imagem do “bom pastor”, recorrente no Antigo Testamento¹⁷ e aplicada à pessoa de Jesus pelas narrativas evangélicas,¹⁸ difundiu-se pelas escritas literária e filosófica. A referida metáfora, que já havia passado por releituras sucessivas,¹⁹ inspirou, na França do final do século XVIII, personagens ficcionais emblemáticas, como Teótimo, terapeuta de almas e bom sacerdote de Voltaire (JULIA 1997, p. 281). Essa alegoria, de cunho teológico e, não apenas, literário,²⁰ tinha por pressuposto algo estranho à retórica

¹⁷ A alegoria do bom pastor, nos textos do Antigo Testamento, que foi formulado em uma cultura marcada pelo nomadismo, geralmente, indica, mais do que uma identidade ontológica, uma conduta divina em relação aos seres humanos (cuidar, proteger, guiar...). A mais antiga menção encontra-se, no livro do Gênesis, sendo proferida como parte da bênção de Jacó a José e a seus filhos (Gn 48, 15). Já nos textos proféticos, duas tradições se entrelaçam: enquanto Oséias (Os 4.16) destaca a rebeldia do povo eleito, o segundo Isaías retoma a figura do Deus-pastor que conduz seu povo à cidade santa, Jerusalém (Is 40.11). A figuração alegórica do bom pastor ganhou ainda maior difusão com os salmos: “Iahweh é meu pastor, nada me falta. Em verdes pastagens me faz repousar. Para as águas tranquilas me conduz e restaura minhas forças; ele me guia por caminhos justos, por causa do seu nome” (Sl 23/22) (SILVA 2002; BÍBLIA DE JERUSALÉM).

¹⁸ “Vendo ele as multidões, compadeceu-se delas, porque estavam aflitas e exaustas como ovelhas que não têm pastor” (Mt 9, 36). É o evangelista João que, mais diretamente, associa a pessoa de Jesus com a prática do ministério pastoral – “Eu sou o bom pastor” (Jo 10,11) – reportando-o não apenas aos fiéis, mas ao conjunto dos seres humanos, segundo a leitura universalizante promovida pela teologia católica, com base no livro do Apocalipse: “Ao vencedor, ao que observar a minha conduta até o fim, conceder-lhe-ei autoridade sobre as nações; com cetro de ferro as apascentará” (Ap 2, 27) (SILVA 2002; BÍBLIA DE JERUSALÉM).

¹⁹ A concepção de pastor possuía uma conotação negativa, nas comunidades judaicas da Palestina, contemporâneas ao advento das primeiras comunidades cristãs, inexistente, no período em que as tribos hebraicas praticavam o nomadismo, passando a estar associada ao empobrecimento e à marginalização social. A figura do “bom pastor” foi tecida pela patrística, a exemplo de São Jerônimo (c. 437-419), que a associou ao exercício do magistério. O papa Gregório Magno (540-604) empregou o termo em um primeiro escrito de valor jurídico e canônico (*Regulae pastoralis liber*) (LACOSTE 2004, p. 1352).

²⁰ Tratava-se de uma *allegoria in factis*, também chamada de tipologia, pois a presença oculta do

da Antiguidade greco-latina, o essencialismo (HANSEN 2006, p. 113), pois ela postulava uma metafísica de qualidades das coisas, das pessoas e dos eventos que era indispensável à sua associação analógica à divindade (CERTEAU 1982b). Mais especificamente, tratava-se de uma alegoria *in factis*, de perfil moral ou tropológico,²¹ diretamente, voltada para a reforma das condutas.

A alegoria do bom pastor apresentava-se como uma tentativa discursiva de revalorização da concepção de Providência em uma sociedade já embasada em um governo civil e, em grande parte, no pensamento laico. Através dela, Deus é reconhecido como aquele que se interessa por cada uma de suas criaturas, assegurando-lhes o tempo e as graças necessárias para a salvação. Em contrapartida, era exigido dos fiéis um compromisso moral e religioso com esse Deus-pastor e com a Igreja que o representava no mundo. Delineou-se, assim, uma implícita teoria teológico-política assentada na subordinação da comunidade religiosa a uma autoridade que a pastoreasse, muitas vezes desdobrava-se na identificação entre catolicismo e regime monárquico ou Igreja Católica e primado pontifício (SERRY 2004).

Por vezes, entretanto, as verdades teológicas transmitidas, através da alegoria do "bom pastor", mostraram-se menos relevantes do que o resultado social obtido. Os padres assim representados, frequentemente, assumiam o papel de educadores, encarregados da "civilização" do povo, ou de funcionários da moral, responsáveis, juntamente, com os policiais, por garantir a paz nas aldeias e a concórdia nas famílias, como tinha antevisto a imagem do vigário saboiano de Rousseau, que se concentrava apenas nos dogmas "úteis" à vida dos fiéis (JULIA 1997, p. 281).

150

A apologética do "gênio do cristianismo"

Uma outra alternativa para renovação do catolicismo, na época das Luzes, foi oferecida pela apologética. Tendo surgido na conjuntura histórica das reformas religiosas, a apologética foi sistematizada, como conhecimento teológico, no decorrer do século XVII, quando a Igreja viu-se pressionada a formular um saber capaz de oferecer, senão uma "prova", ao menos uma demonstração racional da validade da religião (na luta contra o ateísmo), da veracidade da revelação (na disputa contra os deísmos) e da legitimidade do catolicismo (no embate contra os protestantes).²² No final do século XVIII, uma parcela da

do sentido nas Escrituras, na natureza e na história poderia ser desvelada através da identificação de exemplos modelares ou "tipos". Outra de suas denominações possíveis é a de "modo sacramental", pois a figura alegórica anuncia algo acerca do divino que se encontra encoberto na Bíblia ou na vida, tendo sua maior expressão na eucaristia (presença invisível da divindade sob as espécies visíveis) (PÉCORA 1994).

²¹ Já Hansen (2006, p. 103-104), reportando-se a Cassiano (360-435), aponta a existência de quatro modalidades alegóricas: a histórica (sentido da experiência vivida), a alegórica (sentido cristológico ou eclesiológico), a tropológica (sentido moral ou ascético) e a anagógica (sentido escatológico ou dos fins últimos).

²² O primeiro tratado conhecido de apologética, *Da verdade da religião cristã*, foi escrito pelo protestante Hugo Grotius, em 1627. A primeira obra católica é de autoria de Luc-Joseph Hooke, *Princípios da religião natural e revelada*, datada de 1754, cf. SESBOÛÉ; THEOBALD, 2006, pp. 171-172.

apologética aproximou-se da cultura romântica²³ e, nesse processo, efetivou-se uma maior associação do discurso religioso com a dimensão estética, mediante a formulação de uma categoria, até então, inédita: a de “civilização cristã”. O vocábulo “civilização”, em seu sentido moderno (pois, até esse momento, ele comportava, sobretudo, uma conotação jurídica, significando um ato de justiça ou a transposição de um processo criminal para o âmbito civil), foi, inicialmente, explicitado pelo *Dicionário universal de Trévoux*, de 1771. Nessa obra, a civilização apareceu vinculada a um elogio da religião, sendo tida como uma das virtudes sociais ou um elemento da moral natural, responsável pelo abrandamento dos costumes, proporcionando a felicidade entre os homens. Paulatinamente, todavia, a civilização tornou-se uma representação substitutiva da religião, uma obra da razão. Foi então que, no bojo da escrita católica, ela passaria a ser qualificada como cristã (STAROBINSKI 2001).²⁴

A expressão “civilização cristã” obteve uma grande difusão, no decorrer do século XIX, em função da publicação, em 1802, da obra *O gênio do cristianismo ou belezas da religião cristã*,²⁵ de Chateaubriand. Esse livro, pertencente ao campo da apologética, inseriu a religião no centro das amplas discussões, travadas no período, acerca da arte e do belo. Contudo, fê-lo através de um pressuposto específico, pois considerava uma exigência gnosiológica que a sensibilidade estética estivesse impregnada pela fé.²⁶ Para tanto, Chateaubriand retomou a matriz de uma espiritualidade contemplativa, que, lentamente, delineada no cristianismo desde a época patrística, possuía

²³ A passagem do século XVIII para o XIX conheceu a emergência do romantismo como uma reação ao ideário das Luzes. Afinal, denúncias acerca dos “males da civilização” (como a colonização e a escravidão) começavam a ser vinculadas, embora ainda prevalecesse a perspectiva otimista quanto à condição humana, sobretudo quando aprimorada pela cultura. Logo, porém, a reação romântica iria obter uma identidade própria, mantendo-se em tensão permanente com o ideário da razão. Pode-se elencar, dentre os principais elementos do pensamento cultural e político do romantismo, as concepções de totalidade e vitalidade, de diferença e hierarquia, de mutabilidade e pulsão criativa e de experiência e compreensão (DUARTE 2004).

²⁴ Agradece-se ao professor Valdei Lopes de Araújo a indicação do conceito de “religiosidade” como outra produção discursiva do período que configurava o cristianismo como um importante fator histórico-civilizacional (usado no Brasil, por exemplo, por José Bonifácio), o qual permitiu uma abordagem romântica do catolicismo, despida de uma conotação ultramontana e anti-ilustrada.

²⁵ Ainda que essa expressão não apareça, diretamente, na obra, ela pode ser reconhecida por seu contraponto com o termo “barbárie”, que lhe era atribuído pelos críticos da fé católica (como, por exemplo, na citação “Ao cabo, reconheceu-se que o cristianismo era um sistema bárbaro, de cuja queda dependia a liberdade humana, o progredir das luzes [...]”, (CHATEAUBRIAND 1956, vol. 1, p. 11). É também possível auferi-la da relação entre a atuação dos cristãos e o incremento da civilização: “[...] dever-se-ia pois, curar de provar que, pelo contrário, de quantas religiões existiram, a cristã é a mais poética, a mais humana e favorável à liberdade, às letras e às artes; que o moderno mundo tudo lhe deve [...] que não é vergonhoso crer com Newton e Bossuet, Pascal e Racine” CHATEAUBRIAND 1956, vol. 1, p. 13). A associação entre civilização e cristianismo mostrou-se, desde então, decorrente, como evidenciado na passagem retirada da revista *Nitherói*, em 1836: “O Cristianismo, somente o Cristianismo, é o fundamento da religião moderna; foi ele quem salvou os restos da antiga; dele saiu a Filosofia, o Estado, a Moral sem exemplo, a Indústria, as Artes e a Poesia; em torno do Cristianismo se colocam os mais sublimes gênios, de que se enobrece a humanidade; os Agostinhos, Newton, Leibniz, Dante, Carlos Magno, Tasso, Michelângelo, Rafael, Bossuet e Fénelon inspirados foram pelo Cristianismo”, Apud: PINASSI, Maria Orlanda. **Nitheroy, revista brasileira de ciências, letras e artes**. Campinas: Unesp, 1998. p. 177.

²⁶ Cf. SESBOUÉ; THEOBALD 2006, pp. 172-173: “No campo da apologética literária, destaca-se Chateaubriand [...] Trata-se de uma apologética do sentimento, uma ‘poética do cristianismo’, e uma ‘teologia estética’, oposta à filosofia de Voltaire, para valorizar o sentimento religioso e ‘tocar o coração’. Obra única dentro da apologética clássica, obteve muito êxito no seu tempo, mas tem pouco vigor argumentativo”.

contornos, eminentemente, passionais, pelos quais o sujeito (individual ou coletivo) era instado a se deixar “afetar” por Deus, mas também, paradoxalmente, a lhe responder com toda a potência da sua vontade. Appropriada do vocabulário estóico pelo cristianismo, a noção de paixão (*passio*) adquiriu densidade teológica com a hermenêutica da Paixão de Cristo e foi, posteriormente, subjetivada pela cultura romântica (BUARQUE 2005, p. 5; DUARTE 2003, p. 183), que realçou seu duplo sentido de (des)possessão e de arrebatamento para além do *cogito* racional. Esse enfoque estava implícito no título do livro de Chateaubriand, pois, conforme já indicara Voltaire, a genialidade “parecia um dom dos deuses, esse *ingenium quasi ingenitum*, uma espécie de inspiração divina”,²⁷ implicando uma manifestação tanto do sobrenatural quanto da singularidade pessoal (BRANDÃO 2008, pp. 25-26).

A noção de *ingenium*, que foi retomada da retórica clássica (mais especificamente, de Quintiliano) e traduzida, ao longo do século XVIII, pelos vocábulos *esprit* (Boileau) e *génie* (Buffon), comportava assim o sentido de um talento inerente à pessoa, que não poderia ser atingido nem pela imitação (*imitatio*) nem pela técnica (*ars*) (SELIGMANN-SILVA 2003). Superava-se, com isso, a concepção alegórica, preponderante até o século anterior, de viés teológico (*allegoria in factis*), o qual pressupunha o recurso à tradição com decoro e com engenho, baseado no emprego de modelos retirados da história e da tratadística (CAETANO 2007). Mas, tal genialidade também poderia ser um legado coletivo, de povos e de culturas, configurando-se como seu fundamento identitário. Dessa forma, poder-se-ia falar do gênio de um idioma ou de uma religião – no caso, o cristianismo (SELIGMANN-SILVA 2003).

A figura do “gênio do cristianismo” pode ser assim considerada uma alegoria *in verbis*, a modalidade retórica greco-latina que atribuía a, pelo menos, um dos elementos de sua analogia o estatuto de signo, não lhe conferindo, portanto, uma dimensão real e histórica. O emprego da *allegoria in verbis*, de crescente difusão a partir do final do século XV, com a descoberta da *Poética* de Aristóteles, apresenta-se como intencional em cada autor e em sua interpretação como um ato do receptor, embora prevista por regras que estabeleciam certo grau de clareza, de acordo com o gênero ou a circunstância do discurso. A *allegoria in verbis* pode, dessa maneira, ser entendida como uma “ficção poética” (HANSEN 2006, pp. 116-117). Ela foi a escolha privilegiada dos humanistas, das igrejas protestantes e dos místicos (CERTEAU 1982b).

152

²⁷ “C’est surtout cette invention qui paraissait un don des dieux, cet *ingenium quasi ingenitum*, une espèce d’inspiration divine”, cf. VOLTAIRE. *Dictionnaire philosophique*. Verbete: “Génie”, Apud: BRANDÃO, Rodrigues. A filosofia e seu tempo: gênio e gosto segundo Voltaire. In: **A ordem do mundo e o homem**: estudos sobre metafísica e moral em Voltaire. Tese (Doutorado em Filosofia), São Paulo, USP, 2008. Segundo o autor, p. 25-26, “O gênio como termo ligado à inspiração, ao dom divino, traz consigo o mesmo apelo ao sobrenatural e ao incompreensível presente em seu sentido primeiro, quando se refere ao demônio pessoal. O artista gênio é o inspirado, cujo dom divino o torna superior àqueles que apesar de excelentes em seus gêneros não são dotados de originalidade. O gênio marca uma ruptura com seus predecessores – ele é criador”.

Em seu livro, contudo, ao associar civilização à fé católica, Chateaubriand inverteu as posições da apologética tradicional. A excelência do cristianismo encontrava-se em sua atuação no mundo, não em sua origem divina (GADILLE 1975):

Os defensores dos cristãos reincidiram no antigo desacerto que os perdera [...] Partindo da missão de Jesus Cristo, e derivando de consequência em consequência, estabeleciam, por certo, mui solidamente, as verdades da fé; mas este modo de argumentação, bom no século XVII, quando o essencial não era contestado, vinha a baldar-se em nossos dias. Urgia entrar no caminho oposto, passar do efeito à causa, pospor a prova de que o cristianismo é excelente por vir de Deus; mas provar que vem de Deus, porque é excelente (CHATEAUBRIAND 1956, v. 1, p. 12).

Foi, nesse sentido, que ele enumerou as obras católicas de caridade e de educação, os serviços prestados pelo Papado em prol da criação cultural, a influência da Igreja no aperfeiçoamento das leis e o papel das missões, que teriam permitido a povos, até então tidos como "ignorantes", ter acesso às mais altas formas da vida social. A narrativa de Chateaubriand conferiu ao cristianismo o papel de criador de civilização, em uma contraposição a Voltaire, que criticara o obscurantismo provocado por séculos de fanatismo e superstição religiosa:

153

[...] como já mostramos, a restauração das ciências, das artes e das letras se deve à Igreja: que a maior parte das grandes descobertas modernas, tais como a pólvora, os relógios, os óculos, a bússola, e em política o sistema representativo, lhe pertencem; que a agricultura, o comércio, as leis e o governo lhe devem obrigações imensas; que as suas missões levaram as ciências e as artes a povos civilizados, e as leis a povos bárbaros; que a sua cavalaria contribuiu poderosamente para salvar a Europa duma invasão de novos bárbaros; [...] um direito político e um direito das gentes, desconhecidos dos povos antigos; e mais que tudo, a abolição da escravatura. Quem não ficará convencido da beleza e excelência do cristianismo? (CHATEAUBRIAND 1956, v. 2, p. 308).

Na reformulação de sua apologética, Chateaubriand encadeou, de forma linear e progressiva, as temporalidades do passado e do presente, pois a constituição da civilização cristã, mesmo em moldes estéticos, não poderia ser considerada encerrada. Pelo contrário, ela continuaria suscitando novas maneiras de pensar e de viver a realidade.²⁸ Nesse sentido, Chateaubriand não endossou, por completo, a perspectiva romântica de idealização de um passado perdido, no qual, supostamente, vigoravam costumes e valores capazes de propiciar a felicidade.²⁹ Seus escritos incorporaram a experiência da aceleração e mesmo

²⁸ No que se refere à história, "Chateaubriand [...] queria fazer um gênero em que Bossuet substituísse a Voltaire como fonte de inspiração, mas sem o fatalismo providencialista do bispo de Metz, já que entendia o 'o pensamento social não retrocede, por mais que os fatos olhem com frequência em direção ao passado.'" (FONTANA 2004, p. 175-176).

²⁹ Tal imaginário encontrava-se presente, no campo literário (como na novela inglesa e no *Sturm and Drang* alemão) e também no filosófico, como em uma parcela da obra de Rousseau (que nem por isso deixava de ser um iluminista). De forma concomitante, iniciava-se um movimento de valorização da

da ruptura do tempo (HARTOG 2003, p. 77).³⁰ Dessa forma, a civilização cristã não era apresentada sob o formato da exemplaridade e da repetição, e sim da mudança histórica:

Mas grande tentativa do historiador moderno seria a mudança que o cristianismo operou na ordem social. O Evangelho, dando novas bases à moral, modificou a índole das nações e criou na Europa homens inteiramente diversos dos antigos por opiniões, governo, costumes, usos, ciências e artes (CHATEAUBRIAND 1956, v. 2, p. 65).³¹

Sob uma perspectiva similar, mais de um século depois da primeira edição de *O gênio do cristianismo*, o verbete "civilização cristã", do *Dictionnaire de Théologie Catholique*, publicado em 1923, afirmava que:

Da 'civilização moderna', como da 'civilização antiga', eliminemos o que é negativo, e acrescentemos o que lhe falta. Uma sábia aliança do passado e do presente mostra-se imperativa em política; a reconciliação da velha Igreja e do mundo moderno não é menos inviável. [...] O mais puro espírito cristão é, em seu conjunto, prudente e amplo, e o progresso da verdadeira civilização, da civilização cristã, daí decorre.³² (**Dictionnaire de Théologie Catholique** 1923) página?

É, entretanto, justamente, a perspectiva da mudança que iria permitir a Chateaubriand refutar a ideia de progresso como um conhecimento, exclusivamente, analítico e científico, pautado, somente, na reflexão humana, para o associar a uma moralidade metafísica e à ação da Providência: "A impiedade, isto é, a ausência de virtudes morais, constitui a razão imediata das desgraças dos povos: a ver, essa é uma base histórica muito mais nobre e muito mais segura [...]" (CHATEAUBRIAND 1956, v. 2, p. 53).

Assim, a apologética católica, considerando a consciência moral e a sensibilidade estética como dimensões privilegiadas da ação da Providência na história humana, conseguiu viabilizar a transmissão do *corpus* de doutrina e de valores da Igreja no decorrer do oitocentos. Operava-se, com isso, uma sutil

154

natureza e da vida campestre em resposta à crescente industrialização dos principais centros urbanos (DUARTE 2004).

³⁰ Tal romantismo nostálgico, todavia, principalmente, em suas formulações iniciais, não deixou de pensar a mudança, pois foi ao reconhecer a iminência da perda da "experiência" que se dedicou a retê-la.

³¹ Algumas passagens da obra de Chateaubriand parecem refutar tal assertiva, como, por exemplo, "Mas em moral e história, gira-se no terreno estreito da verdade; é forçoso, a despeito de tudo, recair em observações conhecidas. Que vereda histórica ainda não trilhada, restava aos modernos? Podiam imitar apenas, e nessas imitações, muitas causas lhes tolheriam o acesso à altura dos seus modelos" (CHATEAUBRIAND 1956, v. 2, p. 60). Mas, tal limite é utilizado como recurso argumentativo para realçar a importância da contribuição do cristianismo para escrita de uma "nova" história: "Tendo estes [os antigos] consumido todos os gêneros de pintura [a história era considerada por Chateaubriand uma modalidade poética, junto com as belas-artes e a literatura, mas também um campo da filosofia e da política], era necessário que o cristianismo proporcionasse um novo gênero de pensar e refletir, [sem o qual] aliás os modernos nunca poderiam dar à história uma fisionomia nova" (CHATEAUBRIAND 1956, v. 2, p. 59).

³² Cf. versão original em francês: "De la 'civilisation moderne' comme de la 'civilisation ancienne' éliminons ce qui est mauvais, et ajoutons-y ce qui y manque. Un sage accord du passé et du présent s'impose en politique; la réconciliation de la vieille Église et du monde moderne n'est pas moins possible. [...] Le plus pur esprit chrétien est prudent et large tout ensemble, et le progrès de la civilisation véritable, de la civilisation chrétienne, est à ce prix". **Dictionnaire de Théologie Catholique** 1923.

mutação, inclusive dentro do catolicismo, que deslocava o horizonte de expectativa de um plano escatológico para aquele de um futuro ainda impreciso, embora já histórico (KOSELLECK 1997, p. 59).

Referências bibliográficas

AGOSTINHO, santo. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 2002.

A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 1996.

BRANDÃO, Rodrigues. A filosofia e seu tempo: gênio e gosto segundo Voltaire. In: **A ordem do mundo e o homem**: estudos sobre metafísica e moral em Voltaire. Tese (Doutorado em Filosofia), São Paulo, USP, 2008.

BUARQUE, Virgínia. **Paixão de santidade**: o epistolário de Madre Maria José de Jesus. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro, UFRJ, 2005.

CAETANO, Daniele Nunes. O processo de produção imagético-retórica da alegoria. **Cadernos de arquitetura e urbanismo**, Belo Horizonte, v.14, n.15, dez. 2007.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982a.

_____. **La fable mystique, 1**. Paris: Gallimard, 1982b.

CHATEAUBRIAND, François René. **O gênio do cristianismo**. São Paulo: Brasileira, 1956. V. 1 e 2.

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **A teologia moral em meio a evoluções históricas**. Brasília: Edições CNBB, 2009.

DELUMEAU, Jean. **A confissão e o perdão**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

Dictionnaire de spiritualité, ascétique et mystique, doctrine et histoire. Paris: Beauchesne: 1937-1976.

Dictionnaire de théologie catholique Contenant l'exposé des doctrines de la théologie catholique, leurs preuves et leur histoire. Paris: Letouzey et ané, 1923. T. II.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. A pulsão romântica e as ciências humanas no Ocidente. **Revista brasileira de ciências sociais**. V. 19, n. 55, jun. 2004.

_____. Sujeito, soberano, assujeitado: paradoxos da pessoa ocidental moderna. In: ARÁN, Márcia (org.). **Soberanias**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2003.

ESTRADA, Juan Antônio. **Deus nas tradições filosóficas**. V. 2. Da morte de Deus à crise do sujeito. São Paulo: Paulus, 2003.

GADILLE, Jacques. Le concept de civilisation chrétienne dans la pensée romantique. In: DERRÉ, J. R., DAILLE, J. DE MONTCLOS, X. e PLONGERON,

B. **Civilisation chrétienne**: approche historique d'une idéologie. XVIII^e-XX^e siècles. Paris: Beauchesne, 1975.

HANSEN, João Adolfo. **Alegoria**: construção e interpretação da metáfora. São Paulo: Hedra; Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.

_____. Positivo/natural: sátira barroca e anatomia política. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 3, n. 6, 64-88, maio-ago. 1989.

HARTOG, François. Chateaubriand: entre l'ancien et le nouveau régime d'historicité. **Régimes d'historicité**. Présentisme et expériences du temps. Paris: Du Seuil, 2003.

JAPIASSÚ, Hilton e MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 3^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

JULIA, Dominique. O sacerdote. In: VOVELLE, Michel (dir.). **O homem do iluminismo**. Lisboa: Presença, 1997.

KOSELLECK, Reinhart. Le concept de l'histoire. In: **L'expérience de l'histoire**. Paris: Seuil/Gallimard, 1997.

LACOSTE, Yves (dir.). **Dicionário crítico de teologia**. São Paulo: Paulinas/Loyola, 2004.

LIGÓRIO, Afonso Maria de. **Escola de perfeição cristã para seculares e religiosos**. Obra completa dos escritos de santo Afonso Maria de Ligório. Petrópolis: Vozes, 1955.

_____. **Obras ascéticas de san Alfonso Maria de Ligório**. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1954. V. II.

LOPES, Marcos Antônio. *Ars historica* no antigo regime: a história antes da historiografia. **VARIA HISTORIA**, Belo Horizonte, v. 24, n. 40, p.633-656, jul.-dez. 2008.

MASSIMI, Marina. O ensino da psicologia nos seminários episcopais do Rio de Janeiro e São Paulo, no século XIX. **Revista da SBHC**, n. 9, 41-50, 1993.

PÉCORA, Alcir. **Teatro do Sacramento**. A unidade teológico-retórico-política dos sermões de Antônio Vieira. São Paulo: Universidade de São Paulo; Campinas: Universidade de Campinas, 1994.

PINASSI, Maria Orlanda. **Nitheroy, revista brasiliense de ciências, letras e artes**. Campinas: Unesp, 1998.

RÉMOND, René. **Histoire de la France religieuse**. T. 4. Paris: Du Seuil, 1992.

RENAULT, Alain. **O indivíduo**: reflexão acerca da filosofia do sujeito. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

SANTOS, Pedro Paulo Alves dos. Civitas in civibus est, non in parietibus. *Revista Archai*, Brasília, n. 02, 59-74, Jan 2009. Disponível em <http://archai.unb.br/revista>

- SELIGMANN-SILVA, Márcio. Do gênio da língua ao tradutor como gênio. **DELTA**, vol.19, número especial, p. 175-191, 2003.
- SERRY, Hervé. Literatura e catolicismo na França (1880-1914): contribuição a uma sociohistória da crença. **Tempo social**. vol.16, n.1, 129-152, 2004.
- SESBOUÉ, Bernard e THEOBALD, Christoph. **História dos dogmas**. T. 4: *A palavra da salvação* (séculos XVIII – XX). T. 4. São Paulo: Loyola, 2006.
- SILVA, Cláudio Henrique da. Virtudes e vícios em Aristóteles e Tomás de Aquino: oposição e prudência. **Boletim do CPA**, Campinas, nº 5/6, jan./dez. 1998.
- STAROBINSKI, Jean. A palavra civilização. **Máscaras da civilização**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.
- TOMÁS DE AQUINO. **Suma teológica**. < sumateologica.permanencia.org.br/suma.htm > Acesso em 30 dez. 2009.
- VILANOVA, Evangelista. A filosofia transcendental de Kant. **Historia de la teologia cristiana**. T. III. Barcelona: Herder, 1992.
- WALSHAM, Alexandra. **Providence in early modern England**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

Da progressão dos costumes à história natural da humanidade: reflexões escocesas sobre a temporalidade histórica

From progression of manners to natural history of mankind: Scottish thinking on historical temporality

A. P. Leme Lopes

Professor Adjunto
Universidade de Brasília
lemelopes@unb.br
SQN 308, bloco K, aptº 602
70747-110 - Brasília - DF
Brasil

Resumo

Durante a segunda metade do século dezoito, intelectuais escoceses como David Hume, William Robertson, Adam Smith, Lorde Kames (Henry Home) e Adam Ferguson refletiram, longamente, sobre as fases do desenvolvimento da humanidade, desde suas origens até o estabelecimento da civilização. Essa reflexão tomou a forma de um gênero historiográfico tipicamente escocês, a "história natural da humanidade". Inseparável do contexto iluminista da época, a história natural escocesa dividiu a evolução da sociedade em etapas e estabeleceu valores morais para cada uma delas. Neste artigo, buscamos traçar um breve panorama dessa linha historiográfica.

158

Palavras-chave

História da historiografia; História das ideias; Iluminismo Escocês.

Abstract

At the second half of the eighteenth century, Scottish thinkers David Hume, William Robertson, Adam Smith, Lord Kames (Henry Home), and Adam Ferguson wrote extensively on the stages of human society, from its origins to civilisation. These works fashioned a typically Scottish historiographical genre, the "Natural history of mankind". This genre, intimate of the Age of Enlightenment in its Scottish form, divided the evolution of mankind in stages and established moral values for each one. Here, my goal is to draw a summary of this historiographical trend.

Keywords

History of historiography; History of ideas; Scottish Enlightenment.

Enviado em: 6/12/2010

Aprovado em: 21/2/2011

Sobre esse assunto interessante, o progresso da sociedade na Europa, um forte raio de luz filosófica irrompeu da Escócia em nosso próprio tempo; e é com estima pública e particular que eu repito os nomes de Hume, Robertson e Adam Smith. (Gibbon 1983-1990, vol. 7, p. 420.)

Edward Gibbon escreveu essas linhas no último volume de sua *History of the decline and fall of the Roman Empire* (1788), reconhecendo seu débito com alguns dos mais destacados de seus contemporâneos. É interessante, no entanto, observarmos a geografia com cuidado. A Escócia, reconhecida em quase toda a Europa como um dos lugares mais atrasados e remotos do continente, foi a fonte da “luz filosófica” que iluminou a reflexão sobre o progresso da sociedade. De fato, a discussão filosófica e historiográfica da trajetória da sociedade humana, em seus diversos estádios, desde suas origens até alcançar a “civilização”, foi ampla, na Escócia, e se consolidou no que quase pode ser chamado um gênero à parte: a “história natural da humanidade”.

Embora as primeiras obras da historiografia escocesa datem de muito antes, a preocupação com a ideia do “progresso da sociedade” pode ser traçada até uma das mais importantes obras de crítica homérica do século dezoito: a *Enquiry into the life and writings of Homer* (1735), de Thomas Blackwell. Em sua obra sobre o poeta-mor da Grécia, Blackwell rejeitou o dístico de poeta divino, que por séculos fora suficiente para justificar a superioridade do autor da *Ilíada*, explicando que “os poemas homéricos são composições humanas, inspiradas por nenhum outro poder além de suas próprias faculdades naturais e [d]as oportunidades de sua educação.” (BLACKWELL 1972, p. 11).

O que marca o *Enquiry* como obra fundamental na reflexão historiográfica escocesa é a ênfase no que o helenista escocês chamou de “as oportunidades de sua educação” – ou, em outra ocasião, as “vantagens públicas” de Homero: os costumes e o estado da Grécia em seu tempo. Portanto, segundo Blackwell, as circunstâncias do contexto histórico de Homero foram fundamentais para explicar o surgimento desse gigante poético na Antiguidade grega. Se o mesmo indivíduo tivesse vivido em outra época, não teria sido capaz de produzir a *Ilíada* e a *Odisseia*.

É interessante observarmos que um helenista erudito respondeu a uma questão que poderia ser classificada, à primeira vista, como literária ou como filológica com uma obra histórica. Desde, no mínimo, a *Rerum Scoticarum Historia* (1582), de George Buchanan (1506-1582), às obras setecentistas de Lorde Kames (Henry Home, 1696-1782), Adam Smith (1723-1790) e Adam Ferguson (1723-1816), os escoceses raciocinaram sobre diversas questões usando a historiografia. De fato, Buchanan escreveu uma história dos reis escoceses para justificar a deposição da rainha Mary Stuart, um problema político, com precedentes históricos. Kames apontou a originalidade de algumas leis de propriedade escocesas fazendo o que pode ser considerado uma história jurídica da Escócia. Smith analisou a organização do sistema econômico de sua época – e diversas outras questões – de uma perspectiva histórica. E Ferguson analisou as estruturas da sociedade civil refletindo sobre a queda da

república romana e sobre as transformações na sociedade humana ao longo do tempo. Para onde quer que nos voltemos, a reflexão histórica é inseparável do pensamento escocês no século XVIII e, provavelmente, desde muito antes (cf. ALLAN 1993, introdução e cap. 3).

A questão temporal insinua-se, na obra de Thomas Blackwell, por meio do conceito de “conjuntura”, nome dado, pelo helenista, ao conjunto de circunstâncias de um determinado período histórico. Era essa noção que pretendia explicar a antiga questão de por que os “grandes mestres de cada profissão e ciência sempre surgem no mesmo período de tempo e são do mesmo feitio e modelo” (M. Veleio Patérculo, *História romana*, livro I; *apud* BLACKWELL 1972, p. 74). Assim, por meio do percurso das diferentes “conjunturas”, podemos esclarecer a série das ideias e das produções literárias, pois

são apenas os diferentes períodos, naturalmente sucedendo-se pela *progressão dos costumes*, que podem esclarecer a sucessão do espírito [*wit*] e da literatura. [...] pois eles constituem causas fixas e uniformes e nunca falham em produzir seus efeitos, se nenhuma violência externa sustar sua operação. (BLACKWELL 1972, pp. 76-77, grifos nossos).

A ideia de “progressão dos costumes”, portanto, é central para nossa análise, pois é, por meio dela, que se estabelece a sucessão dos períodos históricos:

Existe, meu senhor, uma coisa muito árdua de descrever, ainda que tenha ocorrido em todas as épocas e nações. Raros povos conseguem observá-la e, em consequência, não se inventaram termos para exprimir uma percepção extraída das mais amplas perspectivas dos negócios humanos. Pode-se denominá-la *progressão dos costumes*, e depende principalmente de nossas *fortunas*. (BLACKWELL 1972, p. 13, grifos nossos).

160

Devemos observar, no entanto, que “progressão dos costumes” não é sinônimo de “progresso”. Não resta dúvida de que, por meio do conceito de Blackwell, insinua-se um movimento ascendente na história da humanidade, que leva da barbárie à vida civilizada. Mas, a relação explícita de *dependência* da “progressão dos costumes” para com a ideia de “fortuna” impede-nos de identificar, completamente, “progressão” com “progresso”: “se está implícito em Blackwell um esboço do que chamamos de progresso, a esse esboço parecem estranhos o caráter de necessidade e o desenvolvimento linear” (LACERDA 2003, p. 169). De fato, a noção de ‘progressão dos costumes’ não delinea uma sucessão necessária de estados sociais e a transição de uma conjuntura a outra tanto pode ser “natural” – como “quando os agricultores nativos de um país avançam, por desígnio e ordem, de um estado de ignorância e barbárie para o de riqueza e poder” – quanto pode ser regido por fenômenos casuais, quase aleatórios – como “quando uma invasão ou conquista modifica por completo a face das coisas” (BLACKWELL 1972, p. 14).

Além do mais, não podemos deixar de observar que não há, no *Enquiry*, qualquer pretensão de traçar ou de identificar *leis gerais de transformação das sociedades*. Por mais que a investigação da “questão homérica” envolvesse

uma teoria da “ascensão das artes e do progresso das línguas e do saber” (Lacerda 2003: 169), o único objetivo da obra era mostrar a dependência das composições poéticas em relação à época e às circunstâncias de sua produção. A resposta a essa questão literária foi, sem sombra de dúvidas, histórica. Mas, não há ainda nenhum tipo de análise filosófica do que Gibbon chamou de “progresso da sociedade”.

Ainda assim, podemos dizer que a história ensaiada por Blackwell, no *Enquiry*, era do mesmo tipo da que, mais tarde, Lorde Kames, Adam Smith e Adam Ferguson chamariam de “história natural”. Basta observarmos que, em suas *Letters concerning mythology*, o helenista criticava a historiografia tradicional como algo que se limitava a ensinar “que rei reinou em tal época e que batalhas se travaram” (cf. LACERDA 2003, pp.173-174), assuntos que não passavam de “intrigas insignificantes na tragicomédia do mundo” (ibidem), e propunha em seu lugar uma “história moral e filosófica” (ibidem). Para ser “útil” e “instrutiva”, a história deveria, a seu ver, “relatar em que simplicidade os homens começaram, por que degraus saíram desse modo de vida [...] e, em seguida, que novas formas e modificações se superpuseram pela invenção das artes, quais pela religião e quais pela superstição” (ibidem).

É possível, portanto, vermos Thomas Blackwell como um precursor da chamada “história natural do homem” escocesa. De fato, seu conceito de “progressão dos costumes” remete à imagem de um aperfeiçoamento gradual, dividido em fases (que o helenista nomeou “conjunturas”) e, bem de acordo com isso, ele aplicava o adjetivo “natural” ao encadeamento dos períodos. Mesmo a ênfase de Blackwell em uma variável tão aleatória como a “fortuna”, que deveria apagar qualquer ideia de um sentido para o desenrolar do processo histórico, não deve nos tirar do caminho correto, pois o resumo da história grega descrito por Blackwell tem um sentido claro:

Os alternados avanços e recuos, correspondentes às viradas da fortuna, em seu conjunto configuram o trânsito da desordem tribal à disciplina política, da escassez de recursos à riqueza das cidades, da existência rústica aos requintes da vida urbana; em suma, da barbárie à civilização. (LACERDA 2003, p. 178)

Nunca é demais lembrarmos, no entanto, que a progressão delineada por Blackwell cobre apenas uma pequena parte da história helênica e, portanto, não pode ser tomada como uma interpretação universal da história. Foram apenas os teóricos da segunda metade do século que levaram as ideias do helenista adiante e desenvolveram uma modalidade de história dedicada a traçar “a trajetória ideal (ou típica) da humanidade – ou de alguns de seus aspectos, como linguagem, artes, governo, religião, etc. –, desde um estado inicial, qualificado de ‘rude’ ou equivalente, até a condição civilizada” (LACERDA 2003, p. 177).

As obras fundamentais desse gênero historiográfico foram *An essay on the history of civil society* [*Um ensaio sobre a história da sociedade civil*], de

Adam Ferguson (1767), *The origin of the distinction of ranks* [A origem da distinção das classes], de John Millar (1771), *Sketches on the history of man* [Esboços sobre a história do homem], de Lorde Kames (1774), e, com um estatuto um pouco peculiar, a *The natural history of religion* [História natural da religião], de David Hume (1757).

A *História natural da religião*, de Hume, obra que dá nome a todo um conjunto de histórias, ocupa um lugar à parte no *corpus* do filósofo. Ao discutir o “fundamento racional” e a “origem na natureza humana” da religião, o escocês não procedeu empiricamente. Ao contrário, utilizou um *método dedutivo* para traçar o *devir* religioso da humanidade em uma sucessão *necessária* de etapas. Os “fatos empíricos” das “religiões reais” aparecem apenas como exemplos destinados a reforçar a reconstrução *conjectural* do “aprimoramento da sociedade humana desde seus mais primitivos começos até um estado de maior perfeição” (HUME 2005, p. 21). Desse ponto de vista, a *História natural* não é uma “história real”, no sentido em que Hume usa essa expressão para qualificar a obra de Tucídides. Também não se trata de uma “gênese”, ou seja, da reconstituição de um processo hipotético que ignora os fatos e é deduzido, exclusivamente, através da natureza humana. Ao contrário, em quase todas as passagens de sua investigação, Hume acumula exemplos “factuais” que apoiam sua tese:

É um fato incontestável que aproximadamente mil e setecentos anos atrás toda a humanidade era politeísta. Os princípios incertos e céticos de alguns filósofos, ou o monoteísmo, que não era inteiramente puro, de uma ou duas nações, não constituem objeções dignas de ser consideradas. Vejamos então o claro testemunho da história. (HUME 2005, p. 23, grifos nossos).

162

Nem história “factual”, nem reconstituição “genética”, a “história natural” de Hume visava a retratar a trajetória que uma nação *típica* deve seguir, *naturalmente*, se circunstâncias extraordinárias não interferissem. É apenas, nesse sentido, que podemos também incluir Adam Smith nesse grupo de historiadores. Não resta dúvida de que ele nunca escreveu uma “história real” no sentido de Hume. Mas, de outro ponto de vista, suas aulas na universidade de Glasgow, frequentemente, tomaram a forma de “histórias naturais”, traçando os desdobramentos, por exemplo, da linguagem e da justiça através dos tempos, como podemos ver nos relatos discentes de seus cursos de retórica (1762-1763) e de jurisprudência (1762-1763 e 1766). Assim, Adam Smith, mesmo sem ter sido um historiador “de ofício”, colaborou para ampliar o nosso entendimento da historiografia “como arqueologia do passado, como estudo do processo de mudança social e como macronarrativa” (POCOCK 1999, p. 309).

Tomemos um exemplo, retirado de suas aulas de retórica. Logo no início do curso, Smith aventura-se a conjecturar sobre a “origem e o progresso da linguagem” (Smith 1985, p.9). Tratava-se, precisamente, de desenvolver uma história do surgimento da linguagem a partir do estado de natureza:

Dois selvagens, que se encontram e passam a habitar o mesmo lugar, em breve se aventurariam a usar sinais para indicar aqueles objetos com os quais conviviam mais frequentemente e com os quais mais se preocupavam. A caverna na qual moravam, a árvore da qual eles obtinham alimento ou a fonte de onde bebiam em breve seriam distinguidas por nomes particulares, pois teriam ocasiões frequentes de fazer seus pensamentos sobre essas coisas conhecidos um ao outro e iriam, por consenso mútuo, concordar em certos sinais pelos quais isso seria conseguido.

Depois, quando encontrassem outras árvores, cavernas e fontes sobre as quais teriam oportunidade de conversar, naturalmente dariam a elas o mesmo nome que antes tinham dado aos outros objetos do mesmo tipo. A associação de idéias entre as cavernas, árvores etc. e as palavras pelas quais eles as teriam indicado, naturalmente sugeriria que as coisas do mesmo tipo deveriam ser indicadas pelas mesmas palavras (SMITH 1985, p. 9).

A partir disso, tendo “resolvido” a questão da formação dos substantivos, Smith discutia como poderiam ter se formado as preposições e os adjetivos, as flexões de gênero e de número, os verbos e assim por diante. Tratava-se, portanto, de uma história baseada não em fatos, mas em conjecturas, em possibilidades, em experimentos de pensamento. Dugald Stewart, três anos após a morte de Smith, já chamava esse tipo de metodologia histórica de “história teórica” ou “conjectural”, uma expressão que, segundo o próprio, “corresponde proximamente em seu sentido àquela de ‘história natural’, como empregada pelo Sr. Hume, e ao que alguns autores franceses chamaram *histoire raisonnée*” (STEWART 1982, p.293). Segundo ele,

163

ao examinar a história da humanidade, assim como examinamos os fenômenos do mundo material, quando não podemos traçar o processo pelo qual um evento *foi* produzido, é frequentemente importante mostrar como ele *poderia ter sido* produzido por causas naturais. Assim, no caso que sugeriu essas observações [a dissertação sobre a origem da linguagem publicada por Adam Smith], embora seja impossível determinar com certeza os passos pelos quais qualquer linguagem particular foi formada, se pudermos demonstrar, a partir dos princípios gerais da natureza humana, como todas as suas variadas partes podem ter gradualmente surgido, a mente não apenas se satisfaz até certo ponto, como detemos aquela filosofia indolente que refere a um milagre quaisquer aparições, tanto no mundo natural quanto no mundo moral, que ela é incapaz de explicar. (ibidem)

Não se trata, portanto, de ignorar os fatos, mas, sim, de raciocinar com a conjectura quando eles não são conhecidos. É a ausência de documentação que, em princípio, confere legitimidade à reconstituição das origens. Mas, mesmo que duas diferentes histórias se contradissem ou se uma documentação recém-descoberta, porventura, viesse a contestar a história construída através da conjectura, isso não teria importância:

Que elas [as histórias conjecturais] tenham acontecido ou não, é com frequência uma questão de somenos consequência. Na maior parte dos casos é mais importante apurar o progresso mais simples do que aquele que é mais adequado aos fatos; pois, paradoxal como essa proposição

possa parecer, é certamente verdadeiro que o progresso real não é sempre o mais natural. Ele pode ter sido formado por acidentes particulares, que não são prováveis de acontecer de novo e que não podem ser considerados como parte de qualquer prescrição que a natureza fez para o melhoramento da raça. (idem, p. 296).

Ou seja, a história natural é um *construto* que procedia por analogia e por abstração e, no fim das contas, não importava se o curso histórico seguiu, *realmente*, por aquele caminho “direto” ou desviou-se devido ao acaso e à fortuna (lembremo-nos das invasões e conquistas aventadas por Blackwell). O importante era traçar um caminho *teórico* pelo qual a humanidade *poderia* ter se desenvolvido. Era apenas assim que a história poderia permitir aos filósofos deduzir os princípios e o sentido geral do desenvolvimento dos homens.

E qual era, no século dezoito, o caminho típico do desenvolvimento da humanidade? Adam Ferguson respondeu: “não apenas o indivíduo avança da infância para a maturidade, mas a própria espécie [avança] da rudeza à civilização” (FERGUSON 1809, p. 1). É sintomático que Ferguson tenha empregado aqui, pela primeira vez em inglês com esse sentido, o termo “civilização” [*civilisation*], ao invés de “refinamento” [*refinement*]. Tal procedimento inscrevia a “sociedade civil” no processo que leva da “rudeza” à “polidez”, afastando-a do sentido de simples oposição a um “estado de natureza”: “o adjetivo ‘civil’ não é compreensível em Ferguson a não ser por referência ao processo da ‘civilização’”. A sociedade civil é [para ele] a sociedade humana na medida em que se civiliza. E, o que é igualmente decisivo, se civiliza *gradualmente*” (BINOCHE 1994, p. 103, grifo do autor). Comparemos com a formulação de Dugald Stewart:

Quando, numa época como a que vivemos, comparamos nossos talentos intelectuais, nossas opiniões, nossos costumes e instituições com aquelas que prevalecem entre as tribos rudes, não pode deixar de nos ocorrer uma questão interessante, por quais *passos graduais* a transição realizou-se dos primeiros esforços simples da natureza não cultivada a um estado de coisas tão maravilhosamente artificial e complicado. (STEWART 1982, p. 292, grifos nossos).

De maneira geral, as etapas do desenvolvimento gradual da humanidade eram definidas da seguinte maneira:

Há três estádios na sociedade humana. O primeiro é resultado da consanguinidade e da afeição natural dos membros de uma família uns pelos outros. O segundo começa quando a propriedade é estabelecida e os homens se associam para defesa mútua contra as invasões e as injustiças dos vizinhos. A humanidade se submete, no terceiro, a certas leis e à obediência ao governo, ao qual eles confiam a segurança de suas pessoas e propriedades. Como o primeiro é formado na natureza, então, é claro, é o mais nobre e desinteressado. Os homens, no último, têm tempo livre para cultivar a mente e restaurá-la, pela reflexão, a uma dignidade primeva de sentimentos. O estágio intermediário é a região da completa barbárie e ignorância. (MACPHERSON 1996, p. 211).

O primeiro estágio, portanto, era o do homem "natural", do homem "selvagem", habitante das selvas e das cavernas. Em seguida, os homens conheciam a propriedade privada e, vivendo sob governos despóticos e inseguros, tornavam-se "bárbaros" em uma espécie de "limbo" entre a natureza e a civilização. Apenas com o refinamento da terceira etapa, era possível à humanidade, recuperar a dignidade da natureza, mantendo as "melhorias" introduzidas pela barbárie, como a política e a economia.¹

É interessante observarmos que, se o bárbaro era uma personagem antiga, o selvagem foi uma invenção moderna. Apenas quando os europeus, "que acreditavam que sua pré-história era apenas aquela dos clãs patriarcais de pastores" (POCOCK 2005, p.3) ou dos nômades das estepes, cruzaram os mares e se depararam com povos cuja principal forma de subsistência era a caça ou a coleta foi que surgiu a noção de que havia uma etapa anterior à barbárie no desenvolvimento da humanidade (POCOCK 2005, p. 3).

Antes do século XVIII, "selvagem" e "bárbaro" eram termos intercambiáveis. Ambos referiam-se a seres aos quais faltavam algumas das características do ser humano. Os gregos, por exemplo, reconheciam a existência de bárbaros orientais, como, por exemplo, os persas, que eram "civilizados", mas não livres e de bárbaros nórdicos, como os citas, "naturalmente livres", mas desprovidos das artes da civilização. Ao lado desses, no entanto, havia espaço para seres inclassificáveis, quase pré-humanos, como, por exemplo, os ciclopes da *Odisseia*: Polifemo era um solitário, não conhecia estrutura social de espécie nenhuma e, além disso, tratava-se de um antropófago, característica que se tornaria a quintessência da selvageria. Contudo, como condiz ao imaginário europeu anterior a 1492, o filho de Poseidon não era caçador, mas sim pastor de ovelhas.

A imagem do ser pré-social, portanto, do habitante das selvas e das cavernas, já fora idealizada muito antes de Colombo. Mas, se a ideia da selvageria foi *concebida* no Velho Mundo, o selvagem só foi *encontrado* no Novo. Ao contrário dos inúmeros relatos de encontros com povos pastoris e saqueadores de gado, que tanto contribuíram para formar a imagem europeia dos "bárbaros" – muitas vezes, mas não, exclusivamente, na fronteira gaélica da Escócia –, não há nenhum testemunho de encontros europeus com civilizações de caçadores/coletores antes da exploração das Américas, como nos conta Adam Smith:

As nações mais bárbaras, seja da África ou das Índias Orientais, eram pastoris; mesmo os hotentotes [grupo étnico do sudoeste da África] o eram. Mas os nativos de todas as partes da América, com a exceção do México e do Peru, eram apenas caçadores; e a diferença é muito grande entre o número de pastores e aquele de caçadores que a mesma extensão de território fértil pode manter (SMITH 1814, vol. 2, p. 491).

¹ É importante ressaltar, no entanto, que, apesar do período intermediário testemunhar "a dissolução total dos valores primordiais", trata-se de "um período *necessário*, sem o qual o terceiro estágio, a civilização, não poderia surgir" (RUBEL 1978, pp. 33-34).

Com as viagens ao Novo Mundo, surgiu a questão de qualificar seus habitantes e de encaixá-los nos esquemas preconcebidos de classificação dos seres. Em um primeiro momento, o recurso aos antigos assegurou os pontos de referência necessários para a domesticação do desconhecido e o próprio Colombo, em suas viagens, encontrou sereias e buscou informações sobre as amazonas.

Por meio dos esquemas classificatórios do mundo antigo, era possível enquadrar todas as culturas do Novo Mundo como "bárbaras", pois mesmo os urbanos incas e astecas eram estranhos que desconheciam Cristo, o que os colocava em um patamar inferior aos europeus. Mas, alguns povos ficavam aquém dessa classificação por falarem o que não parecia uma língua articulada, vagarem sem moradia fixa, comerem os alimentos crus e adotarem práticas tão anômalas aos olhos dos europeus, que lhes pareciam costumes "não naturais", como a sodomia, o canibalismo e o incesto. Eis aí os ciclopes do imaginário antigo, verdadeiros seres "pré-humanos". Nesse ponto, os americanos foram identificados com os homens do hipotético "estado de natureza".

Contribuiu para isso a consideração da propriedade privada como um direito fundamental do homem na sociedade civil, pois a existência de um período da história que não conhecia a propriedade – uma época não descrita na história bíblica ou mitológica, embora capaz de ser aproximada de momentos vividos por ambas – era uma ferramenta eficaz para explicar o momento da apropriação. Não nos admira que essas explicações tenham se desenvolvido na mesma época em que franceses e ingleses começaram a disputar espaço com os espanhóis no Novo Mundo. Locke, que promovia a colonização da atual região da Carolina, foi um dos primeiros a descrever um estado de natureza "progressivo", no qual os homens, inicialmente, viviam daquilo que a terra lhes dava: "o cervo pertence ao índio que o matou", "embora antes, ele fosse um direito comum a todos" (LOCKE 1980, p. 20). Apenas através da aplicação de trabalho aos recursos naturais tornava-se possível falar de propriedade.

A questão da propriedade privada, portanto, foi vista como uma etapa fundamental no desenvolvimento da humanidade. Era ela que diferenciava os homens "naturais", quase pré-humanos, daqueles que, afastados das virtudes primordiais, já demonstravam alguns valores sociais, mas ainda erravam entre a natureza e a civilização.

Adam Smith, ampliando o tradicional esquema de três estádios, dividiu as fases da humanidade em quatro, seguindo um padrão de atividade econômica. Segundo ele, os homens foram sucessivamente 1) caçadores/coletores, 2) pastores, 3) agricultores e, finalmente, 4) comerciantes (SMITH 1982, p. 14).² Tradicionalmente, os pastores dividiam com os caçadores o estádio da selvageria, mas, segundo Smith, foi a domesticação dos animais e não a posse da terra que introduziu, pela primeira vez, na história da humanidade, a propriedade e suas consequências: o governo, a guerra e as distinções de classe.

² Tal divisão também aparece em várias passagens de *The wealth of nations*.

De qualquer modo, Adam Smith podia discordar de seus compatriotas em relação ao número de estádios e em relação ao momento do estabelecimento da propriedade privada, mas o consenso era total em marcar a apropriação como o momento fundamental em que a humanidade abandonou a selvageria e a natureza e iniciou-se nas artes da civilização: “[uma vez] a propriedade estabelecida e a indústria posta em ação, o terreno para a subordinação e o governo está assentado” (John Logan, *Elements of the philosophy of history* [1781]; *apud* RUBEL 1978, pp. 44-45).³

De todo modo, o sentido geral do desenvolvimento era consensual. Inicialmente, a humanidade vivia em um “estado de natureza” identificado, solidamente, com a era dos caçadores. A partir dos conflitos em torno da propriedade, houve a desarticulação da simplicidade “natural” da sociedade primeva, o que levou, após um longo processo de mudança dos costumes, à civilização e ao refinamento, estádio representado pela segurança das leis e pelo comércio. A propriedade privada fora, portanto, o grande diferencial entre os dois primeiros estádios da história:

Das nações que vivem nessas, ou em qualquer outra das partes menos cultivadas da terra, algumas confiam sua subsistência principalmente à caça, pesca ou aos produtos naturais do solo. Elas dão pouca atenção à propriedade e raramente a qualquer início de subordinação ou governo. Outras, possuidoras [do conhecimento] das ervas e dependendo para seu aprovisionamento de pastos, sabem o que é serem pobres e ricas. Elas conhecem as relações entre patronos e clientes, servos e mestres e pelas medidas da fortuna determinam seu estatuto. Essa distinção deve criar uma diferença material de caráter e pode fornecer duas categorias separadas, sob as quais considerar a história da humanidade em seu estado mais rude: aquela do selvagem, que ainda não conhece a propriedade e a do bárbaro, para quem ela é, embora não apurada pelas leis, um importante objeto de cuidado e desejo. (FERGUSON 1809, pp. 133-134).

167

Foi, portanto, a introdução do conceito de propriedade privada, no imaginário da humanidade, que destruiu o hipotético sistema socioeconômico de divisão igualitária dos produtos do trabalho por todos os membros do grupo social, dando início a uma nova ordem, na qual os indivíduos passaram a ser classificados por suas posses. Os conflitos entre esses nascentes estratos sociais não demoraram a aparecer: “os indivíduos tendo agora encontrado interesses separados, as ligações da sociedade tornaram-se menos firmes e as desordens domésticas mais frequentes” (FERGUSON 1809, p. 160). Ou seja, entre as benesses da natureza e da civilização, os males da barbárie:

³ A ideia da apropriação como passagem do estado de natureza para os primórdios da civilização pode ser encontrada em diversos autores escoceses. Escolhemos citar o desconhecido John Logan por estarmos atentos a uma preocupação expressada por David Allan (ALLAN 1993, p. 11). Esse autor sustenta que as análises do chamado Iluminismo escocês, normalmente, concentram-se em alguns poucos pensadores “clássicos” e reconhecidos ignorando uma enorme massa de escritores desconhecidos que, não obstante sua obscuridade atual, também participou, ativamente, do momento intelectual. A obra dos grandes *literati* escoceses não estava apartada de sua época e de sua sociedade ou, sequer, expressava um pensamento partilhado apenas por um grupo de “conspiradores intelectuais”, mas fazia parte de um movimento muito amplo de reforma e de crítica social e que abarcou, igualmente, o mundo “prático” dos engenheiros, dos donos de terra e dos funcionários da coroa.

O apetite pela propriedade, em sua natureza uma grande benção, degenera, reconheço, em uma grande maldição quando ultrapassa os limites da moderação. Antes de o dinheiro ser introduzido, os desejos raramente eram imoderados, porque necessidades simples eram seus únicos objetos. Mas o dinheiro é uma espécie de propriedade, de uso extensivo o suficiente para inflamar o desejo. O dinheiro impele os homens a serem laboriosos e as belas produções do trabalho e da arte, despertando a imaginação, excitam um desejo violento por grandes casas, bons jardins e por todas as coisas alegres e esplêndidas. O habitual quer multiplicidade; luxúria e sensualidade ganham terreno e o desejo de propriedade se torna obstinado e deve ser satisfeito, mesmo a custo da justiça e da honra. (HOME 2007, vol. 1, p. 71).

Platão localiza a justiça e a felicidade em meio aos primeiros homens, quando existiu a *era de ouro* – se ela jamais existiu. Mas, quando uma nação, tornando-se populosa, começa a criar rebanhos e manadas, muda-se para terras apropriadas e não fica satisfeita sem luxos acima [do razoável], o egoísmo e o orgulho ganham terreno e se tornam paixões prevalentes e indomáveis. As causas de discórdia se multiplicam, uma abertura é dada à avareza e ao ressentimento e, entre as pessoas ainda não perfeitamente submetidas ao governo, as paixões antissociais assolam e ameaçam a total dissolução da sociedade. (HOME 2007, vol. 2, p. 362).

Em resumo, o “progresso da sociedade” – marcado pela mudança dos costumes na sociedade, na lei, na religião, no governo e nas relações pessoais – foi uma preocupação importante para os pensadores escoceses no século dezoito. Filósofos e historiadores – se é que tal divisão pode ser aplicada à época – debruçaram-se sobre o assunto e produziram diversas reflexões que expuseram e detalharam o problema até chegar a um consenso sobre as etapas fundamentais do desenvolvimento da humanidade.

Não se pode separar tal reflexão do chamado Iluminismo escocês. De fato, a Escócia, na segunda metade do século dezoito, estava vivendo uma das maiores transformações de sua história. Se o final do século dezessete fora marcado pelos “anos ruins do rei Guilherme”, sete anos de seca e recessão econômica que levaram o reino à bancarrota, ao final do setecentos, a população aumentara 62,5%, ao passo que a renda dos impostos internos elevava-se 43 vezes. À transformação econômica e social correspondeu uma expansão intelectual que projetou alguns *literati* escoceses, como, por exemplo, David Hume, Adam Smith ou Thomas Reid,⁴ ao cenário mundial.

O estudo da formação do governo e da sociedade, na Europa, como levado à cabo pela *História da Inglaterra*, de Hume, ou pela *História do reino de Carlos V*, de Robertson, iluminava as falhas do reino da Escócia em não ter conseguido desenvolver-se ao mesmo patamar dos seus vizinhos europeus. Mas, para construir uma narrativa que explicasse a formação do reino da Inglaterra

⁴ Não se deve, no entanto, tratar o Iluminismo Escocês como uma invenção feita a partir do nada. Diversos pensadores escoceses já se destacavam, nos mais variados campos de estudo, por séculos, antes que o Iluminismo pusesse a Escócia em uma posição de destaque no mapa da história intelectual. Cf., por exemplo, MACQUEEN 1982, cap. 1; ALLAN 1993, introdução.

ou do poderoso império de Carlos V, era necessário discutir os princípios que governaram a formação dessas sociedades. Como de praxe, os escoceses, com sua longa tradição de responder a problemas políticos e filosóficos com a historiografia, praticaram a reflexão sobre o governo, as leis, o comércio, a religião e as nações escrevendo história.

Referências bibliográficas

ALLAN, David. **Virtue, learning and the Scottish Enlightenment**: ideas of scholarship in early modern history. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1993.

BINOCHE, Bertrand. **Les trois sources des philosophies de l'histoire** (1764-1798). Paris: P.U.F., 1994. (Pratiques théoriques).

BLACKWELL, Thomas. **An enquiry into the life and writings of Homer**. Menston, Yorkshire: Scholar Press, 1972. Reimpressão reprográfica. Publicado originalmente em 1735.

FERGUSON, Adam. **Essay on the history of civil society**. 7 ed. Boston: Hastings, Etheridge & Bliss, 1809. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=57YqAAAAMAAJ>>. Acesso em: 8 jan. 2009. Publicado originalmente em 1767.

169

GIBBON, Edward. **The history of the decline and fall of the Roman Empire**. 8 vols. Edição e introdução por Betty Radice e Felipe Fernández-Armesto, Londres: The Folio Society, 1983-1990. Publicado originalmente entre 1776 e 1788.

HOME, Henry/Lorde Kames. **Sketches of the history of man**. Edição e introdução por James A. Harris. 3 vols. Indianápolis, IN: Liberty Fund, 2007 (Natural law and Enlightenment classics). Publicado originalmente em 1734.

HUME, David. **História natural da religião**. Tradução, apresentação e notas por Jaimir Conte. São Paulo: UNESP, 2005. Publicada originalmente em 1757.

LACERDA, Sonia. **Metamorfoses de Homero**: história e antropologia na crítica setecentista da poesia épica. Brasília: EdUnB, 2003. (Coleção Pérgamo).

LOCKE, John. **Second treatise of government**. Editado por C.B. Macpherson. Indianápolis, IN: Hackett, 1980. Disponível em: <<http://books.google.com/books?id=RvY8If-nPrQC>>. Acesso: em 11 set. 2008. Publicado originalmente em 1690.

MACPHERSON, James. **The poems of Ossian and related works**. Edição e notas por Howard Gaskill; introdução por Fiona Stafford. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1996. Publicados originalmente entre 1760 e 1763.

- MACQUEEN, John. **Progress and poetry**. Edinburgh: Scottish Academic Press, 1982. (The enlightenment and Scottish literature; v. 1)
- POCOCK, J. G. A. **Barbarism and religion**; vol. two: narratives of civil government. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- _____. **Barbarism and religion**; vol. four: barbarians, savages, and empires. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- RUBEL, Margaret Mary. **Savage and barbarian**: historical attitudes in the criticism of Homer and Ossian in Britain, 1760-1800. Amsterdã/Oxford/Nova Iorque: North-Holland Publishing House, 1978.
- SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. In three volumes. With notes, and an additional volume by David Buchanan. Londres: John Murray/Edimburgo: Oliphant, Waugh & Innes, 1814. Disponível em: <<http://books.google.com.br/books?id=o2EUAAAAQAAJ>>. Acesso em: 29 jan. 2009. Publicado originalmente em 1776.
- _____. **Lectures on jurisprudence**. Edição e introdução por R.L. Meek, D.D. Raphael & P.G. Stein. Indianápolis, IN: Liberty Fund, 1982. (The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith; v). Aulas originalmente ministradas em 1762-1763 e 1766.
- _____. **Lectures on rhetoric and belles lettres**. Edição por J.C. Bryce. Indianápolis: Liberty Fund, 1985. (The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith; iv). Aulas originalmente ministradas entre 1762 e 1763.
- STEWART, Dugald. Account of the life and writings of Adam Smith, LL.D.. Em: Adam Smith. **Essays on philosophical subjects**. Edição e introdução de I. S. Ross. Indianápolis: Liberty Fund, 1982, pp. 263-351. (The Glasgow edition of the works and correspondence of Adam Smith; iii). Conferência pronunciada originalmente em 1793.

Detratores do homoerotismo grego: uma historiografia essencialista

Detractors of the Greek homoeroticism: an essentialist historiography

Daniel Barbo

Doutor

Universidade Federal de Minas Gerais

danielbarbo@yahoo.com.br

Rua Dom Lúcio Antunes, 400/1302

30535-630 - Belo Horizonte - MG

Brasil

Resumo

O objetivo deste artigo é analisar o cunho essencialista da abordagem de algumas obras historiográficas anteriores ao evento de Stonewall (1969) que, ao se debruçarem sobre o estudo do amor, da educação e da mitologia gregas, necessitaram colocar em pauta a questão, então constrangedora, do homoerotismo grego. Essa historiografia, tentando delinear a face pedagógica desse homoerotismo, devido à sua importância crucial para a cultura grega, escamoteiou ou interpretou mal sua face erótica, resvalando para a incompreensão das fontes gregas que evidenciam a relação, propriamente, erótica do fenômeno da sociedade. O momento da escrita dessas obras historiográficas foi de um extraordinário autoritarismo e de um extremado conservadorismo, época em que fortes interdições pesavam sobre a homossexualidade no mundo ocidental, o que justifica, em parte, a superficialidade daquelas análises.

171

Palavras-chave

Historiografia; Homoerotismo; Helenismo.

Abstract

The aim of this article is to analyze the essentialist mark of the approach of some historiographical works written before the Stonewall event (1969) which, as long as they studied the Greek love, education and mythology, needed to put on the agenda the question, so embarrassing at that time, of the Greek homoeroticism. That historiography, trying to outline the pedagogic side of that homoeroticism, due to its crucial importance to the Greek culture, filches or misinterprets its erotic side, slipping to the incomprehension of the Greek sources which prove the relation exactly erotic of the Greek phenomenon. The moment of the writing of those historiographical works was of extraordinary authoritarianism and extreme conservatism, when powerful interdictions weighed on the homosexuality in the occidental World, justifying largely the superficiality of those analyses.

Keyword

Historiography; Homoeroticism; Hellenism.

Enviado em: 6/12/2010

Aprovado em 1/3/2011

Introdução

A partir da década de 1910, um longo e rico debate sobre o homoerotismo grego permeou a historiografia sobre a sexualidade. Podemos encontrar diversas abordagens, com múltiplos propósitos. Ao longo do século XX, delinearam-se duas matrizes historiográficas principais: o essencialismo e o construcionismo. Verificamos que a abordagem essencialista, uma das primeiras formas de analisar o homoerotismo grego em uma longa duração, percorreu todo o século XX e desembocou no século XXI. Entretanto, a partir da década de 1980, com o surgimento da abordagem construcionista, com forte inspiração foucaultiana e pós-moderna, as duas abordagens passaram a dividir o campo de análise desse aspecto da cultura grega.

Em relação à corrente historiográfica essencialista, trataremos aqui de alguns poucos autores que, além de serem partidários desse modo de observar a realidade histórica, foram, no nosso entendimento, detratores do homoerotismo grego. A corrente essencialista analisou a erótica grega em termos de hetero e homossexualidade (tais identidades seriam, para essa vertente historiográfica, essências humanas universais e não construções culturais datadas), obscurecendo a explicação do próprio fenômeno grego. Por sua vez, a interpretação construcionista afirmou que as experiências sexuais são construções culturais, isto é, em cada sociedade essas experiências são estruturadas de uma forma específica. Portanto, elas são consideradas categorias históricas e não categorias universais ou naturais.

Em sua inovadora obra *Greek homosexuality*, de 1978, o historiador britânico Kenneth Dover já havia relacionado essa detração do homoerotismo dos helenos por parte de alguns historiadores com a má interpretação que esses autores fizeram das fontes gregas. Dover fez a seguinte reflexão:

Num artigo publicado há setenta anos, Erich Bethe observou que a interferência do juízo de valor moral – ‘o inimigo mortal da ciência’ – viciara o estudo da homossexualidade grega, e que continuava a viciá-lo. Um amor por Atenas combinado com ódio pela homossexualidade subjaz à opinião de que esta era ‘um pecado dórico, cultivado por uma pequena minoria em Atenas’ (J. A. K. Thomson, ignorando os testemunhos das artes plásticas), ou que os homossexuais eram ‘considerados desgraçados, tanto pelas leis quanto... pela opinião pública’ (A. E. Taylor, ignorando as implicações do texto ao qual ele se refere em sua nota de rodapé). Um amor pela cultura grega de um modo geral combinado com a incapacidade ou a falta de vontade de reconhecer características de grande importância no seio desta cultura deu origem à opinião de que a ‘homossexualidade’, simplesmente, ou a ‘pederastia’ eram proibidas pelas leis da maior parte das cidades gregas (Flacelière, Marrou). Não conheço nenhum outro tema, em estudos clássicos, no qual a capacidade do estudioso em perceber diferenças e tirar conclusões seja tão facilmente prejudicada. É sobretudo a autores que trataram deste tema que se acusa de omitir algo que foi dito muitas vezes, ou se atribui coisas que não disseram. Por meus conhecimentos pessoais, concordo com o comentário de Karlen: ‘alguns (especialistas públicos ou acadêmicos em sexo) são homossexuais em segredo, e sua ‘pesquisa’ é uma maneira disfarçada de argumentar em favor desta forma de sexualidade. Outros pesquisadores e clínicos revelam, em caráter particular, um ódio vingativo por desvios sexuais, que eles jamais ousariam expressar em público’’. (DOVER 1994, pp. 7-8).

A história da educação grega para Henri-Irénée Marrou

Em 1948, o historiador francês Henri-Irénée Marrou publicou a sua obra mais conhecida: *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*. Naquele momento, época de extraordinário autoritarismo e extremado conservadorismo, fortes interdições pesavam sobre a homossexualidade no mundo ocidental, justificando, em parte, as concepções de Marrou e a superficialidade das análises.

No capítulo III dessa obra, "Da pederastia como educação", o autor não ignora o lugar que o amor masculino ocupava na civilização helênica, notavelmente, no âmbito da pedagogia:

O amor pelos jovens – como a nudez atlética, com a qual aliás se relaciona estreitamente – [...], uma das características peculiares do helenismo, um dos costumes que mais nitidamente o contrapunha aos 'bárbaros', e, portanto, para o mesmo helenismo, um dos apanágios da nobreza do homem civilizado. (MARROU 1990, p. 52).

Sua análise da *pederastia*, assim, concentra-se no aspecto exclusivo da educação. E "a *homossexualidade* grega é de tipo militar" (Ibidem, p. 53. Grifo nosso). Chamando a *pederastia* grega de *homossexualidade* e de *inversão*, Marrou já inicia a sua análise misturando e confundindo as categorias eróticas gregas com as modernas, sob a perspectiva da *anormalidade*: "[...] o próprio vocabulário da língua grega, bem como a legislação da maioria das cidades helênicas, atestam que a *inversão* jamais deixou de ser ali considerada como um fato 'anormal' [...]" (Ibidem, p. 51. Grifos nossos). E complementa essa percepção da seguinte maneira:

Estudar, porém, a técnica da *inversão*, ou determinar a proporção de *homossexuais* na sociedade grega, é algo que quase só interessa à psiquiatria ou à teologia moral; o verdadeiro interesse humano não está aí, mas reside na concepção do amor (que desde o século XII aprendemos a aprofundar mais além da libido, no sentido biológico do termo) e no papel que este exerce na vida. (Ibidem, loc. cit., Grifos nossos).

O embaraço de Marrou reside no fato de que, se, por um lado, ele não ignora e reconhece o lugar privilegiado que ocupava o amor masculino na pedagogia da civilização helênica, vendo-se obrigado a delinear sua potencialidade educativa, por outro, exprime o seu asco em relação ao aspecto, propriamente, erótico desse relacionamento pedagógico. Ele é obrigado a exaltar os valores educativos da relação *erastés/erómenos*, uma vez que esses valores eram parte fundamental da matéria-prima com a qual ele construiu a sua história da educação. Mas, repugna-o o fato de "terem tais relações muitas vezes acarretado *contatos sexuais contrários à natureza* [...]" (Ibidem. Grifos nossos). "Contatos" (gregos ou modernos ou de quaisquer outras sociedades) que, em seu próprio tempo histórico, e, segundo o autor, só interessaria à psiquiatria ou à teologia moral. "Contatos" que Marrou atribui à fraqueza da carne. Consequentemente, "contatos" que não interessariam à história!

Nesse ponto, a ambiguidade do autor é desconcertante. Se, por um lado, ele sustenta que "para o historiador, basta constatar que a antiga sociedade

grega alojou a forma mais característica e mais nobre do amor no intercuro passional entre homens ou, mais precisamente, entre um mais velho, adulto, e uma adolescente” (Ibidem.), por outro, ele condena a efetivação carnal desse amor, remetendo-a para o campo das “monstruosas aberrações” (Ibidem, p. 58). De fato, Marrou descarna a *pederastia* grega:

A essência da pederastia não reside nas relações sexuais *anormais* (lembrei a repugnância que a inversão, no sentido gideano, passivo, do termo, inspira à língua e à sensibilidade gregas): ela é, de início, certa forma de sensibilidade, de sentimentalismo, um ideal misógino de virilidade total. (Ibidem, p. 56. Grifo nosso).

Marrou relaciona a *homossexualidade* com as sociedades guerreiras, “nas quais um grupo de homens tende a encerrar-se em si mesmo. A exclusão material das mulheres e o total retraimento destas acarretam, sempre, uma ofensiva do amor masculino” (Ibidem, p. 53). No ambiente militar:

Tende-se ali a deslustrar o amor normal do homem pela mulher, exaltando-se um ideal de virtudes viris (força, bravura, fidelidade), cultivando-se um orgulho propriamente masculino, sentimento fortemente expresso por Verlaine nas duas peças de *Parallèlement* em que celebra, com cinismo agressivo, a recordação de suas orgias com Rimbaud. (Ibidem).

Dizer que a possibilidade de dois homens de manter um relacionamento erótico, ou mesmo de se amarem, está condicionada, exclusivamente, ao distanciamento das mulheres é um argumento fraco e não explica nada da realidade do desejo humano em sociedades guerreiras. Essa tese reflete muito mais a moralidade cristã de Marrou, recordando a “inversão” de Gide e as “orgias” de Verlaine e Rimbaud. O seu pudor cristão o conduz a uma análise inocente ou cega da *pederastia*, apegando-se a um idealismo filosófico, como se esse idealismo fosse a coordenada fundamental do comportamento erótico entre *erastés* e *erómenos*:

Aqui, como em tantos outros domínios, o luminoso gênio helênico soube conduzir sua análise com tanta profundidade que me bastará referir as conclusões que Platão e Xenofonte concordam em atribuir a Sócrates. A relação passional, o amor (que Sócrates já distingue do desejo sexual e a ele opõe) implica o desejo de assomar a uma perfeição superior, a um valor ideal, à ἀρετή. Não me refiro ao efeito nobilitante que pode exercer sobre o mais velho, sobre o erasto, o sentimento de ser admirado: o aspecto educativo da ligação amorosa concerne, evidentemente, sobretudo ao parceiro mais jovem, ao erômeno adolescente. (Ibidem, p. 57).

O próprio idealismo platônico, “a pederastia, convertida numa aspiração da alma à Idéia” (Ibidem, p. 64), é arremessado para o campo das psicopatologias por Marrou, que toma sempre como referência a *normalidade* da conjugalidade heterossexual ditada por sua formação cristã:

Este sentimento, tão minuciosamente analisado por Platão, aclara-se à luz de uma análise freudiana: é, evidentemente, o instinto normal da procriação, o desejo apaixonado de perpetuar-se num ser semelhante a si que, frustrado pela inversão, se inclina e se manifesta sobre este plano

pedagógico. A educação do mais velho aparece como um substituto, um *Ersatz* esdrúxulo do parto: 'O objeto do amor (do amor pederástico) é procriar e dar à luz dentro do Belo.' (Ibidem, pp. 57-58).

O mesmo é feito em relação à esfera, propriamente, erótica da pedagogia sáfica: "também aqui o psiquiatra tentará, especulando, determinar a extensão dos danos do instinto sexual desviado." (Ibidem, p. 64).

Tentemos estabelecer as linhas mestras que orientaram, teórica e conceitualmente, essa obra. De 1945 a 1975, Marrou ocupou a cátedra de história do cristianismo na Sorbonne e redigiu suas obras mais importantes, dentre elas, a *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*. Foi um dos primeiros colaboradores da coleção *Sources chrétiennes*, publicando textos dos pais da Igreja, principalmente, acerca de santo Agostinho. Mostrou-se desconfiado em relação ao movimento de maio de 1968. Marrou era um humanista cristão e especialista em cristianismo primitivo, perspectivas que nortearam suas obras e assuntos que foram temas centrais de muitas delas.¹ Devido a essa formação, é compreensível tal percepção, que perpassa a sua obra mais conhecida, em relação aos contatos eróticos entre homens, seja a homossexualidade, propriamente dita, seja a *pederastia* grega. Quanto à *pederastia* grega, ele afirma:

175

Se me dispus a desdobrar ao leitor uma análise tão paciente destas monstruosas aberrações, deve-e isto ao fato de tal ter sido, para um grego, o modo normal, a técnica-padrão de toda educação: a παιδεία realiza-se na παιδευαστεία. Isso parece estranho a um moderno, quero dizer, a um cristão: não se deve esquecer que se integra no conjunto da vida antiga. (Ibidem, p. 58).

Seria incongruente um cristão aprovar contatos eróticos entre homens (a homossexualidade e a *pederastia* grega). Mais ainda, seu dever é condená-los. E é o que Marrou, em coerência com sua formação, embora embaraçosamente, fez em seu livro sobre a história da educação. Poderíamos até dizer que o autor foi, de certa forma, muito ousado, se levarmos em conta a sua formação cristã, ao levantar, ainda que com ressalvas, a questão do amor grego de um homem adulto por um jovem como um elemento fundamental da *Paidéia*, ainda que expurgando e abominando o aspecto carnal desse amor.

Marrou manteve uma abordagem prudente e embaraçosa no que diz respeito a esse aspecto do helenismo. Ele negou qualquer caráter erótico na

¹ Dentre elas, podemos citar: *Fondements d'une culture chrétienne*. Paris: Bloud & Gay, 1934; *Saint Augustin et la fin de la culture antique*. Paris: De Boccard, 1938; *Traité de musique selon l'esprit de saint Augustin*. Paris: Le Seuil, 1942; *L'ambivalence du temps de l'histoire chez saint Augustin*. Paris: Vrin, 1950; *Saint Augustin et l'augustinisme*. Paris: Le Seuil, 1955; *Nouvelle histoire de l'Église*. Tome I, 2e partie: *De la persécution de Dioclétien à la mort de Grégoire le Grand*. Paris: Le Seuil, 1963; *L'Église de l'Antiquité tardive 303-604*. Paris: Le Seuil, 1985. (Collection Points Histoire); *Théologie de l'histoire*. Paris: Le Seuil, 1968; *Christiana tempora: mélanges d'histoire, d'archéologie, d'épigraphie et de patristique*. Rome: École française de Rome, 1978; *Crise de notre temps et réflexion chrétienne (1930-1975)*. Paris: Beauchesne, 1978.

relação *erastés/erómenos*, reduzindo-a, a despeito dos textos e das imagens, “a uma camaradagem masculina, militar ou pedagógica, que somente condições excepcionais e a fraqueza da carne podiam transformar num corpo-a-corpo ilícito.” (SARTRE 1999, p. 5).

Para explicar os contatos eróticos entre homens, Marrou apresenta, provavelmente sem saber, o mesmo argumento – historicamente, nada esclarecedor e, preconceituosamente, obtuso – que proferira outro francês quase 150 anos antes. Trata-se do historiador Jacques-Antoine Dulaure que publicou, em 1805, uma obra intitulada *Des divinités génératrices ou du culte du phallus chez les anciens et les modernes*, que foi publicada, em português, sob o título *O culto do falo: nos antigos e nos modernos*. A obra faz uma análise da prática religiosa do culto do falo em diversas sociedades, tanto antigas quanto modernas, dentre elas, o mundo grego antigo. Para esse historiador, tal culto expressaria, basicamente, a necessidade humana da fertilidade de um modo geral (dos seres humanos, dos animais, das plantas). Não devemos espantarnos que Dulaure, escrevendo em 1805, em uma França sob a glória do império napoleônico e o grande mito da civilização burguesa cristã, tenha-se limitado, somente, a um aspecto, cabível e confortável para a época, da questão do culto do falo. Diferentemente, acreditamos, para além de uma dimensão, estritamente, religiosa, em uma dimensão erótica do culto em questão. Ou, indo mais longe, poderíamos dizer que o religioso e o erótico mesclam-se e fundem-se no culto, ao menos, no que se refere à Grécia antiga.

A passagem da obra de Dulaure que nos interessa, em particular, encontra-se em um pequeno parágrafo bastante esclarecedor de sua percepção, predominante na época, sobre o âmbito erótico. Além de expurgar, completamente, o aspecto erótico do culto em questão, Dulaure, referindo-se, de um modo geral, à Antiguidade e às sociedades tribais, faz uma ligeira apreciação (à qual muito se assemelha a percepção de Marrou) do comportamento homoerótico dos antigos nos seguintes termos:

Os machos de uma tribo, freqüentemente ocupados com expedições de longa duração, com caçadas, com guerras quase contínuas, onde a maior parte perdia a vida, não bastavam talvez para a fecundação das mulheres. A sua longa ausência, o seu afastamento das mulheres, o calor do clima, a juventude dos seus guerreiros ou dos seus caçadores e por conseqüência a impetuosidade dos seus desejos, levaram-nos sem dúvida, para saciá-los, a afastar-se do fim da natureza. Esses gozos suplementares, inúteis e por conseqüência prejudiciais à população, justamente repelidos nas sociedades civilizadas, foram muito freqüentes nas sociedades primitivas. (DULAURE 1998, p. 187).

A história do amor grego para Robert Flacelière

Em 1960, o historiador francês Robert Flacelière publicou sua obra *L'amour en Grèce (Love in Ancient Greece*, na tradução norte-americana). No primeiro capítulo, intitulado “Homer”, depois de narrar uma das passagens da *Ilíada*, em que o poeta épico mostra a afeição do amor conjugal entre Heitor e Andrômaca, Flacelière comenta:

Eu senti o dever de lembrar as linhas, celebradas como estão, pela simples razão de que os gregos, em geral, não têm grande reputação no que concerne à fidelidade conjugal e o tipo de amor conhecido como 'grego', na França, é homossexual. Ainda, os poemas homéricos já são a garantia de que o matrimônio na Grécia Antiga, como em outros lugares, poderia ser caracterizado pelos sentimentos mais ternos e naturais. Tal amor, também, estende-se, como é natural, à criança, a qual é um símbolo em forma concreta da união física e espiritual do casamento. (FLACELIÈRE 1962, p. 14. Tradução nossa).

Parece-nos que uma das intenções desse capítulo é ressaltar o quanto Homero venerava, em sua épica, a fidelidade do amor conjugal, tanto entre os gregos quanto entre os troianos – seja o amor entre Heitor e Andrômaca, entre Príamo e Hécuba, entre Ulisses e Penélope e entre Alcino e Arete, mas também a afeição amorosa entre Aquiles e Briseis ou entre Agamenon e Criseis – embora, Homero não deixe de falar das traições de Helena e de Clitemnestra. “Tal é a visão de Homero sobre o amor humano” (Ibidem, p. 18. Tradução nossa.), argumenta Flacelière. Quanto à fidelidade conjugal do par Ulisses e Penélope, Flacelière arrisca dizer que a *Odisséia*

é uma variedade romântica do épico, a autêntica precursora das novelas dos períodos helenístico e romano nas quais os amantes são mantidos, por muito tempo, à parte pelo destino, sujeitos à dor e provações, aparentemente, intermináveis e ainda, finalmente, reunidos para colher a recompensa, tantas vezes adiada, tão bem merecida, de sua devoção mútua e super-humana. (Ibidem, p. 16. Tradução nossa).²

177

E o mesmo pode ser dito, continua Flacelière, dos deuses, em que pese às intermináveis brigas entre Zeus e Hera. O autor, exaltando a celebração *romântica* do amor conjugal, na *Odisséia*, e um grau maior de liberdade feminina na Idade do Bronze, se comparada com a Idade do Ferro, não vê indícios de *homossexualidade* na épica homérica. Ele afirma:

Mas, nem homens nem deuses, em Homero, são viciados na homossexualidade,³ a qual os poetas posteriores lhes atribuirão. É verdade que no livro XX da *Ilíada* há uma referência a Ganimedes, 'que poderia ser tomado por um deus, sendo o mais belo dos mortais. Tal foi, certamente, a razão pela qual os deuses o levaram para o céu, para que ele pudesse servir a Zeus como escanção e viver entre os imortais abençoados.' Mas, para Homero, Ganimedes é um escanção e nada mais, não é o favorito de Zeus. (Ibidem, p. 19. Tradução nossa).

Para Flacelière, portanto, não havia nenhum traço nem de misoginia nem de *homossexualidade* entre os gregos da Idade do Bronze. E ele parece constatar isso, particularmente no que se refere à *homossexualidade*, com muito alívio, posto que, no final desse primeiro capítulo sobre Homero, ele conclui:

² Para uma visão contrária no que tange à ideia de romance na cultura grega, cf. REDFIELD, Homo Domesticus. In: VERNANT, Jean-Pierre (Ed.). *The greeks*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1995.

³ Na versão em inglês, a expressão é “addicted to the homosexuality”.

Entre a época da civilização micênica ou acaia e aquela na qual Homero viveu, sucederam-se grandes migrações raciais. A Grécia tinha sido conquistada pelos dórios e a Idade do Bronze cedeu lugar à do Ferro. Podem ter sido os dórios que introduziram maneiras mais vulgares e uma concepção diferente de sociedade, na qual os homens cultivavam um ideal peculiar de virilidade desacanhada, desprezavam o 'sexo frágil' e mantinham-se para si próprios, raramente, encontrando suas esposas, exceto naquele 'único centro social, o leito matrimonial', como André Bonnard escreveu em *Lettres d'Humanité*, V, 1946, p. 33. Tais hábitos, eventualmente, criaram uma atmosfera favorável para o surgimento e para o desenvolvimento da homossexualidade. (Ibidem, p. 34. Tradução nossa).

Devemos concluir, dessas passagens de Flacelière, que a *vulgaridade* da *homossexualidade*, bem como a misoginia, foram possivelmente, introduzidas na Grécia antiga pelos *vícios* dóricos. A Idade do Bronze, que não era, na expressão desse autor, viciada na vulgaridade da homossexualidade, parece salvar parte da história do mundo grego de uma mácula e exprimir um recanto helênico mais de acordo com a sensibilidade e a moralidade pessoais e sociais de um historiador que escreveu na França em 1960. Flacelière demonstra querer relativizar a ideia de que "o tipo de amor conhecido como 'grego', na França, é *homossexual*", seja lá o que quer que ela queira dizer na França em 1960. Tendo ou não razão em suas afirmações acerca dessas diferenças entre a Idade do Bronze e a Idade do Ferro, o que importa é constatar a cristalinidade do seu padrão de valorização erótica: a virtude do *amor conjugal e romântico, terno e natural* da Idade do Bronze (ousaríamos dizer *amor heterossexual*, seguindo a lógica interpretativa do próprio autor) é degradada pelo *vício* dórico da vulgaridade da homossexualidade em curso na Idade do Ferro. Flacelière refrata a cultura grega através do prisma que só reflete a sensibilidade, a moralidade e os valores burgueses de seu presente.

Em relação a essa influência *perversa* dos dórios, Flacelière pensava, diferentemente, de Marrou. Este afirma:

Embora a pederastia não apareça na obra de Homero, não creio que se deva hesitar em reportá-la a uma época bastante remota. Ela está ligada a toda a tradição propriamente helênica: foi sem razão que a erudição alemã a apontou, muita vez, como uma originalidade da raça dórica; com efeito, encontramos-a também alhures, e, se é fato que os Estados dóricos lhe concederam um lugar senão maior pelo menos mais oficial, deve-se isto, repito-o, ao fato de Creta e Esparta terem experimentado uma ossificação arcaizante em suas instituições: foi isso, também, que fez uma e outra conservarem ainda, em plena época clássica, muitos traços do seu estilo de vida militar originário. (MARROU, op. cit., pp. 52-53).

No segundo capítulo, intitulado "Mithology", tentando diferenciar a deusa Afrodite do deus Eros e jogando com as palavras *eros* e *amizade*, Flacelière nega o desejo carnal entre os homens. Ele diz: "Os filósofos que favoreceram a homossexualidade consideravam ser Eros, em um senso especial, o deus do amante e de seu amado. Mas, em teoria, pelo menos, a afeição entre tais pessoas permaneceu pura amizade." (FLACELIÈRE, op. cit., p. 50. Tradução nossa). E no capítulo posterior, "Homosexuality", ele reforça essa negação:

A abundante literatura remanescente composta pelos antigos em louvor à pederastia sempre assume que ela é um assunto de mentes, não de corpos, um puro amor 'platônico', como nós ainda hoje o chamamos, do qual a carne está excluída. Declarou-se que Eros, em tais casos, não toleraria a presença de sua mãe, Afrodite. Pois Eros, como nós já sugerimos, simbolizava a paixão da alma e Afrodite, uniões carnais, sejam *homossexual* ou não. (Ibidem, p. 77. Tradução nossa).

Esse argumento, francamente, não se sustenta. O autor generaliza, exageradamente, a através de um tópico pontual e excepcional do platonismo.

Ainda no segundo capítulo, ele enquadra a *homossexualidade* grega na anormalidade:

Pois aquele deus [Eros] preside, primariamente, a devoção apaixonada de um homem maduro por um garoto e Afrodite, as relações sexuais entre homem e mulher. Secundariamente, contudo, a concepção de Eros poderia ser estendida para cobrir sentimentos amorosos quaisquer que fossem, tanto por mulheres quanto por garotos. Do mesmo modo, a concepção de Afrodite poderia cobrir tanto o intercuro carnal normal quanto o homossexual. (Ibidem, p. 51. Tradução nossa).

179

E com o objetivo de exaltar tanto a inferioridade quanto o potencial degenerativo do *amor homossexual grego*, Flacelière reconta, passo a passo, as desgraças dos labidácidas. Essas se iniciam com o amor de Laio por Crisipo, filho de Pelops, em cuja corte, Laio procurou refúgio. Este "levou o garoto, provendo a Grécia, assim, com o seu primeiro exemplo de pederastia, que era, antigamente, desconhecida." (Ibidem, 1962, p. 52. Tradução nossa). Flacelière segue, recontando todo o mito – a maldição lançada por Pelops sobre o violador e suas funestas consequências nas gerações seguintes: as desgraças de Édipo, filho de Laio, destinado a matar o próprio pai e a desposar a própria mãe, Jocasta; as desgraças de Etéocles e de Polinices, filhos de Édipo, que mataram um ao outro pelo trono de Tebas; as desgraças de Antígona, filha de Édipo, impedida pelo rei Creonte de sepultar o irmão Polinices, bem como seu aprisionamento por desobediência ao rei; o trágico suicídio de Hemon, filho de Creonte, após tentar matar o pai, sem sucesso, pelo amor que nutria por Antígona, e, finalmente, o suicídio de Eurídice, em desespero pela morte do filho Hemon. (Ibidem.).

Na sequência do capítulo "Mithology", Flacelière discorre sobre a vida amorosa de Hércules, trata tanto dos relacionamentos com mulheres quanto dos *homossexuais*, com o seu sobrinho Iolaus e com Hylas. Mas, ainda na tentativa de salvar a Idade do Bronze da nódoa da *homossexualidade*, Flacelière aventura a possibilidade de que "estas histórias, possivelmente, podem ter sido inventadas em um tempo tardio, quando o desenvolvimento da homossexualidade tinha sugerido sua prática pelos heróis. Na *Ilíada*, não há relações físicas entre Aquiles e Pátroclo." (Ibidem, pp. 54-55. Tradução nossa). No terceiro capítulo de *Love in Ancient Greece*, cujo título é, exatamente, "Homosexuality", verificamos que as afirmações e as análises de Flacelière são bastante infundadas e ambíguas, bem como contraditórias, no que tange ao

homoerotismo grego, revelando o forte preconceito à homossexualidade em seu presente, o ano de 1960, e o dele próprio como historiador. Até esse ponto do livro, uma de suas estratégias, modelada por uma concepção – a da dicotomia heterossexualidade/homossexualidade instaurada pela sexualidade a partir do século XIX – já bem firmada no campo erótico, é detrair o que ele considerava como *homossexualidade* na cultura grega, obviamente, dialogando com seu tempo, com o seu repúdio à homossexualidade propriamente dita em seu *locus* sociocultural. Todo o seu repúdio à homossexualidade foi transferido para o mundo grego. O autor produziu uma escrita da história dos gregos antigos na qual exprime o seu desconforto pessoal em relação à *essência* da homossexualidade e um juízo de valor característico de seu presente. Flacelière associa o que ele chama de “homossexualidade” grega a “esnobismo”:

Em primeiro lugar, parece, extremamente, provável que a homossexualidade de qualquer tipo estava confinada aos níveis aristocráticos e prósperos da sociedade antiga. As massas de camponeses e os artesãos eram, provavelmente, pouco afetados por hábitos desse tipo, o qual parece ter sido associado a uma sorte de esnobismo. Os textos disponíveis tratam, principalmente, da nobreza ociosa de Atenas. Mas, eles podem dar a impressão de que a pederastia era praticada pela nação inteira. A matéria, contudo, da comédia de Aristófanes intitulada *Lisistrata* sugere que a homossexualidade, dificilmente, tenha sido desenfreada entre as pessoas em geral. (Ibidem, pp. 62-63. Tradução nossa).

Com certeza, os textos aos quais Flacelière se refere, entre eles a obra citada de Aristófanes, demonstram a prática da *pederastia* no círculo da nobreza ateniense. Mas, esses mesmos textos não autorizam afirmar que tal prática “dificilmente, tenha sido desenfreada entre as pessoas em geral.” Além disso, o que ele chama de “esnobismo” era um dos ideais da cidadania ateniense.

O autor apresenta uma interpretação, no mínimo, muito equivocada a respeito das comédias de Aristófanes. Examinando essas comédias, ele afirma que Aristófanes era um determinado oponente da *homossexualidade*, o que não nos parece ser de forma nenhuma o caso. Vejamos sua análise:

Dos *Acarnianos* às *Rãs*, ele ataca, continuamente, tanto os pederastas ativos quanto os passivos com os mais cruéis abusos. Eles eram chamados, respectivamente, *paedicones* e *pathici*, em uma data tardia, pelos romanos. Clístenes, Agaton – a quem nós já encontramos – e Cleônimo, juntos com muitos outros, eram assim, severamente, criticados em público por Aristófanes. Ele compara a perversão de seus contemporâneos, para a desvantagem deles, com a moral mais pura, em seu ponto de vista, da geração anterior, aquela dos valentes ‘veteranos de Maratona’. (Ibidem, p. 80. Tradução nossa.).

Flacelière, simplesmente, não atina o fato de que as pessoas criticadas por Aristófanes nessas comédias, aqueles que ele considera como tendo uma moral relaxada, são os efeminados (*kinaidoi*) e aqueles que cometem *hybris* (a perversão de seus contemporâneos), e não os participantes da relação *erastés/erómenos* (a moral mais pura). Essa relação representa, para o poeta, um modelo de virtude da *Archaiá Paideía*, expresso, por exemplo, no *agon* travado

entre *díkaios logos* e *ádikos logos* em *As nuvens*. Portanto, as obras de Aristófanes confirmam a relação *erastés/erómenos* como uma relação homoerótica legítima e louvável na Atenas clássica.⁴

Flacelière reconhece que, na Grécia, a *pederastia* “tinha se tornado tão em voga que ninguém se preocupava em ocultá-la” (Ibidem, p. 63), ainda que ela fosse “proibida por lei na maior parte das cidades” (Ibidem, p. 63). No entanto, ele não apresenta nenhuma fonte grega que o autorize a fazer a segunda afirmação. Se essas fontes existem, desconhecemo-las. Incongruentemente, ele mesmo cita, nesse mesmo terceiro capítulo, uma passagem da *Constitution of Sparta* (11, 13, 14), em cujas últimas linhas, Xenofonte afirma: “Pois, em muitas das cidades, o desejo carnal por um garoto não é ilegal” (FLACELIÈRE 1962, p. 78).⁵ Além do mais, Flacelière interpreta mal leis como as de Sólon, encontradas em obras como, por exemplo, o *Contra Timarco*, de Ésquines, e generaliza a sua má interpretação para o resto do mundo grego antigo, que, aliás, é muito mal documentado para uma afirmação como essa. Para sustentar a ideia de que a *pederastia* era proibida por lei, na maior parte das cidades gregas, Flacelière argumenta:

Em Atenas, existia um corpo inteiro de leis com a intenção de reprimir a propagação da pederastia. Provavelmente, essa legislação data do tempo de Sólon. Ela tinha como objetivo, entre outras coisas, manter amantes masculinos fora das escolas e das arenas de exercícios, tão longe quanto possível. (veja Ésquines, *Contra Timarco*, 9-11.) Mas, leis pouco podem fazer para conter hábitos, largamente, disseminados e inveterados. (Ibidem, p. 67. Tradução nossa).⁶

181

As leis citadas por Ésquines não tinham como objetivo reprimir a *pederastia*, mas a *hybris*. Nessa má interpretação das leis de Sólon, Flacelière segue de perto Marrou. Este já havia feito a seguinte afirmação a respeito das leis de Sólon, na convicção de que elas proibiam qualquer contato homoerótico em Atenas:

Em Atenas, a lei pune o escravo pederasta e, entre os cidadãos, a prostituição, o proxenetismo e a violação de um adolescente. As disposições policiais atribuídas a Sólon interditam aos adultos o acesso às escolas (de letras ou de ginástica?) freqüentadas pelos jovens: cf. os textos reunidos por De Pogey-Castries. (MARROU, op. cit., nota complementar 3, p. 549).

Na sequência do capítulo “Homosexuality”, Flacelière diz:

No capítulo anterior, mencionamos um número de alusões à pederastia nas lendas mitológicas correntes nas eras clássica ou helenística. Mas no capítulo I, lidando com Homero, não pudemos achar nenhum traço de homossexualidade na *Ilíada* ou na *Odisséia*, mesmo em referências a Ganimedes.

⁴ Para essa questão nas obras de Aristófanes, cf. BARBO, 2008.

⁵ A expressão, na tradução norte-americana, é: “For in many of the cities carnal desire for a boy is not unlawful.”

⁶ Para uma visão contrária no que tange às leis de Sólon citadas por Ésquines no *Contra Timarco*, cf. Loc. cit.

É claro que é possível que Homero, deliberadamente, tenha suprimido menções a um hábito que ele deplorava. Pois, sua poesia é bem nascida. Seu realismo é sempre seletivo e nunca escorrega para a vulgaridade. (FLACELIÈRE, op. cit., pp. 63-64. Tradução nossa.).

O autor faz outra afirmação não estabelecida pelas fontes gregas – a ideia de que Homero deplorava tal hábito – e reforça seu preconceito à homossexualidade, tanto a do seu tempo, quanto a que ele crê existir na Grécia antiga. De qualquer forma, revela seu preconceito a qualquer tipo de relacionamento erótico entre pessoas do mesmo sexo em qualquer momento histórico.

Flacelière segue, nesse ponto, a teoria de Marrou que afirma que a *pederastia* originou-se no companheirismo dos soldados. Daí, a argumentação de Flacelière, difícil de sustentar, de que “na maior parte dos Estados dóricos, a homossexualidade apareceu, mais notavelmente, do que em Atenas.” (Ibidem, p. 67. Tradução nossa).. E, por isso, a sua tese a respeito da *pederastia* grega: a *homossexualidade* foi um abominável vício dórico que se espalhou entre os gregos na Idade do Ferro.

Flacelière usa, em sua análise, muitas fontes gregas: Anacreonte, Aristófanes (*Thesmophoriazusa*), Aristóteles (*Constituição de Atenas*), Ateneu, Ésquilo (*Mirmidões*), Ésquines (*Contra Timarco*), Lísias, Luciano (*Diálogos das cortesãs*), Píndaro, Platão (*Banquete, Phedo, Lísias, Laques*), Plutarco (*Vida de Licurgo, Erotikos*), Safo, Sólon, Teógnis, Teócrito, Tucídides, Xenofonte (*Ciropedia, Constituição de Esparta, Hiero, Memorabilia*). O intrigante é que, através delas, ele constata um tipo de relacionamento afetivo e pedagógico, advindo do campo guerreiro, entre um adulto e um jovem (o que, desde Dover, convencionou-se chamar relação *erastés/erómenos*,⁷ embora Flacelière não faça o menor esforço para a distinguir da prostituição masculina), mas é, completamente, insensível, dada a sua intolerância à homossexualidade, à dimensão erótica dessa relação, ainda que as evidências dela estejam latejando diante de seus olhos em meio a essas fontes.

O clima de tabu e o peso moral sobre temas como homossexualidade e prostituição são explícitos na obra de Flacelière. Ao comentar a prostituição masculina em Atenas, o autor faz a seguinte interrupção:

Mas, nenhum detalhe a mais sobre essa matéria desagradável precisa ser notado aqui. Aqueles que desejam buscar a questão, podem consultar o apêndice V do trabalho dos eruditos clássicos Meier e Poge de Castries sobre a fisiologia das práticas homossexuais na Antiguidade, *Histoire de l'amour grec dans l'Antiquité*, pp. 292-302 (*Aristote et sa théorie scientifique de l'inversion sexuelle*).

Nós podemos retornar, mais proveitosamente, para os aspectos menos desagradáveis da *pederastia*, a qual era também educacional, como Xenofonte afirma, na *Constituição de Esparta*, 11, 13, e como H.-I. Marrou, entre outros, reconheceram. Em sua *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité* ele dedica um excelente capítulo, 'Da *pederastia* como educação', ao tópico. (Ibidem, pp. 83-84).

⁷ As denominações *erasto* e *eromeno* já estão presentes em *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité*, de Marrou

Essa passagem demonstra também a incapacidade de Flacelière de distinguir a *pederastia* da *prostituição masculina*, na Atenas clássica, ou, dizendo de outro modo, o seu preconceito, ao varrer ambas para o mesmo recanto do imoral, do abominável. E transparecem o imenso desconforto e a decepção com que Flacelière conclui a respeito do *aspecto menos desagradável da pederastia*, citando e concordando com Marrou: “É inquestionável, portanto, chocante mesmo como o fato possa parecer, que ‘a homossexualidade contribuiu para a formação do ideal moral que fundamentava toda a prática da educação grega. [...]’” (Ibidem, p. 87. Tradução nossa.). E, logo em seguida, referindo-se à escassez de educação superior em Atenas, o autor faz o seguinte comentário: “Essa grave lacuna no currículo ateniense era, normalmente – caso se possa usar tal advérbio para se referir a personagens anormais –, preenchida por pederastas.” (Ibidem, p. 88. Tradução nossa.).

Se, por um lado, Flacelière, ainda que a contragosto, constata a relação pedagógica entre mestre e discípulo, por outro, tenta esconder, ao máximo, a dimensão erótica da relação. A todo custo, o autor quer passar a imagem de que essa relação, já que ela existe, não passa de um amor paternal, “as atitudes de um pai para com seu filho” (Ibidem, p. 89. Tradução nossa.), expurgando todo o desejo carnal que possa haver nela, que, aos olhos do autor, é repugnante. O mestre ama, pensa Flacelière, mas, citando Sócrates platônico, em um “senso puramente espiritual” (Ibidem, p. 90. Tradução nossa.), como se todos os amores da parte dos mestres pelos discípulos fossem puramente *platônicos*.

183

Conclusão

As obras *Histoire de l'éducation dans l'Antiquité* e *L'amour en Grèce*, ambas de cunho essencialista, são fruto de uma época na qual pesavam fortes interdições sobre a homossexualidade. O clima da época justifica, em parte, a superficialidade das análises de Marrou e de Flacelière. Bernard Sergent, em sua obra *L'homosexualité dans la mythologie grecque*, publicada em 1984, aponta uma das causas dessa superficialidade:

O que incomoda muitos observadores contemporâneos acerca dos costumes antigos que eu estou discutindo é a ausência de uma aguda divisão entre o comportamento normal e o anormal. Noções, radicalmente, diferentes são, aparentemente, confundidas. Como veremos daqui a pouco, muitos povos não distinguem entre ‘homo’ e ‘hetero’ em atração ou em comportamento sexual. A atração de um indivíduo por um sexo, de forma alguma, exclui a atração dele ou dela pelo outro sexo. Por isso, uma das imagens centrais da cultura ocidental, aquela da virilidade, é, espantosamente, contraditória. Em vez de identificar a virilidade com o comportamento, exclusivamente, heterossexual, como a nossa própria cultura faz (a tal ponto que todo homossexual masculino é *ipso facto* rotulado de efeminado), outras culturas definem a superioridade social – a superioridade dos guerreiros, do líder, do xamã – em termos de comportamento homossexual envolvendo jovens os quais virão, finalmente, a compartilhar do *status* superior de seus mentores. (SERGENT 1992, p. 2. Tradução nossa.).

Em 28 de junho de 1969, ocorreu o episódio da Christopher Street, no Greenwich Village, em Nova Iorque, que acabou por originar a parada do orgulho gay. Nesse dia, a polícia de Nova Iorque invadiu o *Stonewall Inn*, um *Queer Bar*, um bar misto com grande frequência de trabalhadores pobres, inclusive latinos, gays e travestis. Após as habituais humilhações, o público reagiu e o embate transformou-se em luta de rua, com uma importante participação dos travestis. Depois de vários dias de confronto, nas ruas de Greenwich Village, os homossexuais resolveram organizar uma luta permanente contra o preconceito e a humilhação. Nesse processo, gays, mulheres e negros caminharam juntos, assumindo uma postura de *esquerda*. (SILVA, Homossexualidade e revolta. In: SILVA; MEDEIROS; VIANA 2000, pp. 241-242). Sobre esse episódio, Fry e Macrae relataram que

gritava-se palavras de ordem como 'Poder Gay', 'Sou bicha e me orgulho disso', 'Eu gosto de rapazes' etc. Pouco depois a Frente de Libertação Gay lançou seu jornal, *Come Out* (Assuma-se) e decretou-se a data de 28 de julho 'dia de Orgulho Gay', em comemoração deste 'mito de origem'. Como sempre, os militantes que pretendiam politizar explicitamente a questão homossexual eram uma minoria. Mas o seu posicionamento refletia uma mudança mais generalizada entre uma proporção considerável da população homossexual. (FRY; MACRAE 1985, pp. 96-97).

Pode-se estabelecer o episódio de *Stonewall* como o início do movimento gay contemporâneo. Logo, a palavra *Stonewall* tornou-se simbólica na luta pela igualdade por parte da comunidade gay. A partir desse evento, como reação à arbitrariedade

184

legitimada pelo consenso da maioria hostil em relação àqueles que expressavam uma orientação sexual não convencional, formaram-se, lá, os primeiros grupos e frentes de resistência à intolerância, que deflagraram a mais importante luta pelos direitos de gays e lésbicas, naquele instante, incentivando lutas semelhantes em outros países. (OLIVEIRA 2004, p. 164).

Nesse momento, constituíram-se, para deflagrar a luta para reivindicarem seus direitos de cidadania, frentes como o *Mattachine Action committee*,⁸ a *Gay Liberation Front* e a *Gay Activist Alliance*, que foram os precursores de movimentos mais organizados que surgiram nos anos 1990, como a *Act-Up* e a *Queer Nation*, organizadoras, juntamente com outros grupos, das paradas americanas conhecidas como *Gay Pride*, que se espalharam por diversos países. (OLIVEIRA, loc. cit.).

⁸ "No mesmo ano em que foi publicado o Relatório Kinsey, foi fundada a Sociedade Mattachine, cujo nome foi tomado de um famoso bobo de corte renascentista, originalmente uma associação secreta cuja estrutura foi copiada do Partido Comunista Americano. Apesar de ter sido fundada por pessoas com posições políticas bastante radicais, a Sociedade Mattachine adotou uma linha de moderação e cautela visando a integração do homossexual na sociedade através da reforma das leis anti-homossexuais dos Estados Unidos. Seus associados muitas vezes aceitavam a noção da homossexualidade como doença, frequentemente adotavam pseudônimos e enfatizavam a sua 'respeitabilidade'. A própria palavra 'homossexual' tendia a ser rejeitada devido à sua ênfase no 'sexual', e outros neologismos foram adotados, como 'homófilo' e 'homoerótico.'" (FRY; MACRAE 1985, p. 94.)

Pode-se também estabelecer esse fato histórico – o incidente de *Stonewall*, em 1969 – como um divisor de águas na interpretação do homoerotismo grego. Ele e suas consequências para a causa da homossexualidade, de fato, criaram uma ruptura em termos de comportamento e de mentalidade no mundo ocidental, que foi intensa o suficiente para influenciar, profundamente, as análises historiográficas do homoerotismo grego e suas relações com a história da sexualidade.

Marrou e Flacelière são autores da era pré-*Stonewall*. Basicamente, os autores pré-*Stonewall*, dentre os quais podemos também destacar Meier e Pogey de Castries, além de tratarem a erótica grega de forma essencialista, apresentam uma forte carga de preconceito, senão ódio, à homossexualidade. Com essa visão, interpretando a erótica grega em termos de hetero e homossexualidade, em uma abordagem míope da cultura grega, esses autores transferiram, para o mundo clássico, o seu repúdio pessoal, reflexo do preconceito social ditado pela sociedade em que viviam. Em 1960, vendo a homossexualidade como uma anormalidade, uma vulgaridade, algo deplorável, na melhor das hipóteses, fruto de um esnobismo que manchava e ameaçava a *normalidade* conjugal da heterossexualidade, Flacelière, que, acreditamos, era amante da mitologia grega, como bem demonstra sua obra, tentou salvar, nem que fosse uma fração temporal da história grega, a Idade do Bronze, do vício dórico; o breu, diria Flacelière na esteira de Marrou, do qual quanto mais os gregos (e os modernos) tentavam se livrar, mais se sujavam.

Mediante a análise dessas duas obras, fica evidente que os seus autores quase nada puderam explicar do homoerotismo grego, ou do *amor grego*, ou da *pederastia*, pois mal compreenderam⁹ esse fenômeno. No conjunto, ao usarem categorias eróticas modernas, na análise da erótica grega, seja no âmbito da *educação* ou no do *amor*, Marrou e Flacelière tentaram negar a efetivação do ato erótico entre os participantes da relação *erastés/erómenos*. Nas análises desses autores, que levantaram a tese do distanciamento das mulheres para explicar a *homossexualidade* grega, a referência de normalidade é a relação heterossexual, o casamento, o amor conjugal e romântico, terno e natural. Para eles, a homossexualidade é um esnobismo, um desperdício, uma vulgaridade, uma anormalidade, uma psicopatologia. Todo o erro interpretativo recai, portanto, sobre o fato de que eles analisaram a erótica grega sob a ótica da sensibilidade, da moralidade e dos valores burgueses e cristãos de seu presente, o que os impediram de fazer análises seguras e acertadas das fontes trabalhadas.

⁹ Essa incompreensão não pode ser, totalmente, atribuída à época de escrita das obras, precisamente, 1948 e 1960, uma vez que Werner Jaeger, em seu livro *Paidéia, a formação do homem grego*, publicado em três volumes (primeiro volume em 1933, segundo volume em 1943 e terceiro volume em 1944), tendo em pauta a relação erótica da *pederastia*, não se referiu a ela através do termo homossexualidade (nem no sentido, puramente, descritivo, e, muito menos, no sentido substantivo ou normativo). Ele teve o cuidado de se referir a essa relação erótica grega pelo autêntico nome do fenômeno: *pederastia*. Além disso, não detratou o homoerotismo grego, não havendo nenhum indício, em sua obra, de que considerasse o ato homoerótico, na Grécia antiga ou na modernidade, imoral, insano ou doentio. Provavelmente, isso se deve ao fato de que Jaeger, diferentemente de Marrou e de Flacelière, foi influenciado pelo historicismo alemão clássico.

Referências bibliográficas

- AESCHINES. **Against Timarchus**. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- AESCHINES. **On the Embassy**. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- ARISTOPHANES. **The clouds**. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- _____. **The frogs**. Cambridge/London: Harvard University Press/William Heinemann Ltd., 1988.
- _____. **The Lysistrata**. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- _____. **The Thesmophoriazusae**. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- _____. **The Ekklesiazusae**. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1988.
- _____. **Nuvens**. In: Teatro Grego, São Paulo: Editora Cultrix, 3ª edição, 1977. Tradução de Junito Brandão.
- _____. **A revolução das mulheres**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964. Tradução e adaptação de Mário da Gama Cury.
- BARBO, Daniel. **O triunfo do falo: homoerotismo, dominação, ética e política na Atenas clássica**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008.
- DOVER, Kenneth J. **A homossexualidade na Grécia antiga**. São Paulo: Nova Alexandria, 1994.
- DULAURE, Jacques-Antoine. **O culto do falo: nos antigos e nos modernos**. Lisboa: Hugin, 1998.
- FLACELIÈRE, Robert. **Love in Ancient Greece**. New York: Crown Publishers, Inc., 1962.
- FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 6 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- _____. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- _____. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 13 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- _____. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977a.

- _____. **História da sexualidade: o uso dos prazeres.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- _____. **História da sexualidade: o cuidado de si.** Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. **Microfísica do poder.** 17 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- _____. **Nascimento da clínica.** Rio de Janeiro: Forense, 1980.
- _____. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1977b.
- FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1985. (Coleção Primeiros Passos).
- GIDE, André. **Corydon.** Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1969.
- _____. **O imoralista.** Rio de Janeiro: Editora Opera Mundi, 1970.
- _____. **O journal.** Os Cadernos de Cultura, 1955.
- _____. **Os moedeiros falsos.** São Paulo: Círculo do Livro, 1986.
- _____. **Oscar Wilde.** New York: Philosophical Library, 1949.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALPERIN, David M. **One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love.** New York, London: Routledge, 1990.
- HALPERIN, David M.; WINKLER, John J.; ZEITLIN, Fromma I. **Before sexuality: the construction of erotic experience in the Greek world.** Princeton: Princeton University Press, 1990.
- JAEGER, Werner. **Paidéia, a formação do homem grego.** São Paulo, Brasília: Martins Fontes/Editora Universidade de Brasília, 1986.
- MARROU, Henri-Irénée. **História da educação na Antiguidade.** São Paulo: EPU, 1975.
- MARTINS, Estevão de Rezende. **Historiografia contemporânea: um ensaio de tipologia comparativa.** In: Varia História, nº 27, junho, 2002.
- OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A construção social da masculinidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004. (Coleção Origem)
- PLATO. **Lysis.** Vol. III. Cambridge & London: Harvard University Press, 1991.
- _____. **Phaedrus.** Vol. I. Cambridge & London: Harvard University Press, 1995.
- _____. **Symposium.** Vol. III. Cambridge & London: Harvard University Press, 1991.
- _____. **The lovers.** Vol. XII. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1986.

- _____. **The republic**. Vol. V. Books 1-5. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1935.
- _____. **The republic**. Vol. VI. Books 6-10. Cambridge & London: Harvard University Press & William Heinemann Ltd., 1989.
- SARTRE, Maurice. **Ritos e prazeres gregos**. Caderno Mais, Folha de São Paulo, p. 6-7, 31 de outubro de 1999.
- SERGENT, Bernard. **Homosexuality in Greek myth**. Boston: Beacon Press, 1986.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. "Homossexualidade e fascismo". In **Dicionário crítico do pensamento de direita: idéias, instituições e personagens**. (orgs.) Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sabrina Evangelista Medeiros e Alexander Martins Viana, Rio de Janeiro: Faperj: Mauad, 2000.
- _____. "Homossexualidade e política". In **Dicionário crítico do pensamento de direita: idéias, instituições e personagens**. (orgs.) Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sabrina Evangelista Medeiros e Alexander Martins Viana, Rio de Janeiro: Faperj: Mauad, 2000.
- _____. "Homossexualidade e revolta". In **Dicionário crítico do pensamento de direita: idéias, instituições e personagens**. (orgs.) Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sabrina Evangelista Medeiros e Alexander Martins Viana, Rio de Janeiro: Faperj: Mauad, 2000.
- VERNANT, Jean-Pierre (ed.). **The greeks**. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1995.
- XENOPHON. **Memorabilia**. Vol. IV. Cambridge/London: Harvard University Press/William Heinemann Ltd., 1979.

Resenhas

review essays

Algumas reflexões sobre história e cinema

Some reflections on history and cinema

ROSENSTONE, Robert A. *A história nos filmes, os filmes na história*. Tradução Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2010, 262 p.

Fernando Nicolazzi

Professor Adjunto II
Universidade Federal de Ouro Preto
f.nicolazzi@hotmail.com
Rua do Seminário s/n
35420-000 - Mariana - MG
Brasil

Palavras-chave

História; Cinema; Representação.

Keywords

History; Cinema; Representation.

190

Enviado em: 24/1/2011
Aprovado em: 21/2/2011

A afirmação de que o cinema mantém com o real uma relação, ao mesmo tempo, direta e complexa parece não demandar um esforço argumentativo mais detalhado, mesmo que as características de tal relação não sejam por si só evidentes. Desde que, em 1895, Louis e Auguste Lumière realizaram, no *Salon Indien do Grand Café*, em Paris, as primeiras exposições públicas de filmes de que se têm notícia, o cinema incorporou para si a função de se constituir como uma forma discursiva, entre tantas outras já existentes, ocupada em representar dimensões variadas da realidade. As cenas filmadas pelos irmãos franceses, na estação de *La Ciotat (L'arrivée d'un train en gare à La Ciotat, 1895)*, exibidas em 1836, apareceram, aos olhos dos espectadores parisienses do final do século XIX, como a reapresentação concreta do movimento da locomotiva, a ponto de, segundo consta, o público correr surpreendido, imaginando que o trem encontrava-se, de fato, a sua frente.

Entre todas as instâncias possíveis do real de que se tem ocupado o cinema desde os seus primórdios, o passado constitui-se, para os historiadores, como uma das mais constantes e mais ricas em consequências. Como indicou Robert A. Rosenstone, em *A história nos filmes, os filmes na história*, já na primeira década do século XX, foram realizados filmes cujo enredo passava-se em algum lugar do passado, para citar o título (traduzido) de um filme que, embora não tenha sido mencionado por Rosenstone, trabalha com a ideia que lhe é cara: a de se experimentar, novamente, os tempos de outrora, desde que cumpridas algumas regras fundamentais, dentre as quais, o desapego a todo e a qualquer vestígio da contemporaneidade (*Somewhere in time, 1980*). Com base nessa constatação, a intenção declarada do historiador, que vem, há algum tempo, se dedicando à reflexão sobre a relação do cinema com a prática historiográfica – tendo publicado *Visions of the past: the challenge of film to our idea of history*, em 1998 –, é “entender como o cinema apresenta o mundo do passado” (ROSENSTONE, 2010, p.13). Mais do que isso, o livro, elaborado para a série didática *History: concepts, theories and practice*, da editora inglesa Pearson Education, traz a indagação sobre as formas pelas quais os historiadores, acostumados com o discurso escrito, podem oferecer uma compreensão renovada do mundo histórico através da experiência cinematográfica.

A primeira dificuldade, salientada pelo autor, de forma irônica, é, justamente, o fato de os historiadores, para falarem sobre cinema, não conseguirem encontrar outra forma senão a linguagem escrita. O capítulo inicial da obra começa, exatamente, com essa provocação: “isso não deveria ser um livro. São necessárias mais do que palavras impressas em uma página para entender como o cinema apresenta o mundo do passado” (ROSENSTONE, 2010, p. 13). No entanto, eis aqui um livro sobre a visão histórica do cinema. Eis aqui, também, um desafio para os historiadores, uma vez que a história, nos livros, e a história, no cinema, apesar de manter algumas semelhanças importantes, constituem-se como dois meios, radicalmente, diferentes para a representação do passado. No caso das semelhanças, elas se consistem, no

entendimento do autor, no fato de que as duas modalidades discursivas “referem-se a acontecimentos, momentos e movimentos reais do passado e, ao mesmo tempo, compartilham do irreal e do ficcional, pois ambos são compostos por conjuntos de convenções que desenvolvemos para falar de onde nós, seres humanos, viemos” (ROSENSTONE, 2010, p. 14). Já para as profundas divergências entre escrita e filme, o autor ampara-se em uma perspectiva conhecida, desde meados do século XX, que considera que o meio tem implicações profundas na informação transmitida ou, para falar como um dos estudiosos que subsidiam a abordagem de Rosenstone, “o brilhante teórico Hayden White” (ROSENSTONE, 2010, p. 16), em suas palavras, que a forma e o conteúdo devem ser encarados de modo concomitante, no limite, a primeira determinando, fortemente, o segundo. Ou seja, a trasposição do livro para o filme implica, por si mesma, uma mudança considerável, “pois mudar a mídia da história significa mudar igualmente a sua mensagem” (ROSENSTONE, 2010, p. 19).

Para dar conta dessa complexa relação entre história e cinema, o professor de história do *California Institute of Technology* oferece aos leitores dez capítulos nos quais são contempladas dimensões variadas de tal relação, além de um “guia de leituras essenciais”, ao final do volume, para aqueles leitores dispostos a se enveredarem por estes caminhos. O primeiro deles, *A história nos filmes*, insere o leitor na discussão, ao mesmo tempo em que demonstra a pretensão do autor, qual seja, a de sugerir que a história pode e deve ser representada por outras modalidades discursivas e mesmo por outros meios (*medium*), além da forma escrita canônica. Nas suas palavras, trata-se de “quebrar uma prática antiga que passou a ser considerada imutável – a noção de que um passado verídico só pode ser contado por palavras impressas em uma página” (ROSENSTONE, 2010, p. 19). Através de um breve registro biográfico, no qual Rosenstone indica como e quando começou a se interessar pelo tema, ele salienta o impacto que o conhecimento da obra de teóricos como Hayden White e Frank Ankersmit teve na sua forma de compreender a prática historiográfica. Ambos ofereceram ao autor a noção de que todo discurso que toma o passado como objeto é, por natureza, um discurso metafórico. Ou seja, que ele não pode ser nunca uma representação transparente do real, mas que funciona por meio de uma inovação semântica na qual a linguagem tem um papel constituinte importante. Nesse sentido, os filmes constituem-se, para ele, como modalidades legítimas de discurso sobre o passado. Assim, afirma que alguns cineastas podem, inclusive, ser considerados como historiadores.

O segundo capítulo, intitulado *Ver o passado*, trata, de forma mais direta, do problema analisado pelo autor, ou seja, o das particularidades da representação histórica realizada nos filmes. Rosenstone sugere que os avanços tecnológicos ocorridos, no cinema, ao longo do século XX, não afetaram, decisivamente, a qualidade histórica, isto é, a historicidade dos ditos “filmes históricos”. Além disso, oferece três categorias através das quais é possível perceber diferenças na forma pela qual o passado é tratado em imagens

cinematográficas: o “longa-metragem dramático”, o “documentário” e, por fim, o “filme histórico inovador ou de oposição”. Cada uma dessas categorias é tratada nos três capítulos subsequentes.

Na continuação do capítulo, o autor realiza uma espécie de retrospecto das produções dos historiadores voltadas para as relações entre cinema e história. Dentre todas, é dado destaque para o livro *Slaves on screen* (2000), da historiadora Natalie Zemon Davis, autora de *The return of Martin Guerre* (1ª. edição em inglês 1983), cuja história também serviu de base para o filme francês *Le retour of Martin Guerre* (1982), de Daniel Vigne, no qual a própria autora trabalhou como consultora durante a pesquisa para a elaboração de seu livro. Na obra discutida por Rosenstone, Davis procurou refletir sobre as diferentes maneiras pelas quais a experiência histórica da escravidão, desde o mundo antigo até os contextos coloniais modernos, foi representada pelo cinema. Embora reconheça a importância e a relevância dessa perspectiva, toda a crítica à abordagem da autora, que ressalta, em diversos filmes, o descompasso entre a representação e a realidade histórica representada, reside no fato de que, para Rosenstone, ela se baseia em uma cultura livresca para a avaliação das obras de cinema. Assim, o historiador sustenta que “às vezes, parece que a sua [de Davis] resposta às deficiências dos filmes seria torná-los mais parecidos com livros – ou pelo menos fazer com que eles seguissem mais de perto as regras da história tradicional” (ROSENSTONE, 2010, p. 53). Nesse sentido, à reivindicação da historiadora para que “os filmes históricos [deixem] que o passado seja o passado” (ROSENSTONE, 2010, p. 53), o autor contrapõe o seu pleito: “deixe que os filmes históricos sejam filmes” (ROSENSTONE, 2010, p. 53). Para ele, portanto, é preciso encontrar outras formas de avaliação dos filmes históricos, que não seja as mesmas utilizadas para o que considera como a história tradicional da academia.

Em *Drama comercial*, terceiro capítulo do livro, Rosenstone aborda a primeira das categorias, anteriormente, mencionadas: os filmes de caráter, declaradamente, mercadológico e de maior apelo ao público. Novamente aqui, evidencia-se a necessidade do estabelecimento de padrões próprios para se julgar o caráter histórico de um filme. O autor menciona uma série de críticas elaboradas por historiadores a esse tipo específico de filmografia, salientando suas próprias divergências com relação a elas, sobretudo à forma como as obras cinematográficas são ali encaradas. Então, faz um questionamento: “ao avaliarmos filmes históricos, é fácil criticar o que vemos. Mas pergunte o que esperamos que um filme seja ou faça e, basicamente, nós, historiadores, não sabemos o que responder. Só insistimos que o filme deve aderir ‘aos fatos’” (ROSENSTONE, 2010, p. 59). No seu entendimento, “a nossa reação básica é pensar que um filme na verdade é um livro transposto para a tela, o que significa que ele deveria fazer a mesma coisa que esperamos de um livro: acertar os fatos” (ROSENSTONE, 2010, p. 60). Entretanto, o objeto “filme histórico” não se presta apenas a isso, uma vez que

trata-se de um drama, uma interpretação, uma obra que encena e constrói um passado em imagens e sons. O poder da história na tela emana das qualidades singulares da mídia, da sua capacidade de comunicar algo não apenas de maneira literal (como se alguma comunicação histórica fosse totalmente literal) e realista (como se pudéssemos definir realisticamente o realismo), mas também, nas palavras de [Gerda] Lerner, de 'maneira poética e metafórica' (ROSENSTONE, 2010, p. 60).

Para Rosenstone, é preciso levar em consideração que os filmes históricos são formas particulares e "tentativas sérias de dar sentido ao passado" (ROSENSTONE, 2010, p. 62). Daí sua demanda, que atravessa todo o seu livro: "está na hora de parar de esperar que os filmes façam o que (na nossa imaginação) os livros fazem" (ROSENSTONE, 2010, p. 62). Por exemplo, mesmo que as duas mídias discutidas possam ser consideradas como formas metafóricas de representação do real, os mecanismos ficcionais dos filmes são distintos daqueles encontrados nos livros. No cinema, segundo o autor, é possível trabalhar fatos históricos por meio de "compressão ou condensação" (quando muitos eventos passam a se concentrar em apenas um), "deslocamentos" cronológicos (como consequência direta da condensação), "alterações" (atribuição de sentidos que, talvez, não fossem condizentes com o fato representado), além da "invenção de diálogos e personagens" (ROSENSTONE, 2010, p. 64) não existentes, de forma a auxiliar na construção do significado histórico mais geral do filme. Para Rosenstone, este é o ponto mais fundamental da questão. Ou seja, a aderência ao real não é nem deve ser o critério primordial para a avaliação do papel do cinema diante da história. Segundo o autor, são tais elementos fictícios "que criam a contribuição do filme histórico, que reside exatamente no nível do argumento e da metáfora, especialmente quando há uma interação com o *discurso histórico* mais amplo" (ROSENSTONE, 2010, p. 65). Dessa maneira, "o filme estabelece uma relação, um reflexo, um comentário e/ou uma crítica com o corpo já existente de dados, argumentos e debates sobre o tópico em questão" (ROSENSTONE, 2010, p. 65).

No capítulo seguinte, *Drama inovador*, o autor analisa o que ele define, de forma discutível, como "filme histórico experimental ou inovador". Trata-se, de modo geral, de filmes com uma abordagem considerada, politicamente, crítica pelo historiador. Através da análise do filme *Outubro* (1927), realizado pelo cineasta russo Sergei Eisenstein, e da sua comparação com cinco relatos escritos, entre 1919 e 1996, sobre os eventos da revolução de outubro na Rússia, Rosenstone busca testar as afirmações e os procedimentos sugeridos, nos capítulos anteriores, e, sobretudo, pensar de que forma o filme histórico "ao mesmo tempo estabelece uma relação e acrescenta algo ao discurso histórico do qual nasce e ao qual necessariamente se refere" (ROSENSTONE, 2010, p. 82). Dessa maneira, defende que, mais do que registrar fatos tal como eles, efetivamente, aconteceram, o filme de Eisenstein transmite significados que dizem respeito à "importância dos acontecimentos sociais e políticos em Petrogrado no outono de 1917" (ROSENSTONE, 2010, p. 105),

situando-o no entremeio que separa, segundo Aristóteles, a poesia da história. *Outubro* é, na concepção de Rosenstone, a conjunção, na tela, entre o que aconteceu e o que poderia ter acontecido.

No quinto capítulo, intitulado *Documentário*, é, justamente, esse formato cinematográfico que, no senso comum, mais se aproxima do trabalho dos historiadores, o que é examinado. Filmes tais como *Le chagrin et la pitié* (1969), de Marcel Ophüls, e o polêmico filme-testemunho de Claude Lanzmann, *Shoah* (1985), entram nessa categoria. Contudo, novamente, o autor estabelece um recorte mais específico para suas reflexões. No caso, o tópico escolhido é a guerra civil espanhola tal como foi registrada em alguns filmes. A tese de Rosenstone, que não é nenhuma novidade, é a de que mesmo essa modalidade fílmica, cuja definição pode conduzir ao equívoco de se tomá-la como simples *documento* do real (e acaso algum documento é, de fato, simples?), não se constitui como registro mais ou menos verdadeiro da história, mas sim emerge como apenas outra forma, elaborada segundo critérios diversos, de discurso sobre fatos do passado. Todo documentário oferece uma argumentação sobre o real, pautada por escolhas que são, conscientemente, determinadas. O valor de crença que é possível imputar aos documentários, no limite, não é mais forte do que, por exemplo, aquele voltado para os chamados “dramas comerciais”. Em última instância, compete ao espectador acatar ou não o argumento oferecido pelos autores de filmes documentários.

195

No sexto capítulo, *Contando vidas*, o autor trata do gênero das cinebiografias, argumentando, entre outras coisas, que essa é uma modalidade em que, à semelhança das biografias escritas, a presença do fictício manifesta-se de forma clara e contundente. Para ele,

a ficção imposta por um enredo, o uso criativo dos fatos, a tradução necessária para tornar a vida compreensível e interessante – todos esses elementos que fazem parte da escrita biográfica tradicional (e do romance histórico) também marcam a cinebiografia (no qual parte da tradução envolve o uso da mídia visual e do som) (ROSENSTONE, 2010, p. 139).

Novamente, aqui, para tratar do tema mais geral escolhido, um recorte preciso é efetivado. Rosenstone analisa três longas-metragens que trataram da vida de John Reed, escritor norte-americano autor de *The ten days that shook the world* (1919), escrito com base no seu próprio testemunho da revolução bolchevique. Os filmes são *Reed, México insurgente* (1973), do mexicano Paul Leduc, *Krasnye Kolokola* (1982), do diretor soviético Sergei Bondarchuk, e *Reds* (1981), dirigido por Warren Beatty. O próprio autor esclarece os motivos da escolha desse tema. Além de ter escrito uma biografia sobre o personagem (*Romantic revolutionary: a biography of John Reed*, 1975), atuou, durante oito anos, como consultor histórico para a produção de Warren Beatty. Coerente com todos os pressupostos salientados ao longo do livro, Rosenstone sugere, nessa análise, que “as cinebiografias, como todas as obras que lidam com o passado, são entidades com significados instáveis que mudam ao longo dos anos, obras que são interpretadas e entendidas de acordo com plateias e indivíduos específicos” (ROSENSTONE, 2010, p. 162).

Em seguida, no capítulo *Cineasta/historiador*, Robert Rosenstone chega ao ponto que talvez incomode mais seus pares da academia, pois defende a ideia de que um cineasta pode ser, legitimamente, encarado como um historiador. Dessa vez, é a obra cinematográfica de Oliver Stone ou, pelo menos, a parte histórica dela que lhe serve como objeto para sua discussão. A escolha deve-se ao fato de que, para o autor, “nenhum cineasta americano nos últimos cinquenta anos esteve mais obcecado por questões históricas ou gerou mais polêmica pública do que o diretor Oliver Stone” (ROSENSTONE, 2010, p. 166). Relacionada a essa consideração, que torna o cineasta um objeto privilegiado para a reflexão, está a ideia de que, tomando sua obra como história, fruto de uma prática, propriamente, historiográfica, é possível oferecer uma definição ampliada do que pode ser considerado o gênero histórico. Para Rosenstone, alguns dos cineastas que se interessam pelo passado têm o mérito de o tornar significativo por três razões inter-relacionadas: seus filmes permitem visualizar, contestar e revisar a história.

No caso de Oliver Stone, filmes como *Platoon* (1986), *Born on the fourth of july* (1989), *JFK* (1991), *Nixon* (1995), entre outros, ocasionaram fortes discussões na história recente dos Estados Unidos. Entretanto, é justamente a forma dos cineastas narrarem os fatos históricos o que chama a atenção de Rosenstone, como quando, talvez com um impressionismo exagerado, considera que “Stone sempre parte para a jugular, usando todos os efeitos à sua disposição para intensificar a experiência da plateia, como que para se certificar de que você sentirá tanto quanto os personagens a dor (há pouca alegria em seus filmes) da história” (ROSENSTONE, 2010, p. 187). Muito desse tipo de formulação pode ser encarado como eco das ideias de Frank Ankersmit apresentadas no livro *Sublime historical experience* (2005) ainda que o título não faça parte da bibliografia trabalhada por Rosenstone. Ankersmit sugere, por meio de uma reflexão que não deixa de ser polêmica, a possibilidade da experiência efetiva de um mundo de outrora, efetivamente passado. A posição de Rosenstone em relação ao cinema parece ser, exatamente, esta: o filme permite estabelecer com a história uma relação talvez mais intensa do que aquela propiciada apenas pela leitura das palavras impressas no papel.

Dando continuidade a essa ideia, ao indagar “que tipo de mundo histórico um filme dramático propõe?” (ROSENSTONE, 2010, p. 197) o autor inicia o oitavo capítulo, *Interagindo com o discurso*. O tema escolhido não deixa de ser problemático, pois diz respeito aos filmes que tratam do holocausto. Após discutir alguns desses filmes, pautado na concepção defendida ao longo do livro, de que o passado é sempre mais ou menos “violado” (o termo é do autor) sempre que se procura representá-lo, não importando os recursos discursivos, Rosenstone afirma que a polêmica em torno das representações oferecidas, nos filmes analisados (ou da leitura que ele faz delas), deve-se ao fato de que “eles fazem isso explorando as grandes potencialidades de sua mídia – dando-nos a ilusão de que, por um curto período, testemunhamos, ou até mesmo vivenciamos, os problemas, iras, medos, alegrias e dores de outras

vidas ambientadas em outras épocas” (ROSENSTONE, 2010, p. 223). Talvez, a noção de que se possa, de fato, vivenciar experiências traumáticas como a do holocausto, através dos recursos oferecidos pelo cinema, fira a sensibilidade daqueles que consideram esse tipo de experiência única em sua integralidade, impossível de ser experimentada por quem não a viveu ou, sequer, de ser transmitida em sua completude. Não obstante, a posição do autor é mantida, ao longo do livro, como se percebe no nono e último capítulo, *Os filmes na história*. Mesmo nos casos dos filmes sobre o holocausto, o cinema oferece algo, na forma de um pensamento histórico, para que os espectadores utilizem como acharem melhor.

Robert Rosenstone defende o caráter experimentalista que o cinema pode oferecer para a representação do passado, sugerindo que as diferenças entre essa forma discursiva e a história escrita permitem “especular se a mídia visual representa uma grande mudança na consciência de como pensamos sobre o nosso [sic] passado. Se isso for verdade, talvez os nossos historiadores cineastas estejam sondando as possibilidades do futuro do nosso passado” (ROSENSTONE, 2010, p. 234). Dessa maneira, sua conclusão é direta:

o filme histórico não apenas desafia a História tradicional, mas nos ajuda a voltar para uma espécie de estaca zero, uma sensação de que nunca podemos conhecer realmente o passado, mas apenas brincar constantemente com ele, reconfigurá-lo e tentar dar significado aos vestígios que ele deixou (ROSENSTONE, 2010, p. 239).

197

Muitas dessas afirmativas carregam, em si mesmas, os elementos da sua crítica. Afinal, considerando a última citação, não seria viável considerar como conhecimento do passado, justamente, o ato de reconfigurá-lo e de dotá-lo de significados através dos indícios possíveis para tanto? Nesse sentido, falar sobre a impossibilidade de “conhecer realmente o passado” não é, por si mesmo, um equívoco? O tom didático do livro, condizente com a coleção editorial na qual está inserido, não esconde, portanto, algumas facilidades teóricas assumidas pelo autor. A primeira delas é a contraposição, por demais caricatural, entre a história da academia e a história realizada por cineastas. Tem-se a impressão de que a história profissional, se assim se pode falar, é uma modalidade antiquada e retrógrada, afeita a resguardar seus canteiros com base em preconceitos e em um corporativismo voltado a excluir formas de representação que possam colocar em risco seu (suposto) monopólio sobre o passado. O cinema seria, naturalmente, o antídoto para isso.

Outra facilidade que salta aos olhos do leitor é o fato de que, mesmo fazendo menção a alguns teóricos ocupados em pensar o estatuto ficcional dos discursos sobre o passado, não há no livro nenhuma discussão mais substanciada sobre o que, realmente, se quer dizer quando se discorre sobre a ficção dos discursos históricos (sejam eles escritos ou fílmicos). O autor, simplesmente, recusa situar o leitor nesse tipo de problema epistemológico. Ou seja, em sua pretensão didática, ele abdica, paradoxalmente, de tornar certas

discussões mais claras para o leitor não especializado, colocando em risco aquela mesma pretensão que, por sua vez, caracteriza a coleção editorial na qual se insere o livro. Além disso, apesar de ter falado tanto em filme histórico, não fica claro o que define, especificamente, um determinado tipo de filme como "histórico" ou, nas palavras de Rosenstone, o que caracteriza, realmente, como históricas as "premissas históricas" das obras cinematográficas. Que se trata do filme com enredos ambientados no passado, é óbvio, mas, em um contexto no qual o tempo presente desponta com tamanha evidência aos olhos dos historiadores, tal definição não é ainda um tanto quanto restritiva? Da mesma forma, já que se trata de pensar a história nos filmes e os filmes na história, uma dimensão incontornável da questão não foi abordada de forma mais direta: como se valer dos filmes como fontes históricas?

O ponto forte do livro é a insistência com a qual Rosenstone convida os historiadores a pensar formas renovadas e experimentalistas de discurso histórico ou modalidades distintas de representação do passado. Como fundador e editor do periódico *Rethinking History: the journal of theory and practice*, (tem essa vírgula?) que, nas suas, talvez exageradas, palavras, acredita ser "a única publicação desse meio que incentiva formas experimentais de escrita histórica", o autor defende a ampliação dos recursos representativos de que se valem os historiadores. Evidentemente, isso não competiria apenas ao trabalho dos historiadores, mas envolveria repensar os próprios procedimentos pelos quais a história é ensinada. Fica a sugestão.

Biografia e historiografia brasileira

Biography and Brazilian historiography

GONÇALVES, Marcia de Almeida. *Em terreno movediço: biografia e história na obra de Octávio Tarquínio de Sousa*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009, 348 p.

Thiago Lenine Tito Tolentino

Doutorando

Universidade Federal de Minas Gerais

thiago_lenine@yahoo.com.br

Rua Henrique José Ribeiro, n 30, Trevo

31545010 - Belo Horizonte - MG

Brasil

Palavras-chave

Octávio Tarquínio de Sousa; Biografia; Historiografia.

Keyword

Octávio Tarquínio de Sousa; Biography; Historiography.

199

Enviado em: 13/12/2010

Aprovado em 24/1/2011

Apesar de, historicamente, preencher espaços volumosos nas estantes de bibliotecas e nos catálogos editoriais, o gênero biográfico brasileiro é objeto de poucos estudos no âmbito da história da historiografia brasileira. Desde a criação do IHGB, em 1838, até meados do século XX, o fazer biográfico esteve, não sem sofrer mudanças significativas nos modos da escrita e das concepções acerca do gênero, sempre no horizonte da atividade do historiador brasileiro. O livro de Marcia de Almeida Gonçalves, fruto de sua tese de doutorado defendida em 2003 na FFLCH/USP, contribui, nesse sentido, de forma primordial aos estudos acerca do gênero biográfico brasileiro. A obra revela a riqueza de um debate, hoje esquecido, que, já nos anos 1920, pautava-se em torno de questões como as das relações da biografia com a história e com a literatura, assim como, no reconhecimento do gênero biográfico como perspectiva capaz de contemplar a importância da compreensão do indivíduo durante o pós-guerra, em diálogo com as descobertas psicanalíticas e com a consolidação da sociedade burguesa.

Na construção de uma análise historiográfica acerca do gênero biográfico, a autora optou por ter um personagem como ponto de partida: Octávio Tarquínio de Sousa. A escolha é bastante acertada. Tarquínio de Sousa (1889-1959), historiador/biógrafo relativamente desconhecido, foi o autor de uma série de biografias que, em 1958, foram reunidas sob o título de *História dos Fundadores do Império do Brasil* (1958). Vinte anos, porém, separam a *História dos Fundadores* da publicação da primeira biografia escrita pelo autor: *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo* (1937). Durante todos esses anos, as reflexões de Octávio Tarquínio acerca do gênero biográfico ganharam variados contornos relacionados às diferentes influências intelectuais com as quais teve contato.

O livro de Gonçalves é particularmente fértil, justamente, na recomposição das perspectivas desenvolvidas acerca da biografia desde os anos 1920 até a década de 1950. Tais perspectivas tiveram ressonâncias distintas no interior da obra de Tarquínio de Sousa.

A produção biográfica de Tarquínio de Sousa desenvolveu-se em uma época que foi tida pelos escritores contemporâneos como um período de uma "epidemia biográfica". Essa constatação pode ser verificada no fato de o gênero biográfico figurar, nos anos 1930/40, entre os cinco mais publicados pelas grandes editoras da época, como, por exemplo, a Cia Editora Nacional, a José Olympio, a Editora Globo e a Editora Irmãos Pongetti. A expressão "epidemia biográfica" foi cunhada pelo crítico literário e líder católico Tristão de Ataíde (Alceu Amoroso Lima). Segundo Tristão, o fenômeno seria motivado pela emergência de um "estado de espírito", na sociedade daquela época, que estaria desenvolvendo uma "grande tendência à realidade". A ideia de uma sedução realista que compeliu a intelectualidade a desenvolver um esforço cognitivo para decifrar e para apreender a realidade, principalmente, a realidade nacional, encontra ressonâncias em, praticamente, toda produção dos anos 1930 inscrita no *topos* "Estudos Brasileiros".

O fazer biográfico, porém, era mobilizado segundo diferentes perspectivas e foi, justamente, em relação a este “anseio realista” que as biografias revelaram-se ora fugidias à exigência realista do conhecimento historiográfico, devido a suas relações com o literário e o ficcional; ora como, fundamentalmente, apropriadas à construção do saber histórico, justamente, por sua capacidade de humanização dos processos passados ao revelar suas conexões mais intrínsecas. Uma das concepções acerca da biografia que mais teria gerado debates na intelectualidade brasileira, durante os anos 1930/40, foi a “biografia moderna”.

A autora retrata a trajetória da “biografia moderna” desde seus criadores europeus – André Maurois, na França, Emil Ludwig, na Alemanha, e Lytton Strachey, na Inglaterra – até sua recepção pela intelectualidade brasileira. Identificada com o contexto posterior à primeira guerra mundial, a “biografia moderna” estava inserida em um contexto de *revolta antipositivista* “revolta antipositivista”, no qual emerge uma nova

concepção de natureza humana mediada pelo conceito de inconsciente, pela valorização do meio histórico e cultural na compreensão das possibilidades e limites da ação dos indivíduos no mundo, pela junção, em escalas diferenciadas, do intuitivo e do racional nos métodos cognitivos (GONÇALVES, 2009, p. 154-155).

201

A recepção da “biografia moderna” em terras brasileiras rapidamente assumiu um sentido de identificação entre o fazer biográfico e a criação literária. Em 1929, o crítico literário Humberto de Campos comemorava o fato de, a partir do surgimento da “biografia moderna”, ficar reservado ao Instituto Histórico a “missão soturna e benemérita de arquivar certidões de batismo, de coligir testemunhos de contemporâneos, de colecionar citações de historiadores eminentes” (CAMPOS *apud* GONÇALVES, 2009, p. 110). As biografias, porém, seriam agora escritas por “homens de pensamento – pelos romancistas, pelos poetas, pelos críticos literários –, porque ela deixará de ser história, isto é, ciência, para tornar-se arte em uma de suas expressões mais puras e legítimas” (CAMPOS *apud* GONÇALVES, 2009, p. 110). A “biografia moderna” passou, então, a ser sinônimo de biografia romanceada, contrapondo-se às biografias históricas.

Autores como Sérgio Buarque de Hollanda, Alceu Amoroso Lima, Lúcia Miguel Pereira, Sylvio Elia, Nelson Werneck Sodré e Luiz Viana Filho iriam, nos anos 1930/40, compor o debate intelectual em torno da biografia, ora defendendo seu caráter histórico, ora promovendo sua relação com a ficção. Na maior parte dos casos, procurava-se uma conciliação entre as duas perspectivas.

Octávio Tarquínio de Sousa, fio condutor da obra de Gonçalves, percebia o sentido daquela epidemia biográfica como um sintoma de uma época que seria caracterizada pela “inumana anulação do indivíduo” (SOUSA *apud* GONÇALVES, 2009, p. 207) e que, por “reação inevitável” (SOUSA *apud*

GONÇALVES, 2009, p. 207), era ávida por livros em que os “homens apareçam de alma nua, homens particulares, homens diferentes uns dos outros, homens como a vida modela e destrói [...] a vida, toda a vida em suas mais opostas e diversas faces” (SOUSA *apud* GONÇALVES, 2009, p. 207).

E foi a partir de um teórico reconhecido por seu destaque à importância do conceito de ‘vivência’ [*Erlebnis*] para a compreensão nas ciências humanas que Octávio Tarquínio sintetizou suas perspectivas acerca do fazer biográfico. De fato, segundo o biógrafo brasileiro, “sua tarefa biográfica inspirou-se em boa parte das lições de Dilthey” (SOUSA *apud* GONÇALVES, 2009, p. 296).

Nota-se, portanto, que Octávio Tarquínio de Sousa percebia no gênero biográfico um viés valioso para a compreensão das realidades passadas. Reconhecia o valor historiográfico inestimável de biografias clássicas como *Estadista no Império* (1897-1898), de Joaquim Nabuco, e *Dom João VI no Brasil 1808-1821* (1908), de Oliveira Lima. Ao mesmo tempo, Octávio Tarquínio considerava como fundamentais as inovações trazidas ao gênero biográfico por meio do surgimento da “biografia moderna”. Não obstante, foi com base no teórico alemão Wilhem Dilthey (1833-1911) que Tarquínio de Sousa conseguiu sistematizar o valor do gênero biográfico para a compreensão da história. Tratava-se de se perceber a “conexão estrutural de uma época ou período” não em que o indivíduo e o mundo histórico tornam-se distintos, porém, infinitamente, relacionados: assim como os homens não podem ser compreendidos se extraídos de sua época histórica, seria impossível compreender os processos históricos sem a atuação dos indivíduos.

Nesse sentido, observa-se, em Octávio Tarquínio, a possibilidade de indivíduos tornarem-se representativos de determinadas épocas, pois os sujeitos seriam um “ponto de cruzamento” de nexos efetivos e estruturais expressivos de comunidades e de sistemas culturais históricos. As trajetórias individuais trazem como que marcada, em seus corpos e em suas mentes, todo um mundo histórico que assume sentidos singulares através de cada experiência individual. Ao mesmo tempo, considera-se a existência de “sujeitos supraindividuais” como o direito, a arte, a religião e a nação. Eles seriam “um sujeito especial, preso a uma unidade que envolveria muitos sistemas particulares” (GONÇALVES, 2009, p. 306). A compreensão em ciências humanas e, especificamente, na historiografia, teria, portanto, um caráter hermenêutico marcado pela compreensão e pela revivência e sempre associado ao reenvio constante dos feitos individuais aos traços mais gerais de um mundo histórico. A perspectiva historista trazia em seu bojo o caráter irrepetível do passado, a sua desvinculação de qualquer sentido teleológico (providência, progresso, liberdade) e a impossibilidade de redução da vivência histórica a uma explicação que a esgotasse.

Conforme demonstra a autora, Octávio Tarquínio de Sousa foi seletivo na apropriação tanto do pensamento de Dilthey, quanto das demais perspectivas com as quais teve contato. De fato, em sua busca pela renovação e, mesmo, pela validação do gênero biográfico como viés epistemologicamente legítimo à

produção do conhecimento historiográfico, Octávio Tarquínio de Sousa sistematizava uma série de referências na composição da narrativa biográfica: Documentos de época, como cartas, jornais e atas oficiais, eram relacionados tanto com a historiografia mais antiga sobre a história do Brasil, como Southey e Armitage, quanto com autores renovadores do saber histórico brasileiro, como Gilberto Freyre. O gênero biográfico traduziria tanto uma inovação, fruto da demanda contemporânea por uma interpretação das realidades passadas segundo significados que remetessem à “compreensão” e à “vivência”, quanto um esforço revisionista, que objetivava reavaliar e reestruturar o saber histórico constituído.

O livro de Gonçalves traz, portanto, uma inestimável contribuição à história da historiografia nacional, justamente, por abordar discussões acerca de gêneros pouco, ou quase nunca, observados pelos especialistas da disciplina. De fato, o que a renovação dos estudos em história da historiografia brasileira deve revelar é a complexidade de temáticas e de perspectivas nas quais os historiadores brasileiros debruçavam-se, principalmente, entre o fim do século XIX e a metade do século XX. As relações da história com a literatura, da história com a época na qual é produzida, as possibilidades da história na constituição das identidades regionais e nacional, os conflitos em torno do passado mais legítimo e verdadeiro e, portanto, os sentidos políticos inerentes à produção historiográfica constituíram temáticas centrais nas discussões historiográficas brasileiras do período citado. Trata-se, portanto, de visitar autores e obras que, por muito tempo, foram considerados como, justificadamente, esquecidos, e tantos outros sequer lembrados, em função de seu atraso segundo uma concepção evolucionista da “ciência” histórica. Em tempos de problematização acerca do sentido evolucionista da “ciência histórica”, o diálogo com aquela produção passada torna-se, cada vez mais, inescapável à reflexão historiográfica contemporânea.

203

Referências bibliográficas

NABUCO, Joaquim. *Estadista no Império*. Rio de Janeiro: H Garnier, 1897-1898. 3 vols.

LIMA, Oliveira. *Dom João VI no Brasil 1808-1821*. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1908.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Fundadores do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1958. 10 vols.

SOUSA, Octávio Tarquínio de. *Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937. Coleção Documentos Brasileiros.

Teorizar a mimesis contemporaneamente

Theorizing mimesis contemporaneously

COSTA LIMA, Luiz (org.). *Mimesis e a reflexão contemporânea*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, 260 p.

Nabil Araújo

Doutorando
Universidade Federal de Minas Gerais
nabil.araujo@gmail.com
Rua Curvelo, 58/15 - Floresta
31015-172 - Belo Horizonte - MG
Brasil

Palavras-chave

Mimesis; Historicidade; Contemporaneidade.

Keywords

Mimesis; Historicity; Contemporaneity.

204

Enviado em: 24/12/2010

Aprovado em: 1/2/2011

Tomado como aquilo que mais imediatamente se propõe a ser – uma coletânea de textos contemporâneos sobre a *mímesis* –, o livro *Mímesis e a reflexão contemporânea*, ou, antes, os quatro textos de autores diversos que compõem o volume deveriam ser avaliados no que concerne (a) seja à sua conformação ao objeto de reflexão então em foco: o fenômeno ou a problemática da *mímesis*, (b) seja à “contemporaneidade” da abordagem que empreendem de um tal objeto (a menos, é claro, que se tome por contemporânea simplesmente toda e qualquer abordagem *temporalmente* próxima a nós).

Isso posto, seria preciso reconhecer que, se os três primeiros textos da coletânea – “Nascimento de imagens” (1979), de Jean-Pierre Vernant; “Imitação da natureza’: contribuição à pré-história da ideia do homem criador” (1957/1981), de Hans Blumenberg; “*Mímesis* em Aristóteles e nos comentários da *Poética* no Renascimento: da mudança do pensamento sobre a imitação da natureza no começo dos tempos modernos” (1998), de Arbogast Schmitt – colocam, inequivocamente, a problemática da *mímesis* no centro de suas preocupações, o fazem não de uma perspectiva eminentemente teórica (isto é, de alguém que buscasse, se não erigir uma nova teoria, ao menos formular um posicionamento teórico próprio e, nesse sentido, *contemporâneo* da problemática da *mímesis*), mas de uma perspectiva muito próxima à da tradicional história das ideias (isto é, com a objetividade e o distanciamento típicos do pesquisador que pretende reconstituir fidedignamente um certo pensamento ou percurso conceitual) – ainda que, nos três casos, com uma admirável competência filológica aliada a um consistente *background* filosófico. Por sua vez, o quarto e último texto – “O processo de dissimulação: ‘O silêncio das sereias’, de Kafka” (1993), de David Wellbery – apenas tangencia a problemática da *mímesis* ao enunciar, no âmbito da leitura que empreende do texto de Kafka, a formulação de uma “*mímesis* apotropaica da diferença, no texto inscrita” (WELLBERY 2010, p. 211). Por outro lado, em nenhum dos textos da coletânea mais do que nesse a contemporaneidade da abordagem se faz sentir, sobretudo no modo como o autor, na articulação de sua leitura do texto kafkiano, mobiliza um certo vocabulário teórico-crítico – “autorreferência”, “indeterminabilidade”, “paradoxo”, “figura paradoxal do texto”, “indecidibilidade”, “diferença”, etc. – facilmente identificável ao que se convencionou chamar, a partir dos anos 1980, nos EUA, de crítica “desconstrucionista”. Descontado, portanto, o texto de Wellbery em função de sua especificidade, a relevância da coletânea residiria no amplo painel histórico por ela oferecido do desenvolvimento da teoria mimética no mundo ocidental, de sua emergência, na Grécia clássica, ao limiar de sua suplantação, na modernidade.

No primeiro texto da coletânea, Vernant deixa-se guiar pela seguinte questão de fundo histórico-psicológico: “Em que medida os gregos antigos conheceram uma ordem de realidade correspondente ao que chamamos de imagem, imaginação, mundo do imaginário?” (VERNANT 2010, p. 51). Em seu

esforço de elucidação, Vernant elege a obra de Platão como *corpus* privilegiado de investigação, vendo nela um ponto de inflexão decisivo na cultura grega antiga, posto ser Platão o autor que, pela primeira vez, reúne “em um mesmo grupo os mais diversos tipos de produções imagéticas para apresentar uma teoria geral unificada, organizando-os em conjunto no quadro de uma mesma categoria de fenômenos, aqueles que se vinculam, quaisquer que sejam suas diferenças, à *mimesis*, à imitação” (VERNANT 2010, p. 52) A conclusão a que chegará Vernant é a de que, por mais que a obra de Platão, signo maior do “momento em que o mundo das aparências toma corpo”, parecesse abrir caminho para o “desenvolvimento psicológico da imagem”, seria preciso esperar por um autor como Flávio Filóstrato (século II d. C.) para a identificação da *phantasia* como “uma imaginação não mais dependente da *mimesis*, mas oposta e superior a ela por conta de sua *sophia*” (VERNANT 2010, p. 86). O percurso investigativo ganha corpo, no texto de Vernant, por meio de uma leitura cerrada de textos-chave de Platão para a problemática da *mimesis* como *República* e *Sofista*, na qual competência filológica, *background* filosófico e sensibilidade historiográfica convergem no tratamento de certas questões essenciais quer para o filósofo, quer para o crítico ou teórico da literatura, quer para o historiador das ideias.¹ No centro delas, a questão da célebre distinção platônica entre a “boa” e a “má” imitação, em vista da qual o “nascimento de imagens” de que nos fala Vernant, isto é, o estabelecimento, com Platão, de uma teoria geral unificada das produções imagéticas (e de uma hierarquia epistemológica entre elas), acabaria por se confundir com o nascimento do próprio discurso filosófico ocidental.

“Retomada por Aristóteles”, lembra-nos Vernant (2010, p. 63), “a concepção platônica da *mimesis*, mais ou menos reinterpretada, exercerá, a partir do Renascimento, a influência que todos conhecemos sobre o desenvolvimento e a orientação da arte ocidental”. A expressão “que todos conhecemos” aponta para a existência de um senso comum a respeito da *longue durée* aí delineada, aquela que faz o predomínio da teoria mimética da arte e da literatura estender-se de sua emergência com Platão e Aristóteles à sua vigência hegemônica na Europa pós-renascentista (até sua derrocada com o colapso do regime neoclássico a partir de fins do século XVIII).

Os dois textos seguintes da coletânea incidem exatamente sobre esse senso comum. O primeiro o endossa e procura rastrear, ao longo do percurso aí descrito, o delineamento de certos posicionamentos que de alguma forma preparariam ou anunciariam a superação da teoria mimética ocidental por um referencial teórico-crítico francamente antimimético, dito moderno. O segundo o questiona e se esforça por mostrar que, na dita “reinterpretação” da concepção platônico-aristotélica da *mimesis* pelos comentadores renascentistas

¹ Sobre o modo como a formação acadêmica e as relações intelectuais de Vernant teriam influenciado o tipo de tratamento por ele dispensado a seus objetos de investigação, confira-se a esclarecedora entrevista com o autor realizada pelo professor José Otávio Nogueira Guimarães e que se encontra no final da coletânea, na qual Vernant se manifesta sobre sua relação com três de seus colegas no *Collège de France*: Dumézil, Lévi-Strauss e Foucault.

da *Poética*, a modificação terá sido tão drástica que melhor seria falar em duas concepções distintas, evitando o erro de subsumir retrospectivamente a concepção clássica (grega) na neoclássica (pós-renascentista).

Comentando a resposta aristotélica à pergunta “sobre o que o homem poderia produzir no mundo e do mundo, por sua força e destreza”: a formulação de que a “arte é imitação da natureza”, Blumenberg (2010, p. 87) observa que o termo grego para “arte” – *tékhne* – sintetiza “todas as habilidades humanas de operar e configurar [...]: tanto o ‘artificial’ como o ‘artístico’”. Ele explica que, nessa perspectiva, natureza e “arte” são estruturalmente equivalentes, os traços imanentes de uma podendo ser conferidos na outra, e conclui que “assim está positivamente fundado que a tradição sintetize a definição aristotélica na fórmula ‘ars imitatur naturam’, como o próprio Aristóteles já o fizera” (BLUMENBERG 2010, p. 88). Blumenberg o afirma para, logo na sequência, constatar o fosso que separa da fórmula aristotélica o horizonte da modernidade, orientado que é pela “medição do espaço livre da liberdade artística”, pela “descoberta da ilimitação do possível contra a finitude do fático”, pela “dissolução da referência à natureza pela autoconcretização histórica do processo artístico, dentro do qual a arte é sempre gerada na e a partir da arte” (BLUMENBERG 2010, p. 89). Perguntando-se por que a “invenção” se torna “o ato significativo no mundo moderno”, por que ela “emerge imagetivamente” nas obras de arte da modernidade, Blumenberg observa que a pergunta não pode ser respondida “se não se considera *contra que* o conceito moderno de homem foi levado a cabo”, e sinaliza: “O *páthos* veemente com que se atribuiu o caráter de criador ao sujeito foi mobilizado para enfrentar o axioma da ‘imitação da natureza’” (BLUMENBERG 2010, p. 91); ou ainda: “o *páthos* moderno da autêntica produção humana na arte e na técnica provoca a resistência contra a tradição metafísica da *identidade entre ser e natureza*, de que a determinação da obra humana como ‘imitação da natureza’ era a exata consequência” (BLUMENBERG 2010, p. 98). Diante dessa tese, torna-se indispensável, diz-nos Blumenberg (2010, p. 98), “uma pesquisa fundamentada da base histórica”; é o que ele buscará oferecer ao longo do texto, determinando, assim, “de modo mais preciso o espaço histórico em que essa oposição ocorre” (BLUMENBERG 2010, p. 91).

Procurando delimitar a concepção platônico-aristotélica da *mímesis* em sua ênfase na correspondência entre possibilidade e realidade, Blumenberg (2010, p. 105) afirma que ela “não admite que o homem possa atuar mentalmente de maneira *originária*. Ontologicamente, isso quer dizer: o existente não pode ser ‘enriquecido’ pela obra humana. [...] na obra humana, *nada* essencialmente sucede”. O autor passa, então, em revista diversos momentos da história do pensamento ocidental em busca de modificações ou deslocamentos significativos que apontariam para uma saída desse estado de coisas, rumo a uma visão renovada da arte e de sua relação com o “real” e o “possível”: o helenismo, o estoicismo, o pensamento cristão medieval (Agostinho, Pedro Damian, Alberto Magno, Tomás de Aquino, Boaventura, Guilherme

de Ockham, Nicolau de Cusa), desembocando no horizonte da modernidade com Descartes e Leibniz. Com Descartes, afirma Blumenberg (2010, p. 129), "a filosofia se converte na sistemática do possível; a realidade do ser torna-se agora compreendida a partir da possibilidade do ser". "O homem 'escolhe' seu mundo, como Deus escolheu, a partir do possível, o mundo a criar" (BLUMENBERG 2010, p. 130). Blumenberg observa que Leibniz tentará condensar harmonicamente esses mundos possíveis, equilibrando a pressão das possibilidades infinitas. Quando, entretanto, em meados do século XVIII, o otimismo metafísico leibniziano desmorona, resta o horizonte da infinidade dos mundos possíveis, posto em contato com a representação do poeta criador apenas em 1740, por J. J. Breitinger (*Critische Dichtkunst*) e J. J. Bodmer (*Critischen Abhandlung von dem Wunderbaren in der Poesie*). Com o aguçamento, no século XIX, de seu caráter factual, a natureza acabará por figurar como "a encarnação dos produtos possíveis da técnica", e, assim, como a própria antípoda da arte-como-criação, tornando-se odiosa aos olhos do artista moderno. "Só agora se pode apreciar a significação *positiva* propiciada pela dissolução da identidade entre ser e natureza", sentencia, com efeito, Blumenberg (2010, p. 134), na conclusão de sua "contribuição à pré-história da ideia do homem criador".

Arbogast Schmitt abre seu ensaio com um longo trecho do texto de Blumenberg. Ao comentá-lo, critica o autor por reiterar "uma *communis opinio*, cada vez mais extensa, que vê formar-se, entre Aristóteles e o século XVIII, uma ampla conexão no entendimento da arte e da poesia, contra a qual a modernidade se levantou, pelo desdobramento do conceito de uma subjetividade criadora" (SCHMITT 2010, p. 139) Esse senso comum seria criticável por ignorar a especificidade da teoria poética platônico-aristotélica frente à sua interpretação (deturpação?) renascentista. Reconhece-se, assim, que "a formulação de Aristóteles por Blumenberg deva ao menos deformar algo para que fundamente a tese de que, para Aristóteles, a arte é basicamente imitação da natureza" (SCHMITT 2010, p. 139). Schmitt se esforçará, então, para refutar o referido senso comum, procurando restituir a integridade da concepção aristotélica da *mimesis* em contraste com a concepção renascentista de imitação poética. Partindo da análise das "opiniões filosóficas básicas" (p. SCHMITT 2010, p. 152) subjacentes a cada uma das concepções em questão, Schmitt definirá, nos seguintes termos, a diferença essencial entre ambas no que concerne à problemática da representação e da verossimilhança:

O pensamento de Aristóteles é consideravelmente mais universal: o poeta deve apresentar o que, por atos e palavras, decorre de uma certa condição de um homem, com verossimilhança e necessidade; ou melhor, que condição interna de um indivíduo se manifesta quando ele diz ou faz algo. O poeta deve apresentar qual é o universal de um homem, o que subjaz à quantidade imprevisível de suas ações como uma disposição interna dele característica e a ele cabível. A distinção quanto aos "tipos" da poética normativa está em que tais tipos são extraídos da empiria, são articulações típicas de um traço de caráter de uma certa espécie de indivíduo, ao passo que Aristóteles não subordina o poeta a uma "tipificação". Isso leva a que o número de

“tipos” não aumente indefinidamente, enquanto o universal do poeta, para Aristóteles [...], sempre pode ter uma nova formulação (SCHMITT 2010, p. 168).

Assim sendo, a excitação contra a frase “a arte imita a natureza” não se dirigiria a Aristóteles, “mas à recepção renascentista do filósofo grego” (SCHMITT 2010, p. 188). Schmitt conclui enfatizando que o objetivo de sua pesquisa foi o de “tornar plausível que a restrição da poesia pelo que está dado não é o resultado da história de dois mil anos do pensamento da imitação, senão que o produto de uma mudança específica do conceito de imitação no início dos tempos modernos” – o que levaria a que o princípio da imitação ainda compreendesse “outras possibilidades muito diversas” (SCHMITT 2010, p. 189).

Do texto introdutório a um livro dessa natureza não se esperaria muito mais do que uma apresentação sumária dos autores então contemplados (sobretudo por se tratar de nomes estrangeiros, em sua maioria pouco difundidos no Brasil) e algum tipo de resumo do conteúdo dos textos, a funcionar como convite à leitura dos mesmos. Isso, é claro, se o organizador do livro e autor de sua “Introdução geral” não fosse ninguém menos do que Luiz Costa Lima, nome maior da teoria da literatura no Brasil, conhecido sobretudo por seu esforço pessoal de repensar a *mimesis* como fenômeno constitutivo da experiência estética, empreendimento que se estende já por três décadas de pesquisa, ensino e publicações. Costa Lima não deixa de fornecer, é certo, uma justificativa plausível para seu projeto de uma coletânea sobre a *mimesis* nem uma apresentação mínima dos autores e dos textos por ele então editados (todos, aliás, com exceção de um, traduzidos pelo próprio Costa Lima); mas o grande diferencial da introdução que nos oferece é o modo como ela logra reconfigurar a coletânea em função da maior ou menor relevância de cada um dos textos em vista do empreendimento teórico do próprio Costa Lima. Nesse sentido, autores ausentes, que deveriam ter sido incluídos na coletânea mas não foram – caso de Theodor Adorno e de Jacques Derrida –, acabam mesmo por adquirir um peso maior do que autores efetivamente incluídos na coletânea, como Vernant ou Wellbery. A parte da introdução referente a Vernant (COSTA LIMA 2010, p. 11-12) sequer é do próprio Costa Lima (mas do professor José Otávio Nogueira Guimarães, tradutor de “Nascimento de imagens”); ao ensaio de Wellbery sobre Kafka, Costa Lima reserva apenas o último parágrafo da longa introdução, remetendo o leitor interessado ao capítulo de um livro seu em que se ocupa criticamente do referido ensaio. O texto de A. Schmitt justificarse-ia por preencher a “lacuna de, entre nós, quase se desconhecer a poetologia renascentista” (COSTA LIMA 2010, p. 23). Blumenberg, por sua vez, é o autor em que recai o maior interesse de Costa Lima. A Adorno e a Derrida, “os autores que havíamos pensado em incluir nesta coletânea e dela terminaram excluídos”, autores de cujas contribuições “uma reflexão sobre a questão da *mimesis* no pensamento contemporâneo não poderia prescindir” (COSTA LIMA

2010, p. 23), Costa Lima dedica uma “síntese introdutória” de vinte páginas, que ocupa metade de toda a introdução.

Atendo-se à declarada finalidade maior do texto de Costa Lima, a saber: “assinalar como a questão da *mimesis* adere ao próprio questionamento epistemológico contemporâneo” (COSTA LIMA 2010, p. 10-11), pode-se divisar aí o delineamento de uma dicotomia entre posicionamentos diametralmente opostos, epitomados, no caso, em Blumenberg, o primeiro, e em Derrida, o segundo (com Adorno ocupando uma posição intermediária entre os dois, ainda que, ao lado da de Derrida, igualmente insatisfatória para Costa Lima). Um ponto de contato possível entre Blumenberg e Derrida, e aquilo mesmo que pareceria opô-los radicalmente, é o interesse pela questão da metáfora: “em Derrida, a metaforicidade incessante, provocadora do privilégio da experiência estética, por ser ela a única que não escamoteia a *différance* – isto é, o postergar incessante da conclusão de um enunciado qualquer –, não se confunde com a posição de Blumenberg” (COSTA LIMA 2010, p. 21). E ainda:

Se este propõe uma metaforologia, que, de fato, rompe com a sinonímia entre razão e conceito e, daí, com a *epistemologia piramidal* dos tempos modernos, tendo a ciência em seu ápice, por outro lado, [...] se interessava pela questão da *mimesis* enquanto parte de uma área desprezada pela especulação clássica grega, a área da *tékhnē*. [...] ao passo que Derrida permanece filiado a uma epistemologia piramidal, a que desconstrói sem a perda de sua forma geométrica – a pirâmide deixa de ter como cume o conceito, o enunciado unívoco, para que tenha a disseminação incessante de um metafórico interminável –, temos em Blumenberg uma reflexão sobre as diferentes formas de linguagem, em que se reconhece a igual legitimidade de funções diferentes cumpridas pelos mais diferentes discursos. A crítica da posição oferecida ao conceito não significa que seu lugar venha a ser ocupado por seu oposto (COSTA LIMA 2010, p. 21-22).

210

Como se vê, na dicotomia postulada por Costa Lima, o posicionamento blumenberguiano de ruptura com a “*epistemologia piramidal* dos tempos modernos”, de reconhecimento da legitimidade das diferentes formas de linguagem e das diferentes funções por elas desempenhadas – encontrando-se, nesse sentido, o discurso mimético lado a lado (e não abaixo ou acima) do discurso conceitual – seria claramente preferível ao suposto posicionamento derridiano de mera inversão da hierarquia piramidal moderna, pela qual o cume deixa de ser ocupado pelo conceito, ora rebaixado, para ser ocupado pela metáfora (ou pela “metaforicidade incessante”), outrora rebaixada. Essa alegada inversão hierárquica em Derrida, a metaforicidade passando a vigorar sobre a conceitualidade, não deixaria de implicar a própria dissolução da diferença entre os discursos, ou, para citar Costa Lima (2010, p. 41): “a desconstrução da concepção clássica de metáfora provoca a quebra da separação entre o filosófico e o poético”.² Costa Lima se contrapõe, em suma, “à identificação derridiana

² Adorno ocuparia, nesse sentido, uma posição intermediária, em que o privilégio concedido ao “artístico” como portador de uma dimensão crítica frente ao “ideológico” não exclui, antes demanda, o trabalho interpretativo da filosofia, com o qual, contudo, não se confunde.

entre as funções filosófica e poética do uso da palavra”, declarando “a impropriedade de se igualarem uso filosófico e uso poético, pois pertencentes a formas discursivas distintas [...]” (COSTA LIMA 2010, p. 40).

Costa Lima não terá sido o primeiro, é certo, a imputar a Derrida uma suposta inversão da hierarquia entre conceitualidade e metaforicidade – ou entre lógica e retórica –, cujo corolário principal seria a dissolução da diferença entre discursos, a equiparação entre filosofia e poesia. O que já não parece mais admissível, sob o risco de uma reencenação involuntária de equívocos passados, é ignorar o *corpus* considerável de declarações do próprio Derrida em sentido contrário àquilo que se lhe quer então atribuir, sobretudo a partir de sua célebre polêmica com Habermas na década de 1980, motivada justamente pela acusação habermasiana a Derrida de “nivelamento da diferença de gênero entre filosofia e literatura”.

Para retomar a imagem da *pirâmide epistemológica moderna* empregada por Costa Lima, seria preciso reconhecer, em função de uma visão de conjunto do vasto *corpus* textual que nos legou Derrida, de suas deliberadas manifestações de repúdio à acusação de “nivelamento” das diferenças discursivas, que o empreendimento desconstrutivo, longe de meramente inverter hierarquias epistemológicas, incidiria, antes, justamente sobre o que se poderia chamar a “lógica piramidal” *em seu funcionamento*. Se, de fato, é ainda no interior da pirâmide que o trabalho da desconstrução tem lugar (e não foi, aliás, esse trabalho, mais do que qualquer outro em nosso tempo, o que nos ensinou a desconfiar de toda declarada “ruptura”, de toda declarada “superação” do que quer que seja?), um tal trabalho não pressupõe muito menos procura promover nenhum tipo de *estabilidade* piramidal, seja a que um certo *status quo* filosófico procuraria resguardar em vista da manutenção de sua hegemonia epistemológica e institucional, seja a vislumbrada por alguma suposta tentativa de inversão hierárquica a destituir o discurso dito conceitual de sua posição hegemônica; um tal trabalho procurará revelar, na verdade, a dinâmica intrínseca à própria disputa pelo topo da hierarquia piramidal, pela hegemonia epistemológica e institucional. Não há, em suma, hierarquia piramidal sem *conflito* hierárquico, ainda que latente. Em vista da aparente estabilidade piramidal, a desconstrução se pergunta pela *escalada* da pirâmide, pelo que teria permitido, enfim, àquela configuração hierárquica que se quer fazer passar por natural instituir-se em sua pretensa naturalidade. Por mais monolítica que pareça uma pirâmide, a hierarquia piramidal *tem sempre uma história*, e é pela *historicidade* da hierarquia epistemológica que se pergunta sempre a desconstrução, o acontecimento desconstrutivo confundindo-se mesmo com um tal questionamento.

A bem da verdade, não há saída simples da pirâmide: é preciso aprender a se deslocar dentro dela, deslocando-a. Não se pode, pois, simplesmente reconhecer “a igual legitimidade de funções diferentes cumpridas pelos mais diferentes discursos”, como se, por um ato de vontade filosófica, o regime moderno de hierarquização epistemológica se visse definitivamente superado:

não se superam as hierarquias simplesmente ignorando sua existência, simplesmente postulando a ruptura com a “epistemologia piramidal dos tempos modernos”. E o próprio gesto de atribuir legitimidade ao que quer que seja não pareceria pressupor, ele mesmo, algum tipo de hierarquia epistemológica? (A quem cabe, afinal, legitimar as “formas de linguagem”, as “funções discursivas”, e por quê? De que instância de legitimação se trata?)

Uma teoria da *mimesis*, qualquer que seja ela, mesmo que venha a postular um regime discursivo-epistemológico “pós-piramidal” no qual os diferentes discursos e funções discursivas conviveriam lado a lado, não pode deixar de estar submetida, ela própria, como gesto teórico, ao tipo de disputa ou de conflito hierárquico para o qual aponta a desconstrução. Isso posto, não pareceria equívocado tomar como indicador principal da *contemporaneidade* de uma reflexão teórica o seu maior ou menor esforço em refletir, em si mesma, suas próprias condições (conflituais) de possibilidade.

Referências bibliográficas

- BLUMENBERG, H. “Imitação da natureza”: contribuição à pré-história da ideia do homem criador. In: COSTA LIMA, L. (Org.) ***Mimesis e a reflexão contemporânea***. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 87-135.
- COSTA LIMA, L. Introdução geral. In: COSTA LIMA, L. (Org.) ***Mimesis e a reflexão contemporânea***. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 7-49.
- SCHMITT, A. *Mimesis* em Aristóteles e nos comentários da *Poética* no Renascimento: da mudança do pensamento sobre a imitação da natureza no começo dos tempos modernos. In: COSTA LIMA, L. (Org.) ***Mimesis e a reflexão contemporânea***. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 137-189.
- VERNANT, J. P. Nascimento das imagens. In: COSTA LIMA, L. (Org.) ***Mimesis e a reflexão contemporânea***. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 51-86.
- WELLBERY, D. O processo de dissimulação: “O silêncio das sereias”, de Kafka. In: COSTA LIMA, L. (Org.) ***Mimesis e a reflexão contemporânea***. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010. p. 191-215.

O sublime, a narrativa e a história

The sublime, the narrative and history

MUNSLOW, Alun. *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Vozes, 2009, 271 p.

Sander Cruz Castelo

Professor assistente
Universidade Estadual do Ceará
sandercruzcastelo@uol.com.br
Rua Marechal Deodoro, 1395/322 B
60020-061 - Fortaleza - CE
Brasil

Palavras-chave

Narrativa historiográfica; Teoria da história; Historiografia.

Keyword

Narrative History; Theory of History; Historiography.

213

Enviado em: 18/11/2010

Aprovado em 18/2/2011

Alun Munslow, professor visitante de história da Universidade de Chichester (Inglaterra), é coeditor da *Rethinking History: The Journal of Theory and Practice*, publicação acadêmica vanguardista criada, em 1997, para expandir os limites de uma disciplina engessada em pressupostos modernistas por meio da divulgação de produções historiográficas experimentais e do debate teórico do assunto. Não surpreende, logo, que a obra analisada destoe das traduções que sumariam as teorias contemporâneas da história, correntemente, lançadas no Brasil.

Como? Basicamente, de duas formas interligadas: salientando a historiografia pós-moderna, pouco divulgada no país, excetuando-se a produção foucaultiana, e privilegiando a narrativa dentre os elementos envolvidos na produção historiográfica. Outra singularidade da obra, derivada das duas características anteriores, advém da publicização, no Brasil, da historiografia anglo-americana, cuja linhagem, originada na filosofia analítica, é, comumente, desconsiderada em prol daquela estada na antropologia, de matriz francesa.

Por isso, a linguagem norteia as proposições do autor a favor da revisão da forma como os historiadores abordam o passado. Esses, *grosso modo*, resistiriam, não obstante alguns avanços (novo empirismo, *Annales*, etc), a abandonar uma ingenuidade epistemológica fundamental: a ideia de que a realidade do passado pode ser revelada. Essa crença na objetividade do saber derivou do método científico, erigido, na modernidade, para abordar a natureza e estendido ao mundo social com o Iluminismo, período em que o ideal civilizatório adquiriu matizes teleológicos. Compreende-se, logo, que a história estabeleça-se como disciplina, no século XIX, reproduzindo dualismos como sujeito-objeto, fato-ficção e progresso-atraso.

Para combater esse legado, elegendo a forma, e não o conteúdo, como âncora da história, Munslow mapeia as forças em negociação e em confronto no campo historiográfico. A mais tradicional ou a mais infensa às mudanças é devota do "reconstrucionismo". Filho do historicismo rankeano, para o "reconstrucionismo", resumidamente, o passado pode ser desvelado mediante a reconstituição das intenções e das ações dos agentes históricos na sua sucessão no tempo. O "construcionismo", por sua vez, reconhece, mais do que o anterior, o caráter apriorístico do conhecimento, fazendo uso, em decorrência, de modelos de análise provindos de disciplinas afins, como a sociologia, a economia e a antropologia. Sem descurar, contudo, dos vestígios históricos, por meio dos quais se escolhem e se testam as teorias utilizadas, passíveis, conseqüentemente, de abandono ou de reformulação. O "desconstrucionismo", enfim, renega a possibilidade de acessar o pretérito, dada a impropriedade da teoria da correspondência ou da referencialidade. Sendo a relação entre significante, significado e signo, fundamentalmente, social e cultural – ou seja, a um tempo arbitrária e convencional –, a "realidade do passado" (MUNSLOW, 2009, p. 12) apresentando-se, pois, mais como um "relato escrito" do que "como ele realmente foi", resta à história "não o estudo das mudanças através do tempo *per se*, mas o estudo das informações produzidas pelos historiadores ao se lançarem nesta tarefa" (*Idem, Ibidem*).

O autor verticaliza sua abordagem dirigindo quatro questionamentos a essas três correntes da historiografia contemporânea. O fato de que o faça aglutinando, nos mesmos capítulos, a história “reconstrucionista” e a “construcionista” demonstra, de imediato, que, para ele, elas mais se aproximam do que se distanciam. Somando-se a isso a existência de dois capítulos expondo as críticas mútuas entre elas e a linha “desconstrucionista” e de outros dois dedicados a Michel Foucault e a Hayden White, autores baluartes da história pós-moderna, evidencia-se a intenção de firmar e ampliar as posições conquistadas pelo “desconstrucionismo” na historiografia. Aliás, suas próprias respostas às questões explicitadas, no último capítulo do livro, arrimam-se em uma “estratégica combinação da concepção de infraestrutura tropológica/epistêmica” do filósofo francês com o “modelo formalístico de imaginação histórica” do historiador estadunidense (*Ibidem*, p. 218).

A primeira indagação, de cunho epistemológico, versa sobre a suficiência do empirismo para legitimar o estatuto autônomo da história. A resposta de Munslow é negativa. A disciplina é, na verdade, uma variante da literatura que almeja produzir conhecimento. Logo, a epistemologia da história dista do indutivismo, na medida em que

reconhece a existência do efeito de realidade e não a noção fantasiosa da verdade histórica; nega que possamos descobrir a intencionalidade do autor; aceita a cadeia de significação interpretativa e não o significado original recuperável; recusa as seduções de um referente fácil; debate a objetividade do historiador em seu trabalho com a estrutura figurativa da narrativa; aceita a natureza sublime do passado imaginada como o sentido do “outro” e admite que a relação entre forma e conteúdo é mais complexa do que como é frequentemente concebida nas duas tendências similares principais [construcionismo e reconstrucionismo] (*Ibidem*, p. 221).

215

A segunda trata do caráter e da função da evidência ou das fontes primárias. Inicialmente, Munslow afirma que as evidências são recontextualizadas a cada época: “[...] por exemplo, a evidência do Império se tornou, para a próxima geração de historiadores, a evidência para uma nova interpretação pós-colonial (*Ibidem*, p. 224). Em seguida, afirma não crer que a proximidade da evidência equivalha à verdade:

Não discuto que a correspondência da evidência com a realidade funciona de forma razoavelmente satisfatória no nível básico da sentença única que tem como suporte a evidência (o presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln, foi baleado em 14 de abril e morreu no início da manhã de 15 de abril de 1865). Porém, tal correspondência não existe quando passamos para o nível da interpretação através da imposição de um enquadramento ou um argumento (Abraham Lincoln foi assassinado antes que pudesse colocar seus planos de reconstrução em ação). É preciso repetir: a narrativa histórica não é o passado, é a história” (*Ibidem*, p. 224).

A terceira, com escopo na teoria, diz respeito ao impositivismo [sic] do historiador, especificamente, com o uso de teorias sociais como suportes

explicativos. Apoiado em Vico e Foucault, o autor receita ao historiador uma conceitualização distinta do dedutivismo. Este, formulado para estudar a natureza, é insuficiente para a análise da sociedade ao longo do tempo, o que exige atenção ao discurso (episteme). A história depende mais da retórica do que da lógica para gerar a ilusão de transparência do passado:

A maneira complexa como usamos a linguagem e a linguagem nos usa para mediar a realidade do passado sugere que nenhuma quantidade de sofisticada verificação hipotética da ciência social pode evitar a relação interativa entre o historiador, a palavra e o mundo. A narrativa não é simplesmente uma representação do mundo da realidade do passado, uma reprodução das coisas e das relações que subsistem entre elas. Embora a linguagem seja usada pelos principais historiadores como se ela tivesse a capacidade de reprodução, ela é principalmente um meio inovador que tem o poder de inventar e criar nosso conhecimento do passado (*Ibidem*, p. 230).

A quarta, por fim, diz respeito à significação da narrativa na explanação histórica. Apresentando o pensamento de White, Munslow assevera que a narrativa é o dispositivo por excelência da história, funcionando primeiro no plano da linguagem e da consciência, através da articulação de quatro níveis de explanação, seguidamente, implicados: *tropo*, enquadramento, argumento e ideologia. O *tropo* (metáfora, metonímia, sinédoque, ironia) refere-se à prefiguração mental do objeto de estudo, ou seja, sua *base poética*. O enquadramento (romântico, trágico, cômico e satírico) diz respeito ao poder do protagonista da trama em relação ao meio, gerando o efeito estético. O argumento (formista, mecanicista, organicista e contextualista) consiste na inter-relação de eventos, de personagens e de ações, produzindo o efeito cognitivo. A ideologia (anarquismo, radicalismo, conservadorismo e liberalismo), por fim, desvelando as opções políticas do historiador, homem situado no presente, atesta os efeitos éticos da disciplina.¹ Pode-se, logo, afirmar, resumidamente, que a

216

função do historiador é [...] oferecer uma estória que seja possível de ser acompanhada. Tal possibilidade de ser acompanhada emerge da coerência e da plausibilidade da estória que o historiador conta, à luz da evidência disponível. A realidade do passado não existe em um mármore bruto, necessitando apenas da habilidade do historiador de desbastá-lo para revelar o objeto existente dentro dele (*Ibidem*, p. 230).

Para finalizar, duas questões, ainda referentes à narrativa, permanecem não resolvidas pelo autor (e os desconstrutivistas em geral). Haveria uma narrativa pré-existente àquela inventada pelo historiador, ou melhor, os historiadores

¹ Esses quatro *tropos* corresponderiam a quatro epistemes que se sucederam na modernidade, identificadas por Foucault: a da Renascença (até o final do século XVI), baseada na semelhança; a Clássica (séculos XVII e XVIII), ancorada na diferença; a Moderna ou Antropológica (final do XVIII-início do XX), amparada no homem; e a Pós-Moderna (em andamento), fundada nas transformações da linguagem.

recontariam uma história já explanada pelos personagens históricos? Finalmente, é suficiente saber que a história é um empreendimento que envolve, ao mesmo tempo, estética, lógica e ética; que a "vontade de saber" (lógica) deriva da "vontade de poder" (ética), como disse Foucault; que White, mesmo, aventou a possibilidade de situar a ideologia como primeiro nível trópico; para afirmar, como o faz Munslow, que se "a estética precede à história, então a ética precede à estética" (*Ibidem*, p. 212).

Acredita-se que é necessário prudência aqui. O desejo de distinguir o bem do mal é, certamente, o motor do conhecimento (BLOOM 1989, pp. 49-50). Mas a vontade imperativa de saber não resulta, por vezes, de uma vontade de morrer, como alertava Nietzsche? A árvore do conhecimento não abriga uma serpente? Babel não atesta a benignidade de um pouco de relativismo, impedindo que bem e mal se irmanem em razão do dogmatismo? Por esse prisma, a história não podia servir à vida prezando, igualmente, o esquecimento, o incognoscível, a beleza, o mistério, o sublime, como o próprio autor intui, em algumas passagens da obra?

Referência bibliográfica

BLOOM, Allan David. **O declínio da cultura ocidental**. 2 ed. São Paulo: Best Seller, 1989.

História como entretenimento: o prazer que pode ser proporcionado por uma obra do conhecimento histórico

History as entertainment: the pleasure that can be provided by a work of historical knowledge

FRUGONI, Chiara. *Invenções da Idade Média: óculos, livros, bancos, botões e outras inovações geniais*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, 184 p.

Felipe Cabral Cavalcante

Graduando

Universidade Federal do Amazonas

f.cabral27071991@hotmail.com

Rua Monte Castelo, numero 16, conjunto Coophasa - Nova Esperança

69037-430 - Manaus - AM

Brasil

Palavras-chave

Idade Média; Narrativa historiográfica; Renascimento.

Keywords

Middle Ages; Narrative history; Renaissance.

218

Enviado em: 6/12/2010

Aprovado em: 21/2/2011

O livro resenhado não é uma obra que contenha, como o título atesta, todas as invenções da Idade Média e, portanto, venha a servir como manual para a busca de aparatos criados naquele período histórico; no entanto, é inegável sua utilidade como fonte introdutória sobre o tema.

A confusão foi causada pela tradutora que, ao transpor o título da obra para o português, promoveu uma pequena alteração. O título original, em italiano é: "*Medioevo sul naso: occhiali, bottoni e altre invenzioni medievali*", que em português traduz-se por "A Idade Média sobre o nariz: óculos, botões e outras invenções medievais" ao invés de, como optou a tradutora Eliana Aguiar, "Invenções da Idade Média: óculos, livros, bancos, botões e outras inovações geniais".

O livro tem o objetivo de, como a metáfora¹ do título original subentende, mostrar "invenções" da Idade Média que utilizamos até hoje sem que percebamos, mas que estão "bem debaixo de nossos narizes". Além disso, através desses inventos, pretende mostrar o cotidiano da Baixa Idade Média, especificamente, do período que se convencionou chamar de Renascimento, por meio das mudanças que esses novos aparatos provocaram nos hábitos cotidianos das pessoas.

A escritora do livro, a historiadora Chiara Frugoni, filha do grande medievalista Arsenio Frugoni, nascida em Pisa, concentra seu recorte geográfico de estudo na Itália,² e, ao escrever sobre as invenções, utiliza obras já publicadas sobre o assunto, mesclando suas informações em uma só, na tentativa da construção de uma genealogia o mais exata possível sobre a invenção de determinado aparato.

Dentre as obras utilizadas há um destaque para *Decameron*, de Giovanni Boccaccio e *Il Trecentonovelle*, de Sacchetti, além da utilização da análise semiótica de diversas imagens, constando na obra uma média de 100 ilustrações, todas previamente interpretas pela autora.

Sobre o método de escrita da autora, observa-se que ela utiliza em seu discurso a primeira pessoa, ao fazer comparações entre nossos dias e a Idade Média; fora isto, o discurso, em geral, é feito em terceira pessoa.

Como já mencionado, cada capítulo do livro constitui-se em um resumo de obras já publicadas sobre o assunto, mas, o que realmente merece destaque no livro, além das diversas ilustrações analisadas no decorrer da obra, são as notas de rodapé, por constituírem uma fonte "riquíssima" para um aprofundamento maior de cada questão introduzida pelo livro, pois possuem indicações de leituras auxiliares, além de exporem as citações diretas, ou seja, os trechos tirados das fontes primárias em sua língua original, para que possa ser feita a comparação entre o original e a tradução.

¹ "Sobre o nariz".

² Provavelmente por ela ser italiana.

Sobre a exposição factual cronológica, percebe-se não se tratar, necessariamente, de algo feito de maneira diacrônica, considerando a existência de certos momentos sincrônicos, nos quais são feitas comparações para, em seguida, ser possível retornar ao diacronismo, sempre tentando unir um fato ao outro, para demonstrar que as mudanças, ocorridas na Idade Média, não ocorreram de forma isolada, mas sim, juntas, sendo que algumas, como demonstra a autora, foram consequência de outras.

Invenções da Idade Média – um livro que foi escrito em 2001, mas que só recebeu tradução para o português em 2007 – desmistifica o falso modelo convencional de que a Idade Média teria sido a Idade das Trevas.

Não se trata de um manual prescritivo, mas sim, de uma leitura sugestiva aos interessados em aprofundar conhecimentos sobre o assunto, tanto pela sua abrangência sobre diversos temas, quanto pela diversa bibliografia indicada pelas notas de rodapé. Além disso, não se constitui apenas em uma obra para estudo, mas também para entretenimento, devido ao emprego de uma linguagem simples, a qual foi transposta também pela tradutora, tornando a leitura bastante agradável.

Permanência e mudança: em torno de Sérgio Buarque de Holanda

Permanence and change: on Sérgio Buarque de Holanda

NICODEMO, Thiago Lima. *Urdidura do Vivido: Visão do Paraíso e a obra de Sérgio Buarque de Holanda nos anos 1950*. São Paulo: EdUSP, 2008, 248 p.

Pedro Meira Monteiro

Professor
Princeton University
pmeira@Princeton.EDU
349 East Pyne
08544 Princeton - NJ
Estados Unidos

Palavras-chave

Historiografia; Historicidade; Sérgio Buarque de Holanda.

221

Keyword

Historiography; Historicity; Sérgio Buarque de Holanda.

Enviado em: 31/1/2011

Aprovado em 9/3/2011

Urdidura do Vivido, de Thiago Lima Nicodemo, é uma contribuição fundamental à fortuna crítica de Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982). Trata-se do primeiro livro dedicado, inteiramente, a *Visão do Paraíso*, obra-prima do historiador, publicada como tese, em 1958, e, no ano seguinte, na forma de livro.

A escolha de uma palavra rara no título (“urdidura”) revela, inicialmente, um leitor atento às sugestões da obra buarquiana: aquilo que se *urde* é o reflexo de uma imaginação voltada para os espaços móveis e cambiantes, indefinidos e porosos, que constituem o centro das preocupações de Sérgio Buarque. Assim, indica-se o leque metafórico aberto pelos títulos de seus livros e ensaios produzidos depois de *Raízes do Brasil*, a partir da década de 1940: caminhos, fronteiras, veredas, redes, todos evocando a fluidez de territórios refratários à cristalização, através dos quais ideias e técnicas conjugam-se, confrontam-se e adaptam-se “com a consistência do couro, não a do bronze”, para lembrar uma passagem célebre de *Monções*, de 1945.

A ideia de um espaço em que o vivido é urdido, tramado, submetido a uma amarração singular e sempre passível de novas combinações, sugere também que Thiago Nicodemo deve muito – como aliás todos os que nos dedicamos ao estudo da obra buarquiana – às reflexões de Maria Odila Dias, para quem o problema da *permanência* e da *mudança* é central. Como fixar, com as palavras, um universo que, entregue a um fluxo complexo como os que estão presentes nos estudos históricos, é em si mesmo contrário à fixidez?

Essas e outras questões são abordadas pelo livro de Thiago Nicodemo, que revisita, por meio de um criterioso trabalho de pesquisa, o terreno híbrido no qual se pode situar a obra de Sérgio Buarque. Ainda no plano das condições de produção de um estudo como este, vale lembrar que, na década seguinte à morte do autor de *Visão do Paraíso*, abriram-se as sendas para que os estudiosos prestassem atenção à indissociabilidade entre o historiador e o crítico literário. A publicação de *Capítulos de Literatura Colonial*, em 1991, e da crítica literária esparsa, com *O Espírito e a Letra*, de 1996, por iniciativa, respectivamente, de Antonio Candido e Antonio Arnoni Prado, permitiu sondar a zona em que os dois campos – a análise histórica e a literária – dialogam, constituindo um objeto singular, apontando para os problemas comuns da permanência e da mudança. Em outros termos, trata-se de avaliar aquilo que é irreduzível, compreensível apenas em certo tempo e espaço, e aquilo que parece escapar em direção a outros tempos e espaços, reduzindo-se a fórmulas que atravessam as fronteiras para reaparecer aqui e ali, sem que saibamos, num primeiro momento, qual a sua proveniência. A questão fundamental, que constitui o cerne da investigação de *Urdidura do Vivido*, é o balanço irresolúvel entre a “vida”, de um lado, e a possibilidade de inscrevê-la no corpo de um conhecimento sem reduzi-la a uma fórmula morta e vã, de outro. Não à toa, estes são problemas comuns aos dois campos, e é de uma peculiar combinação entre o crítico e o historiador que nasce a escrita de *Visão do Paraíso*.

Urdidura do Vivido situa, em um quadro de largo alcance, o problema do rompimento com o passado, do momento em que se torna possível abandoná-lo. Ou ainda, nos termos de Goethe, trabalhados por Thiago Nicodemo, tratava-se da fantasia de que pudéssemos nos emancipar dele, livrando-nos do seu jugo para prometeicamente (ou fausticamente) avançar em direção ao futuro, finalmente liberados da tralha fantasmática que nos ata ao passado. Esse é o ponto de partida da análise, que recorda que o fazer histórico é, necessariamente, uma intervenção no tempo, conforme a croceana ideia de uma história sempre, inevitavelmente, "contemporânea".

À medida que se avança na leitura de *Urdidura do Vivido*, aprende-se como, da escrita de Bloch à refundação moderna do romanismo em Curtius, encontra-se uma questão agônica, incompreensível sem que se considere a Segunda Guerra: a necessidade de não mais permitir que a história fosse um instrumento de manipulação ideológica. Nesse sentido é que o romanismo de Curtius surge como uma maneira de se imaginar um espaço europeu anterior aos nacionalismos mais estritos e restritivos, fundados em equívocas mitologias locais. Para se pensar em termos ainda mais amplos, *Urdidura do Vivido* permite lembrar que a própria ideia de uma civilização baseada na herança das línguas românicas era uma forma de reagir à atomização pela qual passara a Europa, postulando uma espécie de eixo central que organiza a cultura que viria a ser chamada "ocidental". Assim, uma senda e uma pergunta abrem-se aos pesquisadores: como avaliar as leituras, fascinações e influências de Sérgio Buarque de Holanda a partir do fim da Segunda Guerra, em contraste àquilo que foram as leituras de sua fase "alemã" (1929-1930), para lembrar expressão de Antonio Candido também recordada por Thiago Nicodemo?

O primeiro capítulo, intitulado "O Historiador Encontra o Crítico", traz algumas pistas interessantes nessa direção, uma vez que se aprende, detalhadamente, como a tópica de Curtius, retrabalhada e "historicizada", permitiu a Sérgio Buarque rebater o caráter ahistórico que ele repudiava nas análises "formalistas" (os anos 50 foram o tempo de glória do *New Criticism*), aliando, a um profundo senso de mudança, a possibilidade de pensar fórmulas retóricas e lugares literários que atravessam o tempo – como o serão as tópicas do paraíso terrenal estudadas nos textos de viajantes e cronistas. Torna-se então fundamental perceber a gestação de *Visão do Paraíso* não apenas como possibilitada pelos anos que Sérgio Buarque passou em Roma (1952-1954), mas também por esse amplo debate, e pela tentativa de compreender que fórmulas à primeira vista atemporais são, na verdade, utilizadas dentro de quadros históricos específicos. Ademais, como lembra Thiago Nicodemo, as investigações de Sérgio Buarque foram, em certo momento, parte de um esforço coletivo pela compreensão da "história da literatura brasileira", segundo o projeto capitaneado por Álvaro Lins, que teria Sérgio como responsável pelo segmento de "literatura colonial". Nas pesquisas do historiador da literatura, portanto, começa a surgir a atenção pelo recorrente tema das delícias da terra, que jamais deveria ser confundido com um sentimento

protonacionalista, evitando assim que as fantasias patrióticas do século XIX se imiscuissem à análise do texto colonial.

Todo o problema da "originalidade" e do quadro retórico e analógico em que se desenvolve a literatura colonial revela-se neste ponto. Teria sido interessante um diálogo entre Thiago Nicodemo e Alcir Pécora, que, em um texto originalmente publicado em 2002, analisou a interpretação buarquiana do padre Vieira e de Tomás Antonio Gonzaga, voltada, segundo o crítico, às "diferenças do passado". Pécora resolutamente advoga que

Sérgio resguarda-se das leituras teleológicas da poesia setecentista e o faz de forma especialmente interessante ao considerar os seus modelos internacionais, sobretudo os italianos, permitindo-lhe adotar uma crítica convincente do vocabulário usualmente empregado no tratamento dos árcades (PÉCORA 2008, p. 26).

A questão é também candente, hoje ainda, no âmbito da teoria literária, sempre que se discute o quanto o crítico pode ou deve reportar-se ao conjunto de verossímeis e de valores que conformam a produção colonial, por exemplo. Como se tal crítico, em suma, devesse mergulhar em um tempo alheio ao seu próprio. Em outros termos, trata-se de verificar até onde a atenção à teia retórica (onde se situa a crítica de Pécora e de João Adolfo Hansen, para citar apenas dois nomes fundamentais) prende um autor a "seu tempo", e até onde categorias forjadas a partir do século XIX devem ser simplesmente descartadas na análise de textos coloniais.

Dialogando com as teses maiores de *Visão do Paraíso*, o capítulo seguinte ("Idade Média, Renascimento e a Escrita da História em *Visão do Paraíso*") enfrenta a questão, central para Sérgio Buarque, de uma suposta ausência de ruptura em relação ao mundo medieval, na *forma mentis* dos portugueses. O desafio era saber como, diante da paisagem do Novo Mundo, ressuscitou-se todo um complexo universo de referências tradicionais e como, no caso específico dos portugueses, as formas do pensar não teriam sido radicalmente alteradas diante da "novidade" da América, que fica assim subsumida a concepções mais "realistas" e "pedestres" do novo. Um dos méritos da investigação de Thiago Nicodemo é o de iluminar a questão através dos debates registrados durante a sua defesa de tese na Universidade de São Paulo, quando o candidato Sérgio Buarque retomava seu diálogo com Eduardo D'Oliveira França, então membro da banca examinadora que aprovaria *Visão do Paraíso*, permitindo a Sérgio assumir a cátedra de História da Civilização Brasileira naquela instituição. O debate corria em torno da continuidade ou da quebra de uma visão "medieval" portuguesa, e da possibilidade ou não de se compreender a ação humana por meio de conceitos abrangentes e desencarnados.

Uma vez mais, assoma o problema da "ruptura", isto é, do momento em que permanência e mudança confrontam-se. A explicação básica de Sérgio Buarque é a de que o caráter prematuro da centralização política em Portugal (o primeiro Estado moderno, por assim dizer) desobrigou as novas classes (aí

o caráter “burguês” da Casa de Avis) de se constituir em agentes novos, permitindo que se aferrassem a um “estranho conluio de elementos tradicionais e expressões novas” (NICODEMO 2008, p. 111), como se lê em *Visão do Paraíso*, que neste ponto explicita os andaimes de uma tese já presente em *Raízes do Brasil*: a de que o povo português é, em certo sentido, refratário à novidade do Renascimento e ao espírito especulativo da ciência moderna em sua aurora. O caráter prático, chão e pedestre da forma de pensar de portugueses vai marcar, finalmente, sua visão do paraíso, que seria sempre mais crédula e simples (ou antes: pacificamente analógica) que a dos espanhóis.

Retomando cuidadosamente a história da conceituação da “Idade Média”, do humanismo italiano ao idealismo alemão e à periodização romântica de um tempo progressivo, Thiago Nicodemo deslinda o que lhe parece ser uma “flexibilização”, em *Visão do Paraíso*, da dualidade que contrapõe o medievo à era moderna (idem, p. 117), e nesse aspecto é novamente Curtius quem aparece como principal referência, ao lado de um autor como Panofsky. O pano de fundo desse intrincado debate (especialmente, embora não exclusivamente, alemão) é a questão dos limites entre a Idade Média e o Renascimento (tema que recende a Burckhardt), mas é também a possibilidade de encontrar resquícios de um no outro, ou antes, de buscar, no outro, aquilo que se imagina exclusivo de um dos polos. Aí, o berço dos debates sobre o “dionisíaco”, e da entrada em cena de elementos “irracionais” para o desvendamento da lógica e dos limites do legado “racional” que o senso comum atribui ao corte operado pelo Renascimento. Alinham-se então

225

intelectuais como Huizinga, Bloch e Warburg [que] vivenciaram o ambiente de crítica ao racionalismo e positivismo de antes da Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, formularam concepções de história atentas a significados de um mundo pré-industrial no qual as crenças e os mitos tinham papel fundamental. Isso implicava a revisão de certos temas em comum, tais como o da ideia da Idade Média como lugar desinteressante, de trevas e irracionalidade. No outro extremo, foi necessário rever o Renascimento como sinônimo de racionalidade e equilíbrio (NICODEMO 2008, p. 127).

Teria sido interessante, aqui também, ver Thiago Nicodemo reagir à leitura, profundamente cética, de Maria Sylvia Carvalho Franco (citada de passagem nas “Considerações Finais”) a respeito da tese da continuação do medievo no Renascimento, em *Visão do Paraíso*. Afinal, o encantamento com o mítico e o pré-moderno não seria um ponto em que os debates historiográficos em questão encontram certa potência “regressiva” já presente no modernismo brasileiro? Foi nas águas desse modernismo, encantado por um mundo não cartesiano, que se formara a imaginação do jovem Sérgio Buarque, muito antes de ele se tornar o historiador erudito reconhecido por todos. Além disso, haverá, todavia, um ponto cego a trabalhar em *Visão do Paraíso*: grande parte da argumentação sobre o senso de “maravilha” que rege a imaginação espanhola, em oposição ao realismo pedestre dos portugueses, está baseada nos relatos de Colombo, cuja visão do mundo é um tema em si complexo, e

ainda aberto a investigações. Identificar a imaginação colombina à face “espanhola” da descoberta da América pode ser um rico problema a contraditar, de forma a revisitar e homenagear a grandeza de *Visão do Paraíso*.

Ainda no segundo capítulo, recupera-se a tensão entre a irredutibilidade e unicidade do fenômeno histórico e o desejo de subsumir tais fenômenos, em seu âmbito individual, a macro-estruturas ou estruturas profundas que regeriam e explicariam o social. Tratava-se do grande debate entre a história e a antropologia de corte estruturalista, o qual, como lembra Thiago Nicodemo, tem no Brasil um momento inaugural, quando os jovens Braudel e Lévi-Strauss ensinavam na USP. Entre a lentidão das mudanças estruturais e o torvelinho das mudanças de superfície, projetava-se, novamente, o tema do movimento e do fluxo, e o problema de onde (e como) encontrar o ponto em que a permanência dá lugar à mudança, ou ainda a zona em que ambas – permanência e mudança – convivem. Esse é o pano de fundo contra o qual se coloca o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, que se pode compreender como uma alta expressão brasileira do debate historiográfico europeu, em meio ao qual se legitimariam, a partir dos anos 50, as várias matrizes do marxismo acadêmico.

A oscilação entre o ponto pequeno da análise individual, com a atenção voltada para os mínimos detalhes da vida, e as grandes correntes mentais que se deixariam codificar em conceitos e termos abrangentes, forma o núcleo do debate historiográfico moderno, às vezes pensado por meio da tensão entre o conhecimento idiográfico e o saber nomotético. A solução buarquiana para tal problema metodológico seria a busca incessante, nos documentos (aí incluída a literatura), dos “vestígios” de sensibilidades passadas, que caberia ao historiador assumir momentaneamente, sempre que quisesse compreender o ponto em que a ação individual encontra o horizonte coletivo de sensibilidades e expectativas, sendo que apenas tal horizonte permitir-lhe-ia, afinal, pensar a história como algo para além do anedótico.

O terceiro e último capítulo (“Sentidos da Colonização”) evidencia as articulações do pensamento buarquiano, conectando preocupações presentes em *Raízes do Brasil* (1936) a *Visão da Paraíso*, passando pela inédita dissertação de mestrado apresentada, ainda em 1958, à Escola de Sociologia e Política: *Elementos Formadores da Sociedade Portuguesa na Época dos Descobrimentos*. Trata-se de uma interessante reconstrução da ideia prevalecente de um espírito “aventureiro”, como se lia em *Raízes do Brasil*, a orientar a exploração lusitana. Uma espécie de mal de origem – tão fundamental na imaginação negativa do que foi a formação do Brasil contemporâneo – explicita-se na ideia de que a colonização portuguesa funda uma sociedade voltada para fora, incapaz de desenvolver-se com vistas a si mesma.

A interlocução com Caio Prado Jr., bem como a importância das teses principais de *Raízes do Brasil*, ilumina assim a feitura de *Visão do Paraíso*. O que não impede Thiago Nicodemo de corroborar a noção corrente – a meu ver redutora – de que entre *Raízes do Brasil* e os trabalhos históricos posteriores

haveria uma espécie de evolução, de um Sérgio Buarque que se profissionaliza e que, portanto, abandona o que, em seu ensaio de estreia, teria sido a “rigidez de conceitos e modelos explicativos” (NICODEMO 2008, p. 182). É amplamente sabido que Sérgio Buarque renegou, até certo ponto, *Raízes do Brasil*, confrontando-se, em vários momentos de sua vida, com o fantasma daquele livro que durante tanto tempo causou mal-estar (especialmente na USP, há que lembrar), seja pelo seu caráter ensaístico, seja por seu suposto reducionismo sociológico (que facilmente seria identificado como “ideológico”). O quanto tal reducionismo é fruto de uma leitura pobre de *Raízes do Brasil* é ainda matéria controversa, assim como a mutação de um Sérgio Buarque “sociólogo” em “historiador”, que pauta não poucas leituras de sua obra, pode também ser questionada.

Embora não se detenha sobre tais aspectos, e por momentos corrobore a visão negativa do próprio Sérgio Buarque sobre *Raízes do Brasil*, Thiago Nicodemo nota como a centralização precoce do Estado português é o núcleo explicativo do “desleixo” da empresa lusitana nos trópicos, com fortes implicações para a compreensão do “sentido” da colonização. Uma pergunta do presente, portanto, organiza o passado, sem pretensões teleológicas ou messiânicas, mas simplesmente como parte daquela tarefa original do historiador, trabalhada na “Introdução”, de “exorcizar” o fantasma do passado, desencantando-o pelo conhecimento. Nesse ponto, justamente, *Urididura do Vivido* promove um brilhante curto-circuito entre as reedições de *Raízes do Brasil* e *Visão do Paraíso*, notando como a mudança de tom, da primeira para a segunda edição de *Raízes*, é já o fruto de uma oscilação entre a ideia de um “acerto” português nos trópicos e uma dúvida sobre o mesmo acerto, como se o “taumaturgo” (no primeiro caso) tivesse cedido ao “exorcista” (no segundo momento), de acordo já com os termos do prefácio à segunda edição de *Visão do Paraíso*.

O nó da questão é, em certo sentido, o futuro do Brasil: com aquelas raízes, que fazer? Tal pergunta faz com que a investigação regresse, inevitavelmente, aos anos modernistas de Sérgio Buarque e à sua insatisfação declarada com a forma final da nacionalidade, isto é, com sua arquitetura ideal. O livro de Thiago Nicodemo tem o imenso mérito de recordar essas conexões entre o modernista de primeira hora e o pesquisador maduro, mostrando, ao mesmo tempo, que há ainda muito a percorrer no terreno da análise da obra de Sérgio Buarque de Holanda. Entretanto, com a publicação de *Urididura do Vivido*, qualquer investigação passa agora a contar com uma compreensão densa e ampla dos caminhos do pensamento buarquiano nos anos 1950. Lastro e muita vela.

Referência bibliográfica

PÉCORA, Alcir. A importância de ser prudente. In: MONTEIRO, Pedro Meira; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). **Sérgio Buarque de Holanda: perspectivas**. Rio de Janeiro/ Campinas: EdUERJ/ Editora Unicamp, 2008.

O Nordeste: algumas narrativas de lugares, gentes e modos de vida

Northeast: some narratives about places, people and ways of life

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008, 514 p.

Candice Vidal e Souza

Professora Adjunta

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

candice.vidal@yahoo.com.br

Rua Padre Pedro Evangelista, 310/101 - Coração Eucarístico

30535-490 - Belo Horizonte - MG

Brasil

Palavras-chave

Nação; História regional e local; Conhecimento histórico.

Keywords

Nation; Regional and local history; Historical knowledge.

228

Enviado em: 14/2/2011

Aprovado em: 24/3/2011

As formas de narrar a nacionalidade brasileira, em variadas modalidades de representação, (ensaísmo, cinema, artes visuais e literatura) convergem na apresentação de diferenças e descontinuidades internas à nação. De fato, no esforço de diversos intérpretes do Brasil, nota-se a ideia da fragmentação, da pluralidade cultural, ambiental, socioeconômica. As inquietações intelectuais e políticas geradas por essa diversidade ocupam muito mais os intelectuais fixados em pensar a nação do que a eventual reflexão comparativa com outras nações. Para os analistas dos discursos sobre a nação (historiadores, antropólogos ou sociólogos), a primeira tarefa é compreender sobre que lugares e formas sociais o autor do texto ou imagem sobre o Brasil ou alguma de suas partes está se referindo. As fronteiras internas da nação, sua caracterização geográfica e sociológica, sua explicação histórica, são marcadas exemplarmente nos textos do pensamento social brasileiro ou na vasta literatura referida a locais de fato existentes Brasil afora (LIMA 1999; VIDAL E SOUZA 1997; IBGE 2009; SENA 2003; COSTA 2003).

O historiador Durval Muniz de Albuquerque Jr., há muito tempo, explora a invenção discursiva da região Nordeste, procurando capturar os cenários históricos e os modos de apresentação das vozes dos políticos, dos literatos, dos historiadores e dos estudiosos da cultura popular (cf. ALBUQUERQUE JR. 1988 e 2001). A coletânea em questão reúne ensaios que incidem sobre a mesma temática das formas e processos de construção das "dizibilidades e visibilidades" do Nordeste. O ponto de partida interpretativo mantém-se em torno de Michel Foucault, o qual formula os objetos e o léxico empregado na análise de falas e de imagens presentes em romances, biografias, ensaios e fotografias. Certamente, a demarcação coerente do campo de análise e das referências de apoio bibliográfico é uma qualidade constante nos ensaios. Além disso, como se pretende enfatizar posteriormente, essa fixidez impede que outras perspectivas contemporâneas sobre as narrativas das identidades nacionais ou regionais sejam incorporadas e submetidas ao debate acerca dos "poderes e saberes". Do mesmo modo, a insistência sobre a especificidade da construção da região Nordeste afasta o autor da comparação com as formas de narrar outras regiões brasileiras, exercício fundamental para a compreensão dos mecanismos de invenção das fronteiras intranacionais e dos significados em torno da produção de alteridades/outridades.

Os vinte e dois ensaios que compõem a coletânea são distribuídos em três partes: "História e Espaços", "História e Identidade Regional", "História, Espaço e Gênero". As abordagens apresentadas, em cada um deles, são diversas quanto à temática específica (o espaço como objeto da história, a visão tropicalista do Nordeste, a história regional, o Nordeste de Câmara Cascudo e Gilberto Freyre, os romances de José Lins do Rêgo e a representação da mudança, as imagens de gênero formuladas nos textos etc.), mas são reiterativas quanto ao ponto de vista interpretativo. Como os ensaios apresentam graus variados de elaboração das discussões, faltam as indicações

sobre a data da primeira publicação, sobre o formato da primeira versão, como parâmetro para compreensão da “temporalidade” do pensamento do autor.

Sustenta-se que a articulação dos ensaios está ligada às seguintes ideias, apresentadas por Durval Muniz de Albuquerque Jr.:

Existe uma realidade múltipla de vidas, histórias, práticas e costumes no que hoje chamamos Nordeste. É o apagamento desta multiplicidade, no entanto, que permitiu se pensar esta unidade imagético-discursiva. Por isso, o que me interessa aqui não é este Nordeste “real”, ou questionar a correspondência entre representação e realidade, mas sim, a produção desta constelação de regularidades práticas e discursivas que institui, faz ver e possibilita dizer esta região até hoje. Na produção discursiva sobre o Nordeste, este é menos um lugar que um *topos*, um conjunto de referências, uma coleção de características, um arquivo de imagens e textos (ALBUQUERQUE JR. 2008, p. 129, grifos do autor).

A gênese da nomeação da região, genericamente chamada de Norte, até as primeiras décadas do século XX, é acompanhada pelo autor em diversos eventos, falas e textos. Nessa demarcação do Nordeste, intelectuais como Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Ascenso Ferreira, Ariano Suassuna, José Lins do Rêgo e outros tantos são considerados como caracterizadores do Nordeste em seus aspectos históricos, sociais, culturais e geográficos. É notável que apenas seis estados sejam tomados como o núcleo da identidade nordestina (Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe), tal como nomeia a convocação de Joaquim Inojosa no Congresso Regionalista do Recife, realizado em 1926 (ALBUQUERQUE JR. 2008, p. 140). Percebe-se que em Pernambuco a centralidade simbólica de sua capital (no sentido de SHILS 1992) e da sua civilização, em torno do engenho, serão o cenário modelar dessa configuração geo-simbólica, em torno do qual gravitam as representações sobre o sertão da seca, do banditismo, do messianismo e da religiosidade popular.

O material analisado pelo autor narra sobre os aspectos históricos, os costumes e as paisagens desses estados. Mesmo que ele mencione visões alternativas de outros intelectuais sobre a região, como, por exemplo, Djacir Menezes em seu livro “O Outro Nordeste” (1937), a produção ensaística ou literária dedicada a falar do Nordeste através das sub-regiões excluídas nas narrativas mestras ou situada nos estados excluídos na definição do centro da identidade nordestina não é pesquisada ou explorada pelo autor. Se a intenção é elaborar uma crítica das formas de representação do Nordeste, as fontes empíricas da análise deveriam incluir o discurso das margens da região, representativo de outras visões dos intelectuais sobre o seu lugar. Desse modo, o historiador crítico não escapa das fronteiras impostas pelo campo intelectual que ele pretende pôr em revista.

Quando analisa os textos de Câmara Cascudo sobre o Rio Grande do Norte e seu sertão, Durval Muniz oferece pistas sobre essas possibilidades de investigação da heterogeneidade das representações acerca do Nordeste quando observa:

Chamou-nos a atenção como, em muitos de seus textos, Cascudo vai fazer esta aproximação entre a história do Ceará, da Paraíba e do Rio Grande do Norte e como vai procurar diferenciá-las da história de Pernambuco. [...] Na base desta definição poderia estar a vinculação de Cascudo a um lugar de fala distinto daquele de onde foi enunciado inicialmente o discurso regionalista nordestino e de onde foi inventado o Nordeste. [...] Se o Nordeste, elaborado pelas elites pernambucanas, teve São Paulo como o espaço outro, o espaço do qual se diferenciar, o Nordeste das elites cearenses, das elites norte-rio-grandenses e das elites paraibanas, talvez em menor grau, deveria se diferenciar do Nordeste elaborado pelas elites pernambucanas [...] (ALBUQUERQUE JR. 2008, p. 190).

Possivelmente, a incorporação das discussões sobre identidades nacionais e narrativas que se engloba, hoje, sob a denominação de estudos pós-coloniais e subalternos permitiria de escapar e de ir além da desconstrução foucaultiana das representações regionalistas. Ainda que seja válido compreender a solidificação de modos de falar e de ver um povo e um lugar e a sua clara vivacidade e plasticidade no presente, a consciência das relações de exclusão e subalternização no interior das representações do Nordeste só pode contribuir para o confronto com as falas autorizadas se as vozes de pensadores “menores” também forem colocadas em cena.

As dinâmicas complexas do campo intelectual, as filiações as linhas de entendimento dos processos históricos e sociais que se movem de acordo com os contextos de enfrentamento dos debates (Para quem se fala? Com quem interage?), sugerem que o analista precisa situar os sujeitos da fala e sobre quem ele fala. Se essa exigência para o esclarecimento do leitor cumpre-se para autores como Luís da Câmara Cascudo, Gilberto Freyre ou José Lins do Rêgo, quando se dirige aos historiadores do regional, destaca-se, contudo, que tal indicação é imprecisa e genérica. Em vários momentos, o autor faz menção à história regional como a reprodução e a legitimação de formas tradicionais de compreender o Nordeste. No entanto, suspeita-se que a prática da pesquisa histórica chamada de regional persiste como contraposição à invisibilidade que se produz em relação a eventos locais no âmbito de uma história “nacional”. Não se faz história regional apenas no Nordeste e o abandono da denominação “regional” não anula as características de hierarquização do campo historiográfico quanto aos objetos e aos locais de ensino e pesquisa. O autor coloca-se contra essas autolimitações de objeto e perspectiva:

[...] achamos que devemos questionar a chamada ‘História regional’, porque por mais que se diga crítica do regionalismo, do discurso regionalista, está presa ao seu campo de dizibilidade. [...] Ao invés de questionar a própria ideia de região, sua identidade e a teia de poder que a instituiu, ela questiona apenas determinadas elaborações da região, pretendendo encontrar a verdadeira (ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 223).

Há pertinência relativa na observação do autor, mas ela pode ser vista como demasiado extensiva e sem referência temporal: toda a história local se faz de modo tão acrítico quanto aos efeitos de produção da realidade estudada?

Quais obras e quais historiadores podem ser nomeados como parte da operação de busca da “verdadeira” região? Para esse momento da coletânea e em outros, a indicação precisa do ponto de vista, com citações diretas, por exemplo, do discurso analisado, poderia nuançar polarizações como a que aparece no ensaio sobre tradicionalistas e tropicalistas e suas formas de falar a respeito do Nordeste.

As fronteiras espaciais imaginadas, pelos mais diversos atores do campo intelectual, mais ou menos próximos do seu polo elitizado, são o ponto de reflexão mais instigante do livro. A insistência em trazer o espaço como problema da pesquisa histórica e não como um dado óbvio, um cenário no qual os acontecimentos humanos desenrolam-se, aparece na primeira parte do livro e reaparece em inúmeras passagens. Nesse aspecto, a articulação entre espaço e gênero, trabalhada na terceira parte, surpreende quanto às possibilidades de leitura de trabalhos já visitados, ora relidos sob a perspectiva de gênero. Notavelmente articulada como constructo em torno da masculinidade, as ideias sobre o Nordeste e o nordestino colocam à margem o feminino, mas mantém em seu subtexto a presença do homossexual masculino, o contraponto forte aos exemplos de macheza e de virilidade tão associados ao sertão. Segundo o autor, “nas fronteiras que traçam os limites do ser nordestino não está inscrita a possibilidade de ser homossexual” (ALBUQUERQUE JR. 2008, p. 446). De fato, nenhum constructo sobre a região ou a nação, simbolicamente dependente das ideias de reprodução e continuidade, assenta-se sobre a tese de uma fundação homossexual de um lugar. No entanto, outras representações da região reconhecem a presença e a participação feminina, mesmo em condição englobada pelo masculino, na formação das características distintivas de um grupo (cf. a noção de “matriarcado mineiro” em VIDAL E SOUZA & BOTELHO 2001).

Na configuração das nações e de suas regiões, importa conhecer sobre a nomeação das alteridades e das descontinuidades internas, do mesmo modo que a imputação da fronteira externa. Especialmente no caso da interpretação do pensamento social, a pluralização das leituras é o antídoto contra a repetição dos modos de ver tradicionais por meio da própria análise sociológica. Outra perspectiva interessante é a de captar as comparações entre regiões efetivadas dentro das obras (cf. sobre os arranjos de família em VIDAL E SOUZA & BOTELHO 2001). Na miríade de discursos letrados sobre as regionalidades brasileiras é notável, certamente, a invenção do Nordeste; ainda que poderosa e duradoura, pode ser comparada em seus mecanismos discursivos e representacionais, assim como na sociologia de seus enunciadores e contextos de enunciação, com a goianidade, a mineiridade, o norte-mineiro, o paulista etc.

O tom geral da coletânea trata os discursos regionais como visões conservadoras. No entanto, essa compreensão uniformiza a intencionalidade dos autores individuais, como no caso de Josué de Castro, cuja abordagem sobre a fome no Nordeste tem uma visão transformadora. E, ao se colocar como parte do mesmo “nós” que o autor se inclui, lançam-se dúvidas sobre a

validade política da destruição das identidades regionais e suas imagens hoje, quando é exatamente uma visão turística e elitista do Nordeste que quer ocultar a persistência do Nordeste da fome, da desigualdade aberrante, dos corpos mutilados e dos aleijões gerados pela pobreza denunciados em algumas falas e imagens analisadas pelo autor. O reconhecimento disso deve ser proclamado agora mais para dentro do que para plateias externas. O desejo do autor é destruir os regionalismos, “colocando no horizonte a possibilidade de vivermos sem estas prisões identitárias” (ALBUQUERQUE JR. 2008, p. 29). O olhar para o presente, no entanto, demonstra como a máquina de produção de estereótipos estigmatizantes sobre o Nordeste e os nordestinos está em franca atividade, assim como os sentimentos de pertencimento vinculados a lugares não desapareceram do horizonte dos grupos sociais. O projeto da interpretação do presente pela história ou pelas ciências sociais deve ser movido pelos universos representacionais e práticos dos sujeitos concretos. A relevância dos mundos construídos é dada pela sua própria existência e por sua disseminação, trata-se de fenômenos que inquietam o espírito investigativo. Nesse impulso, seria proveitoso que o ímpeto desconstrucionista dessa coletânea se expandisse para temas e materiais atuais de formulação da identidade nordestina e que a colocasse em diálogo com formas positivas e destrutivas de formulação das fronteiras entre grupos que se registra no Brasil e alhures. Estabelece-se, assim, o dilema de quem analisa a nação ou a região: abdicar de pensar o que há em nome do dever ser.

Referências bibliográficas

- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A Invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 2001.
- ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino – de problema à solução (1877-1920)**. Campinas: UNICAMP, 1988 (Dissertação de mestrado em História).
- ATLAS DAS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DE REGIÕES BRASILEIRAS. Sertões Brasileiros I, vol. 2. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência**. Brasília: Departamento de Antropologia/ UnB, 2003. (Tese de doutorado em Antropologia Social).
- LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: REVAN/ IUPERJ, 1999.
- SENA, Custódia Selma. **Interpretações dualistas do Brasil**. Goiânia: Editora UFG, 2003.
- SHILS, Edward. **Centro e Periferia**. Lisboa: Difel, 1992.
- VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica**. Sertão e litoral no pensamento social brasileiro. Goiânia: Editora UFG, 1997.
- VIDAL E SOUZA, Candice e BOTELHO, Tarcísio R. Modelos nacionais e regionais de família no pensamento social brasileiro. **Estudos Feministas** Vol 9, n. 2: p. 414-433, 2001.

A ascensão do romance na história europeia

The rise of the novel in European history

COSTA LIMA, Luiz. *O controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, As relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 398 p.

Diogo Roiz

Doutorando
Universidade Federal do Paraná
diogosr@yahoo.com.br
Rua Tibagi, 404/100 - Centro
80060-110 - Curitiba - PR
Brasil

Palavras-chave

Teoria da história; Historiografia; Ceticismo.

Keywords

Theory of history; Historiography; Ceticism.

234

Enviado em: 4/2/2011
Aprovado em: 15/3/2011

Pareceu-me [...] que uma maneira de avançar na indagação proposta haveria de consistir no destaque da relação entre os modos diferenciais de controle, presentes entre o Renascimento e o realce do pensamento científico (Bacon e Descartes), e o gênero romanesco, cuja afirmação fora adiada e continuaria a ser prejudicada mesmo depois de sua aparição auspiciosa com o *Quijote*. Não se pretende dizer com isso que o romance estivesse contido na ordem das coisas, como um fruto cuja semente apenas demorasse a brotar, senão que, como gênero implica uma linguagem [...] que contrariava tanto o controle ético-retórico, de fundo religioso, quanto o estimulado pela justificação da ciência. Tínhamos assim ocasião de precisar a incidência direta do controle do imaginário sobre a ficcionalidade do romance (COSTA LIMA 2009, pp. 324-325. Grifos do autor).

Assim, Luiz Costa Lima resume, habilmente, seu novo livro, lançado em março de 2009. Após publicar em 2007, em uma versão totalmente revista, de sua *Trilogia do controle*, em que reunia os livros *O controle do Imaginário: razão e imaginação nos tempos modernos* (de 1984), *Sociedade e discurso ficcional* (de 1986) e *O fingidor e o censor* (de 1988), observava que, mesmo com os cortes e os ajustes, ainda estava insatisfeito com a teorização que propunha sobre o “controle do imaginário” diante da criação literária europeia moderna e contemporânea. Embora indique que a trilogia foi continuada e aprofundada por *O controle do imaginário & a afirmação do romance*, que constituiria seu último livro, encerrando uma longa pesquisa (de quase três décadas), sendo um fato, facilmente, verificável no decorrer da obra, pareceu-nos também que o novo livro dá ainda uma continuidade mais direta ao seu livro *História. Ficção. Literatura*, lançado em 2006, também pela editora Companhia das Letras, no qual dimensiona o aparecimento de cada um daqueles campos do saber, as discussões que suscitaram no tempo e as aproximações e os distanciamentos entre a escrita da história e o romance.

Diferentemente daqueles casos, neste novo livro, contudo, o autor aborda de que maneira houve o aparecimento do romance moderno, ao transcender, concomitantemente, tanto o controle do imaginário forjado pela ética religiosa quanto por aquele construído pelo discurso científico, dando ênfase aos casos de *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes (1547-1616), *As relações perigosas*, de Pierre Ambroise François Choderlos de Laclos (1741-1803), *Moll Flanders*, de Daniel Defoe (c.1660-1731), e *Tristram Shandy*, de Laurence Sterne (1713-1768).

De imediato, vale destacar, que, evidentemente, as pressões desse controle do imaginário, circunstanciado na criação artística da pena dos literatos, não se esvaiu, imediata ou completamente, de uma vez, mas foi um processo lento e gradual. O autor indica que o ápice desse processo ocorreu entre o final do século XVIII e o início do XIX, período no qual o romance produziu um discurso autônomo, frente àquelas antigas amarras do imaginário – o que, ao mesmo tempo, não queria representar a possibilidade de criação de outras barreiras (censuras políticas, novos controles, alteração de movimentos literários em hegemonia, etc.). Para Costa Lima, foi, a partir do século XVIII, que “o

romance torna-se o gênero ficcional por excelência da modernidade" (*Ibidem*, p. 19). Neste período, no entanto, o controle do imaginário se apresentaria em duas situações:

Em princípio, está sempre implícito, pois não há sociedade sem regras, e onde há regras há controle. Mas ele não assume um aspecto visível e marcante se a instituição ou a sociedade que o ativa não está em crise, ou sob sua iminente ameaça. Se o controle será exercido sobre o romance, tanto se pode dizer que a crise afetara a Igreja católica, enquanto matriz dos valores institucionalizados, como atingira o poder configurado nas cidades-Estado italianas. (*Ibidem*, p. 21).

Em circunstâncias *a priori* adversas, agrupar-se-ia a este tipo de controle de cunho moral, de aspecto religioso, outro tipo de controle produzido pelo discurso científico, com a revolução científica do século XVII, que criaria também um tipo peculiar de visão sobre o mundo e a natureza, o que faria com que o próprio imaginário social fosse refeito em meio a essas novas descobertas. Nesse contexto, a produção romanesca estaria permeada por essas duas construções discursivas, que forjaram, igualmente, formas de controle sobre o imaginário e sobre a sociedade, cujas raízes, de início, não teriam como também não estar presentes sobre a escrita literária dos romances produzidos nessa época.

Para demonstrar suas hipóteses, o autor analisa, primeiro, o contexto teórico em que foram produzidos aqueles tipos de controles, indo do Renascimento à Contrarreforma e desta até o Iluminismo, apresentando, pormenorizadamente, os principais traços desses movimentos e a maneira através da qual incidiram sobre a produção literária. Após expor seu programa teórico para o estudo do controle do imaginário imposto aos romances procurou aplicar, de modo mais específico e detalhado, seus procedimentos em alguns romances paradigmáticos do período, que foram citados acima. Foi diante dessas circunstâncias específicas que:

A dissimulação, que implicava esconder-se o esforço imposto para seu cumprimento, 'imitava' exatamente a regra da arte, da qual manifestamente se distanciava. A ficção possível era controlada pela ficção externa (falsidade, mentira, embromação). Dito de maneira mais explícita: os mecanismos de controle se exerciam por uma medicina homeopática, isto é, o controle era o 'veneno' com o qual tanto se reduzia a ficção interna, permitindo-se que circulasse desde que não *irrealizasse* normas substantivas, quanto se privilegiava o diálogo do faz de conta. (*Ibidem*, p. 54. Grifos do autor).

O exercício imposto às técnicas de construção literária por tal mecanismo estabelecer-se-ia de modo implícito. No entanto, à medida em

que passavam das pequenas cortes italianas do começo do século XVI para a Espanha da primeira metade do XVII e, daí, para a França absolutista da segunda metade, os mecanismos de controle do ficcional, por um lado, mostravam-se em um palco internacional e, por outro, ofereciam condições de verificar-se, ao menos em parte, o que haviam procurado esconder. (*Ibidem*, p. 57).

Todavia:

O fenômeno do controle do imaginário só pode ser intuído a partir do instante, das décadas finais do século XVIII, em que a arte se autonomiza das instituições de que estivera a serviço. *Mas, paradoxalmente, a arte, no processo de sua autonomização, não esteve motivada para repensar o processo do controle. Seu horizonte concentrava-se na visão da liberdade a conquistar (Ibidem, p. 60. Grifos do autor).*

Em função disso, o

controle é um instrumento político cujos efeitos são de ordem estética [...]; ele tanto interfere na construção das obras em circulação como provoca o retardo no aparecimento do romance dos tempos modernos e, depois, de sua legitimação institucional. (*Ibidem, p. 78*).

A eficiência com que tais mecanismos envolviam-se com o processo de produção dos romances se devia também ao fato de que a *“experiência da arte [...] não nos dá acesso a puras imagens, mas a objetos tematizados e recebidos como imaginários” (Ibidem, p. 154. Grifos do autor)*. E essas questões, quando não controladas, poderiam expor as próprias fragilidades com que os mecanismos de controle aspiravam camuflar, silenciosamente, para manter, em outra extremidade, a posse dos meios de controle da esfera sociocultural.

237

Digno de nota sobre essa questão é o tratamento oferecido pelo autor, no capítulo *O imaginário e a imaginação (Ibidem, pp. 110-155)*. Nesse capítulo, além de circunstanciar, historicamente, a criação desses conceitos, também procurou indicar de que maneira os mecanismos de controle e a produção literária apoiavam-se neles para mediar seus diálogos com a sociedade, assim como, manter ou alterar suas expectativas (temporais, políticas, culturais, etc.). Afinal, como os *“mecanismos de controle, por definição, mudam de acordo com os valores que os configuram”, (Ibidem, p. 195)* o *“fato de que o romance se tenha tornado o gênero dominante na ficção da modernidade não significa, de imediato, senão que certa configuração do controle metamorfoseou-se noutra” (Ibidem, 2009, p. 177)*, cujas funções, entretanto, não deixariam de corresponder as suas formas anteriores.

Nesses termos, devemos notar ainda que *“o controle científico não substitui o antigo [de cunho religioso], senão que se acrescenta a seu conteúdo” (Ibidem, 2009, p. 201)*, pois, é certo *“que a mudança de eixo do controle afeta a importância que antes tinham os gêneros e as técnicas predeterminados como modelos pela retórica, prática substituída pela atenção ao factual”*. Contudo, *“em situações de cunho moral, permanec[ia]m as normas do antigo controle” (Ibidem, p. 195)*. Por isso, não é sem sentido que o romance trate de questões morais dando-lhes novos contornos, em função de suas críticas implícitas ou explícitas à operacionalidade do sistema, de modo a tentar transpô-lo. Ao ultrapassar o sistema, o romance busca apoiar-se no acontecido – nos fatos *“reais”* e dignos de nota, mas também naqueles de menor significado social –

como medida de representação plausível à temática desenvolvida no enredo da narrativa, assim como para se privar de formas mais incisivas de controle sobre sua elaboração, sua publicação e sua distribuição. Isso porque a "presença do controle científico limitava-se à exaltação do fato, que aglutinava agora os instrumentos que haviam sustentado o controle de orientação religiosa" (*Ibidem*, p. 201).

É desnecessário acrescentar que, nesta resenha, seria impossível conceder, ainda que de forma muito sucinta, o tratamento adequado à análise feita pelo autor sobre os romances paradigmáticos do período, a saber: *Dom Quixote*, *As relações perigosas*, *Moll Flanders* e *Tristram Shandy*. Para o autor, tais obras cobririam os principais momentos e questões circunstanciadas tanto pelo controle do imaginário de cunho religioso, depois científicos. Ao mesmo tempo, neste ínterim, deram-se as bases para a autonomização do discurso literário, que configuraria o amadurecimento e a afirmação do romance moderno. Evidentemente, a escolha daqueles romances não excluiria a possibilidade de análise de outros, cuja importância o autor não deixa de indicar, mas, em função também de predisposições pessoais, deliberadamente, selecionou aqueles e não outros.

Ora, justamente, por ser um acerto de contas com sua produção anterior, cuja insatisfação o dispôs a mais esta empreitada, buscando um avanço sobre suas interpretações anteriores ao articular os mecanismos de controle do imaginário (religioso e científico) às circunstâncias que forjaram o aparecimento e a afirmação, entre os séculos XVI e XVIII, do romance moderno, este livro constitui uma importante referência deste campo temático, sendo, merecidamente, laureado com o segundo lugar no prêmio Jabuti de 2010, cujo primeiro lugar, na categoria *Teoria/Crítica Literária*, ficou com a obra *A chave do poético* de Benedito Nunes.

Por fim, destacamos que este livro ganha em substância ao ser lido na sequência de *Trilogia do controle* e de *História. Ficção. Literatura*, pois, o leitor pode acompanhar, passo a passo, os principais momentos em que se desenvolveram suas hipóteses, suas teorias e suas interpretações sobre os mecanismos de controle do imaginário e as ressonâncias desses mecanismos sobre a produção literária do período moderno e contemporâneo, em que ocorreu a afirmação do romance moderno no Ocidente. O leitor pode também evidenciar outros exemplos de controle já que, em sua *Trilogia do controle*, Costa Lima dá destaque à análise de outros romances e de outros autores.

Nesse sentido, valendo tanto pelo conjunto, quanto pela qualidade analítica presente neste livro, a obra de Luiz Costa Lima apresenta-se como a de poucas no país, cuja forma de interpretação segue uma constância e uma coerência teórica e metodológica, representando um significativo acréscimo sobre o entendimento de questões fundamentais a respeito da relação complexa e mutável entre formas de sociedade, formas de saberes e formas de ficção, além de aproximar os eixos da teoria literária, da filosofia e da história em uma abordagem interdisciplinar profícua para todas as áreas.

Referências bibliográficas

COSTA LIMA, Luiz. **História. Ficção. Literatura.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Trilogia do controle: O controle do imaginário. Sociedade e discurso ficcional. O fingidor e o censor.** Rio de Janeiro: Topbooks, 2007.

A emancipação do Brasil entre histórias e historiografias

The emancipation of Brazil between histories and historiographies

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, 434 p.

Adriana Barreto de Souza

Professora

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

adrianaabarreto@gmail.com

Palavras-chave

História do Brasil; Historiografia brasileira; Independência.

Keywords

History of Brazil; Brazilian historiography; Independence.

240

Enviado em: 15/3/2011

Aprovado em: 3/4/2011

A historiografia brasileira possui alguns importantes balanços e avaliações sobre a produção dedicada à história do Brasil como parte de um esforço sistemático para rever e discutir temas de pesquisa. O primeiro empreendimento realizado nesse sentido, e que se reconhecia como tal, foi o nosso clássico *História Geral da Civilização Brasileira*, cuja publicação teve início em 1960, e visitaria em seus robustos 11 volumes toda a história do Brasil. De proporções bem menores, mas de modo algum menos importante, é publicado ainda nessa década, em 1968, *Brasil em Perspectiva*, organizado por Carlos Guilherme Mota. De lá para cá, outras valiosas coletâneas foram editadas. Todavia, um traço merece ser destacado – elas se tornaram cada vez mais temáticas. Basta que nos lembremos dos recentes trabalhos organizados por István Jancsó para termos dois exemplos bastante significativos dessa alteração de forma e de princípios que ocorreu em nossa disciplina.¹

A razão dessa alteração está sem dúvida relacionada à profissionalização da área, ligada por sua vez à rápida expansão dos programas de pós-graduação no Brasil. Os livros mencionados acima congregam – para usar a classificação proposta por José Murilo de Carvalho na apresentação de *O Brasil Imperial* – três gerações de historiadores, começando a contagem a partir do século XX. Desse modo, o objetivo desses últimos empreendimentos diversificaram-se. A proposta não é mais a de oferecer ao leitor grandes sínteses, à moda dos mosaicos de Fernand Braudel. Pensar sua história significa – ainda que alguns cultivem o sonho de uma história total – incorporar novos objetos e, sobretudo, discutir parâmetros de pesquisa, respondendo às exigências de uma reflexão contínua sobre seus métodos e – como nos ensinou Manoel Salgado Guimarães – às demandas sociais postas pela contemporaneidade das sociedades industrializadas.²

O Brasil Imperial parece situar-se, assim, a meio caminho entre essas tradições. Não se articula em torno de um tema, abraçando, como indica seu título, um grande arco temporal. Mas, por outro lado, assume a difícil tarefa de conduzir o leitor não apenas por histórias – recontando episódios consagrados e abordando temáticas pouco conhecidas – como por um encorpado tecido historiográfico, com teses que inauguraram perspectivas inovadoras por meio de um exaustivo trabalho com fontes documentais e de um amplo diálogo com nossa tradição historiográfica, bem como açambarca o melhor da produção internacional.

Para a execução dessa proposta, *O Brasil Imperial* é dividido em três volumes, todos organizados por Keila Grinberg e Ricardo Salles, que assinam também três capítulos. A organização indica o lugar social de produção de conhecimento

¹ Referimo-nos aos livros: *Independência: História e Historiografia*. São Paulo: Editora Hucitec / FAPESP, 2005; e *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora HUCITEC, Editora UNIJUÍ, FAPESP, 2003.

² Manoel Salgado Guimarães. O presente do passado: as artes de Clío em tempos de memória. In: Martha Abreu; Rachel Soihet; Rebeca Gontijo. (Org.). *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

em que se ancora a obra. Parte significativa dos colaboradores, assim como os organizadores, integram o Centro de Estudos do Oitocentos (CEO), um núcleo de pesquisa com sede na Universidade Federal Fluminense e que congrega, desde 2002, pesquisadores de diversos estados do Brasil.

É nessa chave de leitura que podemos entender ainda o artigo *Estado e política na independência*, de Lúcia Bastos Pereira das Neves. Partindo, assim como Cecília de Salles Oliveira, de um referencial teórico dado pela história dos conceitos, logo nas primeiras linhas do artigo é possível encontrar Lúcia Bastos problematizando a independência como um dos momentos fundadores da nação, a partir do qual, através de um jogo de identidades e oposições, a historiografia tem erguido descrições e interpretações sobre o império do Brasil. A proposta leva-nos a mais uma discussão historiográfica, apresentada nesta resenha, no entanto, com uma singularidade: Lúcia Bastos conduz o leitor por um minucioso percurso, que tem início com a obra encomendada por d. Pedro I, *Introdução à história dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*, de José da Silva Lisboa, e segue até as produções da década de 1990, passando por José Inácio de Abreu e Lima, Francisco Adolfo de Varnhagen e pelos principais expoentes da historiografia do século XX.

Depois de apresentar ao leitor essas “visões do passado”, o artigo de Lúcia Bastos mergulha com igual erudição no processo de independência e suas histórias, caracterizadas por um modo específico de governar, o do primeiro imperador. O ponto central do artigo – formulado com clareza pela autora, mas que atravessa o conjunto dos textos do livro – é refletir sobre as continuidades e rupturas provocadas pelo movimento de emancipação no pacto, outrora, estabelecido entre as partes da América e a coroa portuguesa. O problema da convivência paradoxal entre instituições novas, fundadas em uma cultura política nitidamente moderna, e uma sociedade altamente hierarquizada e assentada na escravidão.

A ambiguidade e a tensão produzida por essa convivência entre formas antigas e modernas de pensar e agir também são tematizadas pelo quarto artigo do livro, assinado por Gladys Sabina Ribeiro e Vantuil Pereira. A proposta, no entanto, é revisionista: reavalia o que considera ser uma tendência da historiografia para abordar o primeiro reinado como um “período tampão” entre a independência e a verdadeira libertação nacional ocorrida, em abril de 1831, com a abdicação de d. Pedro I. De forma instigante, começa lembrando-nos que foi nesse período que todo o edifício legal e político do império foi erguido, com a criação de novas e o reajustamento de antigas instituições. Os exemplos são eloquentes: a Constituição de 1824, a lei dos juízes de paz, o Supremo Tribunal de Justiça e o Código Criminal. Em seguida, os autores destacam – explorando dados de pesquisas mais recentes, dentre as quais figuram suas próprias teses – a presença e a participação ativa de populares no debate político da época, fosse por meio de revoltas e burburinhos ou por mecanismos formais, como petições e representações. Esse é um ponto chave do artigo. Gladys Ribeiro e Vantuil Pereira propõem uma reelaboração dos marcos

cronológicos tradicionais, ainda vinculados a episódios formais da grande política, de modo a incorporar o primeiro reinado na discussão sobre a construção do Estado e a constituição da nação. Assim, 1822 seria o início de um período que prosseguiria até 1837, quando a ascensão do regresso conservador estancou militarmente as revoltas e estreitou firmemente as margens do debate político.

Patrícia Melo Sampaio, ao escrever sobre a *Política indigenista no Brasil imperial*, abre esse primeiro volume de *O Brasil Imperial* a temáticas mais específicas. No caso, a um problema ainda pouco explorado pela historiografia: qual o lugar dos índios no amplo e tenso debate sobre a constituição da nação nas primeiras décadas do XIX. Afinal, como mostra a autora, o Estado cultivava, desde a chegada da corte imperial ao Rio de Janeiro, uma posição ambígua. Ao mesmo tempo em que sancionava “guerras ofensivas” contra os índios, reivindicava um passado comum, mestiço, para constituir a identidade dessa nova nação americana. A tônica do debate, no entanto, não é mais o problema de acesso à mão-de-obra, tão comum durante o período colonial. A questão indígena confundia-se, agora, com a questão da terra. E foi por via dessas considerações que Patrícia Sampaio elegeu o “Regulamento acerca das missões de catequese e civilização dos índios”, aprovado no ano de 1845, como objeto de estudo do seu artigo. O resultado foi a elaboração de um criterioso inventário de temas e problemas de investigação, tão diverso quanto as experiências produzidas pelo que se convencionou chamar “legislação indigenista”.

243

Em *A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão*, Beatriz Gallotti Mamigonian enfrenta a difícil tarefa de sistematizar, com base nos avanços da historiografia sobre escravidão, nos últimos anos, um tema que esteve no centro das preocupações dos coetâneos envolvidos na construção do Estado nacional – a política de defesa do tráfico de escravos e de manutenção da escravidão. No artigo, o leitor pode ver restituída, em toda sua complexidade, os dilemas de uma geração premida, por um lado, pela expansão das atividades econômicas que demandavam mão-de-obra escrava e, por outro, pela pressão britânica que, apoiada em um discurso humanitário, pretendia cortar essa oferta. Em meio a essas disputas, o que surge é um Estado estruturado – como defende Beatriz Mamigonian – para defender a ordem escravista, mantendo uma política externa de resistência às pressões britânicas e associando internamente os interesses de traficantes e proprietários de escravos aos da nação. Política que, após a promulgação da lei de 1831, a qual proibia o tráfico, deixou o Estado na posição incômoda de garantir e proteger por décadas uma propriedade ilegal.

Rebeliões escravas antes da extinção do tráfico, artigo assinado por Keila Grinberg, Magno Fonseca Borges e Ricardo Salles, revisita a Revolta dos Malês e os episódios do Haiti com o intuito de entender – no contexto das rebeliões atlânticas da virada do século XVIII para o XIX -- como o receio de novos levantes somou-se a um temor duradouro que se fazia tanto maior nas regiões

onde a concentração de escravos africanos aumentava com a intensificação do tráfico. É assim que, com argúcia, os autores chegam a Vassouras da década de 1830. As mudanças sociais e demográficas produzidas pelo avanço das fazendas de café e que levaram Vassouras a substituir Paty do Alferes como cabeça da Vila, tornando-se freguesia, em 1837, resultou em alterações nas relações entre senhores e escravos. A principal delas foi a organização dos fazendeiros em torno de uma Comissão Permanente que tentava conter o potencial explosivo dessas relações. Todavia, o sucesso da Comissão, criada logo após o levante de Manoel Congo e que teria vida longa, não se deveu apenas às intervenções realizadas nas relações senhor - escravo. Como argumentam os autores, ela contribuiu também para regradar os conflitos – que, não raramente, envolviam os escravos – entre os próprios senhores pelo controle político local, estabilizando a região e favorecendo a consolidação de uma economia agrária de *plantation* em Vassouras.

Em *Minas Gerais depois da mineração [ou o século XIX mineiro]*, Eduardo França Paiva oferece ao leitor uma “visão panorâmica” da sociedade, economia e política mineira oitocentista através de um diálogo rico e extenso com a historiografia dedicada ao estudo da região. O ponto de partida do texto é a análise de uma memória – firmemente assentada em diversas produções intelectuais (historiográficas, memorialistas, didáticas, técnicas) – que contrapõem à imagem da exuberância colonial a de uma Minas Gerais oitocentista decadente, cujo declínio é associado ao esgotamento das veias auríferas e da coleta de diamantes. Mas essa interpretação é produto de uma perspectiva cíclica e etapista da economia, que rebate na visão mais geral sobre a organização da sociedade mineira. E foi para desarticulá-la que Eduardo França Paiva recorreu ao que chamou de historiografia revisionista, conduzindo (e, talvez, apresentando) o leitor por uma outra Minas Gerais.

O capítulo intitulado *Conflitos no rio da Prata*, de Gabriela Ferreira, analisa os vários conflitos que envolveram o Brasil e as repúblicas do Prata por meio do processo de construção de cada um dos Estados nacionais da região. A proposta rompe com uma historiografia tradicional, que confunde o tema da independência com o da construção nacional, como se no momento de ruptura dos laços com a antiga metrópole emergissem nessas regiões, já prontas, nações. Inverter essa perspectiva analítica e investigar como, em meio a um jogo tenso de rompimento e conciliação de interesses, projetos nacionais são elaborados é uma tarefa de fôlego. No entanto, através de uma descrição minuciosa, que cruza a produção historiográfica dos países envolvidos nas disputas, a autora consegue oferecer uma espécie de carta de navegação para que o leitor possa atravessar de forma mais segura essas tramas políticas ainda pouco exploradas, e inteiramente imbricadas.

A criação de panoramas históricos também é a opção de Piedade Epstein Grinberg no capítulo *Arte e arquitetura no início do século XIX e o ensino da arte no Brasil*. Nele, o século XVIII é identificado como um momento de viragem nas artes e na arquitetura da América portuguesa, quando as construções com

fins militares e religiosos são substituídas pelas primeiras iniciativas de apoio e financiamento às artes – ou seja, pelo mecenato. Baseando-se nesse marco, a autora elabora sua narrativa, procurando caracterizar, de forma didática, o ofício, o lugar social ocupado pelo artista, além de tendências estilísticas. O resultado é uma visão progressista, da arte pensada por fases. Assim, a chegada da família real ao Rio de Janeiro é apresentada ao leitor como o início de um novo ciclo, de grande incremento da influência estrangeira no Brasil, cuja missão artística francesa, de 1816, representa o seu maior símbolo. Como afirma a autora, ela inicia o ensino oficial das artes no Brasil.

O último capítulo desse volume da coleção analisa a dinâmica da Igreja Católica no Brasil durante o século XIX. Intitulado *A religião do Império e a Igreja*, nele, Guilherme Pereira das Neves explora, esbanjando erudição, a ideia do brazilianista George Boehrer de que religiosa e intelectualmente o Brasil do século XIX foi um país pombalino. A chave, oferecida pelo autor, para explicar curiosa e paradoxal herança encontra-se no padroado da época moderna – que, simplificando, significa uma troca de obrigações e de direitos entre a Igreja e um indivíduo, ou uma instituição. Em 1456, o infante d. Henrique obteve da Santa Sé o direito de padroado sobre as regiões ao sul do Equador e, com a criação da Mesa da Consciência e Ordens, consolidou-se a ideia de que são do soberano os direitos e obrigações obtidos por d. Henrique, ou seja, de implantação e conservação do culto na América portuguesa. É essa tradição que, malgrado as luzes do século do século XVIII, vai, pelas mãos do marquês de Pombal, enraizar-se em Portugal. Revisitando as discussões sobre religião travadas pelos deputados que, em 1823, elaboraram o primeiro projeto de Constituição, Guilherme Pereira das Neves reencontra, plenamente ativa, e compartilhada por quase totalidade da elite, a mesma concepção de que a jurisdição eclesiástica não era própria da Igreja, mas permissão dos soberanos e de que, desse modo, a Igreja está no Estado. E, assim, o autor conclui que, mesmo com a extinção da Mesa de Consciência e Ordens em 1828, essa concepção do padroado segue em vigor até o final do Império, só se mostrando crítica, inteiramente anacrônica, na década de 1870, quando eclodiu a chamada “questão religiosa”.

O Brasil Imperial, volume I – 1808-1831, reunindo catorze especialistas em torno de onze capítulos, é sem dúvida leitura fundamental para a compreensão dos caminhos da recente produção historiográfica sobre o processo de emancipação, de formação do Estado e de constituição da nação brasileira. Fica, assim, o convite à leitura.

Textos e
documentos
historiográficos

historiographical texts
and documents

Ranke reloaded: entre história da historiografia e história multiversal

Ranke reloaded: between history of historiography and multiversal history

Sérgio da Mata

Professor Adjunto
Universidade Federal de Ouro Preto
sdmata@ichs.ufop.br
Rua do Seminário s/n
35420-000 - Mariana - MG
Brasil

Palavras-chave

Leopold von Ranke; História da historiografia; História universal.

Keyword

Leopold von Ranke; History of historiography; Universal history.

247

Enviado em: 15/3/2011
Aprovado em 30/3/2011

Para aqueles que iniciaram seus estudos de história na década de 1980, o século XIX começava com Hegel e terminava com Marx. Para tudo o mais, lançava-se mão de um *Kampfbegriff*: “positivismo”. Não obstante o entendimento geral a respeito de conceitos como positivismo e historicismo no Brasil estivessem então contaminados por toda sorte de interferência extra-teórica, elegeu-se um nome para simbolizar tudo aquilo que a historiografia do século XX pretendia ter deixado para trás: Leopold von Ranke.

Que a obra de Ranke é muito maior do que apregoam seus críticos, é evidente para quem quer que se disponha a percorrer seus livros e ensaios *sine ira et studio*. O antigo volume organizado por Sérgio Buarque de Holanda e seu belo texto introdutório não poderiam suscitar tal efeito à época (HOLANDA 1979). Pouco interesse poderia despertar, naquela ocasião, um historiador cuja obra é dominada pelo “primado da política externa” e por convicções políticas conservadoras. Quando, em 1986, se comemorou o centenário da morte de Ranke, vivia-se, à esquerda do Reno, os anos de efusão em torno da Escola dos *Annales*. Já em uma Alemanha sob a égide da história social da Escola de Bielefeld, viu-se em Ranke uma espécie fantasma do passado. Nem mesmo o brilhantismo de Thomas Nipperdey foi suficiente para descriminalizar o historicismo oitocentista.

É revelador, e até certo ponto irônico, que sob o efeito da crítica pós-modernista e pós-estruturalista, uma parte significativa da comunidade de historiadores tenha sido levada a olhar *para trás* em busca de alternativas. Não poderia ter sido de outra forma. Um indicativo claro disso é o espaço dado a Ranke em duas recentes coletâneas sobre a historiografia do século XIX publicadas no Brasil, as de Martins (2010) e Malerba (2010). Eis que se descobre, por detrás do mito negativo do arquipositivista, o gigante historiográfico que tanto fascinara Wilhelm Dilthey.

Desnecessário insistir no fato de que oito dentre dez dos seus críticos nada sabem a seu respeito, e menos ainda sobre sua obra. Para aquele que está minimamente familiarizado com o que este erudito escreveu, por mais que dele se afaste em mais de um aspecto, é inevitável a sensação de se estar diante de uma personagem intelectual de primeira grandeza. A beleza da composição, a despreensão e a concisão do estilo, e, diria mais, o equilíbrio de julgamento e a extraordinária capacidade de identificar e construir conexões históricas, tudo isso tinha-o Ranke no mais alto grau. Quem buscar “teorias” em suas obras, decerto não as encontrará, mas apenas: um gênio em ação. Nesta nossa época, temente a superlativos, há de se ter a coragem de dizê-lo. Outros contemporâneos seus, como Carlyle, certamente mereceriam o mesmo tratamento e a mesma adjetivação. Mas é tão somente de Ranke que se trata aqui.

Há alguns anos, o professor Francisco Murari Pires teve a feliz ideia de traduzir e disponibilizar na internet uma seção do primeiro volume da *História universal*, em que Ranke analisa as obras de Heródoto e Tucídides. A beleza

destas páginas, que encontrei inteiramente por acaso em 2006, levou-me a procurar o professor Murari com a ideia de uma nova publicação nesta revista, para a qual, aliás, ele havia contribuído desde seu nascedouro. A proposta, imediatamente aceita, era a de fazer uma revisão da tradução a partir do original alemão. O resultado deste trabalho está à disposição do leitor deste número de *História da Historiografia*.

O início da década de 1880 tem um significado ímpar para as ciências humanas e para a história. Em 1882, aparece a *Historik* de Droysen. No ano seguinte, tem início a “querela dos métodos” entre Gustav Schmoller e Carl Menger; morre Karl Marx, chega às livrarias a *Introdução às ciências do espírito* de Dilthey. Uma era axial para o conhecimento histórico: nascia ali, em seus contornos mais gerais, a forma por meio da qual ainda hoje a nossa disciplina é pensada.

É neste contexto que Ranke publica o primeiro volume da *História universal* (1881). Apesar do clima político, cada vez mais favorável ao nacionalismo dos historiadores “prussianos”, apesar do ceticismo crescente em torno da noção de “objetividade”, Ranke gozava ainda da reputação de mestre. Não muito tempo antes, em 1867, recebera a comenda máxima alemã, a ordem *pour le mérite*. Em 1882, tornava-se conselheiro real (*Geheimrat*), e, dois anos mais tarde, adquiria o título de cidadão honorário de Berlim. Justamente neste momento, atribulado tanto na política quanto na ciência, ele pretende encerrar a sua longa e produtiva carreira com uma grande obra. Ranke estava muito longe de ser o “historiador oficial do estado prussiano”, como equivocadamente dele se chegou a dizer. Enquanto Treitschke colhia os louros do extraordinário sucesso de sua *História da Alemanha*, Ranke trilhava pacientemente o caminho oposto. Para ele, o processo histórico não tinha o seu *telos* na unidade alemã e no surgimento de uma nova potência europeia.

A história no singular nada mais seria que um agregado de histórias. De histórias nacionais, é verdade – concepção presente desde sua obra de estreia, como bem observou um especialista de renome (MUHLACK 1988). Fato é que em Ranke a história universal nunca esteve a serviço de uma filosofia da história. Nesse sentido, ela se aproximava muito mais daquilo que Marquard chamou “história multiversal” do que propriamente de uma história universal (MARQUARD 2000). Seu último assistente em Berlim, que também foi biógrafo e organizador de suas obras completas, resume a questão de forma feliz:

A verdadeira história universal, que tem de abrir mão das divertidas abstrações da assim chamada filosofia da história, não tem a ver com o mundo dos fenômenos humanos enquanto um universo histórico (*historischen Weltall*), mas sim com a gradativa formação de uma totalidade histórica (*historischen Weltganzen*). Seu âmbito abrange não apenas toda realidade histórica concreta; ela nada mais é que a doutrina da conexão histórica e da vida histórica comum dos povos particulares (DOVE 1898, p. 195).

Eis a unidade perseguida por Ranke em seu último empreendimento. O “hieróglifo sagrado” da história só se dá a ler após uma existência inteira dedicada ao seu estudo: a visão de conjunto é ponto de chegada, não de partida. Pois trata-se aqui de uma visão essencialmente pluralista, “multiversal”, da experiência humana no tempo.

Que ele foi acima de tudo um historiador do político, ninguém há em sua consciência de contestar. Maximiliano da Bavária e Guilherme II apreciavam seus ensinamentos e conselhos, e consta que até mesmo o chanceler Bismarck teria dito que suas três leituras prediletas eram a Bíblia, Shakespeare e Ranke. Logo ele, o menos político dos historiadores do político.

Ranke era um espírito forjado pelo século XVIII, um legítimo contemporâneo de Alexander von Humboldt. Que se tenha visto no autor de livros sobre a história da França, da Inglaterra, da Espanha e da Sérvia alguém “a serviço do estado prussiano”, só se pode atribuir à pequenez da crítica. Religião, literatura e arte não ocupam um lugar menor em seus escritos; mesmo naqueles em que não se espera encontrá-los, como é o caso do ensaio *As grandes potências*.

Poucos, hoje, sabem que sua primeira obra, *as Histórias dos povos latinos e germânicos*, é indissociável de uma história da historiografia que fez publicar simultaneamente, *Para a crítica dos historiadores modernos*. A história da historiografia continuaria importante para ele, e era por assim dizer uma presença constante – ainda que fragmentária – em suas preleções. Em uma delas, realizada no semestre de inverno de 1855-1856, Ranke retorna a dois de seus temas prediletos: Tucídides e a crítica à noção de progresso.

250

Há muita coisa na existência humana, e é talvez o mais significativo, em que o conceito de progresso não encontra qualquer aplicação. São, sobretudo, os produtos do gênio na poesia, no conhecimento intuitivo, na arte. Não pode haver um segundo Fídias, nenhum segundo Rafael; é um pensamento disparatado querer produzir um poema épico melhor do que o homérico; depois de Platão não virá outro Platão; Tucídides inventou e, de certa forma, levou a termo um gênero de historiografia (RANKE 1975, p. 256-257).

Sabe-se do impacto que representou para Ranke a leitura de Niebuhr. Todavia, foi Tucídides quem permaneceu para ele, até o fim da vida, o grande exemplo de historiador. O autor da *História da guerra do Peloponeso* fora o tema de sua tese de doutorado em Leipzig, infelizmente perdida. Um dos discípulos de Ranke, Wilhem Roscher, o pai da Escola Histórica de Economia Política, escreveu também um estudo profundo (e que ainda demanda atenção) sobre a *Vida, obra e época de Tucídides*.

É apenas natural que na *História universal*, ao explorar o mundo espiritual da pólis grega, Ranke detenha-se sobre Heródoto e sobre Tucídides. Sua preferência pelo segundo é manifesta, o que não o impede de colocar a obra do primeiro em seu devido lugar – um senso de equilíbrio que Arnaldo Momigliano, um século mais tarde, não seria capaz de igualar.

Ranke tinha 86 anos quando escreveu estas linhas. Vira passar diante dos olhos quase todo o século XIX. Heródoto e Tucídides não eram para ele e para seus contemporâneos apenas os iniciadores da *Historie*, eles eram verdadeiros arquétipos. Quando, mais tarde, os historiadores de língua alemã procuraram atualizar estes arquétipos, elegeram para este fim os nomes de Ranke e Burckhardt. Tal processo de duplicação pode ser acompanhado, por exemplo, nos escritos de Friedrich Meinecke. Depois das duas guerras mundiais e da “catástrofe alemã”, quando contava os mesmos 86 anos, Meinecke escreve um ensaio em que se pergunta se o tempo não acabou dando razão a Burckhardt (acrescente-se, por extensão: a Heródoto). Depois de reproduzir uma declaração de Ranke de 1885, segundo a qual não teria se sentido capaz de escrever uma história universal com imparcialidade caso o princípio da soberania popular tivesse prevalecido na Alemanha, Meinecke, sob o evidente influxo da tragédia de que seu país ainda mal se dera conta, rejeita o ponto de vista daquele que considerara (em seu *Entstehung des Historismus*) a expressão suprema da tradição historicista. Há algo de comovente na forma como ele empreende essa releitura tardia. “Enquanto for capaz de respirar”, escreve Meinecke, “o verdadeiro historiador jamais deixará de perseguir sua liberdade interior e de, ao menos, pensar numa perspectiva histórico-universal.” (MEINECKE 1948, p. 7).

251

Por tudo o que julgo saber a respeito de Ranke, acredito que também ele, tivesse sido submetido às mesmas experiências, subscreveria estas palavras.

Referências bibliográficas

- DOVE, Alfred. *Ausgewählte Schriften*. Leipzig: Duncker & Humblot, 1898.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. O atual e o inatual em Leopold von Ranke. In: _____ (org.) *Ranke*. São Paulo: Ática, 1979.
- MALERBA, Jurandir (org.) *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: edPUCRS/FGV, 2010.
- MARQUARD, Odo. Historia universal e historia multiversal. In: _____. *Apología de lo contingente*. Valencia: El Magnànim, 2000.
- MARTINS, Estevão de Rezende (org.) *A história pensada. Teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MEINECKE, Friedrich. *Ranke und Burckhardt*. Berlin: Akademie-Verlag, 1948.
- MUHLACK, Ulrich. Leopold von Ranke. In: HAMMERSTEIN, Notker (Hrsg.) *Deutsche Geschichtswissenschaft um 1900*. Stuttgart: Franz Steiner, 1988.
- RANKE, Leopold von. *Vorlesungseinleitungen*. München: Oldenbourg, 1975.

Heródoto e Tucídides*

Herodotus and Thucydides

Leopold von Ranke

Heródoto e Tucídides situam-se, cronologicamente, em uma relação não muito diversa daquela existente entre Sófocles e Eurípides. Heródoto é o mais velho; segundo um cálculo antigo, embora muitas vezes contestado, e que jamais foi substituído por outro que oferecesse melhor certeza, ele tinha, nos inícios da Guerra do Peloponeso, cinquenta e três, e Tucídides quarenta anos. Mas a situação social e os destinos dos dois fundadores de toda ciência e arte histórica foram muito diversos, e, de fato, opostos. Heródoto nasceu em uma cidade do litoral asiático que mantinha estreitas relações comerciais e políticas com as nações orientais, tanto que dedicou uma parte da sua vida à investigação das mesmas, mudou-se para a grande metrópole comercial, Samos, e depois, finalmente, para Atenas, que então havia alcançado o ápice de seu poderio marítimo. Ele era um estrangeiro em Atenas, mas se uniu com entusiasmo e admiração aos atenienses. Tucídides, ao contrário, ateniense de nascimento e de origem nobre, o qual fora preparado para ocupar um dos mais importantes postos então existentes, o comando de uma esquadra da frota, teve o infortúnio de ser antecedido, talvez por apenas um dia, pelos Peloponésios que ocuparam Anfípolis antes que a alcançasse com as suas naus. Assim, perdeu as boas graças do povo ateniense, naquele tempo dominado por um líder democrático que não tinha consideração por ninguém. Foi punido com o exílio que transcorreu em sua propriedade de herança, parcialmente sob a proteção dos lacedemônios. Esse infortúnio foi-lhe vantajoso para a composição da história da guerra que ele, desde seu início, decidira escrever. Ele não estava mais limitado apenas aos rumores e narrativas de sua cidade natal e encontrou os meios para poder alcançar um entendimento e uma exposição imparciais. Enquanto o estrangeiro sentia-se levado a privilegiar Atenas, o ateniense tinha bons motivos para observar os atos de seus concidadãos sem um patriotismo unilateral. Mas existe outra diferença não menos importante. Heródoto testemunhou a grande guerra entre persas e gregos que, como escreveu, dominava o horizonte do mundo. Tucídides cresceu em meio às lutas dos próprios gregos entre si, e

252

* Revisão a partir do original alemão: Sérgio da Mata e Walkíria Oliveira Silva. Traduzido por Francisco Murari Pires a partir da versão italiana do texto de Ranke: *Tucidide nella Storiografia Moderna*, a cura di C. Montepaone, G. Imbruglia, M. Catarzi e M.L. Silvestre. Napoli: Morano Editore, 1994, p. 107-117. Para a revisão, utilizou-se a quarta edição da *Weltgeschichte*. München/Leipzig: Duncker & Humblot, 1921 (vol. 1, p. 217-224).

A divisão dos parágrafos foi refeita segundo o original. Os revisores gostariam de expressar seu agradecimento a Fábio Favarsani por suas sugestões.

entre Atenas e Esparta. Os dissídios internos gregos aparecem já, é verdade, em Heródoto, como aparecem, também em Tucídides, os conflitos entre persas e gregos; mas em Heródoto, os primeiros, e em Tucídides, os últimos, ficam em um plano secundário. Heródoto direciona sua atenção para a luta geral externa, Tucídides para a interna. Heródoto era, antes de tudo, um viajante. Sua cidade natal, Halicarnasso, tomou parte na colonização comercial de Naucrátis, através da qual se abriu o tráfico entre os gregos e os egípcios. Pode-se admitir que estas relações fizeram com que, desde muito, cedo Heródoto voltasse seu olhar para o Egito, e, mais tarde, quando as mesmas não mais se mantinham, encontrou lá uma boa recepção. Entre todos os estrangeiros, ele foi o primeiro a consagrar aos monumentos do antigo Egito a atenção que mereciam; visitou a Fenícia e viu as maravilhas da Babilônia; pela grande estrada que leva de Éfeso a Sardes, e de Sardes a Susa, alcançou o interior do império persa; esteve em Ecbátana. Todavia o oriente não o atraiu, como um tempo depois a Ctésias. Heródoto só tinha olhos para a superioridade dos helenos; nem por um instante esqueceu que era um grego. Das costas e dos territórios gregos, ele discorre com tal precisão que revela que conhecia por experiência direta a maior parte. Em Atenas, estava praticamente em casa; pois sua cidade natal, embora também vertesse tributo ao grande Rei, mantinha estreitos laços políticos com Atenas. Assim, Heródoto conheceu pessoalmente os territórios que constituíam o mundo civilizado da época; visitara-os por seu ímpeto inato de instrução. Percebemos como seu intenso desejo de conhecimento o acompanhou por todos os lugares.

A obra em que ele reuniu parte das informações obtidas é, ela mesma, um acontecimento na história daquele século. No espírito de Heródoto refletiram-se as singularidades das nações. Por toda parte procurou, sobre o país e sobre o povo, as informações que, em sua obra, se deixam distinguir umas das outras. As notícias etnográficas que a ele são devidas são já, por si mesmas, de alto valor; recebem uma dupla importância devido ao elemento histórico com que foram entrelaçadas em uma totalidade.

Tais notícias não podiam alcançar o passado muito além do horizonte dos homens de então. É surpreendente que tendo tido Heródoto a fantasia de escrever a história do domínio assírio, depois se mostre, no livro que de fato escreveu, pouquíssimo informado. Do contrário, teria apreendido a situação egípcia sob a dinastia saíta de modo muito diferente. Mas a Assíria já tinha desaparecido das lembranças vivas dos contemporâneos. A memória fora dominada pela prosperidade e pelas realizações dos reis persas. Sobre sua origem mesma dispunha-se apenas de relatos míticos, que Heródoto reproduz tal como os obtivera dos persas e dos egípcios.

Mas estava fresco na memória o encontro hostil entre a Pérsia e a Grécia. As grandes batalhas decisivas tinham sido travadas. Heródoto não teve qualquer lembrança pessoal das mesmas; mas se viviam ainda suas consequências; elas ainda dominavam as relações recíprocas entre o Oriente e

o mundo grego. Todas as forças de ambas partes tinham sido ativadas, haviam se confrontado e medido forças. A situação do mundo dependia dos empreendimentos dos persas contra os gregos, do fracasso daqueles e do contra-ataque dos últimos. Esses acontecimentos constituem, então, uma outra parte das notícias de Heródoto. Articulá-los à primeira parte e apresentá-los em suas conexões era o tema mais digno que se podia encontrar: a primeira verdadeira história que foi escrita. Pois a história não poderia florescer no exclusivo âmbito interno do solo nacional; as nações tornam-se cômicas de si mesmas somente mediante seus encontros recíprocos. Um espírito universal pode também fazer justiça aos dois complexos de populações em disputa entre si. Heródoto é absolutamente justo. Não odeia os bárbaros; de outro modo como poderia descrevê-los? Foi, muitas vezes, acusado de preferir os atenienses e de ter derivado de motivos pessoais o juízo favorável a respeito da conduta destes na guerra. Hesito em concordar. A famosa passagem em que descreve como a salvação da Grécia seria devida à resolução tomada pelos atenienses de se defenderem no mar contém uma verdade evidente. Assim foi de fato; a percepção do que teria acontecido se não tivesse sido assim, deu-lhe a ocasião de escrever aquela passagem que, julgada do ponto de vista histórico-político, é, talvez, a melhor de toda a obra. Heródoto possuía o dom da narrativa simples e agradável de episódios singulares, o que confere a seu livro uma atração incomparável, mas também uma aguda perspicácia no que diz respeito às situações gerais. Em sua grandiosa composição, esta obra jamais foi alcançada, e muito menos sobrepujada. Mas é compreensível que com isso não se achem satisfeitas todas as exigências que podem ser feitas a uma exposição histórica. Tudo estava apoiado em tradições orais; e abordava um acontecimento que, ocorrido há várias décadas, não foi presenciado diretamente pelo historiador e para o qual não era possível encontrar testemunhas fidedignas a respeito do tema de sua obra. Havia ainda um outro duradouro serviço que poderia ser prestado através da exposição de um evento ocorrido ante os olhos do historiador. Poder-se-ia então abrir mão dos relatos orais sobre uma época passada, e que se baseiam sempre em recordações incertas. Uma exposição exata de um acontecimento específico deveria substituir o fascínio de uma reconstrução geral. Isso o fez Tucídides. Seu tema não foi um conflito que abarcou todo o mundo, mas o embate entre duas repúblicas importantíssimas. No momento em que o ódio recíproco explodiu em aberta hostilidade, Tucídides acompanhou seu transcurso com o intuito de descrevê-lo. Um só autor não teria podido realizar ambas as coisas. Dois homens de caráter diverso, com aptidões diferentes, foram necessários para isso. Tanto em um como no outro, manifestam-se também formas de percepção que correspondiam aos seus temas e à sua época. Heródoto, em seu contato com diferentes povos, cujas religiões ele observava atentamente, compreendera mentalidades diferentes das que eram comuns ao povo grego. Ele próprio se coloca, historicamente, contra as divindades fabulosas. Em sua opinião, os antigos pelasgos, e com eles os helenos, adoravam deuses sem nomes especiais.

Os gregos tinham recebido os nomes dos seus deuses do Egito. Em Dodona contaram ao historiador que, certa vez, o oráculo fora formalmente interpelado para saber se tais nomes deveriam ser aceitos, o que o oráculo acedeu; depois vieram Homero e Hesíodo, os quais teriam fixado os nomes dos deuses, suas atribuições e inventado a Teogonia; mas isto era, por assim dizer, algo recente, impossível de ser comparado à remota antiguidade do Egito.

Heródoto não esteve apenas em Dodona; conhecia os mistérios de Elêusis, ele se iniciou nos mistérios dos Cabírios de Lemnos. Acerca disso, manteve silêncio; mas, por vezes, indica que por trás da fé nos deuses há ainda outra coisa, sobre a qual não quer nem pode falar. A despeito disso, porém, ele não nega a existência dos deuses e dos heróis. Muito pelo contrário, expressando-se assim receia instigar sua cólera. Quando contesta uma narrativa acerca de Hércules, roga a benevolência dos deuses e dos heróis.

Ele, portanto, não duvida da existência e da realidade dos deuses; repete a teoria de que eles não podiam se subtrair ao destino, situando-o, deste modo, fora da esfera da volição divina; não aborda a eficácia de cada deus específico; admite que algo de divino exerceria sempre um influxo profundo sobre as coisas humanas. As suas afirmações a esse respeito são, especialmente, de dois tipos.

Os deuses protegem a coragem e o juízo; mas perseguem, por uma espécie de inveja, aquele que se eleva. Se lermos seu livro por algum tempo e nos abandonamos às impressões que, ao passar de um ponto ao outro, o autor produz, percebemos que é constante uma influência direta da divindade. Ele venera os deuses, como potências efetivas que anunciam sua vontade por meio de oráculos e os cumprem infalivelmente, e que se vingam daquele que os insultam mesmo que apenas em intenção. Tal foi a concepção de Ésquilo e, no fundo, também a de Eurípides, que reprova por suas injustiças e violências. Os deuses governam o mundo humano; mas não possuem um poder dominador absoluto. Existe uma religião ainda mais remota e profunda, que, entre outras coisas, se manifesta em Nêmesis, a qual Heródoto percebe ali mesmo onde os homens em geral a ignoram.

Desde sempre se observou o quanto Tucídides está afastado da fé de Heródoto nos deuses. Não se trata de uma oposição absoluta: pois, se fosse este o caso, teriam sido retomados os antigos conceitos sobre os deuses que Heródoto rejeitara. Mas Tucídides estava, de sua parte, impregnado por ideias difundidas, e a que os poetas haviam dado expressão, segundo as quais a crença nos deuses fora limitada ou destruída. Ele também admitia um elemento divino nas coisas humanas; lamentava que as pessoas não se unissem para preservar as leis divinas, mas para as infringir. Fala em termos desaprovadores da profunda falta de sentimento religioso. Mas no que diz respeito à concepção da intervenção direta dos deuses nas coisas humanas, nele, não se encontra qualquer traço. De fato: não nega diretamente os oráculos, chegando a apresentar algumas coisas que poderiam confirmar os vaticínios, mas sua atitude

em tais casos é sempre cética. Se, por exemplo, a propósito de um terremoto ocorrido na Lacedemônia, atribui-se sua causa à ofensa cometida contra o asilo onde se haviam refugiado os hilotas, ele o relata mas sem com isso minimamente indicar que compartilha tal opinião. Pois ele não estava alheio às ciências da natureza então em formação. Lembra, com certa ironia, a opinião dos liparianos de que a forja de Hefesto estaria em sua ilha; tem uma concepção totalmente diversa da fumaça que eles veem elevar-se durante o dia, e do fogo durante a noite. Quando, em algum lugar, as manifestações da natureza exercem influência sobre as decisões tomadas pelos homens, ele dá mostras de sua desaprovação. É característica a sua atitude em relação à afirmativa de que um anátema fora emitido contra quem tivesse usado para suas habitações o assim chamado Pelásgico de Atenas. Quando quiseram atribuir os infortúnios que se seguiram ao fato de não terem dado valor àquela maldição, ele não compartilha dessa opinião; antes, afirma que tudo reduzir-se-ia ao fato de que aquele lugar era inadequado para seus habitantes. O verdadeiro progresso realizado por Tucídides estaria no fato de que ele vê a motivação histórica nas qualidades morais da natureza humana. Não devemos, a este respeito, nos servir das passagens que ele inclui em seus discursos: pois estes foram moldados em conformidade com as características daquilo que introduz discursivamente. Todavia, por vezes, ele próprio faz-se ouvir como observador das questões humanas: a natureza humana assim dispõe. Ela seria dominada pelas próprias paixões; desprezaria a justiça e não suportaria nada de mais elevado acima de si; outro mal seria a tentação e o furor da vingança; os homens estariam assim a violar as leis por meio das quais são protegidos, de tal modo que encerram sua própria ruína. Ele vê na ampliação do domínio dos poderosos a causa donde proveem todas as desordens na Cidade. Em geral, é apenas um pretexto quando se fala sobre as vantagens de uma aristocracia moderada ou de uma isegoria democrática: tem-se em mente apenas sobrepujar os adversários; a fama adquirida por meio da virtude possui valor menor do que a astúcia habilidosa. Os infortúnios, de um lado, e as complicações da guerra, de outro, é que dão oportunidade a tudo isto e geram novos males. É o próprio homem, sobretudo em seus vícios e sofrimentos, que ocupa o ponto central em sua história. Nisto ele se contrapõe a Heródoto do mesmo modo que a Eurípides e a Sófocles, e ainda mais face a Ésquilo. Entretanto, sua divergência era ainda melhor justificada do que a de Eurípides, pois a tragédia não pode ser pensada sem a ficção, enquanto que a história tem por objeto justamente o homem. Uma de suas condições imanentes é que a história busca captar, compreender e tornar compreensíveis as questões humanas como elas são. Tucídides abdica de toda lenda e ficção. Em dado momento, atribuiu um valor especial ao fato de ter buscado investigar os acontecimentos assim como aconteceram. O maravilhoso, prezado por Heródoto, desaparece aqui completamente por detrás de simples fatos. Tucídides, por vezes, dá o tom de uma simples crônica à narrativa. Ela impressiona pela confiança e, ao mesmo

tempo, pela compreensibilidade. Se ele atribuiu aos lacedemônios a segurança de que desfrutou, não se poderia, entretanto, dizer que laconiza. Seu talento inato estava justamente em julgar com equidade as duas partes. Atendo-se aos simples fatos e indagando somente a respeito das motivações humanas, conferiu a sua história, no curto período contemplado, a qualidade da clareza e a imensa capacidade, que tanto admiramos, de tornar visível o passado.¹

A narrativa de Tucídides é totalmente analítica; ele preza particularmente a cronologia precisa. Em tudo, inclui acontecimentos que outros poderiam considerar insignificantes, pois seu propósito é registrar o que aconteceu. Mas neste propósito assenta um desenvolvimento que volta e meia salienta, de modo que a atenção do leitor está sempre, simultaneamente, voltada para o geral. Os méritos de sua narrativa aumentam e diminuem com os acontecimentos. Em um dado momento, descreve de tal forma todos os movimentos e discussões políticas relacionados à dissensão entre Argos e Lacedemônia que estes só poderiam despertar um interesse moderado. Neste ponto irrompe a batalha de Mantinéia. Tucídides a descreve no que toca aos costumes e às experiências de guerra dos lacedemônios: ao indicar os aspectos sobre os quais adverte não estar perfeitamente seguro, reforça a confiança naquilo que narra. Então põe em relevo especialmente a conduta de cada tropa e de cada grupo de povos que ali atuaram, sem, todavia, dispersar sua atenção. A descrição da batalha é insuperável, clara até mesmo nas complicações. Também o rei espartano, que desejava refutar as reprovações que lhe eram feitas por causa de sua conduta anterior, a qual evidenciava seu ímpeto pelo avanço, sua súbita prudência, e, por fim, sua disposição para a batalha, é uma figura ímpar na história militar. A imparcialidade leva a ver as coisas tais como são.² Em Heródoto isso dificilmente seria possível, porque os deuses desempenham nele um papel demasiado importante. Tucídides apresenta a ação humana em e por si mesma, embora não deixe de narrar como o exército lacedemônio, às vezes, volta para casa apenas porque obtivera na fronteira vaticínios desfavoráveis do oráculo.

É típico dele apresentar os diferentes tratados integralmente, mesmo em seu dialeto original, inclusive quando não exerceram maior influência. Nesta exatidão quanto às minúcias, esbarramos em uma dificuldade que não podemos, aqui, nos eximir de indicar. Como se explica que Tucídides não tenha reproduzido literalmente a carta que Nícias enviou a Atenas sobre situação da Sicília, mas outra, que esclarece sucintamente os fatos? Mais ainda: e quanto à autenticidade dos discursos que constituem quase que a parte principal de sua obra? Foram estes verdadeiramente pronunciados assim como os transmite? É característico, porém, como eles se prestam à concepção historiográfica do autor.

¹ No original: *Vergegenwärtigung* (nota dos revisores).

² No original: *Die Unparteilichkeit führt eben zur Gegenständlichkeit* (nota dos revisores).

Quando se lê, no primeiro livro, o discurso dos coríntios na Lacedemônia, vê-se que o mais importante, uma contraposição entre Atenas e Esparta, é muito bem-vindo para o historiador no início de uma obra que descreve a disputa entre estas duas cidades.

O discurso que se segue então, o de Péricles, tem por conteúdo fundamental a supremacia do poderio naval sobre o terrestre, elemento este importantíssimo para o transcurso da história, tanto que é colocado bem oportunamente em primeiro plano. Porém em ambos os discursos as causas objetivas, que determinam todas as situações, são dispostas com convincente exatidão. O discurso pronunciado em Olímpia pelos mitilênios e o discurso de Cleonte referente à sublevação de Lesbos, põem às claras, considerados conjuntamente, a desproporção entre o domínio de Atenas e as potências confederadas da Liga. Mas se Cleonte falou tal como suas palavras estão aqui referidas, tem-se o direito de duvidar. Pelo menos não se atribui ao demagogo uma formação política tal como a manifesta neste discurso.

Também no que se refere às deliberações que precederam ao empreendimento na Sicília, Tucídides preocupou-se menos em expor os motivos pessoais que levaram àquele desfecho do que as causas fundamentais do empreendimento em si mesmo.

De qualquer modo, chama a atenção que um autor, igualmente notável, tenha atribuído a Nícias um discurso sobre o projeto de atacar Siracusa muito diferente daquele que Tucídides atribui-lhe, e, no entanto, bastante exato no essencial. Que não se suponha que queiramos tomar por verídico, literalmente, aquele longo diálogo entre atenienses e mélios em que estes defendem sua própria independência, ao passo que os primeiros exigem sua submissão e que entrem em sua aliança. Os fundamentos sobre os quais se baseiam os dois partidos são históricouniversais (*universalhistorisch*); entre os atenienses, encontram-se os mesmos que participaram da campanha contra Siracusa. O que é singular é a dialética com que ambos defendem sua própria causa.

É verdade que o olhar de Tucídides é dirigido predominantemente para Atenas, mas seu mérito consiste justamente no de ter elaborado acerca do adversário uma concepção clara, a qual se manifesta nos discursos. Primorosos são os discursos de Brásidas, nos quais se encontram perspectivas que estão além de seu tempo; nem se deve dar menor valor ao discurso de Hermócrates em que se prediz o resultado ruinoso do empreendimento dos atenienses contra Siracusa, pelo mesmo motivo pelo qual se dera a funesta sorte dos persas. Neste ponto, alude-se também à posição e ao poderio de Cartago. Se é possível, a partir daí, limitar o horizonte do historiador, deve-se perguntar como seria possível que Tucídides tivesse exato conhecimento dos discursos e suas réplicas pronunciados em Siracusa, ou daquele outro discurso feito por Demóstenes às tropas junto a Pilos. A descrição dos combates em Pilos constitui uma joia da historiografia, mas considerar esses discursos como tendo sido literalmente pronunciados, não o ousaria. Por meio dos discursos somos introduzidos nas dissensões internas que agitavam o mundo grego. Estas são retratadas com

uma luminosa verdade; toda teoria é nelas evitada. O próprio historiador não apresenta nenhuma, e, com isso, torna tanto mais familiar a realidade para nós. Só que nisso reside, ao mesmo tempo, um afastamento do chão da verdade exata; as opiniões do historiador apresentam-se como história (*Historie*). Este é um momento em que a oratória, que naquele tempo florescia em Atenas, une-se à história (*Historie*).

O mestre de Tucídides foi Antifonte, ao qual antes nos referimos.³ Tucídides dizia ser ele um homem de pensamentos sólidos e que os expressava de forma igualmente eloquente. Com isso, define-se o próprio caráter dos discursos tucidideanos. Sabe-se que foram adotados como modelos de eloquência. Demóstenes estudou-os. Tucídides foi, ao mesmo tempo, orador e historiador: a sua narração é isenta de toda retórica; mas celebra seu grande triunfo nos discursos. A união entre uma e outra correspondia tão bem à vida pública da Antiguidade que, acolhida pelos historiadores posteriores, constituiu, até certo ponto, a essência da historiografia antiga.⁴ A qual, desde então, frequentemente degenerou em mera pompa.

³ Trata-se, aqui, de um lapso de Ranke, uma vez que Antifonte não é mencionado em nenhuma passagem dos capítulos precedentes (nota dos revisores).

⁴ No original: *den Charakter der antiken Historiographie* (nota dos revisores).

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Ana Teresa Marques Gonçalves
Angela de Castro Gomes
Christiane Szesz
Fabio Muruci dos Santos
Francisco Eduardo de Andrade
Francisco Marshall
Janaína Oliveira
Lucia Paschoal Guimarães
Luiz Estevam Fernandes
Marcelo Magalhães
Marcos Sanches
Patrick Pessoa
Pedro Spinola Pereira Caldas
Rebeca Gontijo
Rodrigo Turin
Sérgio da Mata
Valdei Araujo

261

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1) Artigo inédito (entre 28.000 e 64.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2) Resenha crítica de livro (até 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir ao final da resenha, e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista.

1.3) Textos e documentos historiográficos: tradução de texto inédito ou nova tradução que se justifique pelo trabalho crítico e transcrição de textos de valor documental para a história da historiografia. Ambos deverão ser antecidos de breve apresentação (até 80.000 caracteres com espaço).

1.4) Entrevistas, antecidas por uma breve apresentação (entre 27.000 e 54.000 caracteres com espaçamento no total).

2) Os artigos devem conter, no final, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e três palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

3) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

4) Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

5) Quando houver financiamento da pesquisa, o autor deve indicar, em nota de rodapé ligada ao título da contribuição, a instituição financiadora.

6) As resenhas críticas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter três palavras-chave em português e em inglês, assim como os respectivos títulos nos dois idiomas.

7) Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores *ad hoc*, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

8) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovados na pré-seleção, serão encaminhados para pareceristas.

9) As resenhas, entrevistas, e textos e documentos historiográficos serão avaliados por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou textos e documentos historiográficos.

10) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

11) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, corpo 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à direita, de 1,5 cm, corpo 11 e espaçamento simples.

12) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical. A revista publica contribuições em português, espanhol, inglês, francês e italiano.

13) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato:
(ABREU 2005, p. 36).

264

14) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/periódico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT.

15) A partir de seu terceiro número, a revista **História da Historiografia** adotará a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

16) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

17) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: www.ichs.ufop.br/rhh.